



NOS TEMPOS DO BLACKOUT:
Cena Musical, práticas urbanas e a
ressignificação da Rua Chile, Natal-RN

CARLOS HENRIQUE PESSOA CUNHA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA II: CULTURA, PODER E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS

NOS TEMPOS DO BLACKOUT:
Cena Musical, práticas urbanas e a
ressignificação da Rua Chile, Natal-RN

CARLOS HENRIQUE PESSOA CUNHA

NATAL/RN, 2014

CARLOS HENRIQUE PESSOA CUNHA

NOS TEMPOS DO BLACKOUT:
Cena Musical, práticas urbanas e a
ressignificação da Rua Chile, Natal-RN

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Cultura, Poder e Representações Espaciais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Profº Dr. Henrique Alonso de A. R. Pereira.

NATAL/RN

2014

Catálogo da publicação na fonte.
Bibliotecária Vanessa O. de M. Cavalcanti CRB/15-454

C972n Cunha, Carlos Henrique Pessoa.

Nos tempos do Blackout: cena musical, práticas urbanas e a
ressignificação da Rua Chile, Natal-RN. / Carlos Henrique Pessoa
Cunha. – Natal, 2014002E
209f.

Orientador: Drº Henrique Alonso de A. R. Pereira.
Dissertação (Curso de Pós-Graduação em História)-
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

1. Centro histórico. 2. Cena musical. 3. Rua Chile –
Ressignificação. I. Título.

CDU 911.3:78

CARLOS HENRIQUE PESSOA CUNHA

NOS TEMPOS DO BLACKOUT:
Cena Musical, práticas urbanas e a
ressignificação da Rua Chile, Natal-RN

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

Prof. Dr. Henrique Alonso de A. R. Pereira (Orientador)

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira (Avaliador Externo)

Prof. Dr. Francisco das Chagas F. Santiago Júnior (Avaliador Interno)

Prof. Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira (Suplente)

Natal, 12 de março de 2014

Aos meus amados pais, Agliberto e Lúcia, com amor e profundo carinho.

À minha iluminada esposa, companheira e amiga, Marília Pinto, com gratidão eterna,
amor e admiração.

À minha doce filha, Letícia, com esperança e amor sublime.

AGRADECIMENTOS

Na caminhada acadêmica de construção de uma dissertação, acabamos nos envolvendo com várias pessoas, muitas das quais contraímos imensas dívidas de gratidão. Saudar cada uma dessas dívidas com essas breves palavras é uma tarefa praticamente impossível, e certamente injusta, pois a certeza do esquecimento de alguns nomes é algo concreto.

Inicialmente gostaria de agradecer a Deus e a toda espiritualidade superior pela oportunidade que me foi dada de trilhar esses caminhos tortuosos e por vezes amargos, da pesquisa histórica, construindo passo a passo esse trabalho e todas as reflexões e crescimento intelectual que ele permitiu.

A todos os professores do Ppgh-UFRN, devo meus agradecimentos pelas boas aulas ministradas, indicações bibliográficas fundamentais e discussões em sala que foram imprescindíveis para a construção e esclarecimento teórico e metodológico de meu objeto de estudo.

Aos meus colegas da turma Ppgh-UFRN/2012 devo agradecer principalmente pela honra de ter feito parte de um grupo de pesquisadores tão jovens, mas tão dedicados e eficientes. Em especial gostaria de agradecer aos amigos Naldinho Gonçalves e Thyago Ruzemberg, que desde os momentos críticos e angustiantes de indefinições que marcaram o início de meu mestrado, me auxiliaram nas delimitações do objeto de estudo e ouviram pacientemente as minhas dúvidas.

À Valdécio Costa, Eunice Evangelista, Anderson “Foca”, Eduardo Passaia, Pablo Capistrano, Sérgio Vilar, José Samico, Sr. Porpino, Francisco das Chagas Dantas e Fabrício Neto, meu muito obrigado pelas entrevistas, que foram essenciais para o desenvolvimento de muitas análises presentes nessa pesquisa.

À Eduardo Alexandre Garcia, Lemnisco Livros Colecionáveis, Esdras Rebouças Nobre, Sandro Fortunato, Carito Cavalcanti, Israel Sharon Cavalcanti, Sérgio Vilar e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB), agradeço pela disponibilização de imagens que foram decisivas para a construção de minhas visões acerca da Ribeira e de suas vivências.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Henrique Alonso de A. R. Pereira, minha mais profunda gratidão, por ter acreditado nesse meu trabalho desde o processo seletivo do mestrado, por ter dado boas contribuições durante os momentos das aulas e encontros de orientação e, principalmente, por ter aceitado me orientar, mesmo minha pesquisa não sendo a sua área de estudo, no momento decisivo em que fiquei sem orientador, isso será sempre lembrado.

Reservo meus agradecimentos finais às duas mulheres que dia após dia vêm dividindo comigo as angústias, batalhas, alegrias e vitórias dessa louca e prazerosa vida, Letícia e Marília Pinto, minha filha e esposa. Letícia, com sua energia inesgotável e seu sorriso cativante, era uma luz motivadora nos momentos de angústia silenciosa, que marcaram algumas fases desse trabalho. Já à Marília Pinto, esse espírito de forte guerreira em um delicado corpo de mulher, devo intermináveis e sempre insuficientes agradecimentos. Ela foi a pessoa que mais me incentivou a retomar meus trabalhos acadêmicos de pesquisa, que culminaram com essa dissertação, nunca me deixou desanimar, organizou meus horários de estudo e escrita, além de me escutar falar sobre essa pesquisa, mesmo sendo ela de outra área – matemática – sempre buscando dar alguma sugestão pertinente. Marília Pinto, você foi uma peça fundamental no processo de construção dessa pesquisa.

“Diga aí meu irmão?

*E na construção da vida, para a história em si...
O que seria mais relevante? A discussão da
construção de um espaço? A estruturação de
um fato? A perpetuação de uma identidade?
Ou a visão poética do ser sendo construído e
se perpetuando enquanto espécie?*

*Queria eu ser lembrado pela minha essência e
não pela estrutura de minhas senzalas...*

(João da Fazenda “Esperança”)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o processo de ressignificação da Rua Chile a partir do desenvolvimento de uma cena musical em fins dos anos 1990. A Rua Chile, enquanto parte do Centro Histórico de Natal, teve suas imagens construídas a partir das práticas cotidianas e discursivas de seus freqüentadores, levando a uma série de transformações imagéticas e simbólicas ao longo do século XX. Inicialmente transformada em espaço glamoroso pelas ações urbanísticas da nova república dos Albuquerque Maranhão, no início do século XX, a Ribeira e a Rua Chile, especificamente, passou a ser vista e dita como boêmia, nos “tempos da guerra”; seguindo por uma fase marginal, acabou sendo transformada em principal espaço roqueiro da cidade de Natal, a partir do desenvolvimento de uma cena musical, na segunda metade dos anos 1990. Essa cena musical, suas práticas, interesses econômicos, manifestações culturais e laços identitários criados entre seus praticantes construíram, “nos tempos do *Blackout*”, uma imagem de espaço “alternativo” acerca da Rua Chile. Como os Centros Históricos, inseridos na lógica da *city marketing* pós-moderna, são espaços dinâmicos tanto em suas práticas, quanto em suas imagens, a Rua Chile ainda sofreu alterações em seus significados e simbologias, por volta do ano 2000, quando de espaço alternativo-*underground* passou a ser representado como um espaço pop, onde pessoas de várias partes a cidade passaram a freqüentar seus eventos e recantos, transformando-a em um *point* de sociabilidades bastante heterogêneas.

Palavras-chave: Centro Histórico – Cena musical – Rua Chile – Ressignificação.

ABSTRACT

This study aims to analyze the process of resignification of Chile Street, in Natal, from the development of a music scene in the late 1990s. Chile Street, as part of the Historic Centre of Natal, had its images constructed from the discursive practices and everyday life of its regular visitors, leading to a series of symbolic and imaging transformations throughout the twentieth century. Initially transformed into glamorous space as a result of urban actions of the new republic of Albuquerque Maranhão, in the early twentieth century, Ribeira and Chile Street, specifically, came to be seen as bohemian area, during "the war time"; followed by a marginal phase, it was eventually transformed into the main rocker area of Natal, with the development of a musical scene in the second half of the 1990s. This music scene, its practices, economic interests, cultural events and identity ties created among their practitioners made Chile Street, "in the time of Blackout night club", an "alternative" space. As the historic centers, inserted in the logic of postmodern city marketing, both spaces are dynamic in their practices, as in their images, Chile Street also suffered changes in its meanings and symbols, around the year 2000 when the alternative-underground space became a pop space, where people from various parts of the city began attending its events and places, transforming it into a point of very heterogeneous sociability.

Keywords : Historical Center - Musical Scene - Chile Street- Resignification .

LISTA DE ABREVIATURAS

ZEPH – Zona Especial de Preservação Histórica

ZEP – Zona Especial Portuária

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

OEA – Organização dos Estados Americanos

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PCH – Programa de Cidades Históricas

OUR – Operação Urbana Ribeira

CCCS – Centre for Contemporary Cultural Studies

SCBEU – Sociedade Cultural Brasil-Estados Unidos

CCAB – Centro Comercial Aluizio Bezerra

MAPAS, TABELAS E FIGURAS

MAPA 1: Mapa da cidade de Natal, bairro da Ribeira e a localização da Rua Chile.

MAPA 2: Identificação da ZEPH.

TABELA 1: População residente na Ribeira.

TABELA 2: Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%).

FIGURA 1: Pequeno cais na Rua do Comercio.

FIGURA 2: Rua do Comercio (a).

FIGURA 3: Rua do Comercio (b).

FIGURA 4: Cartão Postal da Rua do Comercio.

FIGURA 5: Rua do Comercio (c).

FIGURA 6: Flagelados da seca de 1904.

FIGURA 7: Praça Augusto Severo em 1906.

FIGURA 8: Cinema Polytheama.

FIGURA 9: Fachadas do cinema Polytheama e da loja Paris em Natal.

FIGURA 10: CARTÃO POSTAL. Panorâmica da Rua Dr. Barata – Ribeira – Década de 1920.

FIGURA 11: Av. Tavares de Lyra na década de 1930.

FIGURA 12: Esquina da Dr. Barata com a Tavares de Lyra – Anos 1940.

FIGURA 13: Beco da Quarentena.

FIGURA 14: Av. Rio Branco em 1958.

FIGURA 15: Praça Pedro Velho – Anos 1950.

FIGURA 16: Praça Pedro Velho e Rua Potengi – Anos 1950.

FIGURA 17: O grande sobrado da Rua Chile – 1984.

FIGURA 18: O grande sobrado da Rua Chile – 1993.

FIGURA 19: Antiga oficina mecânica na Rua Chile.

FIGURA 20: Casas reformadas no Largo da Rua Chile – fins dos anos 1990.

FIGURA 21: Largo da Rua Chile (a) – fins dos anos 1990.

FIGURA 22: Antigo Armazém na Rua Chile (a) – fins dos anos 1990.

FIGURA 23: Antigo Armazém na Rua Chile (b) – fins dos anos 1990.

FIGURA 24: O grande sobrado da Rua Chile pós-restauração.

FIGURA 25: Antiga residência do poeta Ferreira Itajubá – Rua Chile pós-restauração.

FIGURA 26: Banda “Fluidos” no Centro de Turismo – 1984.

FIGURA 27: Banda “*Modus Vivendi*” no Centro de Turismo – 1986.

FIGURA 28: Show dos “Raimundos” no “Casarão”.

FIGURA 29: Largo da Rua Chile (b).

FIGURA 30: “*Blackout-B/52*”

FIGURA 31: Banda “Boca de Sino” no “*Blackout*” - 2001.

FIGURA 32: Banda “*Uskaravelho*” no “*B-52*” - 2001.

FIGURA 33: Largo da Rua Chile – Vista da boate “*Downtown-Music*”.

FIGURA 34: Antigo Frigorífico de Natal.

FIGURA 35: Prolongamento da Rua Chile à noite.

FIGURA 36: Beco da Quarentena – 1999.

FIGURA 37: Beco da Quarentena – 2005.

FIGURA 38: Cartaz: “Como nos tempos do Blackout” – 1ª edição.

FIGURA 39: Cartaz: “Como nos tempos do Blackout” – 2ª edição.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – GLAMOUR, BOEMIA E MARGINALIDADE NA RUA CHILE-RIBEIRA: da haussmanização no início do século XX à crise dos anos 1960/1980.....	39
1.1 – Modernizar é preciso: as reformas higienistas haussmanizantes – da consolidação da república aos anos 1930.....	42
1.2 – “Chiclete eu misturo com banana” – a Rua Chile-Ribeira durante os anos 1940 e 1950.	61
1.3 – As transformações na cidade de Natal e o “ostracismo” da Rua Chile-Ribeira – dos anos 1960 à década de 1980.	72
CAPÍTULO 2 – O PROCESSO DE REFUNCIONALIZAÇÃO DA RUA CHILE (ANOS 1990): <i>gentrification</i> e neohaussmanização?	86
2.1 – Pós-modernidade, sociedade de consumo e a espetacularização dos bens patrimoniais e Centros Históricos urbanos: anos 1990.....	90
2.2 – <i>Gentrification</i> : uma nova realidade urbana pós-moderna.	100
2.3 – Reformar, Pintar e Iluminar: a refuncionalização da Rua Chile nos anos 1990.	104
2.3.1 – A pré-refuncionalização: transição dos anos 1980 para os anos 1990.....	105
2.3.2 – O processo de refuncionalização da Rua Chile.....	109

CAPÍTULO 3 – O <i>UNDERGROUND</i> VIROU POP: cena musical, novas identidades e a ressignificação da Rua Chile (1990 – 2004)	132
3.1 – Das noções de subculturas juvenis (CCCS) ao conceito de cena: música, identidades e espaço urbano	137
3.2 – Dos “assustados” ao <i>Rock on the Moon</i> – o rock natalense dos anos 1960-1990	142
3.3 – Como nos tempos do <i>Blackout</i>: novas práticas sócio-culturais, imagens e simbolismos atrelados à Rua Chile	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
FONTES E BIBLIOGRAFIA	201

INTRODUÇÃO

“Antigamente né, quando na Ribeira funcionava, os bordéis aqui da Rua Chile, que era o Arpege, o Wonder Bar e o Beco da Quarentena, as músicas que usavam eram músicas como de Nelson Gonçalves e outros mais, depois, mais recentemente, vieram os jovens, com o rock, com o reggae, e a coisa acabou mudando um pouco, mas continuou sendo um povo da noite, uma nova boemia [...]”

(Valdécio Costa, “Decinho”)

A partir da segunda metade dos anos 1990 o “Largo”¹ da Rua Chile, localizado no bairro da Ribeira, em Natal-RN, foi palco para o desenvolvimento de uma agitada cena musical, marcada pelo estabelecimento de laços identitários entre os seus participantes, sobretudo os jovens musicalmente identificados com a sonoridade e estilo pop rock e com a preocupação na construção de uma imagem de “alternativo”. Esse movimento cultural atuou como demarcador social de uma nova espacialidade gestada, desenvolvida e “encenada” nessa famosa rua do Centro Histórico de Natal, recém refuncionalizada, e que foi transformada em um “teatro” para a exibição de elementos identitários juvenis.

O presente trabalho pretendeu analisar a relação entre o desenvolvimento da cena musical, gestada e vivenciada ao longo da Rua Chile, no bairro da Ribeira, em Natal, mais fortemente entre os anos de 1996 e 2004, com as ações oficiais de refuncionalização da dita rua, projetadas e iniciadas durante o governo do Prefeito Aldo Tinoco (1993-1997). A partir disso, procuramos compreender como essa cena

¹ Chamamos de “Largo” da Rua Chile um grande pátio a céu aberto, cercado por diversos prédios antigos e pelo rio Potengi, que se localiza em uma das extremidades da dita rua, tendo como limite a Rua Silva Jardim. Oficialmente esse espaço é denominado “Espaço Aníbal Ribeiro”.

musical, enquanto manifestação material e simbólica de um determinado segmento sociocultural e de uma nova força econômica urbana demonstrou ter capacidade de atribuir novos sentidos e simbologias sobre aquele espaço urbano, recém-reformado pelo poder público municipal, parte do Centro Histórico de Natal e, também, promover a gênese de novas identidades sociais.



Com o MAPA 1 pretendemos localizar geograficamente a Rua Chile e o seu “Largo”, situando-os no universo da cidade de Natal e do bairro da Ribeira. A Rua Chile (pintada em cor vermelha) segue em toda sua extensão paralela ao Rio Potengi, o que contribuiu para que as vivências nessa rua mantivessem uma relação muito intensa com o comércio de importação e exportação e fosse durante muito tempo o principal ponto de abastecimento da cidade. Atreladas a essa condição de ponto de comércio da Rua Chile, outras atividades também passaram a se desenvolver transformando essa rua num ponto de intensas manifestações sócio-culturais.

Adotamos, ao longo da dissertação, os termos refuncionalização e ressignificação para nos referir a todo o processo de intervenções político-econômicas e sócio-culturais nos Centros Históricos urbanos, marcas das políticas urbanistas do final dos anos 1980 e ao longo da década de 1990. Sabemos, no entanto, que diversos outros termos também são utilizados como, renovação, reutilização, reabilitação, revitalização, requalificação, reciclagem, recuperação, etc. A escolha de cada uma dessas nomenclaturas pode ser defendida a partir de pressupostos teórico-metodológicos e até mesmo ideológicos, dos mais variados. Porém, estabelecemos nesse trabalho a adoção do termo refuncionalização em oposição principalmente ao conceito de revitalização, que foi muito difundido nos documentos oficiais, na imprensa e entre a população como um todo.

Com esse estudo atual, constatamos que o uso do termo revitalização para se referir ao processo de reforma da estrutura física da Rua Chile, em fins dos anos 1990, assim como o desenvolvimento de uma cena musical e de todas as sociabilidades que decorreram, é totalmente inadequado, pois subentende uma “morte” anterior desse espaço seguida de uma revitalização, um retorno à vida, movida pelas ações dos poderes públicos. É justamente nessa suposta “morte” da Rua Chile que reside a fragilidade do uso do termo revitalização, pois constatamos que a Rua Chile sempre foi socialmente e culturalmente movimentada, mesmo naquela que classificamos como a “Fase Marginal” da história desse logradouro.

Assim, a nosso ver, o que ocorreu foi um processo de refuncionalização da Rua Chile, ou seja, os novos atores sociais que passaram a freqüentá-la no último decênio do século XX, o fizeram com novas práticas e simbolismo, o que acabou por atribuir novas imagens e funções a essa rua que, de ponto de prostituição, violência

e comércio de pescados e sal, foi transformada na última fronteira *rock n' roll* da cidade de Natal.

Apesar de termos discutido as condições da Rua Chile - parte de destaque do Centro Histórico de Natal - enquanto espaço urbano submetido a políticas de refuncionalização, revalorização e “embelezamento”, não foi apenas a sua trajetória histórica como quadriculamento geográfico, fruto de projetos urbanísticos modernizantes ou pós-modernizantes, que motivou essa pesquisa. Buscamos, sobretudo, aprofundar o debate acerca das vivências neste recanto urbano, que teve seus signos e significados estabelecidos pelas ações sociais dos seus próprios frequentadores. Assim, corroboramos com a visão de Vargas e Castilho sobre os Centros Históricos, quando afirmam que:

O Centro Histórico não deve, portanto, ser analisado como se fosse um lugar predestinado à *fantasmagoria de perda* causada mais pelo desaparecimento das referências do presente que pela real saudade do passado (2009, p. 3).

Compreendemos, portanto, a noção de Centro Histórico como um espaço dinâmico e de grande vitalidade em suas manifestações sociais e não como um “fantasma” de pedras antigas “que insiste em nos rodear”. Esse dinamismo marcante das áreas urbanas centrais leva a constantes mutações em suas imagens, com signos e significados que ganham e perdem força considerando os elementos espacializantes, como principalmente as vivências sociais, mas também os interesses político-econômicos e as relações de poder que interagem nesses espaços urbanos.

A análise desses elementos espacializantes, motivadores e catalisadores da recente reapropriação e refuncionalização dos Centros Históricos², apresentam-se como vital para o entendimento das políticas urbanísticas pós-modernas de “retorno

² Notadamente a partir dos anos 1960 e 1970 na Europa Ocidental e nos Estados Unidos e em fins dos anos 1980 e durante os anos 1990 na América latina.

ao centro”, que acabam por inventar, recriar e reapropriar “tradições”³ com base em novas vivências e trocas simbólicas no espaço público histórico⁴.

Consoante versa Zukin (1996), não conseguimos traçar de imediato nenhuma diferença entre as cidades modernas e pós-modernas, em termos estruturais, porém, no que se refere às vivências e ao consumo visual e cotidiano desses espaços, percebe-se, particularmente com o início da segunda metade do século XX, uma frenética aceleração que acaba por forçar “uma dissolução das identidades espaciais tradicionais e sua reconstrução sobre novas bases” (ZUKIN, 1996, p. 205). Assistimos, assim, no final do século XX, a formação de paisagens urbanas pós-modernas que, apesar de se apropriarem das estruturas de “ferro fundido e tijolos de barro vermelho do passado”, o fez e ainda faz a partir de novos olhares e novas práticas sociais e de consumo.

Ao falarmos em “paisagens urbanas” nos referimos, acima de tudo, a um constructo sociocultural. Nessa breve discussão nos apoiamos nas ideias do inglês Simon Schama, que, na obra “Paisagem e Memória”, parte da noção de que “paisagem é cultura antes de ser natureza” (1996, p. 70). Dessarte, ao estudarmos uma paisagem, mesmo as urbanas, precisamos ter claro que não estamos diante apenas de camadas de pedras, mas principalmente de camadas de lembranças. Um palimpsesto onde gerações escreveram e depositaram seus mitos, recordações, prazeres, frustrações e lutas. Enfim, são as nossas percepções, memórias e ações que conferem significados à paisagem.

Essas camadas simbólicas e materiais devem atuar de forma constantes, sob pena dessas paisagens serem ressignificadas. Nessa perspectiva, retornamos a proposta central desse trabalho, ou seja, nos voltamos para discutir justamente o processo de transformação das imagens e configurações simbólicas acerca da Rua Chile enquanto uma paisagem urbana de Natal, a partir da ação de novos grupos sócio-culturais e de interesses político-econômicos que, partindo de um discurso de “revitalização” do Centro Histórico e de novas práticas espacializantes, acabaram por atribuir novos sentidos àquele espaço urbano antigo.

³ Sobre essa problemática da “naturalização” de certas práticas histórico-culturais, chamadas de “tradição”, e de seus usos ideológicos por determinados grupos sociais, ver HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

⁴ Estamos designando de espaço público “histórico” aqueles espaços que mantêm um vínculo “identitário” e afetivo com a população de uma dada região. Porém, esclarecemos que históricos todos os espaços o são. Qualquer espaço ou paisagem são construídos socialmente, a partir de relações sociais e de poder, portanto, frutos de uma trajetória histórica.

Compreendemos a Rua Chile como um “Teatro da História” de parte da população natalense. Devemos, no entanto, compreender que uma cena carece de palco e cenário apropriados para a sua exibição, como afirma Albuquerque Jr. (2008, p. 81), “o palco não pré-existe à cena, ele vem a ser palco no momento em que a encenação se põe sobre ele e o atualiza como tal”. Por conseguinte, enquanto a cena não se inicia, ele é um tablado, uma simples rua ou um belo casarão antigo recém-reformado e sem vida, esperando apenas os atores que irão atribuir-lhe algum sentido.

Esse estudo da cena musical desenvolvida na Rua Chile, em fins dos anos 1990, se justifica por oferecer subsídios para a análise desse espaço urbano com base nas vivências, nas práticas sociais “microbianas” e discursivas que garantiram a construção de uma rede de significados sobre aquele espaço. Essa rede de significados não pode ser compreendida como resultado de uma abiogênese, e sim fruto de relações sociais que, em um processo que se retroalimenta, redesenha as paisagens, os palcos e espaços urbanos e a própria imagem da cidade que, por sua vez, também atribui simbologias às práticas sociais e sujeitos que a pratica e vivencia.

É exatamente nessa questão que reside a grande importância e contribuição intelectual desse presente trabalho – a análise dos processos de refuncionalização dos Centros Históricos urbanos, especificamente a Rua Chile, por meio de um movimento cultural e de práticas sociais cotidianas e não-ordinárias. Muitos outros trabalhos já se voltaram para a questão dos Centros Históricos em fins do século XX⁵, todavia, grande parte deles analisou essas ações à luz de políticas urbanísticas, interesses político-econômicos e concepções preservacionistas e análises arquitetônicas, relegando as práticas espaciais cotidianas a um segundo planos em suas pesquisas.

Sem negar a importância desses elementos ideológicos, técnico-urbanísticos e econômicos, motivadores do “retorno” aos Centros Históricos, entendemos que o processo de refuncionalização da Rua Chile só efetivou-se realmente quando grupos de jovens natalenses passaram a frequentar, consumir, vivenciar e ressignificar aquele espaço segundo a formação de uma cena que, pelo menos nos discursos de seus frequentadores, tinha um caráter “alternativo”.

⁵Choay (2006), Fonseca (2009), Vieira (2008), Vargas; Castilho (2009), Sant’Anna (2004), dentre outros.

Considerando a discussão dessa capacidade que uma cena tem de transformar paisagens e espaços urbanos, evidenciou-se a nossa visão sobre a relação História e espaço, sobretudo os urbanos. Compreendemos o espaço urbano como uma dimensão material das relações e lutas sociais, ou seja, as cidades estão longe de serem apenas amontoados de pedras ordinariamente projetadas e executadas (ruas, prédios, casarões, fachadas, pontes, restaurantes, etc). Elas devem ser vistas como fenômenos em constantes transformações – mutações engendradas pelas práticas cotidianas de seus habitantes e pelas relações de poder que as permeiam.

O francês Michel de Certeau (2008) contribuiu substancialmente no entendimento de uma das principais ideias defendidas nesse trabalho, ou seja, como as ações urbanísticas voltadas para áreas históricas como a Rua Chile, isoladamente, partindo essencialmente de seus projetos arquitetônicos e urbanísticos, não conseguiram construir espaços efetivamente praticados e significados. Certeau afirma que os projetistas urbanos, muitas vezes, não conseguem, em seus trabalhos, atingir os verdadeiros praticantes cotidianos daqueles espaços, pois se colocam à distância, transfigurando-se em uma espécie de deus *voyeur*. Segundo ele, “a cidade-panorama é um simulacro ‘teórico’ (ou seja, visual), em suma um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento das práticas”. (CERTEAU, 2008, p.171).

Partindo dessas visões de Certeau, conjecturamos que possivelmente não foram as ações oficiais e seus projetos urbanísticos de “revitalização”, isoladamente, que efetivamente consolidaram uma nova prática, uma nova experiência sensorial e corporal, que atribuiu novos significados espaciais à Rua Chile na segunda metade da década de 1990. Essa ação é reflexo muito mais intenso do forte movimento cultural, identificado com a cena musical “alternativa” (pelo menos em início), que utilizou a estrutura recém-reformada da rua, atribuindo um novo sentido e impregnando aquele espaço urbano histórico de novos signos dos mais diversos.

Os jovens natalenses que passaram a frequentar as noites quentes da Rua Chile, em fins dos anos 1990, não estavam em busca de um deleite histórico-artístico, nem tampouco porque aquela rua, com as fachadas de seus casarões recém-pintados, era um patrimônio “revitalizado” da cidade. O que deu um grande impulso ao programa de refuncionalização da Rua Chile foi porque lá se desenvolviam novas possibilidades de lazer e entretenimento noturnos, de

sociabilidades e de consolidação de uma identidade juvenil autoproclamada “alternativa”.

Apesar de todo o glamour e efervescência política e socioeconômica vividas até os anos 1950, a Ribeira e, notadamente a Rua Chile (antiga Rua do Comercio), em fins dos anos 1970 e nos anos 1980, encontravam-se relativamente abandonados pelo poder público e entregues a atividades socioeconômicas que não se identificavam e nem usufruíam do seu caráter histórico-cultural, como oficinas mecânicas, peixarias, fábricas de gelo, baixo meretrício, tráfico de drogas, etc. Essa situação deu o primeiro passo rumo a algumas mudanças quando esse trecho urbano da cidade oficialmente passou a ser considerado como o Centro Histórico de Natal (assim como trechos da Cidade Alta), com a criação da Zona Especial de Preservação Histórica - ZEPH, através da Lei nº 3.942 de 1990 (Diário Oficial do Estado, 17 jul. 1990).

Devido, dentre outros fatores, a essa especialização em termos de exploração econômica ligada ao comércio de atacado, atrelado ao Porto, à prostituição⁶ e à mudança do centro comercial da Natal para os bairros da Cidade Alta e Alecrim, a Rua Chile, enquanto parte de destaque do Centro Histórico da cidade, aparentemente perdeu a sua capacidade de gerar laços comunitários e identitários com a população natalense, fora das cercanias da Ribeira. Porém, como nos afirma Rogério P. Leite (2007, p. 40), não podemos descartar a “eficácia simbólica que os significados sociais do patrimônio cultural continuam a ter na construção social dos lugares”.

Desde os anos 1960, mas especificamente ao longo da década de 1990, os poderes públicos de diversas cidades europeias, estadunidenses, latino-americanas e brasileiras implementaram políticas de intervenções em seus Centros Históricos⁷. Inicialmente limitadas a pequenas ações de “embelezamento” do patrimônio,

⁶ Mesmo com a desativação de tradicionais pontos de prostituição como o “Beco da Quarentena”, Wonder Bar e o Arpege, essa atividade continuou muito presente na Rua Chile, talvez pela presença do Porto da Cidade, vizinho ao “Largo”.

⁷ Rogério P. Leite (2007, p. 33) cita vários casos de intervenções enobrecedoras em Centros Históricos urbanos, como a reconstrução da *docklands* e a disseminação dos *pubs*, em Londres; a “disneyficação” do *Times Square* e do *Harlem*, em Nova York; a conservação inovadora do elemento tradicional de *Évora*, em Portugal; a reterritorialização de *Tijuana*, no México; a revitalização do *La Boca* e do *Puerto Madero*, em Buenos Aires; a revitalização do Pelourinho, transformada em mercadoria turística de Salvador, Bahia; as revitalizações da Estação das Docas em Belém, no Pará, do Centro Histórico de São Luis, no Maranhão e do bairro de Recife Antigo, em Pernambuco. Além de tantos outros casos que ocorreram e ainda estão ocorrendo, principalmente nas cidades capitalistas ocidentais.

acabaram se transformando em projetos mais audaciosos e complexos de alterações nas próprias práticas e agentes sociais, investimentos e valores econômicos desses espaços, motivando sérias discussões sobre as práticas de *gentrification*⁸. Essas intervenções urbanas levaram a um “enobrecimento” dos Centros Históricos, fragmentando esses espaços, readequando suas paisagens e disciplinando o seu consumo e vivências ao turismo, lazer e entretenimento em suas diversas formas.

Os processos de refuncionalização e *gentrification*⁹ nos Centros Históricos urbanos tenderam a transformar áreas que se encontravam “marginalizadas” em destacados centros de entretenimento, com boates e bares sofisticados, restaurantes e até, em alguns casos, galerias de arte. Ainda sobre esses modernos programas de refuncionalização de centros históricos urbanos e seus impactos sociais, afirma Bidou-Zachariasen (2006, p. 36),

[...] se implementava uma espécie de gentrificação em termos de consumo e convívio, por meio da multiplicação de butikues, restaurantes, cafés ‘da moda’, espaços frequentados tanto pelos residentes como pela população de outros bairros e turistas, mas pertencentes às mesmas classes sociais, isto é, às **classes médias altas** (grifo nosso).

Podemos considerar, de forma geral, que *gentrification* se resume a empreendimentos econômicos que se voltam para determinados espaços da cidade, transformando-os em alvos de investimentos públicos e privados, enobrecedores e excludentes. Segundo Rogério P. Leite (2007, p. 62), “as políticas de *gentrification* podem ser consideradas sucessoras pós-modernas da experiência francesa bonapartista do final do século XIX”. Seria, a nosso ver, uma espécie de

⁸ Para um maior aprofundamento sobre as práticas de *gentrification*, ver SMITH, Neil. Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital, not people. **Journal of the American Planning Association**, v. 45, p. 538-548, 1979; SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006. P. 59-87.

⁹ A questão da *gentrification* já vem sendo bastante estudada por autores como Neil Smith (1979 e 2006), Sharon Zukin (1996), David Harvey (2009), Mike Featherstone (1995), dentre outros. Em diversos trabalhos são utilizados termos como enobrecimento, gentrificação e *gentrification*, para se referir ao mesmo processo. Devido a falta de consenso e das, a nosso ver, infrutíferas discussões acerca dessa terminologia, optamos nessa pesquisa em manter o termo em seu original em inglês.

neohaussmanização - que discutiremos mais solidamente no capítulo 2 dessa dissertação.

Esse “retorno” aos Centros Históricos, às “raízes”, pode também ser analisado enquanto uma reação de grupos sociais locais à efemeridade, à fragmentação e dispersão da vida na pós-modernidade globalizante e uniformizante. Diversos movimentos em busca de uma identidade coletiva ou individual procuram resgatar seus laços com os Centros Históricos, almejando o reencontro com o passado, com “sua” comunidade (ou supostamente sua), o que os faz diferenciados e individualizados frente a “Aldeia Global”. Assim, concluímos que a pós-modernidade ao mesmo tempo em que globaliza, também motiva uma tentativa de resgate da tradição, “a identidade de lugar se torna uma questão importante nessa colagem de imagens espaciais superpostas” (HARVEY, 2009, p. 272).

É justamente nessa resposta localizante à globalização pós-moderna que situamos a emergência de uma cena musical que se desenvolveu na Rua Chile em fins do século XX. Lá pela metade da década de 1990 se iniciou um ensaio de renovação dos agentes e práticas sociais na Rua Chile e mediações com a chegada de grupos de jovens, de estilos variados, em sua maioria da classe média, atraídos pelas novas possibilidades de compartilhamento de elementos culturais supostamente identitários, pelas características “boêmia”, “alternativa” e roqueira de convivência que aquele recorte urbano possibilitava e, segundo algumas pessoas entrevistadas nessa pesquisa, até inspirava.

Na primeira metade da década de 1990 a cidade de Natal teve um aumento considerável do número de turistas, principalmente europeus, que procuravam a capital potiguar em busca de suas belezas naturais e, no caso de uma considerável parcela desses turistas, as belezas pessoais - o turismo sexual. Essas atividades passaram a se desenvolver mais especificamente na praia de Ponta Negra, que, nessa época, era muito frequentada pelos jovens natalense, devido a sua atmosfera surf-rock. A realização de vários eventos culturais, como por exemplo o festival de rock mensal intitulado *Rock on the Moon*, conferiram àquela praia um destaque nos itinerários dos jovens natalenses, em especial os de classe média e apreciadores de um estilo musical mais pop-rock.

Após a proliferação desse chamado “turismo sexual” em Ponta Negra, houve um deslocamento dos pontos de encontro dos jovens natalenses que compartilhavam um estilo mais identificado com o rock. Esse período coincide com o

início da realização de algumas atividades culturais na Ribeira, em bares como o “Bimbos” e o “Casarão”, e com o término de uma das fases das ações do Plano de Reabilitação da Ribeira, que foi o “Projeto Fachadas da Rua Chile”, concluído em 20 de dezembro de 1996 quando a fachada de quase todas as casas dessa rua foram recuperadas e pintadas com cores vivas e alegres e parte do calçamento foi trocado, criando as condições físicas e visuais para a exploração daquele recanto urbano por uma lógica econômica.

O “embelezamento” da Rua Chile, a proliferação de eventos culturais em alguns casarões da Ribeira, bem como a fuga dos jovens do circuito Ponta Negra, motivou a rápida emergência de uma cena musical que teve nas mediações do “Largo” da Rua Chile o seu epicentro. Dessa forma, a partir do final de 1996, notadamente após a abertura do bar-boate “*Blackout*”, no dia 19 de março de 1997, no “Largo” da Rua Chile, esse trecho do bairro da Ribeira assumiu a condição de principal ponto de lazer e entretenimento noturno de grande parte dos jovens natalenses que gostavam de rock e se diziam “alternativos”.

Assim, num mesmo momento em que a nascente cena musical e toda a sua efervescência sociocultural e econômica ressignificava a Rua Chile e o seu “Largo”, possibilitando além de uma valorização imobiliária o engendramento de novas dinâmicas sociais, este também atuava enquanto palco “enobrecido”, um local de visibilidade a esse movimento sociocultural, e também agregou-lhe valor enquanto Centro Histórico da cidade.

Para uma melhor análise dessa “explosão” cultural em fins dos anos 1990, que movimentou uma parte do Centro Histórico de Natal que se encontrava “moribundo”, emerge a discussão acerca do conceito de cena. As cenas e suas diversas variações vêm sendo estudadas por autores como Straw (1991; 2004; 2006), Bennett (2004), Bennett e Peterson (2004), Kruse (2010), Freire Filho e Fernandes (2005), dentre outros. De forma geral, entendemos cena como uma combinação entre espaços específicos e suas práticas culturais demarcadoras, com toda uma rede econômica e social que envolve os seus participantes.

Nesse sentido, o conceito de cena é eficiente para o entendimento de unidades culturais cujas fronteiras são elásticas e fugídeas. Segundo Straw (2006, p. 5), “ao mesmo tempo, a cena parece capaz de evocar a intimidade acolhedora da comunidade e o fluido cosmopolita da vida urbana”. Essa busca pela “intimidade acolhedora da comunidade”, esse resgate de um sentido identitário na reapropriação

de um espaço urbano tido como histórico, acaba por ser tragado pela força do mercado e do capital e vendida como uma imagem, como um simulacro¹⁰.

Um elemento marcante de uma dada cena é justamente o seu caráter de heterogeneidade em relação aos seus participantes, suas simbologias e suas fronteiras que se estendem e se retraem. Alguns elementos podem até conferir uma ilusão de comunidade efetiva, de “Tribo Urbana”¹¹, mas, na verdade, esses elementos muitas vezes escondem as fortes disputas que ocorrem no interior da cena e transformam essas áreas urbanas em palcos de disputas por “um fragmentado espaço de visibilidade pública” (LEITE, 2007, p. 19-20).

A vida cultural noturna da Rua Chile, nos tempos do “*Blackout*”¹², pode ser caracterizada claramente como uma cena musical, um espaço de manifestação heterogêneo e fragmentado em diversos interesses e tendências. Podemos considerar como marcas dessa cena a pluralidade dos estilos das casas de shows, bares-boates e de seus frequentadores e, muitas vezes, a relação tensa entre antigos e novos empresários que lá investiam. Um espaço urbano que inicialmente foi visitador por um determinado público que se autodenominava “alternativo”, mas que depois passou a entrar no circuito noturno da cidade, atraindo frequentadores de diversas tendências e classes sociais e até mesmo turistas.

Essa miscelânea de estilos e tendências caracterizava a cena musical urbana que se desenvolveu na Rua Chile, pós-obras de “restauração”, empreendidas pelo Prefeito Aldo Tinoco. Havia uma grande diversidade de estilos e públicos que ia do blues, passando pelo rock, pop rock, heavy metal, reggae, chegando até as discotecagens. Os bares e boates seguiam também essa tendência heterogênea, sendo os principais o “*Blackout*”, considerado por muitos o mais *cult*, o “A Lata”, o “*Downtown*”, o “Armazém do Cais”, o “Bar das Bandeiras”, o “Yolle Bar”, e o “*Bronks*”, que ficava no final da Rua Chile, no lado oposto ao “Largo”, tendo como limite a Rua Tavares de Lira.

A Rua Chile, com destaque para o “Largo”, era um espaço de sociabilidades, como também de conflitos e de fortes interesses econômicos. Mas, acima de tudo,

¹⁰ Essa discussão acerca de simulações e simulacros na pós-modernidade foi desenvolvida no Capítulo 2 dessa dissertação. Para um maior aprofundamento sobre esse conceito, ver BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Antropos, 1981.

¹¹ Para um maior aprofundamento do conceito de Tribo Urbana, ver MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

¹² De 1997 a 2004.

era o palco e um cenário para exibição de uma identidade supostamente alternativa de Natal. Os adjetivos “boêmio”, “alternativo” e “*underground*” são comumente empregados pelos que vivenciaram aquela cena para se referir aos eventos, as pessoas e ao próprio espaço. Na visão de Anderson “Foca”, um dos entrevistados para a composição desse trabalho, o fato de a Ribeira ser o Centro Histórico da cidade, por si só, já lhe conferia uma áurea alternativa e boêmia.

A cena musical da Rua Chile vivenciada na segunda metade da década de 1990 além de um forte elemento que contribuiu para a ressignificação da Rua Chile pós-“revitalização”, era também um local para ver e ser visto. Assim, as pessoas que frequentavam aquele espaço, principalmente o “Largo”, buscavam também, mais que uma opção de entretenimento noturno, uma possibilidade de compartilhamento de músicas, atitudes e visual-estético de elementos identitários que os faziam crer participar de algum movimento distintivo, no caso, “alternativo”.

Os frequentadores daquele “palco urbano” eram atores, mas também espectadores daquela cena, reproduzindo discursos e práticas que ajudavam a moldar a imagem do espaço e das próprias pessoas envolvidas. Straw (2004, p. 413) corrobora com essa visão quando afirma que “cena é um modo de falar da teatralidade da cidade – da capacidade da cidade de gerar imagens de pessoas ocupando espaço público de modos atrativos”. Essa ocupação não ocorre sem a troca e a fusão de imagens e símbolos entre os frequentadores e o espaço praticado.

Na tentativa de lançarmos uma luz nesse processo de construção de novas imagens, símbolos e significados sociais acerca da Rua Chile, após o lançamento do programa de “revitalização” da dita rua, utilizamos fontes históricas de variadas matizes. Inicialmente partimos da análise de Cartas, Recomendações e Compromissos, documentos sínteses de congressos e encontros nacionais e internacionais, que discutiram temas ligados às questões urbanísticas e, principalmente, patrimonial-históricas¹³.

¹³ Lei nº 378, jan. 1937, que determina a fundação do SPHAN no Brasil; Carta de Atenas, nov. 1933; Carta de Veneza, maio 1964; Normas de Quito, nov./dez. 1967; Compromisso de Brasília, abr. 1970; Compromisso de Salvador, out. 1971; Convenção do Patrimônio Mundial, nov. 1972; Declaração de Amsterdã, out. 1975; Carta de Turismo Cultural, nov. 1976; Carta de Nairóbi, nov. 1976; Carta de Machu Piccho, dez. 1977; Carta de Burra, 1980; Declaração do México, 1982; Carta de Washington, 1986; Carta de Petrópolis, 1987; Declaração de São Paulo, 1989; Carta de Lisboa, out. 1995.

Nesses importantes documentos, disponibilizados pelos arquivos digitais do IPHAN¹⁴, percebemos claramente todo um processo de mudanças nas perspectivas preservacionistas, discutidas tanto nacionalmente quanto internacionalmente. A partir deles, pudemos analisar e discutir os vários interesses ideológicos, culturais, políticos, econômicos e sociais envolvidos nos programas de reconhecimento, preservação e revitalização de bens históricos e/ou patrimoniais. Essas fontes nos levaram, também, a constatar que as políticas de refuncionalização de Centros Históricos no Brasil, como a “Lapa” no Rio de Janeiro, o “Pelourinho” em Salvador, Recife Antigo, São Luís no Maranhão, e a Rua Chile em Natal, dentre tantos outros casos, estavam todos conectados a um processo mais amplo, mesmo a nível internacional, de retomada dessas áreas histórica a partir da lógica da *city marketing*.

A análise do conteúdo de alguns jornais como *A República*¹⁵, *O Diário de Natal*¹⁶ e *A Ordem*¹⁷, nos auxiliaram numa melhor compreensão do “lugar” da Rua Chile-Ribeira no contexto de modernização da cidade de Natal na primeira metade do século XX. Nesses jornais encontramos fragmentos do “olhar” das elites natalenses acerca das mudanças não só urbanísticas mas também sociais, que se processavam em Natal, especificamente no bairro da Ribeira. Percebemos como o discurso de modernização se consolidava mais fortemente na cidade, assim como o esquecimento dos problemas das camadas mais pobres, que passaram a ser cada vez mais esquecidos em detrimento da campanha de embelezamento do bairro. Nas suas reportagens buscamos, ainda, resgatar *flashs* da vida cotidiana dos frequentadores da Ribeira, seus pontos de lazer, os problemas enfrentados pelo bairro, etc.

*A Tribuna do Norte*¹⁸ e *O Diário de Natal*¹⁹, os dois jornais de maiores circulações da cidade no final do século XX, também trouxeram várias reportagens onde os eventos da Rua Chile passaram a ser manchetes. Nessas edições jornalísticas, as noites da “nova” Rua Chile restaurada, colorida, pop, passam a ser

¹⁴ Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em 14 fev. 2013.

¹⁵ *A REPÚBLICA*, Natal, 24 dez. 1889; 21 jan.1891; 13 fev. 1892; 07 jan.1902; 03 jan.1903; 02 fev.1903; 03 mar 1904; 13 e 14 jan.1905; 02 out. 1911; 16 jan. 1912; 03 jun. 1925; 04 jan.1927; 24 fev.1929; 20 fev. 1936.

¹⁶ *DIÁRIO DE NATAL*, Natal, 20 mar. 1949; 27 mar. 1949; 03 abr. 1949.

¹⁷ *A ORDEM*, Natal, 15 ago. 1967; 23 jan.1965; 12 ago. 1967.

¹⁸ *TRIBUNA DO NORTE* - Caderno Viver, 18 fev. 2000; Caderno Viver, 05 ago. 2000; 16 maio 2001; 17 maio 2001.

¹⁹ *DIÁRIO DE NATAL* – Caderno Muito, 04 ago. 2000.

apresentadas como eventos bastante convidativos para os jovens da cidade. Essas reportagens contribuíram para com o processo de ressignificação da Rua Chile, consolidando uma imagem de espaço de entretenimento noturno moderno, pop e heterogêneo.

Alguns documentos como os Planos Diretores da cidade de Natal de 1974, 1984 e 1994 nos apresentaram as tendências urbanísticas da cidade na segunda metade do século XX e nos ajudaram a compreender o processo de “retorno” à Rua Chile/Ribeira, em meados dos anos 1990. Um passo importante nesse processo foi o lançamento do Plano Diretor de Organização Físico-Territorial do Município de Natal, de 1984, que dividiu a cidade em áreas de expansão urbana e em áreas de preservação ambiental histórica, o que culminou com o lançamento das Leis nº 3.942/1990, que instituiu a ZEPH - Zona Especial de Preservação Histórica, e nº 4.069/1992, que institui a ZEP (Zona Especial Portuária). Essa mesma tendência de valorização do Centro Histórico de Natal foi seguida com o Plano Diretor de Natal, de 1994, e com a Lei nº 4.932/1997, que dispôs sobre a Operação Urbana Ribeira. Esses documentos serviram de importantes fontes históricas na construção dos Capítulos 1 e 2 dessa dissertação.

Nessa busca por uma melhor compreensão do avanço urbanístico da cidade e, sobretudo, das vivências no bairro da Ribeira e na Rua Chile, não pudemos nos furtar de uma análise de fotografias²⁰ daquele espaço urbano. Algumas fotos antigas, em preto e branco, do tempo em que aquela rua ainda se chamava Rua do Comercio, nos apresentaram, como que em uma viagem no tempo, imagens de cenas vivenciadas no início do século XX, quando a Ribeira, e também a Rua Chile, representavam o centro irradiador e pulsante da sociedade e economia de Natal, bem como o processo de crescimento urbano do bairro.

Por sua vez, as fotos coloridas tiradas em pleno processo de ressignificação da Rua Chile, em fins dos anos 1990, nos apresentam outras perspectivas daquele recanto urbano, marcadas pela espetacularização dos casarões, pintados em cores vivas, atrativas e *pops*, bem como cenas de eventos que lá ocorreram, o que possibilitou uma análise das vivências sociais que marcaram aquele logradouro no recorte temporal em questão. Comparando essas fotos, percebemos como as dinâmicas urbanísticas, político-econômicas e, principalmente, as vivências na

²⁰ Grande parte dessas fotos e alguns mapas estão disponibilizados no site da SEMURB: <<http://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-106.html>>.

Ribeira, mais especificamente da Rua Chile, foram se alterando ao longo do século XX.

Considerando que a proposta geral do trabalho é compreender não apenas as mudanças e projetos urbanísticos voltados para a Ribeira-Rua Chile, mas as práticas, vivências e simbolismo envoltos na cena musical dos anos 1990, julgamos quase impossível a sua realização adequada sem a utilização da história oral; no caso desse trabalho, a história oral temática híbrida (MEIHY E HOLANDA, 2011). Essa técnica²¹ nos ajudou na compreensão de uma série de questionamentos, a saber: como os próprios frequentadores viam e se sentiam ao vivenciar os eventos na Rua Chile? Que imagens eles tinham acerca daquela rua e do bairro como um todo, antes e depois de começar a frequentá-los? O que os atraía aos eventos daquela rua? Como eles se relacionavam entre si e com o espaço físico? Como se vestiam, o que ouviam, consumiam e como se divertiam?

Segundo Meihy e Holanda (2011), existem três gêneros distintos de história oral, ou seja, a história oral de vida, a história oral temática e a tradição oral. Eles destacam também dois diferentes procedimentos possíveis, que são a história oral pura e a híbrida. No caso dessa pesquisa, optamos pela história oral temática híbrida, que pode ser caracterizada como uma técnica em que as entrevistas não se sustentam sozinhas e permitem o confronto e o complemento de alguma documentação convencional.

Em nossa compreensão as fontes orais, escritas e pictóricas não são incompatíveis em uma mesma pesquisa. Pelo contrário, cada uma delas pode contribuir de forma peculiar na construção de uma pesquisa histórica. A história oral nos permite entrar em contato com o universo cotidiano e simbólico do entrevistado, compreendendo suas motivações, expectativas e frustrações, suas visões de mundo e algumas de suas práticas, muitas vezes secretas e adormecidas, atribuindo uma consistência maior a uma pesquisa histórica. O conteúdo desses depoimentos, no entanto, pode também ser acareado com outras fontes, para permitir ao pesquisador a percepção de elementos que foram esquecidos, deturpados, datados e lugares errados, informações imprecisas sobre pessoas, grupos ou empresas, etc.

²¹ Segundo Meihy (1998, p. 20), a história oral pode ser vista como uma técnica quando “é um caminho adicional para atingir um objetivo que, por sua vez, depende de outros fatores complementares que podem ou não ser qualificados como história oral”. O autor ainda destaca outros estatutos para a história oral, dependendo da natureza da pesquisa, poder ser, além de uma técnica, um método ou uma disciplina.

Ao todo, entrevistamos dez colaboradores de idades, sexo, condições socioeconômicas e culturais distintas, que formaram a “colônia”²² dessa pesquisa. Essa “colônia” foi composta por pessoas que têm em comum o fato de terem vivenciado fases diversas da trajetória da Rua Chile-Ribeira, desde o final dos anos 1950 até os fins dos anos 1990. Para facilitar a análise e compreensão do trabalho, dividimos ainda essa “colônia” em quatro “redes”²³.

Na primeira “rede” inserimos Luiz Antônio Torres Porpino²⁴, José Fabrício Neto²⁵ e Francisco das Chagas Gomes²⁶. Em suas entrevistas, eles revelaram um pouco das suas vivências na Rua Chile e Ribeira em períodos bem anteriores à revitalização dos anos 1990. Estes transitaram, viveram e trabalharam na Rua Chile entre os anos 1950 e 1970, ou seja, puderam nos apresentar elementos das suas práticas cotidianas naquele espaço, o que nos ajudaram a compreender que imagens eram construídas sobre a dita rua antes do projeto de revitalização e como essas imagens foram sendo transformadas pelas ações de seus atores sociais. Julgamos importantes as entrevistas desses senhores, pois, como o objetivo da pesquisa é compreender a resignificação do espaço Rua Chile pós-refuncionalização, precisamos compreender também quais era as imagens anteriores a essas ações acerca daquele espaço.

A segunda “rede” foi formada por Valdécio Costa²⁷, mais conhecido como “Decinho”, e por Eunice Evangelista²⁸, a “Nêga do Trailer”²⁹. Eles nos apresentaram informações importantes acerca de todo o processo de transição da fase de abandono da Rua Chile, nos anos 1980 e início dos anos 1990, para o processo de reocupação, na segunda metade dos anos 1990, pois mantinham seus estabelecimentos comerciais no período anterior ao programa “Fachadas da Rua

²² A colônia é formada por pessoas que vivenciaram experiências marcantes ligadas a um mesmo ponto em comum, que acaba gerando uma afinidade mais geral. No caso dessa pesquisa, o elemento em comum e que gera tal afinidade, mesma que ténue em alguns casos, é a vivência na Rua Chile. (MEIHY, 2008, p. 61).

²³ Partindo das reflexões de Meihy e Holanda (2011, p.54-55), consideramos que as “redes” são subdivisões da “colônia”, buscam estabelecer relações e identidades mais fortes entre seus membros.

²⁴ Aposentado. Entrevista concedida ao autor em 04 jun. 2013.

²⁵ Aposentado. Entrevista concedida ao autor em 14 jun. 2013.

²⁶ Aposentado. Entrevista concedida ao autor em 04 jun. 2013.

²⁷ Sócio do Centro Náutico Potengi e proprietário da cigarreira “Cat-Fish”, fundada em 1984, depois transformada no “Yolle Bar”, situado no próprio Largo da Rua Chile. Entrevista concedida ao autor em 31 jul. 2012.

²⁸ Proprietária do “Trailer da Nêga”, localizado na Rua Silva Jardim, na esquina com o Largo da Rua Chile, inaugurado em 1995. Entrevista concedida ao autor em 31 jul. 2012.

²⁹ Essa foi a alcunha com que a própria colaboradora se identificou no momento da entrevista.

Chile”, da Prefeitura de Natal. “Decinho” já frequentava a Rua Chile-Ribeira desde os anos 1960 e em meados dos anos 1980 fundou um pequeno estabelecimento comercial no Largo da Rua Chile; já Eunice Evangelista, trabalhava em uma empresa de pescados na Ribeira e constantemente, no fim do expediente de trabalho, fazia *happy hour* na Rua Chile. Em 1995 ela comprou uma cigarreira na esquina do Largo da Rua Chile. Ambos assistiram e vivenciaram, enquanto microempresários, toda a gênese e esplendor da cena musical da Rua Chile.

A terceira “rede” deixamos como um conjunto unitário, inserimos apenas a entrevista de José Luiz Samico³⁰, sócio da boate “*Downtown*”. Com essa entrevista tivemos contato com a visão de uma pessoa que vivenciou a cena da Rua Chile não só como um frequentador assíduo dos eventos noturnos que lá aconteciam, mas como empresário, bem mais capitalizado do que o Sr. “Decinho” e a Sr. Eunice. Ele foi proprietário da “*Downtown*”, um dos estabelecimentos ícones da versão mais pop e elitizada daquela cena, principal responsável pela presença na Rua Chile de um público musicalmente e esteticamente mais eclético e menos “alternativo”. Com sua entrevista compreendemos outros elementos que compuseram aquela cena, como os aspectos econômicos e redes de marketing que transformaram aquele espaço histórico em um negócio rentável, que o inseria na lógica da *city marketing*.

Os colaboradores Anderson “Foca”³¹, Eduardo Passaia³², Sérgio Vilar³³ e Pablo Capistrano³⁴, formaram a quarta “rede” de entrevistas. Com essa “rede” tivemos a oportunidade de entrar em contato com a visão de pessoas que frequentavam assiduamente as noites agitadas da Rua Chile. Nos casos de Anderson “Foca” e Eduardo Passaia, além de frequentadores dos embalos noturnos da Ribeira-Rua Chile, eles também participaram como músicos. O primeiro tocou nas bandas “Ravergar” e “Officina”, o segundo tocou guitarra também na “Officina” e posteriormente na banda “*Uskaravelho*”. Os colaboradores dessa “rede” nos apresentaram uma visão mais profunda das vivências daquele espaço revitalizado e enobrecido, como se relacionavam, o que faziam naquelas noites dos anos 1990, que visões e expectativas tinham acerca da Rua Chile e de seus eventos, quais as suas preferências musicais, visuais e estéticas, etc. Assim, nas entrevistas dessa

³⁰ Empresário e Produtor Cultural, sócio da boate “*Downtown*” em Recife, fundou uma filial homônima na Rua Chile, no ano 2000. Entrevista concedida ao autor em 02 maio 2013.

³¹ Músico e Produtor Cultural. Entrevista concedida ao autor em 17 out. 2012.

³² Músico. Entrevista concedida ao autor em 28 maio 2013.

³³ Jornalista. Entrevista concedida ao autor em 18 nov. 2012.

³⁴ Filósofo e Professor. Entrevista concedida ao autor em 04 dez. 2012.

“rede” reside uma importância destacada para a realização desse trabalho, notadamente no capítulo 3.

Quando trabalhamos com fontes orais nos deparamos de imediato com uma polêmica que ainda envolve essas fontes: a questão da credibilidade do conteúdo das entrevistas. Muitos encaram os depoimentos orais como fontes excessivamente subjetivas, pois tomam como base justamente a memória do entrevistado, que pode ser consciente ou inconscientemente fantasiosa, tendenciosa e/ou falha. Quanto a esse suposto problema, rebate Portelli ao se referir às entrevistas em história oral:

[...] contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez [...] O que os informantes acreditam é na verdade em um fato histórico (isto é, o fato no qual eles crêem), tanto como naquilo que realmente aconteceu (1997, p. 31).

Ainda sobre o papel importante da memória no processo de (re)construção histórica de um determinado movimento, elucida Portelli

[...] Mas o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. (1997, p. 33).

Considerando as colocações de Portelli, concluímos que é justamente nessas supostas “falhas” da história oral que reside uma de suas riquezas. O pesquisador que trabalha com essa técnica deve buscar entender por que o entrevistado-colaborador se pronunciou de forma seletiva e/ou omissa, que “verdades” ele queria construir ou omitir. Essas seleções e omissões podem nos informar muito a respeito do objeto estudado. Como dizia o cantor e compositor Cazuza, “mentiras sinceras me interessam”.

Nesse contexto, a própria possível parcialidade e tendenciosidade da história oral podem ser consideradas como elementos a serem analisados como fontes

históricas e que devem ser encarados de forma crítica pelo pesquisador, pois o que o entrevistado acredita e afirma é um elemento histórico, da mesma forma que aquilo que realmente aconteceu. Ademais, questionamos se alguma fonte escrita, pictórica ou sonora não carrega também um forte teor ideológico e, conseqüentemente, se torna parcial? O perigo da parcialidade, omissões, mentiras, fantasias e manipulações ideológicas, na nossa perspectiva, acompanham praticamente todas as fontes históricas, não é algo ontológico das fontes orais. Desse modo, cabe ao pesquisador perceber e saber lidar com essas situações que se apresentam diante do processo de produção de uma pesquisa historiográfica.

A história oral enriquece muitas pesquisas ao dar voz a diversos agentes históricos que dificilmente são percebidos nos documentos oficiais, podendo, como afirma Thompson (2002, p. 22), “devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”. Ocorre, assim, uma maior democratização da história. Os agentes produtores dessas histórias não são mais exclusivamente os grandes líderes e heróis, mas as pessoas simples, desconhecidas, ofuscadas pelos documentos oficiais e que insistem em permanecer existindo e lutando para escrever e dar visibilidade ao livro de suas histórias e estórias.

Buscando um melhor entendimento sobre o processo de resignificação da Rua Chile, enquanto espaço urbano refuncionalizado pós-1996, percebemos a necessidade de analisar não só o programa de “revitalização”, inicialmente executado pelo Prefeito Aldo Tinoco (1993-1997), mas igualmente resgatar imagens, simbolismos e *flashs* das vivências desse trecho do Centro Histórico de Natal, desde os primeiros anos do século XX. Assim, esperamos compreender toda a construção dos signos e simbologias que impregnavam as imagens da Rua Chile/Ribeira, o que mudou, o que permaneceu e o que foi apenas resignificado. Nesse sentido, percebemos uma clara divisão na trajetória dessas imagens construídas acerca desse espaço urbano, a saber: Fase Glamorosa (do início do século XX até o final dos anos 1930), Fase Boêmia (dos anos 1940 até a primeira metade dos anos 1960), Fase Marginal (da segunda metade dos anos 1960 até meados dos anos 1980), Fase Alternativa-*Underground* (de fins dos anos 1980 até fins dos anos 1990) e, por fim, Fase Pop (entre os anos 2000 e 2004).

Para facilitar a análise dessa trajetória da Rua Chile e da construção de suas imagens ao longo do século XX, suas vivências e simbolismos, dividimos o corpo dessa dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo percebemos que a Ribeira-Rua Chile assumiu, notadamente a partir de algumas reformas urbanísticas modernizantes, com características “haussmanizantes” feitas ainda na Primeira República, o posto de grande centro econômico da cidade de Natal, assim como um espaço de vivências ativas das elites, marcado por uma atmosfera destacadamente glamorosa. Trechos como a Rua do Comercio (Rua Chile), Rua Dr. Barata e a Av. Tavares de Lyra, por exemplo, foram transformadas em passarelas para as damas da alta sociedade natalense serem vistas, pontos de realização de grandes negócios e calorosas discussões políticas ou somente para se “saber das novidades” e também espaços de grandes festejos populares.

Esse destaque econômico e social atingiu seu ponto máximo no período da segunda fase da Segunda Guerra Mundial (1942-1945), quando o grande número de militares estadunidenses, presentes na cidade, estimularam o comércio, especialmente da Ribeira-Rua Chile, principal espaço de sociabilidade, com o funcionamento de várias lojas, bares e cabarés – Fase Boêmia. Nesse período a Rua Chile, com os cabarés Arpege e Wonder Bar e o lendário Beco da Quarentena, assumiu destacadamente a imagem de espaço boêmio, exemplo seguido por outros espaços da Ribeira, como o cruzamento da Rua Dr. Barata com a Av. Tavares de Lyra.

No último ponto do capítulo 1 analisamos aquela que denominamos Fase Marginal da Rua Chile. Com o término da Guerra, a expansão urbana de Natal e o forte desenvolvimento do comércio na Cidade Alta e no bairro do Alecrim, a Rua Chile e grande parte do bairro da Ribeira vivenciou um lento e constante processo de decadência econômica e social, a partir dos anos 1960 e mais forte nos anos 1970 e 1980. Os bairros de Tirol e Petrópolis se consolidaram como residencial das elites da cidade e outros, com traços mais populares, continuaram a se proliferar, assim como novos pontos de sociabilidades e lazer que fizeram os antigos bares, cafés e cabarés da Ribeira parecerem coisas ultrapassadas e antiquadas. A atmosfera boêmia da Rua Chile-Ribeira não atraía mais a grande parte da juventude natalense que, a partir dos anos 1960, passaram a se sociabilizar em outros

espaços, como por exemplo, a Ponta do Morcego (trecho da Praia do Meio) e na Praia do Forte.

Com as análises desse primeiro capítulo, pudemos perceber toda a formação da Rua Chile (Rua do Comercio) enquanto centro econômico e sociocultural da cidade de Natal. Julgamos essas discussões importantes para o entendimento acerca do lugar que essa rua especifica e o bairro da Ribeira como um todo ocupavam na trajetória da cidade. Dessa forma, em nossa concepção, será possível analisar melhor o processo de resignificação da Rua Chile em fins dos anos 1990, se compreendermos que imagens já eram atreladas a esse espaço urbano central.

O capítulo 2 dedicou-se mais a uma análise do programa “enobrecedor” de refuncionalização da Rua Chile, iniciado na segunda metade dos anos 1990. No entanto, iniciamos o capítulo analisando as mudanças sociais e, principalmente, culturais que se processaram no mundo capitalista com o advento da pós-modernidade. A formação da sociedade de consumo globalizada, repleta de signos e simulacros que induzem a uma vivência de aparência e de “espetáculos” consumistas – “mundo simulacional” – atingiram também os Centros Históricos, que passaram a ser empacotados e distribuídos não mais somente como um elo identitário entre as comunidades locais ou centros residenciais e comerciais pobres, mas sim como mais uma atração da cidade na luta para captar turistas e investimentos.

É justamente nesse cenário de consumo elitizado e espetacularizado que inserimos a discussão sobre a “retomada” da Rua Chile, através do processo “gentrificador” do programa de refuncionalização da dita rua, em fins dos anos 1990. Nesse ponto analisamos quais as concepções e valores que motivaram essas ações urbanísticas refuncionalistas e enobrecedoras. Percebemos, inclusive, algumas semelhanças com as obras modernizadoras e elitizantes do início do século XX, o que nos levou a classificá-las como “neo-hausmanizantes”.

Se com o capítulo 2 compreendemos todo o programa urbanístico de revitalização da Rua Chile, suas concepções geradoras e motivadoras, suas ações e consequências socioeconômicas, com o terceiro e último capítulo da dissertação procuramos responder a principal questão desse trabalho, ou seja, perscrutamos que relação essas ações urbanísticas “revitalizantes” estabeleceram com a formação de uma cena musical e como essa cena acabou atribuindo novos

significados socioculturais a Rua Chile, impregnando esse espaço urbano histórico com novos signos, criando um espaço estandardizado, espetacularizado e pop.

Esse último capítulo propõe analisar o processo de refuncionalização da Rua Chile justamente pelo prisma das práticas de seus atores principais: as pessoas, principalmente os jovens, que deram corpo e vitalidade à pulsante cena musical que ocupou aquele trecho do Centro Histórico. Utilizando a infraestrutura recém-restaurada, a partir de suas vivências, de suas formas de se relacionar com o espaço recém refuncionalizado, com os casarões antigos pintados e coloridos, com as demais pessoas que lá estavam, nas festas, nas intermináveis andanças ao longo de todos os recantos daquela rua, nos encontros e desencontros que a cena musical da Rua Chile possibilitou, em fins dos anos 1990, esses atores sociais acabaram por adaptar e ressignificar uma das ruas mais famosas do Centro Histórico de Natal.

CAPÍTULO 1 – GLAMOUR, BOEMIA E MARGINALIDADE NA RUA CHILE/RIBEIRA: da haussmanização no início do século XX à crise dos anos 1960/1980.

*“Velha Ribeira boêmia como estás desfigurada!
Guardas ao menos, Ribeira, saudades do teu passado?
Foste elegante e formosa, e indiferente olhavas,
Do alto de teus sobrados, até onde a vista alcançava,
A embrionária cidade que aos poucos se estirava, [...]
Houve tempo mais antigo, do qual ficou a história,
Quando dândis subnutridos e moças à melindrosa,
Desfilavam na Tavares como se andassem em Paris,
E nos Champs-Élysees daqui lançavam modas, ditados. [...]
Velha Ribeira boêmia, onde estão tuas mulheres?
Onde andam Francisquinha, Madame Chose, Odete, Zara Pia. Maricele, Severina, China e Míria. Ademilde, Maristela, Paulistinha e Onça Pintada. Maria Rosa e Adelaide, Constância e Felicidade?
Já não as vejo na luz dos refratários ocasos,
Que te escondem Ribeira, no sudário da saudade.”*

(Nilson Patriota)

Os versos acima, escritos por Nilson Patriota, apresentam elementos, imagens e simbolismos marcantes da história da Ribeira ao longo de várias décadas do século XX. A Ribeira enquanto espaço de saudade, saudade de um tempo em que este bairro era o coração, era a bomba pulsante da vida da cidade de Natal, quando “moças à melindrosa” desfilavam na *Champs-Élysées* potiguar. Um espaço elegante, glamoroso e boêmio, imagens estruturadas por práticas e discursos que

ajudaram a construir e reconstruir significados a respeito desse bairro e, especificamente, da Rua Chile.

Nesse primeiro capítulo, optamos por historicizar esse recorte urbano de Natal, partindo das reformas higienistas e modernizantes do início do século XX e chegando até os anos 1980. Esse recorte temporal logo se justificou pela necessidade que a dissertação impôs de compreender as imagens e laços construídos entre a população natalense e a Rua Chile-Ribeira, bem como suas mudanças e elementos atuantes. Desse modo, podemos compreender porque esse logradouro em especial foi escolhido para ser alvo do programa de revitalização e de reforma das suas fachadas em 1996.

Como pretendemos, no trabalho como um todo, analisar o processo de ressignificação daquele espaço urbano em fins dos anos 1990, precisamos inferir quais eram as imagens e significados construídos acerca da Rua Chile nos períodos anteriores ao programa de refuncionalização e como essas imagens e práticas sociais cotidianas foram sendo transformadas e ressignificadas ao longo do século XX. Entendemos, ainda, que papel esta rua desempenhou na vida dos habitantes da cidade de Natal, no início do século passado, e o seu lugar e sua imagem na memória dessa população. Frequentar a Rua Chile ao longo do século XX, portanto, representou sentidos e simbologias das mais variadas, em fases distintas.

No alvorecer do século XX a cidade de Natal, mais notadamente a Ribeira, sofreu uma série de intervenções que alteraram profundamente a sua fisionomia e traçados, estabelecendo um *aformoseamento* da paisagem, marcada pelo ar de modernidade e pela construção de espaços de sociabilidades essencialmente elitizados. Essa fase é conhecida como Glamorosa e lembra as reformas de Paris levadas à frente pelo barão Georges Eugène Haussmann, na segunda metade do século XIX, e encomendadas pelo próprio imperador Napoleão III. Obras como a pavimentação e alargamento de ruas e avenidas, edificação de imponentes prédios, como o do Teatro Carlos Gomes, a drenagem parcial do pântano da campina e a construção da Praça Augusto Severo e do cinema Polytheama, o melhoramento do porto da cidade, no final da Av. Tavares de Lyra, e dos sistemas de fornecimento de água e energia, dentre outras, são exemplos dessas ações urbanistas modernizantes sobre a Ribeira no início do século XX.

No período entre os anos de 1940 e 1950 até meados dos anos 1960, a Rua Chile vivenciou a Fase Boêmia, caracterizada por um *boom* socioeconômico,

proveniente dos efeitos da Segunda Guerra Mundial e da presença de milhares de soldados estadunidenses e seus fartos dólares hipnotizantes. Neste momento, o comércio na Ribeira aqueceu e diversificou-se. Era possível encontrar uma grande quantidade e variedade de produtos nas lojas espalhadas pelo bairro, de chapéus, botas, algodão, açúcar, sal, ferragens, peixarias, artigos de luxo trazidos da Europa, etc, o que possibilitou o enriquecimento de muitos comerciantes natalenses.

Seguindo o rastro de toda essa explosão comercial na Ribeira, um segmento ganhou destaque: o ramo dos bares, cafés e cabarés. Pontos de encontros de políticos locais, empresários, intelectuais, viajantes e militares, estabelecimentos como *“Expresso 56”*, *“Café Globo”*, *“Café Cova da Onça”*, *“Café Expresso Natal”*, *“Carneirinho de Ouro”*, *“Bar Eldorado”*, *“Arpege”*, *“Wonder Bar”*, alguns botecos de jogatinas e bebedeiras na Travessa Venezuela, dentre outros, contribuíram para construir uma imagem de espaço boêmio ao redor da Ribeira/Rua Chile.

Com o término da guerra e a expansão urbana e socioeconômica da cidade de Natal nos sentidos oeste e sul, com a criação de vários outros bairros residenciais e com a ampliação do comércio nos bairros do Alecrim e Cidade Alta, na segunda metade dos anos 1960 e mais notadamente nos anos 1970 e 1980, a era de glamour e boemia da Rua Chile, Av. Tavares de Lyra e da Rua Dr. Barata, especialmente, chegou ao fim. Iniciava-se, a partir de então, um período de ostracismo dessas antigas ruas, seguido do abandono de grande parte dos seus casarões, que passaram por um rápido processo de deterioração. Ademais, as vivências e práticas desses espaços foram sendo alteradas, assim como o seu significado para grande parte da população natalense. Essa fase é a que chamamos de Marginal da Rua Chile-Ribeira.

Nesse contexto, a Rua Chile-Ribeira passou por um forte processo de decadência e desvalorização econômica e cultural perante a população natalense fora das suas cercanias. Os casarões que antes tinham abrigado vários bares, movimentados e elitizados cabarés, residências valorizadas, passaram a ser utilizados para abrigar oficinas mecânicas, armazéns de sal e açúcar, peixarias, casas de baixo meretrício, dentre outras atividades que não mantinham nenhuma relação com o caráter histórico e artístico desses imóveis, causando, na maioria das vezes, uma desvalorização econômica e simbólica daquele espaço da urbe natalense.

Com a análise desses momentos distintos da história da Rua Chile-Ribeira estabelecemos um suporte historiográfico para a compreensão das imagens construídas acerca desse recorte urbano e a sua transformação em um objeto de interesse histórico-patrimonial da cidade, que, por isso mesmo, agregou um relativo valor cultural simbólico a sua exploração econômica, favorecida pela política de revitalização.

1.1 Modernizar é preciso: as reformas higienistas haussmanizantes – da consolidação da república aos anos 1930.

A Rua Chile – já chamada de Rua da Praia, Rua da Ribeira, Rua da Alfândega, Rua Tarquinio de Souza e Rua do Commercio - ocupa um lugar de destaque na história do bairro da Ribeira e da própria capital potiguar, abrigando alguns dos prédios históricos mais significativos da cidade. Esta foi a primeira rua construída paralela ao rio Potengi e era ocupada por armazéns de açúcar, algodão e peixe seco. Até meados do século XX era na Rua Chile que se realizavam os principais negócios de importação e exportação da cidade, devido a sua ligação geográfica como porto de Natal.

O bairro da Ribeira até fins do século XIX era uma área pantanosa e lamacenta e que constantemente era alagada com as marés altas, principalmente no mês de janeiro. Segundo Cascudo (1999, p. 150), tomava-se banho salgado onde hoje se localiza o Teatro Alberto Maranhão. As condições físicas e sanitárias eram precárias, o que fica evidenciado no pronunciamento de Casimiro José de Moraes, então Presidente da Província, em 7 de setembro de 1847, propondo reformas urbanístico-sanitárias no bairro. O mesmo defendia que:

[...] fosse dessecado o pântano da campina da Ribeira, cujas águas reboçadas e impregnadas de matérias vegetais putrefatas, fornecem **exalações produtivas de febres intermitentes** (grifo nosso), e de outras muitas efermidades, que se observam naquele bairro da cidade. (CASCUDO, 1999, p. 153)

O “pântano da campina” a que o Presidente se refere é onde hoje se localiza a Praça Augusto Severo, uma área alagadiça, com as águas da maré que invadiam a planície da Ribeira trazendo os temíveis e “implacáveis” miasmas. É visível nas palavras do líder político da província potiguar, uma influência das chamadas teorias miasmáticas muito fortes em fins do século XIX e início do século XX. Essas teorias atribuíam aos miasmas, que são emanações fétidas do solo ou de áreas alagadiças, supostamente nocivas ao ser humano, as causas de várias doenças e epidemias mortais.

Grande parte das reformas urbanísticas realizadas na Europa na segunda metade do século XIX e no Brasil, no início do século XX, foi norteadas por uma metáfora do corpo humano e da necessidade de livre circulação sanguínea e de combate aos miasmas. Conforme Richard Sennett (2008), a relação entre a noção de circulação sanguínea e a saúde do corpo se desenvolveu principalmente após a publicação da obra *De motu cordis*, em 1628, de autoria de William Harvey, e de suas descobertas sobre a circulação do sangue e seu bombeamento a partir do coração. Essa descoberta causou uma revolução na compreensão do funcionamento do corpo humano, consolidando a ideia de que um corpo saudável era aquele em que o sangue e a respiração fluíam livremente, sem obstáculos. Contribuiu, também, para várias mudanças, até mesmo nas concepções dos planos urbanísticos em várias cidades do mundo, a partir do século XIX.

Os novos projetos urbanísticos passaram a valorizar, na construção e reformas de suas urbes, condições que favorecessem a livre circulação de pessoas e de oxigênio e que inibissem as grandes aglomerações populacionais. Partiam do princípio de que, assim como o corpo precisa de veias e artérias desobstruídas para transportar leucócitos, hemácias e outros elementos vitais para o seu funcionamento, os centros urbanos também precisam de ruas e avenidas largas, praças amplas e arborizadas e espaços abertos que facilitem a livre circulação de seus caminhantes.

Podemos citar como exemplos urbanísticos marcados por essas metáforas da livre circulação sanguínea e respiratória, a construção da *Regent's Park* e da *Regent Street* em Londres; as reformas em Paris feitas pelo barão Haussmann (SENNETT, 2008); as obras da *Ringstrasse*, em Viena (SCHORSKE, 1990); e o “bota-abaixo” no Rio de Janeiro, realizado pelo prefeito Pereira Passos (BENCHIMOL, 2010).

Essa nova forma de pensar o urbano norteou também os vários discursos e obras realizadas no bairro da Ribeira, em Natal, nas duas primeiras décadas do século XX. Além da questão da salubridade, outros discursos também contribuíram para a estruturação de todas essas reformas urbanistas realizadas em fins do século XIX e início do século XX, como por exemplo, a busca por um embelezamento e modernização das cidades e um disciplinamento dos usos desse espaço urbano. Esses espaços precisavam agora, na ótica da elite administrativa republicana, se tornar a materialização representativa de toda uma era de progresso e civilidade que emergia após o “15 de novembro” de 1889³⁵. O embelezamento e toda essa modernização que se defendia para a Ribeira, no entanto, não incluía a população mais pobre do bairro, que acabou sendo afastada cada vez mais das áreas que estavam sendo reformadas e embelezadas.



Figura 1: Pequeno cais na Rua do Commercio.
Foto: Bruno Bougart.
Fonte: Arquivo pessoal de Eduardo Alexandre Garcia.

³⁵ Data da proclamação da república no Brasil.

As principais ruas na Ribeira até meados do século XIX eram a Rua do Aterro³⁶ (atual Junqueira Aires), Rua da Campina (atual Duque de Caxias), Rua da Praia (atual Silva Jardim), Rua do Commercio (atual Rua Chile) e o Canto (atual Largo da Rua Chile), que tinha uma rampa onde as canoas de pescaria podiam atracar (FIGURA 1).

Esse pequeno e precário cais do porto, feito com estreitas e perigosas rampas de madeira, e insalubres armazéns, mostrados na Figura 1, possibilitou que a Rua do Commercio (Rua Chile) gradativamente crescesse em importância na vida não só do bairro da Ribeira, como também de toda a cidade. Por trás dos armazéns é visível ainda uma vegetação densa com palmeiras, outras árvores e uma ampla campina. O porto da Rua do Commercio era uma espécie de fronteira “habitada” da urbe natalense.

Na segunda metade do século XIX ocorreu um considerável crescimento da economia agroexportadora do Rio Grande do Norte. Segundo Denise Monteiro (2000, p. 129), a cana-de-açúcar potiguar passou por um forte processo de valorização após a seca de 1845 e a dizimação de grande parte do rebanho bovino da província, levando a um crescimento dos canaviais no Vale do Ceará-Mirim; já o algodão do Seridó ganhou um grande impulso nesse período, decorrente, principalmente, da Guerra Civil nos Estados Unidos, nos anos 1860, e a consequente queda das exportações algodoeiras estadunidenses, o que possibilitou a cotonicultura nordestina expandir os seus mercados externos.

Devido a essas mudanças econômicas locais e internacionais e a proximidade com o cais, a Rua do Commercio (Rua Chile) passou a ocupar um lugar de destaque cada vez maior na vida da cidade e se consolidou como um espaço de poder da pequena e pacata Natal. Conforme Cascudo (1999, p. 152), esse surto de prosperidade se refletiu, por exemplo, na construção dos primeiros casarões de pedra e cal na dita rua em 1850.

Seguindo nessa crescente valorização econômica e social da Rua do Commercio (Rua Chile) e o aumento do volume de importações e exportações, o Presidente da Província, Pedro de Barros Cavalcanti de Albuquerque, inaugurou o “Cais 10 de junho” no término da futura Av. Tavares de Lyra, em 1869. Porém, a

³⁶ Até os anos 1930 era a única rua de ligação entre a Ribeira e a Cidade Alta, “escorregando que nem sabão depois das chuvas” e que comumente, segundo Cascudo (1999, p. 148), era chamada de “Aterro” e, posteriormente, “Ladeira”, “Subida da Ladeira”, “Rua da Cruz” e, por último, Av. Junqueira Aires.

coroação simbólica desse considerável avanço do prestígio da Rua do Commercio ocorreu em 1870, quando o mesmo Pedro de Albuquerque transferiu para um grande sobrado nessa rua a sede da administração provincial.

Segundo Cascudo (1999, p. 185-186), esse sobrado, nova sede do poder provincial, era “o mais imponente, o mais alto e mais caro do seu tempo, verdadeiro orgulho da cidade”, e pertencia a um comerciante rico, chamado Domingos Henrique de Oliveira, que o alugou para o estado. Nesse momento de relativa prosperidade da Ribeira é que, acredita Cascudo (1999), surgiu a forte rivalidade entre os moradores dos dois únicos bairros de Natal na época: a Cidade Alta, apelidados de “xarias”, porque tinham preferência por comer um tipo de peixe chamado xaréu, e os da Ribeira, que eram identificados pela alcunha de “canguleiros”, pois o peixe cangulo era o que mais estava presente em suas mesas.

O aspecto cultural, na Rua do Commercio (Rua Chile) ganhou um destaque ainda maior no cenário natalense, quando na noite de sábado de 16 de abril de 1898 (FERNANDES, 1992, p. 27) o Sr. Nicolau Maria Parente exibiu pela primeira vez em Natal um filme através de um cinematógrafo lumeriano. Essa estreia da sétima arte no estado ocorreu com as projeções sendo feitas nas paredes internas de um armazém de açúcar da Rua do Commercio. O feito foi comemorado pelo jornal *A República* em sua edição do dia 18 de abril de 1898, afirmando que “sábado à noite o Sr. Nicolau Parente fez uma excelente exibição no cinematógrafo [...] O trabalho agradou bastante e é uma das melhores diversões que temos gozado nesta capital”.

Dessa forma, além de centro econômico de Natal durante décadas, a Rua do Commercio (Rua Chile) também foi transformada em um centro sociopolítico e cultural. Nesse logradouro ocorreram passeatas abolicionistas e no dia 11 de agosto de 1889, o Conde d’Eu, esposo da Princesa Izabel, se hospedou no Palácio do Governo. Nesse mesmo sobrado, mais especificamente nas janelas do primeiro andar, o líder republicano Pedro Velho de Albuquerque Maranhão anunciou aos natalenses, no dia 17 de novembro de 1889, a proclamação da república brasileira. O próprio Pedro Velho nasceu também na Rua Chile, na casa nº 178.

Desse modo, a Rua do Commercio (Rua Chile) adentrou o século XX, num mister de crescimento econômico, devido o comércio de importação-exportação, porém ainda com grandes problemas, como a precariedade de serviços básicos, o fornecimento de água e iluminação pública. Na Figura 2, percebemos um ambiente que, apesar dos casarões e sobrados imponentes, ainda apresentava ares coloniais,

como a utilização de animais ao longo da rua para o transporte de animais e cercas com estacas de madeira para cercar alguns terrenos baldios.



Figura 2: Rua do Comercio (a).

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB).

Mesmo com essas “adversidades” e limitações da caminhada rumo ao progresso, o olhar da nova elite republicana mantinha-se direcionado para o futuro, para o moderno. Esse imaginário de modernidade estava por toda parte e propalado aos quatro cantos da cidade, até mesmo na fachada do casarão apresentado na Figura 2, que oferece aos seus clientes algum tipo de “Modernas Diversões”.

À medida que o fluxo de comércio local e internacional aumentou na Ribeira, a Rua do Comercio (Rua Chile) ganhou contornos e práticas sociais mais modernas e se consolidou como um dos principais espaços econômicos, políticos sociais da cidade. Era um espaço pulsante da cidade e suas vivências cotidianas ajudavam a construir essa imagem de modernidade e prosperidade.

Nas figuras 3, 4 e 5 percebemos um conjunto arquitetônico imponente, trilhos do bonde que cruzava a Ribeira, símbolo de progresso, comerciantes e

possivelmente seus clientes ou tão somente transeuntes que desfilavam seus trajes alinhados nas calçadas daquela movimentada rua.



Figura 3: Rua do Commercio (b).

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB).

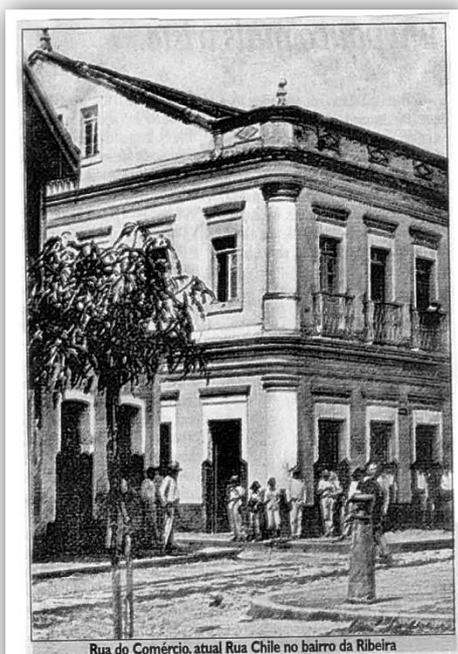


Figura 4: Cartão Postal da Rua do Comercio.

Fonte: Arquivo pessoal de Eduardo Alexandre Garcia.



Figura 5: Rua do Commercio (c).

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB).

A tão buscada modernidade se manifestava não só nas materializações da moderna arquitetura, nos casarões com suas fachadas europeizadas e com seus parapeitos de ferro fundido trabalhados no Velho Mundo, mas também no fazer diário da população, nas roupas e formas de lazer, que precisavam estar de acordo com a imagem de uma *polis* que abraçava o futuro de peito aberto.

Esse desenvolvimento socioeconômico vivenciado pela Rua do Comercio (Rua Chile), no início do século XX, foi compartilhado também por outros espaços do bairro da Ribeira. Os poderes públicos estadual e, principalmente, municipal, assumiram uma postura comprometida com a solução de problemas de infraestrutura antigos da Ribeira, além de tentarem disciplinar os usos cotidianos desses espaços. Tudo em nome da higiene da cidade e da construção de uma imagem de progresso que a recém-nascida república tanto apregoava. Essa campanha higienista socialmente disciplinante fica explicitada nos trechos do Código de Postura, elaborado pelo primeiro Conselho da Intendência Municipal de Natal, publicada no jornal *A República*:

O Conselho da Intendência Municipal da Cidade do Natal resolve:

Art. 1º - Todas as casas encravadas nas praças, ruas, travessas e beccos desta cidade ficam sujeitas ao imposto de 500 réis mensais para a limpeza pública;

Art. 4º - Organizado o serviço de limpeza ficarão todos obrigados a mandarem varrer diariamente as suas cazas e quintaes e depositar o lixo em uma vasilha à porta, pela manhã, para ser conduzido pelas carroças;

Art. 5º - É expressamente proibido deixar lixo nas praças, ruas, travessas e beccos da cidade [...]. (21 jan. 1891)

A organização do espaço público urbano, dessa forma, assumiu um duplo papel: sanitaria e pedagógica, no que se referia à construção de novos valores sociais e meios de sociabilidades que estivessem mais de acordo com os novos tempos republicanos de modernização, não só política, mas também econômica e social. Assim como em outras capitais do país, os administradores da cidade de Natal adotaram as reformas urbanísticas na Ribeira como um “meio de instrução e

ensinamento de novos costumes de civilidade, de ordem pública, de salubridade”. (ARRAIS, 2004, p. 13).

Paralelo a essa tentativa de disciplinar as práticas cotidianos dos habitantes, as próprias feições da Ribeira foram mudando com a construção de novos prédios, cada vez mais imponentes, voltados para atividades com maior valor socioeconômico, que acabavam por atribuir novos significados àquele espaço que assumia cada vez mais um semblante de capital moderna. O jornal *A República* publicava constantemente informações e novidades das grandes capitais nacionais e mesmo internacionais, sobre vários aspectos da vida cotidiana, sobre o que era “ser moderno”. Numa de suas edições, *A República* chegou a dar sugestões sobre como as casas deveriam ser construídas, seguindo um padrão urbano moderno:

[...] Todas as casas devem ter uma ante-sala. A porta da escada nunca deve dar diretamente na sala de visitas e muito menos na sala de jantar. Regra geral: os quartos e as salas devem ser regulares, espaçosos e de fácil acesso, [...] (06 jan. 1900)

A expressão da hora era modernizar. Casas, ruas, construções e também os hábitos cotidianos, tudo tinha que carregar as marcas dos novos tempos. Nesse processo de construção da imagem de um espaço urbano moderno, as manifestações culturais assumiram um papel importante. Entendemos assim o espaço como a materialização de uma ordem simbólica sociocultural, no qual determinados grupos humanos impõem suas vivências e imprimem seus valores, símbolos e representações.

Um dos símbolos dessa tentativa de modernização das práticas culturais em Natal foi a inauguração do Teatro Carlos Gomes, em 1904³⁷, possibilitada pela disponibilidade de verbas fornecidas pelo governo federal para combater os efeitos das secas que assolavam o Nordeste e pela utilização da mão-de-obra de milhares de retirantes do sertão, que também foi utilizada na pavimentação de diversas ruas da Ribeira e na conclusão das obras da Praça Augusto Severo, que pôs fim aos problemas de alagamento na área frente ao teatro.

³⁷ Este teatro foi reformado e reinaugurado no segundo governo de Alberto Maranhão, em julho de 1912

A massa de famélicos fugidos da fome e da seca que maltratava o Sertão, segundo Cascudo (1999, p. 153) 15.647 pessoas, se concentrou num barracão improvisado na campina onde foi construído o Teatro Carlos Gomes e a Praça Augusto Severo (FIGURA 6). Essa disponibilidade de mão-de-obra barata foi habilidosamente aproveitada pelas autoridades natalenses que não hesitou em usá-la na concretização de seus propósitos “hausmanizantes”. Assim, os “pobres” também davam a sua “contribuição” para o progresso e modernização da Natal dos “ricos”.

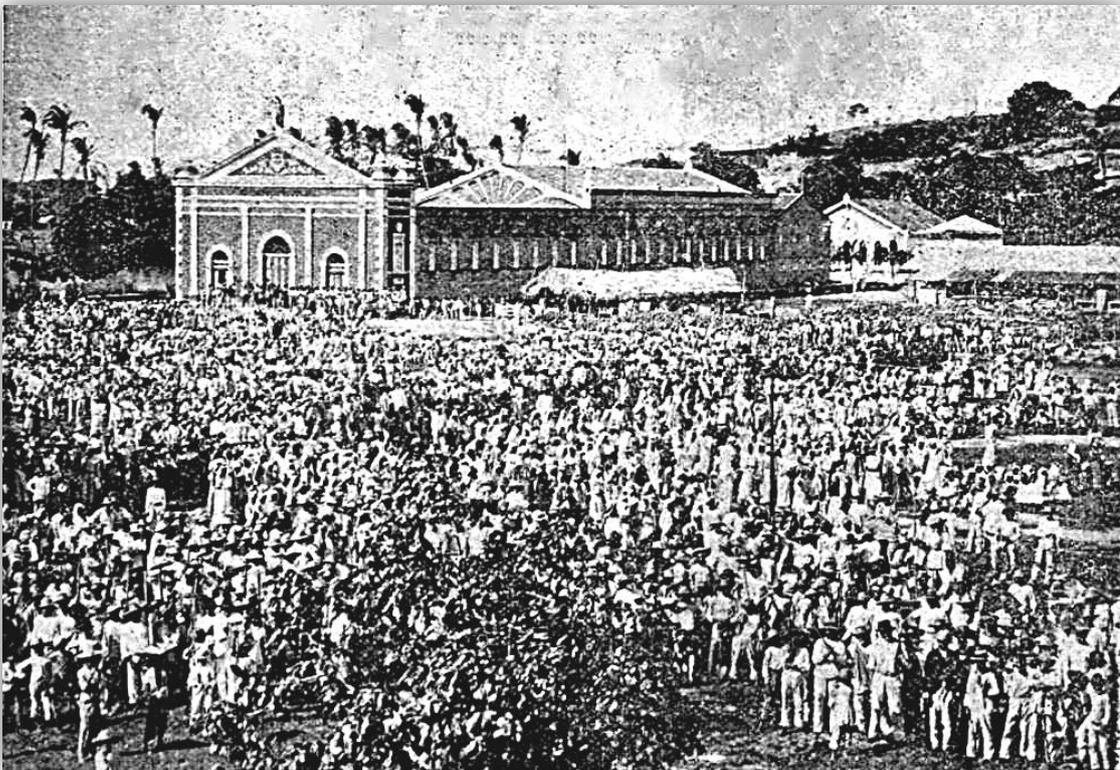


Figura 6: Flagelados da seca de 1904.
Fonte: Arquivo pessoal Lemnisco Livros Colecionáveis

No governo de Tavares de Lyra, entre os anos de 1905 a 1908, sucessor de Alberto Maranhão, as obras de modernização da Ribeira e da Rua do Commercio (Rua Chile) prosseguiram, ainda aproveitando a mão-de-obra dos retirantes. Novas e importantes ruas foram abertas na Ribeira, como a Rua Sachet (atual Duque de Caxias) e a Tavares de Lyra, além de uma série de outras intervenções urbanas no bairro, como o alinhamento de várias ruas dentre elas a Rua do Commercio (Rua

Chile), que teve várias de suas curvas sinuosas removidas e uma pavimentação nova instalada, seguindo ainda as metáforas das veias e artérias desobstruídas (FIGURAS 3, 4 e 5).

Na Figura 7 observamos um dos ícones do processo de modernização do bairro da Ribeira, a Praça Augusto Severo. Uma grande obra que tentou definitivamente apagar as imagens de espaço pantanoso e insalubre que recaia sobre a Ribeira e impedia a concretização da imagem de progresso que tanto as “novas” elites republicanas buscavam. Percebemos a predominância das áreas abertas, arborizadas e “saudáveis”, longe dos temidos miasmas. Enfim, mais um espaço onde as nobres donzelas da sociedade natalense podiam desfilarem com seus sapatinhos, chapéus e sombrinhas novas, compradas em alguma loja de importação do bairro. Com o jornal *A República* divulgando diariamente notícias da vida cotidiana em metrópoles como Paris, Rio de Janeiro e Recife, os membros das famílias mais ricas de Natal estavam sempre atualizados em relação às últimas modas e aos padrões de comportamento que estivessem de acordo com aquilo que se considerava civilizado.

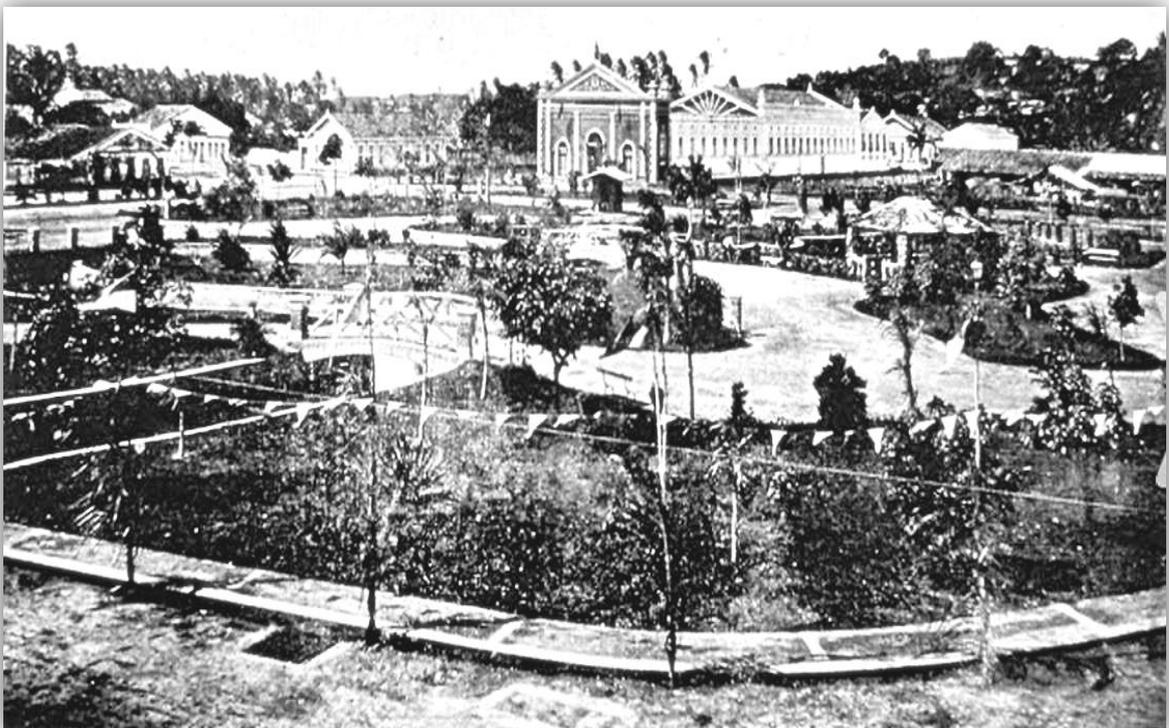


Figura 7: Praça Augusto Severo em 1906.
Fonte: Arquivo pessoal Lemnisco Livros Colecionáveis.

Entretanto, ao analisar as Figuras 6 e 7, produzidas com um intervalo cronológico de apenas dois anos, fomos levados a fazer uns questionamentos que expuseram a natureza social excludente desses projetos de modernização da Ribeira. Após a conclusão de muitas dessas obras urbanísticas em Natal e o abrandamento da seca no Sertão, para onde toda essa multidão de flagelados foi? Estamos nos referindo a mais de 15.000 pessoas, um número impossível de desconsiderar se levarmos em consideração a pequena população de Natal. Toda essa massa “indesejada”³⁸ voltou para o Sertão ou permaneceu em Natal, “rondando” a moderna e glamorosa Ribeira? E aqueles que permaneceram em Natal, foram socioeconomicamente integrados nesse processo de modernização? Quantas questões... Enfim, não só de glamour e progresso viveu esse bairro no início do século passado.

Numa edição do jornal *A República* (30 jan. 1908) afirmou-se que os esforços urbanísticos modernizadores empreendidos em Natal se assemelhavam em seus objetivos àqueles realizados no Rio de Janeiro, então capital do país. Devemos, no entanto, considerar que esse jornal, apesar de ser o porta-voz do governo do estado, pertencia à família Albuquerque Maranhão, que dominava o cenário político potiguar na época. Portanto, suas reportagens tinham todo interesse político em construir uma imagem positiva acerca das reformas que vinham sendo realizadas no bairro da Ribeira, pelos Governadores Alberto Maranhão e Tavares de Lyra, pois ambos eram membros dessa mesma família.

Um destaque nesse processo de construção de uma imagem de modernidade na Ribeira, na área cultural, tão enaltecida pela elite e pela imprensa natalense, foi a inauguração do primeiro cinema da cidade, o Polytheama (FIGURA 8), em 8 de dezembro de 1911, na Praça Augusto Severo, pertencente a Petronilo de Paiva, e também a reinauguração do Teatro Carlos Gomes, em 1912.

O cinema Polytheama era caracterizado por seu excessivo luxo e por, além de exibir filmes, possuir um palco para as pequenas troupes, espetáculos de mágica, palestras e shows variados. Os ingressos para seus espetáculos eram considerados muito caros, por isso mesmo ele logo se transformou em um destacado espaço de poder, pois frequentá-lo simbolizava certo status social e uma forma de ser identificado como membro de uma elite da cidade. Segundo Pinheiro (2009, p. 53),

³⁸ Aos olhos da elite republicana natalense.

Os freqüentadores do Polytheama se vestiam muito bem para assistir os filmes. Nos anos 1920, os rapazes iam de jaquetão, as moças usavam vestidos claros, indo até um pouco abaixo dos joelhos e sapatos com salto alto, além de se apresentar com os cabelos cortados à moda da atriz Luigi Rognoni. [...] Ao lado da platéia ficava um bar/lanchonete com mesinhas num terraço ao ar livre, onde meu pai e os amigos dele se deliciavam com os sorvetes de cajá, mangaba e graviola. Aliás, devemos registrar que a primeira geladeira industrial da cidade foi a do Polytheama³⁹.

Após as experiências de Nicolau Maria Parente e seu cinematógrafo lumeriano, em 1898, na Rua do Commercio (Rua Chile), os natalenses só voltaram a ver filmes cinematográficos, símbolos também de uma modernidade cultural, em 1906. A empresa cearense Bioscope passou a realizar exibições de filmes no Teatro Carlos Gomes, porém eram eventos relativamente caros. Segundo Fernandes (1992, p. 47), custavam de 1\$000 (um mil réis), podendo chegar a 15\$000 (quinze mil réis), dependendo da localização dentro do salão de exibição.

Seguindo o exemplo e o sucesso da Bioscope, que passou a atuar em outro estado do Nordeste, foi inaugurado, em 21 de agosto de 1909, o Cinema Natal, que funcionava também no interior do Teatro Carlos Gomes e pode ser considerado o primeiro cinema da cidade. Porém, o primeiro representante da sétima arte em Natal a ter um prédio próprio e especializado para tais atividades foi realmente o Polytheama. Sua inauguração, no dia 8 de dezembro de 1911, foi jubilosamente comentado pelo jornal *A República*, edição de 9 de dezembro de 1911:

Foi uma festa animadíssima a inauguração do novo estabelecimento de diversões dos Srs. Gurgel & Paiva efetuada ontem nessa cidade. Ao meio dia começaram a afluir ao Polytheama muitos cavalheiros e famílias da nossa cidade, sendo recebidos pelos dignos diretores da elegante casa. A 1 hora da tarde, todos os salões regurgitavam de convidados entre os quais viam-se o Governador, desembargadores [...]

No texto da cobertura jornalística do evento, publicadas nas páginas desse jornal, percebemos claramente que os “dividendos” da modernidade na Ribeira não

³⁹ Existem relatos que certos picolés de frutas vendidos nesse cinema passaram a ser chamados de *poli*, devido o nome do cinema.

eram compartilhados por todos da sociedade ou será que algumas das famílias dos retirantes do Sertão, que acamparam em frente ao Teatro Carlos Gomes em 1904, estavam na lista de convidados do Sr. Petronilo de Paiva para essa glamorosa festa de inauguração do Polytheama?



Figura 8: Cinema Polytheama.
Fonte: Arquivo pessoal de Eduardo Alexandre Garcia.

Ainda na Figura 8, observamos que a calçada do Polytheama, mesmo sendo este um estabelecimento elitizado e restrito, recebia a “visita” de pessoas que não tinham condições de assistir os espetáculos e filmes, mas que encontravam uma forma de lucrar com o “lazer dos ricos”. Percebemos a presença de um engraxate e de diversas crianças aparentemente mais humildes, uma provavelmente vendendo algo e outras encostadas na parede e sentada na calçada, próximas à entrada e saída do cinema, como que esperando alguma ajuda financeira dos frequentadores do Polytheama. Muitas vezes os pobres e “indesejáveis”, aos olhos da elite da cidade, conseguiam de alguma forma burlar as tentativas de disciplinar as práticas e consumo dos espaços urbanos e realizavam práticas espaciais não pensadas pelas altas esferas do poder.

Enquanto o centro pulsante da Ribeira crescia e se modernizava, com a construção de grandes prédios, teatro, cinema, lojas que vendiam artigos de moda europeia, como a loja “Paris em Natal” (FIGURA 9), bares e cafés elegantes, as autoridades natalenses também encontrava meios de expulsar (ou pelo menos tentar) as famílias pobres que insistiam em transitar e habitar neste bairro. Segundo Oliveira (2000, p. 72), em 1908 a Intendência Municipal de Natal criou cinco novas ruas (Araguay, Manoel Vitorino, Occidental, América e Borborema) destinadas, segundo as palavras do próprio Presidente da Intendência, aos “pobres”.



Figura 9: Fachadas do cinema Polytheama e da loja Paris em Natal.
Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB).

A intenção do poder público e das elites natalenses era que a população mais pobre construísse suas casas fora do eixo da Ribeira, enobrecida pelas reformas urbanísticas que vinham ocorrendo desde o final do século XIX e que seguiu pelos anos 1920, como fica evidenciada na Figura 10. Nessa foto, visualizamos um cenário quase cinematográfico, com uma rua limpa, bem iluminada, larga e de fácil circulação, com pessoas bem vestidas que caminhavam tranquilamente rumo aos seus destinos. O poste e os fios de eletricidade completavam a paisagem de progresso exposta. Uma verdadeira *Champs-Élysées* potiguar! Até mesmo a

posição escolhida pelo fotógrafo para registrar essa rua contribuiu para a construção de uma imagem de imponência, partindo de um ponto original, seguindo o foco em linha reta até o quase “encontro das paralelas”. Essa estratégia fotográfica acabou criando uma imagem ampliada da extensão da dita rua, talvez maior do que ela realmente era.



Figura 10: CARTÃO POSTAL. Panorâmica da Rua Dr. Barata – Ribeira – Década de 1920.
Fonte: Arquivo pessoal Lemnisco Livros Colecionáveis

Nessa figura 10, observamos uma das ruas mais elegantes e elitizadas da capital potiguar na primeira metade do século XX, a Rua Dr. Barata. Esse era o endereço de estabelecimentos e lojas voltadas para o consumo dos natalenses mais abastados. Nessa foto aparece em evidência a mais importante livraria da cidade na época, a Livraria Cosmopolita, pertencente a Fortunato Aranha, que era frequentada pela elite intelectual da cidade, conferindo-lhes certo status de intelectualidade. Ao lado dessa livraria estava uma loja de roupas finas de uma dama chamada Letícia Cerqueira, na qual as senhoras e senhoritas mais elegantes e distintas de Natal montavam seus guarda-roupas.

Na obra “Tempo de Saudade”, Lair Tinôco (1992, p. 47) reforça essa imagem que parte da população natalense tinha acerca da Rua Dr. Barata:

A rua *chic* da cidade, isto no que diz respeito aos seus estabelecimentos salientavam-se “A Formosa Síria”, “Armazém Potiguar”, “Casa Lux”, além de outros tantos estabelecimentos [...] Para ir à Rua Dr. Barata, mesmo residindo na Ribeira, **era de bom tom usar chapéu e luvas** (grifo nosso). Nas tardes de sábado o comércio abria e então na Rua Dr. Barata era um desfile de elegância.

A Rua Dr. Barata, assim como a Rua do Commercio (Rua Chile) e a Av. Tavares de Lyra (FIGURA 11), foram transformadas em importantes centros de negócios e vivências cotidianas do bairro da Ribeira, na primeira metade do século XX. Verdadeiros espaços da elite, essas ruas exalavam glamour e ares de modernidade, lembrando alguns elegantes *boulevards* parisienses, caracterizados pelos amplos espaços e práticas sociais elitizadas.



Figura 11: Av. Tavares de Lyra na década de 1930.

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB).

Mesmo em festas populares como o carnaval havia uma distinção social da ocupação espacial da cidade. Erguiam-se fronteiras entre os foliões que, dependendo das condições financeiras, frequentavam determinados locais e evitavam outros. Segundo Flávia Pedreira (2005), a Av. Tavares de Lyra até os anos 1930 foi o principal ponto de carnaval de Natal, voltado mais para as classes média e alta da cidade que participavam dos desfiles do curso⁴⁰ e pagavam ingresso para frequentar os bailes de clubes elitizados, como o Natal Clube e o Clube Noturno. Grande parte dos foliões com um poder aquisitivo mais baixo se concentrava em ruas periféricas ao eixo Rua Chile – Rua Dr. Barata – Av. Tavares de Lyra – Rua das Virgens, divertindo-se com as troças, cordões, zé pereiras e os assustadores *papangus*.

Essas “artérias” urbanas enobrecidas da Ribeira eram voltadas não só para o abastecimento da cidade de produtos trazidos da Europa e de outros estados do Brasil, mas também para solidificar uma verdadeira demarcação social urbana, para o estabelecimento de uma fronteira entre aqueles que podiam usufruir do processo de modernização da Ribeira, e aqueles que, cada vez mais, eram “empurrados” para a periferia ou que permaneciam compartilhando a atmosfera glamorosa do bairro, porém em atividades não tão glamorosas assim, como os estivadores, cafetões e prostitutas.

Em fins dos anos 1920 o antigo bairro da Ribeira do início do século XX, não existia mais. No lugar das antigas casas de taipa, dos alagadiços e matagais insalubres, miasmáticos e dos ares coloniais, emergiu com mais força um bairro enobrecido, marcado por uma estrutura física e por práticas sociais cotidianas que ajudavam a construir e moldar imagens de uma população educada, civilizada, moderna e próspera. Essa suposta prosperidade, como não podia deixar de ser, era enaltecida nos jornais situacionistas e por intelectuais da cidade, como fica evidenciada no texto de Câmara Cascudo, intitulado *Musicalerias*, publicado no jornal *A República*:

Com jornais de hoje do Recife e revistas de ontem do Rio, Natal dá a impressão de cidade bem informada, com aero-clubes, avião, três

⁴⁰ Os veículos, na maioria das vezes, seguiam pela Av. Tavares Lyra, passando pela Rua Chile e Av. Duque de Caxias, e retornavam para a Av. Tavares de Lyra. Em todo esse trajeto, a festa era embalada com lança-perfume, talco, confetes e serpentinas.

diários, três cinemas, bonde elétrico, luz razoável e auto-corredor, temos outra impressão de modernidade. Certas tardes de elegância, os bailes, a perfeita interligação municipal pela rodovia, [...], nova e mais fina impressão de cidade em 1929. O dinamismo do prefeito, o aspecto de higiene e claridade, agrada Natal sobremaneira. (14 jun. 1929, p. 01.)

Com a leitura desse texto de Câmara Cascudo é preciso problematizar, mesmo que superficialmente, o caráter excludente dessas reformas urbanísticas das primeiras décadas do século XX. As diversas intervenções estatais realizadas na Ribeira, desde fins do século XIX, tinham claros apelos higienista, estético, mas também social excludente. Várias moradias pobres foram demolidas e o uso do espaço urbano passou a ser controlado e regulamentado. Segundo Oliveira (2000, p. 73), “procurava-se eliminar do campo de visão os elementos que denunciavam a falácia do projeto modernizador conduzido pela elite dominante”.

Assim, o embelezamento, o glamour e as aparências de modernidade da Rua do Comercio (Rua Chile) e de grande parte do bairro da Ribeira, com seus elegantes cafés e lojas, do Teatro Carlos Gomes, do cinema Polytheama, da Praça Augusto Severo, da Livraria Cosmopolita, enfim, da “nova” Ribeira, não estavam disponíveis para todos, o que fica bem evidente na leitura de uma matéria publicada pelo jornal *A República*, em 04 de janeiro de 1927.

[...] Quem conheceu a nossa cidade há três ou quatro anos e agora a contempla não deixa de escapar uma exclamação de surpresa, tamanha a transformação por que ela está passando.

[...] Outro fato que agrada extraordinariamente a nossa vista é a limpeza das ruas, livre também do impressionante espetáculo dos mendigos.

Na verdade, o que guiou o remodelamento e *aformoseamento* da Ribeira e da Rua do Comercio (Rua Chile) na *Belle Époque* natalense não foi uma concepção social de bem-estar geral da população. Essas grandes mudanças urbanas serviram a uma função simbólica de representação. A elite republicana recém-empossada no poder do estado procurou construir um espaço que materializasse os seus discursos e imagens de prosperidade, limpeza e civilidade, regados a muita exclusão e “limpeza” social. Enfim, a elite natalense aprendeu bem as lições de modernidade

dadas pelo barão Georges Haussmann, em Paris, pelo Prefeito Pereira Passos, no Rio de Janeiro, e por tantos outros porta-vozes da modernidade excludente, marca das concepções urbanísticas do final do século XIX e início do século XX.

1.2 – “Chiclete eu misturo com banana”⁴¹ – a Rua Chile/Ribeira durante os anos 1940 e 1950.

No final década de 1930, a cidade de Natal já apresentava feições de cidade moderna, não só em seu traçado e projetos urbanístico, mas, também, na proliferação de espaços de sociabilidade, principalmente os noturnos e voltados para os adultos, típicos dos grandes centros urbanos. Na Ribeira, pólo socioeconômico da cidade, funcionava um grande número de bares, cafés, bilhares e cabarés, as chamadas “pensões alegres”, que contribuíram decisivamente para transformar as imagens acerca da Ribeira. O espaço de glamour e sofisticação da cidade foi gradativamente transformado em um espaço boêmio, onde a vida se aquecia após o pôr-do-sol.

Assim, devemos corroborar com Flávia Pedreira (2005), quando esta afirma que a modernização da capital potiguar não ocorreu somente com a chegada dos militares estadunidenses, nos anos 1940, com os seus chicletes, *fox-trot*, comidas enlatadas e Coca-Cola⁴². No momento em que eclodiu a Segunda Guerra Mundial, e já nos anos 1940, quando milhares de soldados do *Tio Sam* desembarcaram nas terras de Felipe Camarão, o natalense já tinha vivenciado experiências de modernização e permanecia “antenado” com as novidades vindas das principais capitais do país, através principalmente dos jornais diários.

Talvez, o que induziu a um imaginário de modernização de Natal, apenas após a chegada dos militares estadunidenses, foi o fato de sua presença ter realmente motivado grandes transformações na capital potiguar. Mudanças na configuração geográfica da cidade, tais como: o crescimento dos bairros de Tirol e Petrópolis e a ampliação da longa avenida que dava acesso à base aérea de

⁴¹ Título do livro da professora Dr^a Flávia de Sá Pedreira (2005).

⁴² A fábrica da Coca-Cola construída em Parnamirim, durante a Segunda Guerra Mundial, foi a primeira que esta empresa montou na América Latina.

Parnamirim. Porém, mesmo constatando essa ampliação na ocupação do solo e a crescente valorização de novas áreas da cidade, podemos considerar que a economia e os costumes cotidianos da população natalense foram os mais afetados com a transformação de Parnamirim/Natal em importante base militar aliada, na Segunda Guerra Mundial.

A Segunda Guerra Mundial teve início em 1939, após a invasão alemã sobre a frente oeste da Polônia. Rapidamente um poderoso jogo de forças e interesses foi deslocado, transformando mais essa investida nazista sobre seus vizinhos em um conflito mundial. Inicialmente, o governo brasileiro adotou uma postura de neutralidade apesar da visível admiração político-ideológica que membros do alto escalão do Presidente Vargas nutria pelos regimes nazifascistas europeus. Entretanto, o governo brasileiro soube tirar proveito da situação e da localização geográfica e estratégica de Natal, ponto da América mais próximo do continente africano, e acabou assinando alguns acordos financeiros e tecnológicos vantajosos com os Estados Unidos. Assim, em 1941, o Presidente Getúlio Vargas definiu-se e, em 1942, declarou oficialmente guerra às potências do Eixo e se aliou aos Estados Unidos.

Após a entrada oficial do Brasil na guerra, parte do acordo entre os governos brasileiro e estadunidense é posto em prática, que consistia na montagem da maior base militar externa dos Estados Unidos, em Parnamirim. Dessa forma, foi empreendido um espetacular esforço de guerra para construção de toda a estrutura militar-administrativa em tempo recorde. Várias obras foram realizadas como a construção da Base Naval de Natal, e de três quartéis militares, o Grupamento de Artilharia de Campanha, o 16º Regimento de Infantaria e o Batalhão de Engenharia de Combate, além da Base Aérea Brasileira em Parnamirim, ao lado da base americana. Estes utilizaram como base terrestre o Campo de Parnamirim ou *Parnamirim Field*, que chegou a abrigar, segundo dados não oficiais, cerca de 10 mil soldados, aproximadamente 20% da população de Natal.

Em 1942, Natal tinha aproximadamente 50.000 habitantes e, com a chegada da estrutura de guerra, sua população quase dobrou devido à presença não só de militares estadunidenses, mas também brasileiros e civis envolvidos nos esforços de guerra, além de tantas outras pessoas que perceberam o potencial econômico-comercial que estava se estruturando na capital potiguar e também, muitos sertanejos (fugidos da seca) buscavam em Natal, uma possibilidade de

sobrevivência. Houve uma explosão demográfica, econômica, social e cultural na pacata “cidade do sol”. Em 1943, o aeroporto de Parnamirim chegou a realizar trezentas decolagens e pousos por dia, era um dos aeroportos mais movimentados do mundo.

Apesar de já possuir seis bairros (Ribeira, Cidade Alta, Alecrim, Rocas, Tirol e Petrópolis), Natal ainda tinha uma área urbana reduzida, tendo como limite o cruzamento das avenidas Alexandrino de Alencar e Hermes da Fonseca. Apesar de sua aparência de capital moderna, a cidade não tinha estrutura para comportar um contingente populacional tão grande. Não existiam casas para todos e, mesmo os alimentos, não eram suficientes. Resultado desse desequilíbrio entre procura e oferta de produtos e da presença de uma grande quantidade de dólares americanos, inflação, ou seja, houve um aumento considerável no custo de vida.

Esse aumento vertiginoso da inflação em Natal causou um doloroso racionamento na cidade, sentido com mais intensidade pela população menos favorecida. Na verdade, os esforços de guerra foram sentidos muito mais pelos brasileiros do que pelos estadunidenses que estavam em Natal. Esses militares possuíam uma alimentação diferenciada e abundante; passaram a frequentar as praias da cidade, bem como os bares, cafés, festas, cabarés, becos etc. Armados com seus valorizados dólares viveram dias agitados e “prazerosos” na capital potiguar. Provavelmente, nenhuma outra base militar norte-americana no mundo a fora era tão festiva quanto Natal, segundo Pinheiro (2009, p. 123),

Para imaginar como eram aqueles anos em Natal, é preciso observar a guerra como um momento de liberação, um evento protagonizado por uma legião de jovens americanos reprimidos que nunca haviam saído de rincões rurais como Arkansas, Nevada ou Montana. De repente, no meio do horror de um conflito mundial, eles se descobriram num lugar amistoso, tropical, encantador. O mar, a luminosidade excepcional da cidade, as relações pessoais, tudo era novo em suas vidas. Por vias tortas – a guerra – eles foram encaminhados para o paraíso.

Até os anos 1930, a vida na Rua Chile/Ribeira era mais diurna, marcada por elegantes momentos de prosas nos cafés ou em passeios pelas suas claras e lípidas ruas. Os anos 1940, por sua vez, foram vividos intensamente na Rua Chile-

Ribeira quando, apesar da presença marcante, e por vezes incômoda dos militares estadunidenses, muitos natalenses se entregaram intensamente a vida noturna e boêmia desse bairro. O momento do crepúsculo significava um irresistível convite à boemia. A aproximação da hora de abertura das “pensões alegres”, com suas belas damas, fazia com que as senhoras e senhoritas distintas da cidade se recolhessem em seus respeitados lares, enquanto um grande número de homens, natalenses e estrangeiros, dirigiam-se às ruas escuras e animadas da Ribeira.

A partir da década de 1940, muitas famílias da elite de Natal transferiram suas residências para os bairros de Tirol e Petrópolis. Cada vez mais, esses locais, passavam a ser vistos como um espaço nobre da cidade, fazendo com que a Ribeira fosse consolidando uma imagem de bairro comercial e boêmio.

Nesse período, a economia local ganhou um grande impulso e alguns estabelecimentos, como o Grande Hotel, pertencente ao “coronel” Theodorico Bezerra cresceram bastante. O comércio de toda a cidade, com destaque para a Ribeira, ampliou-se com novas casas comerciais sendo abertas diariamente. Lojas de jóias e relógios eram cada vez mais comuns, onde os militares e civis compravam bastante exemplares, certamente, para presentear suas “damas da noite”.

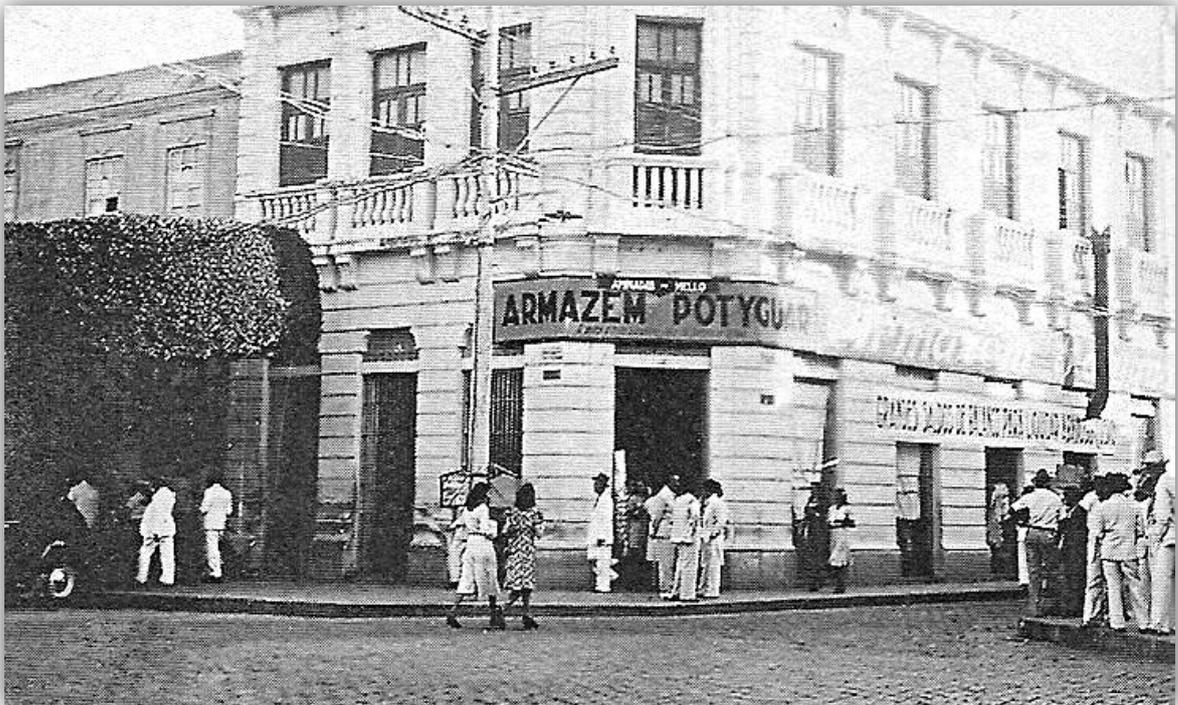


Figura 12: Esquina da Dr. Barata com a Tavares de Lyra – Anos 1940.
Fonte: Arquivo pessoal de Eduardo Alexandre Garcia.

A Figura 12 ilustra uma cena marcante nas ruas da Ribeira dos anos 1940, um intenso comércio e uma grande movimentação de pessoas. Talvez essa intensa movimentação no Armazém Potiguar, localizado na esquina mais movimentada da cidade, no cruzamento da Rua Dr. Barata com a Av. Tavares de Lyra, possa ser explicada, além da busca por informações acerca da guerra, mas também, pela faixa fixada na lateral da loja; já na Rua Dr. Barata anunciando um grande saldo de balanço de seus produtos.

A variedade do comércio na Ribeira era muito grande, até mesmo animais silvestres, causando muito interesse nos soldados do *Tio Sam*. Alguns episódios hilários marcaram a história desse comércio informal na cidade, por exemplo, quando uma figura lendária, chamada Zé Areia, um dos maiores boêmios da cidade, dono de um humor sarcástico, que era Rei Momo no carnaval e, eventualmente, barbeiro, vendeu urubus depenados aos militares norte-americanos, dizendo serem perus; ou quando crianças embebedavam saguis e vendiam-nos como animais domesticados e mansos (PINHEIRO, 2009, p. 128). Valia tudo em troca dos dólares americanos.

Entretanto, o segmento que mais ganhou destaque durante os “tempos de guerra”, foram os cabarés, sendo os principais: o Arpege e o Wonder Bar, na Rua Chile, e o famoso Cabaré de Maria Boa, o mais elitizado da cidade. Além dessas casas mais famosas, outros pontos também ofereciam oportunidades de prazeres sexuais, ou tão somente momentos de *drinks* intermináveis e muita cantoria. A boemia atribuía novos sentidos e construía uma nova imagem para o bairro da Ribeira e também para a Rua Chile consolidada como principal destino noturno da cidade.

Nesse cenário noturno da Rua Chile-Ribeira, encontravam-se prostitutas, cafetões, viciados em jogo, alcoólatras, mas também intelectuais, músicos, poetas e escritores. Estes buscavam inspiração entre um copo e outro de bebidas alcoólicas. Segundo Elísio Augusto de Medeiros e Silva, no artigo “A vida boêmia de Natal – 1939”, publicado no blog *A alma do Beco*⁴³, “as músicas mais tocadas nas radiolas de ficha eram os tangos e maxixes, que, aos poucos, foram sendo substituídos por *swings*, *blues* e *fox trotes*, já na década de 1940”.

⁴³ Disponível em http://almadobeco2.blogspot.com.br/2008_09_01_archive.html. Acesso em 10 ago. 2013.

Em uma entrevista citada pelo historiador Clyde Smith Júnior (2003, p. 67-69), o militar norte-americano Robert C. White recorda que um dos bordéis mais frequentados era o Wonder Bar, ele e seus amigos se dirigiam para lá muitas noites só para beber cerveja ou uísque, dançar e jogar cartas, pagar por sexo não era obrigatório aos frequentadores. O prédio onde funcionava o Wonder Bar era o antigo sobrado da Rua Chile, pertencente a Domingos Henrique de Oliveira, que em 1870 foi transformado em sede do governo provincial. Esse foi um exemplo marcante de um processo de ressignificação de um espaço na Ribeira. De sede do governo provincial a cabaré. Novas práticas cotidianas levam a construção de novos espaços, novos sentidos e novas imagens.

Robert C. White recorda-se que o Wonder Bar funcionava no salão do primeiro andar do sobrado, pois no térreo ficava um posto da polícia militar, pois além de evitar grandes confrontos físicos regados a muito álcool, que geralmente ocorriam à noite, também trabalhavam em funções profiláticas para a prevenção de doenças venéreas, muito comuns entre os frequentadores daquele estabelecimento. Segundo White, era aplicada uma injeção e uma pomada nas partes íntimas de todos os homens ao saírem de casa, mesmo se não tivesse mantido relações sexuais na noite.

O mesmo militar afirmava existir, por volta das 21h, um “toque de recolher”, quando os militares subalternos tinham a obrigação de sair do Wonder Bar, dessa maneira os oficiais, também, desfrutariam dos prazeres do lugar. Os pracinhas, porém, segundo White, secretamente zombavam de seus oficiais e se orgulhavam de serem sempre os primeiros a usufruírem dos serviços prestados pelas damas daquele cabaré. Assim, de alguma forma, estavam quebrando ou jogando com brechas da rígida estrutura de poder existente entre os militares.

A prostituição, a bebedeira, a jogatina, a boemia, não eram atividades exclusivas dos grandes cabarés. Também era possível encontrar pequenas casas ao longo de ruas periféricas, becos e travessas. Alguns proxenetas empregavam um pequeno número de mulheres, expostas nas portas oferecendo seus serviços aos cavalheiros que se aventuravam pelas ruas escuras da Ribeira. Em geral, eram lugares onde se cobrava menos pelo sexo, como por exemplo, no famoso Beco da Quarentena (FIGURA 13). Nessa imagem podemos ver as janelas e portas dos pequenos quartos, através dos quais prostitutas faziam as ofertas de seus dotes profissionais.

Oficialmente chamado de Travessa da Quarentena, esse beco faz a ligação entre a Rua Chile e a Rua Frei Miguelinho, e está bem próximo ao “Largo” da Rua Chile. Até as primeiras décadas do século XX, esse estreito beco era conhecido como a Rua das Donzelas. Pelo fato de ficar a poucos metros do cais do porto, a travessa abrigava os marinheiros que chegavam de viagens com doenças venéreas ou outros males contagiosos e precisavam ficar de quarentena. A partir da metade do século XX, a travessa se consolidou como um ponto de baixo meretrício, conhecido como o “Beco da Quarentena”. Segundo Sr. Porpino, “o cara dizia que quando “trepava” lá já vinha com uma dosagem de penicilina” (entrevista concedida ao autor em 04 jun. 2013).



Figura 13: Beco da Quarentena.

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB).

A presença constante desses militares estrangeiros também motivava muitas vezes reações negativas dos homens natalenses, por diversos motivos, porém, na grande parte das vezes era o ciúme o causador das contendas. De qualquer forma, muitos natalenses reclamavam que os estadunidenses não faziam questão de assimilar a cultura local e tentar sempre impor os seus traços culturais, como afirma Olavo de Medeiros:

[...] eles introduziram tomar a cerveja deles, tomar uísque, coca-cola e não aprenderam a tomar guaraná, não aprenderam coisa nenhuma. É como se a gente fosse assim lá pra Amazônia e aqueles negócios dos índios a gente não quisesse comer [...] A música também, era a deles que imperava, e tinha até um trecho da praia que chamavam *Miami Beach*. (apud PEDREIRA, 2005, p. 113)

A grande popularização da cultura *yankee* entre os natalenses, anterior até mesmo à guerra, motivou reações nos jornais e entre intelectuais da cidade. Havia um sentimento de “desaparecimento” da cultura local, frente aos “estrangeirismos” abundantes. Uma leitora anônima enviou uma carta ao jornal *A República*, decepcionada e se queixando de uma festa, embalada por músicas americanas, que tinha participado no Aero Clube. Essa carta foi publicada na edição desse jornal no dia 06 de janeiro de 1940 e dizia o seguinte:

Como você sabe, o que a nossa sociedade possui de melhor lá estava, adornando o novo e luxuoso *dancing* do Aero. Mas, apesar disso, a festa decorreu fria [...] A explicação estava e está na boca de todos: programa musical pouco feliz. *Fox, fox* e mais *fox*.

[...] Nunca vi, mesmo noutras noitadas do Aero, programa tão fraco. Quem o organizou não se apercebeu de que há música nacional, mais agradável e alegre que o monótono *fox* americano [...]

Porém, essa não era uma visão compartilhada por todos. Na edição do dia 28 de outubro de 1943, o jornal *O Diário* publicou uma matéria de autoria de Veríssimo de Melo, criticando os estabelecimentos comerciais: bares e cafés no afã de atrair seus clientes tocavam músicas nacionais, segundo ele, pareciam “o berreiro terrível de uma dezena de rapazes mortos de fome e que gravaram o seu estado de desespero em discos [...]”. Na opinião do Sr. Veríssimo, em matéria de arte, o brasileiro e natalense ainda estavam na Idade Média. No decorrer da matéria, ele enaltece os estabelecimentos que optavam por tocar músicas norte-americanas, usando os seguintes termos:

[...] Entretanto, vocês não vêem isso numa casa de gringo. Passem na Rua Dr. Barata e procurem ouvir o que vem lá de dentro daqueles

cafés. É Bing Crosby, Jean Sablon, as orquestras maravilhosas de Artie Shaw, Benny Goodman, Tommy Dorsey e lá, uma vez ou outra, pra variar, um Chico Alves, um Sílvio Caldas, uma Araci de Almeida. Nada de Orlando Silveira nem Gilberto Castro.

Assim, percebemos que a relação dos natalenses com os militares estrangeiros não era algo tão pacífico como muitos tentavam defender, principalmente quando o assunto era o envolvimento desses militares com mulheres locais, mesmo com as prostitutas. Jornais da cidade (*O Diário*, 13 abr. 1944) chamavam a atenção das autoridades para coibir o uso de meninas, menores de idade, nos bares e cafés da Ribeira, como chamarizes para clientes, principalmente os estrangeiros.

Pesquisando o envolvimento pessoal de soldados norte-americanos com mulheres natalenses, a historiadora Flávia Pedreira (2005, p. 222) constatou, nos arquivos do 4º cartório de Ofícios de Notas de Natal, a ocorrência de um aumento considerável de crianças registradas com sobrenomes estrangeiros. Esse fascínio, causado pelos brancos e loiros soldados estadunidenses nas mulheres natalenses, motivava uma forte reação negativa nos homens locais. Tais reações constantemente levavam a brigas que na maioria das vezes ocorriam no interior dos cabarés, envoltos em um alto teor etílico no sangue dos brigões. Em entrevista à mesma Flávia Pedreira (2005, p. 224), o Sr. Francisco de França Filho descreveu um desses violentos episódios:

Houve uma briga na zona, num lugar que foi sede do governo, chamado Wonder Bar, houve uma briga lá e um tenente que tinha aqui muito antipático, metido a fortão, agarrou-se com um americano e o jogou lá de cima dentro do rio. [...]

Os americanos tinham muita participação aqui no antigo Wonder Bar, inclusive jogaram dois americanos pra fora, lá pra maré, uma briga que houve [...] Assim era aqui em Natal, um bocado de militar, um bocado de civil [...]

Percebemos que muitos militares estrangeiros tomavam banhos noturnos forçados no Rio Potengi, nesses tempos de guerra. Onde houvesse natalenses, militares estrangeiros e mulheres, havia tensão e possibilidades de brigas que,

muitas vezes terminavam em assassinatos. Tanto em cabarés como o Wonder Bar ou Arpege, quanto no Bar Quitandinha, ou em elegantes cafés na Rua Dr. Barata, a relação era sempre tensa e delicada. Assim, a boemia na Ribeira passou a ser encarada como uma prática de entretenimento perigosa e envolvida com atividades ilegais, como: contrabando e jogos de azar. Por isso, o alto comando militar e homens ricos da cidade preferiam o chamado Cabaré de Maria Boa, longe da Ribeira, mesmo sendo considerado um estabelecimento de bebidas e mulheres muito caras.

Quando em 1945 foi anunciado o fim da guerra e os estadunidenses foram embora, juntamente com seus dólares, a cidade de Natal, mais especificamente a Ribeira, passou a enfrentar uma dura realidade: a sobrevivência econômica pós-dólares americanos e o significativo crescimento do comércio na Cidade Alta. Porém, algumas realidades na cidade não se alteraram com o fim da guerra, o caráter boêmio da Rua Chile-Ribeira e a sua capacidade atrativa de inúmeras personalidades: intelectuais, boêmios e vagabundos. Nesse novo momento do bairro, a Rua Chile ainda possuía certo destaque com os tradicionais e decadentes cabarés Arpege, Wonder Bar e o “marginal” Beco da Quarentena. Entretanto, outro ponto assumiu o posto de centro boêmio do bairro, a esquina da Dr. Barata com a Tavares de Lyra.

Em 1949, o jornalista Djalma Maranhão, que chegou a ocupar o cargo de Prefeito da cidade, publicou no jornal *Diário de Natal* uma série de reportagens sobre o dia a dia boêmio na famosa esquina e mediações, enumerando os principais estabelecimentos frequentados pelos boêmios, como o Carneirinho de Ouro, o Expresso 56, o Café Expresso Natal, o Café Globo, Livraria Cosmopolita, o Bar Eldorado, o Cova da Onça, dentre outros.

Na primeira reportagem, do dia 20 março 1949, ele falou um pouco de vários elementos do cotidiano daquela esquina, lembrando-se de detalhes, como por exemplo: “o único bar natalense que não se americanizou foi o Café Globo”, de propriedade do taciturno Luis de Barros Maranhão, e convidou os seus conterrâneos a frequentar tal esquina usando o argumento que “os frequentadores do estabelecimento ficariam a par de toda a vida norte-rio-grandense”.

Esse espaço boêmio foi marcado por uma forte interação social, onde trechos da vida íntima de muitas pessoas eram discutidos abertamente. Djalma Maranhão,

numa edição do mesmo jornal, se referiu a essa característica de espaço de fofocas, nos seguintes termos:

Quem quiser saber das novidades, informar-se dos acontecimentos políticos, ficar a par dos namoros do último baile, dos ricos que ficaram pobres e dos pobres que estão ficando ricos, das negociatas, das trapaças, das brigas e das encrencas, ou simplesmente *desopilar o fígado* com histórias gaiatas, ou saber dos resultados dos jogos, compareça à esquina tradicional, que é verdadeira fonte irradiadora de informações. (*DIÁRIO DE NATAL*, 03 abr. 1949)

Confirmando a característica dessa esquina, Sr. Porpino dá destaque a um bar chamado de Carneirinho de Ouro, que segundo ele, “era o bar mais frequentado por autoridades, boêmios e tudo [...] Era o centro. Como tem em Curitiba uma praça que é só de novidades, boca maldita, num sei o quê, né? Aqui era o Carneirinho de Ouro, famoso”. (entrevista concedida ao autor em 04 jun. 2013).

Além de centro boêmio e irradiação de fofocas, a famosa esquina da Rua Dr. Barata com a Av. Tavares de Lyra, também era um ponto de encontro de políticos da cidade, aliados ou inimigos. Segundo Djalma Maranhão, os udenistas preferiam frequentar a margem direita da Tavares de Lyra, já os *pessebistas* optavam por frequentar áreas como a calçada da Casa Quatro de Quatrocentos e também nas imediações da Livraria Internacionais (*Diário de Natal*, 03 abr. 1949). Segundo o próprio Djalma Maranhão, “uma das mais curiosas, movimentadas e notáveis ‘rodas’ da esquina famosa era, inegavelmente, a dos intelectuais”. Estes, no Café Globo, preferiam tomar café “pingado”⁴⁴ (*Diário de Natal*, 17 abr. 1949), já que nesse estabelecimento não eram vendidas bebidas alcoólica nem geladas. Até mesmo a água era apenas fria, guardadas em potes de barro que ajudavam a manter a sua temperatura baixa, pois o proprietário se recusava a comprar uma geladeira. (*Diário de Natal*, 20 mar. 1949).

Ao longo de toda a década de 1950, e principalmente na década de 1960, a boemia da Ribeira foi ficando cada vez mais escassa e os bares e cafés cada vez mais vazios. Os antigos e tradicionais boêmios, já com idades avançadas, passaram a preferir a segurança do lar, enquanto os jovens natalenses descobriram outros espaços de lazer na cidade. O bairro como um todo entrou em uma crise

⁴⁴ Café com leite.

socioeconômica e a sua imagem boêmia passou a sofrer um processo de ressignificação, configurando-se naquilo que denominamos de Fase Marginal do bairro.

1.3 – As transformações na cidade de Natal e o “ostracismo” da Rua Chile/Ribeira – dos anos 1960 à década de 1980.

A crise econômica e social que cresceu significativamente sobre a Rua Chile-Ribeira a partir dos anos 1960, contribuiu decisivamente para a ressignificação e construção de novas imagens acerca desse espaço urbano. Primeiro, o centro da elegância e glamour da recém-republicana e moderna Natal; depois, reduto da boemia e, no final dos anos 1960, o ostracismo, a melancolia e a Fase Marginal.

Durante os anos 1940, Natal vivenciou um grande crescimento urbano, motivado principalmente pelos efeitos da guerra. Nesse período, as ações oficiais urbanísticas eram pontuais e voltaram-se mais para questões higienistas e embelezadoras. Porém, após o período da Segunda Guerra Mundial e com esse rápido crescimento pelo qual passou a cidade, os problemas do início do século XX não eram prioridades, dessa forma, surgiu à necessidade de uma intervenção urbana planejada e ampla. Uma iniciativa mais séria para enfrentar os novos desafios urbanos foi adotada em 1967, com a elaboração do Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal. Esse plano, de autoria do arquiteto Jorge Wilhelm em parceria com o escritório Serete, visou dotar a cidade de uma infraestrutura necessária à implementação da indústria, influência da política industrializante do Presidente Juscelino Kubitschek.

Natal apresentou um grande crescimento urbano nos anos 1950 e 1960. Devido, dentre outros fatores, a uma grande seca ocorrida no interior do Estado nos anos 1951, 1953, 1955, e 1958, ocasionando um forte êxodo rural. A população da cidade cresceu muito e com isso, devido à falta de moradias surgiram comunidades pobres que podiam ser consideradas verdadeiras favelas, como: Brasília Teimosa e Mãe Luiza. Além desse crescimento desordenado e espontâneo, ações oficiais também foram executadas e contribuíram para a expansão urbana da cidade, como

a criação da Cidade da Esperança, construída pelo Governo Aluísio Alves, símbolo de sua “ligação” populista junto às comunidades mais carentes.

Além dessas comunidades pobres, que apareceram de forma autônoma em Natal, a fundação de vários conjuntos habitacionais na periferia foi motivada por ações habitacionais lançadas pelos poderes públicos, como por exemplo: o BNH criado em 1964 com a finalidade principal de dar suporte ao desenvolvimento do Plano Nacional da Habitação e levado adiante pelos governos militares. Medidas como estas aqueceram o mercado imobiliário e culminou numa disseminação de inúmeros loteamentos privados.

Durante a segunda gestão do Prefeito Djalma Maranhão (1960-1964), novos esforços habitacionais foram realizados em Natal. Podemos destacar nesse contexto, o projeto de regularização fundiária das comunidades de Brasília Teimosa e Mãe Luiza, caracterizado por um programa de desapropriação dos terrenos nessas comunidades e a distribuição de mais de mil lotes para famílias de baixa renda. Ao contrário de muitas ações urbanísticas desenvolvidas na cidade, essa não tinha a intenção de expulsar os favelados para áreas ainda mais distantes, mas sim, regularizar suas situações habitacionais.



Figura 14: Av. Rio Branco em 1958.

Foto: Jaeci Galvão.

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB).

Assim, a cidade crescia para todos os lados e novos planos urbanísticos eram criados, porém, desde as obras nos anos 1930, nenhum outro projeto urbanístico modernizador ou mesmo restaurador foi elaborado para a Rua Chile-Ribeira. Muitos dos antigos sobrados e casarões já apresentavam as marcas desgastantes do tempo. Paralelo a essa degradação da Ribeira, os bairros de Tirol e Petrópolis consolidaram-se definitivamente como espaços residenciais e com características marcadamente elitizadas; a Cidade Alta e o Alecrim assumiram a primazia do setor comercial de Natal com atividades no varejo e no atacado, respectivamente. Na Figura 14, que mostra a Av. Rio Branco no fim dos anos 1950, podemos perceber vários estabelecimentos comerciais e um fluxo intenso de pessoas e carros. As lojas de artigos mais luxuosos transferiram-se para esta avenida, pois a mesma assumiu o posto de centro comercial da cidade e, começou a viver os problemas típicos dos grandes centros urbanos, por exemplo, o trânsito intenso.

A Rua Chile-Ribeira, por sua vez, amargava um total desprezo pelo seu conjunto arquitetônico histórico, por toda a sua história e por parte dos poderes públicos. Uma esperança de solução para esse problema surgiu em maio de 1964, com o lançamento da chamada “Carta de Veneza”, documento síntese do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Esse documento representou um marco nas políticas preservacionistas no mundo, pois defendeu uma nova postura frente aos bens patrimoniais e históricos e, dentre outras coisas, determinava:

Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. **Entende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.** (grifo nosso)

Art 3º - A conservação e a restauração dos monumentos visam a **salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico** (grifo nosso). (CARTA de Veneza, 1964)

Nesse II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ficou definido também a criação de um órgão de cooperação internacional para defesa de monumentos e sítios históricos, o ICOMOS (*International Council on*

Monuments and Sites), oficializado em 1965 e, na década de 1970 passou a fazer parte da Unesco (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*).

Podemos então concluir que a mudança de concepção patrimonial e cultural no mundo e no Brasil, iniciada na década de 1960 e consolidada no final da década seguinte, reflete uma tendência que já estava ganhando força em várias partes do mundo, liderada por entidades reconhecidas como a Unesco⁴⁵. Essa nova visão caracterizava-se por uma iniciativa de valorização mais heterogênea das manifestações culturais e por uma ampliação significativa do que podia ou não ser tombado e preservado ou, tão somente, considerado um bem histórico-cultural valioso. No artigo 5º, referente à questão de conservação, este documento discute até mesmo uma nova forma de encarar o uso desses bens históricos:

Artigo 5º - A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua **destinação a uma função útil à sociedade** (grifo nosso); tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites é que se deve conceber e se **deve autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes** (grifo nosso).

A nova postura defendida por entidades internacionais, tendendo a agregar valor cultural e econômico nas políticas de preservação histórico-patrimonial, será abordada mais incisivamente no universo latino-americano, na Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, organizado pela OEA (Organização dos Estados Americanos), entre novembro e dezembro de 1967, cujo documento síntese foi intitulado de Normas de Quito. Esse documento propunha, dentre outras coisas, que:

⁴⁵ Segundo Machado (2009, p. 132-133), o Brasil mantém uma relação estreita com a Unesco, que ultrapassam os campos culturais e patrimoniais. No período de fundação dessa entidade, em 1945, o Brasil foi um dos países que além de ratificar a sua fundação, participou diretamente da criação e concepção de seu Ato Constitutivo. Não deve, portanto, causar estranheza, a tendência das entidades brasileiras, envolvidas com as ações de tombamento, preservação e revitalização, sempre procurarem seguir as orientações desse organismo internacional, como no momento da criação, no Brasil, da Comissão Nacional do Folclore, em 1948, também seguindo as orientações da Unesco.

[...] está se aceitando implicitamente que esses bens do patrimônio cultural representam um valor econômico e são suscetíveis de constituir-se em **instrumentos do progresso** (grifo nosso).

[...] O acelerado processo de empobrecimento que vem sofrendo a maioria dos países americanos como consequência do estado de abandono e da falta de defesa em que se encontra sua riqueza monumental e artística demanda a adoção de medidas de emergência, tanto em nível nacional quanto internacional, mas sua eficácia prática dependerá, em último caso, de sua **adequada formulação dentro de um plano sistemático de revalorização dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento econômico-social.** (grifo nosso)

[...] Partimos do pressuposto de que os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos da mesma forma que as riquezas naturais do país.

[...] Deve-se entender que a valorização se realiza em função de um fim transcendente, que, no caso da América Ibérica, seria o de **contribuir para o desenvolvimento econômico da região.** (grifo nosso)

[...] Se os bens do patrimônio cultural desempenham papel tão importante na promoção do turismo, é lógico que os investimentos que se requerem para sua devida restauração e habilitação específica devem se fazer simultaneamente aos que reclama o equipamento turístico e, mais propriamente, integrar-se num só **plano econômico de desenvolvimento regional.** (grifo nosso) (NORMAS de Quito, 1967)

Nessa perspectiva da Carta de Veneza e das Normas de Quito, a Rua Chile e parte do bairro da Ribeira estavam em condições privilegiadas. Além de possuírem uma considerável parte dos prédios históricos da cidade e por representarem também um pedaço vivo da história de Natal, não se encontravam desabitados, pois mesmo que de forma precária era desenvolvido um intenso comércio no bairro. Portanto, essas propostas aliavam-se a preservação histórica com exploração econômica podendo ser aplicadas aos espaços urbanos natalenses. Entretanto, não foi o acontecido, uma vez que, todas essas discussões acerca da preservação do patrimônio histórico, cada vez mais crescente a partir dos anos 1960, ainda teve que esperar pelo menos mais duas décadas para serem efetivadas nas agendas de prioridades dos poderes públicos norte-rio-grandense.

Nesse processo de mudança nas perspectivas de preservação e incentivo cultural no Brasil, marcado pelo alargamento da noção de patrimônio e pelo incentivo à exploração econômica do bem cultural, uma nova tendência também se

apresentou, marcada pela tentativa de descentralização da coordenação das políticas públicas preservacionistas. Marco desse movimento descentralizador foi o encontro entre Governadores, Secretários Estaduais da área Cultural, Prefeitos de municípios interessados, bem como representantes de instituições culturais, em Brasília (abril de 1970), que acabou gerando um documento intitulado de Compromisso de Brasília. Esse encontro adotou alguns princípios como:

Reconhecem a **inadiável necessidade de ação supletiva dos Estados e dos Municípios à atuação federal** (grifo nosso) no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional.

Impõe-se complementar os recursos orçamentários normais com o apelo a **novas fontes de receita de valor real** (grifo nosso).

Recomenda-se utilização preferencial para casas de cultura ou repartições de atividades culturais, dos imóveis de valor histórico e artístico cuja proteção incumbe ao poder público. (COMPROMISSO de Brasília, 1970)

Com esse encontro, iniciou-se a consolidação de uma nova prática e de uma nova concepção em relação aos bens patrimoniais e a tomada de decisões quanto à coordenação dessas políticas públicas. O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que antes (quando ainda era o SPHAN) centralizava todo o campo de políticas preservacionistas no Brasil, desde a escolha dos critérios e bens a serem tombados como as estratégias usadas na preservação passaram agora a considerar a atuação dos Estados e Municípios como uma “inadiável necessidade de ação supletiva”.

Um ano após a realização do encontro em Brasília, novamente as autoridades federais, estaduais e municipais reuniram-se na capital baiana, em outubro de 1971, numa reunião intitulada de 2º Encontro dos Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura e pelo IPHAN. Em suma, o documento desse reencontro chamado de Compromisso de Salvador, manteve as discussões que permearam o anterior, em Brasília. Um avanço perceptível, no que se refere à origem dos recursos financeiros a serem empregados nas práticas de preservação:

Recomenda-se a convocação do Banco Nacional de Habitação e dos demais órgãos financiadores de habitação, para colaborarem no custeio de todas as operações necessárias à realização de obras em edifícios tombados.

Recomenda-se, nos âmbitos nacional e estadual, a criação de fundos provenientes de dotações orçamentárias e doações, ou outros incentivos fiscais, para fins de atendimento à proteção dos bens naturais e de valor culturais especialmente protegidos por lei.

Recomenda-se, por meio de acordos e convênios, uma ação conjunta entre a administração pública e as autoridades eclesiásticas, para fins de restauração e valorização dos bens de valor cultural.

Recomenda-se a convocação dos órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo, no sentido de que voltem suas atenções para os problemas, utilização e divulgação dos bens naturais e de valor culturais especialmente protegidos por lei.

Recomenda-se que os órgãos responsáveis pela política do turismo estudem medidas que facilitem a implantação de pousadas, com utilização preferencial de imóveis tombados.

Recomenda-se que se pleiteie dos poderes competentes a necessidade de diploma legal que confira aos governos estaduais a responsabilidade da administração das cidades consideradas monumento nacional, para fins de atendimento da legislação específica. (COMPROMISSO de Salvador, 1971)

Analisando os trechos destacados do encontro em Salvador, concluímos que naquele momento a grande preocupação das autoridades envolvidas com as políticas de preservação era justamente consolidar o modelo de descentralização das políticas, bem como resolver o problema das fontes de recursos e financiamentos para as obras de restauração e preservação dos bens históricos e artísticos. Para esse fim, propuseram, desde a participação direta do Banco Nacional de habitação, a inclusão nos orçamentos públicos desses recursos, incentivos fiscais para pessoas ou empresas envolvidas nessas políticas preservacionistas, até o envolvimento direto das autoridades eclesiásticas.

Porém, devemos destacar uma questão que assumiu uma importância cada vez maior nos discursos conservacionistas: a necessidade de inserir o turismo como elemento motivador e patrocinador das práticas de preservação dos bens

patrimoniais no Brasil. A entrada em cena do turismo refletiu toda uma discussão sobre a relação turismo-patrimônio já ocorrida no contexto latino-americano e europeu.

Seguindo na esteira de propostas contidas nas Normas de Quito (1967) e nos Compromisso de Brasília (1970) e de Salvador (1971), foi lançado, no Brasil em 1973, o Programa de Cidades Históricas (PCH) que com a aprovação e fiscalização do IPHAN, proporcionou relevantes intervenções restauradoras em bens patrimoniais de cidades nordestinas⁴⁶. O PCH também se voltou para ações pioneiras de exploração econômica de bens culturais restaurados⁴⁷, renunciando a crescente inserção dos valores econômicos e interesses do capital nos processos de preservação e restauração de bens históricos que ainda estavam por vir no final dos anos 1980.

Essas propostas e discussões, no entanto, não conseguiram efetivar ações voltadas para o Centro Histórico da cidade de Natal, frustrando a esperança de moradores, comerciantes e boêmios da Ribeira, afinal, sonhavam com ações efetivas de recuperação das ruas, casarões e sobrados do antigo centro da boemia natalense. As poucas ações preservacionistas na cidade, como a restauração do Forte dos Reis Magos e do antigo presídio transformado em Centro de Turismo, eram isoladas e executadas sob o comando do PCH e não da prefeitura, logo acabaram não se estendendo a outros espaços históricos da cidade e que também se encontravam degradados.

As famílias natalenses encontraram, a partir dos anos 1960, novos espaços de sociabilidade, longe da boemia, baixo meretrício, sujeira e violência que imperavam na Ribeira e em suas ruas históricas úmidas e escuras. Espaços como a Praça Pedro Velho (Figuras 15 e 16) consolidava-se como pontos elitizados de encontros de famílias, casais de paqueras e senhoras que queriam desfrutar de um ambiente tranquilo, limpo, seguro, bonito; com seus gramados, lagunhos e bancos habilidosamente esculpidos, que acabavam por contribuir na construção de uma imagem de glamour ao espaço, em contraposição à “insalubre” Ribeira.

⁴⁶ Recuperação do Largo do Pelourino (Salvador), diversas restaurações em Olinda, restauração do Forte dos Reis Magos (Natal), início dos trabalhos em alguns sobrados de São Luís, restauração do Teatro José de Alencar (Fortaleza) e do Teatro 4 de Setembro (Teresina). (OLIVEIRA, 2009, p.125)

⁴⁷ Transformação dos antigos presídios de Recife, Natal e Fortaleza em centros culturais, dedicados à exposição artesanal local e seu consumo pelo turismo. (OLIVEIRA, 2009, p.125)



Figura 15: Praça Pedro Velho – Anos 1950.
Fonte: Arquivo pessoal de Eduardo Alexandre Garcia.

Ao analisar a Figura 16, nos deparamos com a imagem de um espaço urbano exageradamente elitizado. Os casarões da Rua Potengi, que seguiam na lateral da Praça Pedro Velho, conferiam um elemento a mais nessa paisagem urbana enobrecida e quase cinematográfica. Sobre as vivências nesse espaço de lazer da elite natalense, nos relata Fred Sinzenando:

A Praça Pedro Velho, inaugurada em 1937 pelo Prefeito Gentil Ferreira, era o ponto de encontro principal da cidade [...] Lá circulavam os melhores fotógrafos da cidade, principalmente aos sábados e domingos. A pracinha era toda mosaicada e tinha um pequeno coreto onde as bandas militares faziam retretas. [...] Havia também um parque (onde hoje tem uma estrutura para acompanhar as paradas de 7 de setembro) com gangorras e balanços. Estruturas simples, mas onde nos divertíamos pra valer. (PINHEIRO, 2009, p. 218)



Figura 16: Praça Pedro Velho e Rua Potengi – Anos 1950.
Fonte: Arquivo pessoal de Eduardo Alexandre Garcia.

Nos anos 1970, os jovens natalenses encontraram e construíram vários outros pontos de lazer e sociabilidade. Os ares boêmio-comerciais da Rua Chile-Ribeira não atraíam mais os jovens cabeludos da classe média de Natal, os mesmos preferiam opções como a Praia dos Artistas⁴⁸ e a Praia do Forte. Segundo Yuris Ramalho Cortez, em entrevistas a Carlos e Fred Sinzenando, eram “os pontos de encontro dos estudantes universitários, pré-vestibulando e pré-intelectuais” (apud PINHEIRO, 2009, p. 368).

Movidos pelo rastro dos “anos rebeldes” e pelo festival de *Woodstock*, muitos jovens e adultos de Natal buscavam um lazer que se diferenciasse das imagens boêmias da geração de seus pais. Com esse espírito, na segunda metade dos anos 1970 foi organizado em Natal um festival de música intitulado “Festival do Forte”. Esse evento era realizado no interior do Forte dos Reis Magos e idealizado pelo músico Luiz Lima, o artista plástico Sandoval Fagundes e o escritor Carlos Gurgel. Segundo Manoel de O. C. Neto,

⁴⁸ Segundo Clotilde Tavares (disponível em <http://nataldeontem.blogspot.com.br/2010_04_01_archive.html> Acesso em 13 ago. 2013) esse trecho da orla natalense recebeu esse nome, devido o grande número de estudantes de teatro, artes plásticas e música que passaram a frequentá-lo nos anos 1970.

"O festival acontecia na terceira lua de cada mês e era um momento de muita música, muita poesia e muita loucura, depois disso, nunca houve nada em Natal tão contundente para nossa cultura como o Festival do Forte [...] Os moleques ficavam pulando naquela casa de armar no meio do Forte. Era incrível, sendo criança, ver de perto artistas como Raul Seixas, Gil, Jorge Mautner, Jards Macalé... São tempos que não voltam mais." (Disponível em <<http://nataldeontem.blogspot.com.br/search?updated-min=2010-01-01T00:00:00-03:00&updated-max=2011-01-01T00:00:00-03:00&max-results=33>> Acesso em 10 ago. 2013).

Esses encontros da juventude “rebelde” natalense, nos anos 1970, eram sonoramente regados a muito som de Elvis Presley, Beatles e muita “Jovem Guarda”, impulsionando o surgimento das primeiras bandas de rock em Natal como “The Shouters”, “The Jetsons”, “Os Vândalos”, “The Funtos”, “Os Terríveis”, “Os Primos”, “Os Infernais”, “As Luluzinhas”, dentre outras. Essas bandas tocavam músicas totalmente diferentes da trilha sonora boêmia predominante na Ribeira e, em algumas casas de prostituição sobreviventes ao longo da Rua Chile, marcadas pelas vozes poderosas de Nelson Gonçalves, Altemar Dutra e outros.

Era esse o cenário da Rua Chile na década de 70, numa condição de desprestígio social, esquecimento e marginalidade, situação perpetuada, também, na década seguinte. Antigos espaços da boemia natalense, como o cabaré Arpege, e outras áreas de meretrício como o Beco da Quarentena, assim como o antigo casarão que abrigou o cabaré Wonder Bar (Figura 17), todos na Rua Chile, outrora áreas de sociabilidade pulsante na cidade, encontravam-se nos anos 80 em plena decadência. O Edifício Galhardo, antigo Arpege não suportou o abandono e parte de sua estrutura desabou nos anos 1990, enquanto o famoso Beco da Quarentena teve suas portas fechadas com paredes e a travessa se tornou um espaço escuro, sujo, mal cheiroso e perigoso.

Um marco do estado físico degradante era a condição de ruína em que se encontrava o antigo casarão da Rua Chile (Figuras 17 e 18). Esse prédio, já foi considerado o mais alto, mais imponente e mais belo da cidade, sede do poder provincial no Rio Grande do Norte entre os anos de 1870 e 1902, palco do ato de proclamação da república no estado em novembro de 1889, e, também, abrigou um dos mais famosos cabarés de Natal na metade do século XX, o Wonder Bar, encontrava-se completamente deteriorado e abandonado, em meados dos anos

1980. Sua condição de antigo centro de poder político, de glamour e da boemia, não foi poupada das ações implacáveis do tempo e do abandono.

Com o término da Segunda Guerra Mundial e com a partida dos militares norte-americanos, seus grandes frequentadores, as atividades boêmias perderam gradativamente força e o grande sobrado passou a ser ocupado, na parte térrea, por diversos armazéns. Um desses armazéns pertencia a Guilherme Lettieri, côsul honorário da Itália em Natal, comerciante de secos e molhados (NATAL, 2008c). Vários outros empreendimentos foram desenvolvidos neste prédio, até o completo abandono. Em 1998, a bela construção de estilo neoclássico foi restaurada, dentro do contexto do programa de “revitalização” da Rua Chile.



Figura 17: O grande sobrado da Rua Chile – 1984.
Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB).



Figura 18: O grande sobrado da Rua Chile – 1993.
Foto: Sandro Fortunato.
Fonte: Disponível em <www.sandrofortunato.com.br> Acesso em 15 mar. 2013.

Assim a Ribeira e, designadamente a Rua Chile, adentraram os anos 1980, seguindo a mesma tendência da década anterior, ou seja, enfrentando uma séria condição de desvalorização e deterioração de grande parte de seus prédios. Muitas

casas, testemunhos de uma época de prosperidade da cidade de Natal e do bairro da Ribeira, encontravam-se até início dos anos 1990 em condição de total abandono, ruína ou subutilização.

Nos anos 1970 e 1980, a política patrimonial brasileira passou por uma fase de transição, entre a concepção de “pedra cal” do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), tendência que privilegiava a preservação de igrejas e construções barrocas do século XVIII, e a fase pós-moderna de “espetacularização” dos bens históricos. O Brasil, seguindo na esteira das declarações e cartas da comunidade internacional⁴⁹, assumiu cada vez mais uma postura voltada para as preocupações com a diversidade cultural e com a democratização dos processos de escolhas dos bens patrimoniais.

Além de promover uma descentralização na coordenação dessas políticas de preservação, convidando também, os poderes públicos estaduais e municipais, além de entidades civis, assim como proprietários de bens com destacados valores cultural-históricos, para participarem de alguma forma das escolhas dos bens e dos processos de preservação. A chamada Declaração de Amsterdã, documento síntese do Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, organizado em Outubro de 1975, já antecipou essas concepções, ao afirmar que:

[...] Esse patrimônio compreende não somente as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, bairros de cidades e aldeias, que apresentam um interesse histórico ou cultural.

Os poderes locais, aos quais compete a maioria das decisões importantes em matéria de planejamento, são todos particularmente responsáveis pela proteção do patrimônio arquitetônico e devem ajudar-se mutuamente através da troca de ideias e de informações.

A reabilitação dos bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível, sem modificações importantes da composição social dos habitantes, e de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada por fundos públicos.

O que hoje necessita de proteção são as cidades históricas, os bairros urbanos antigos e aldeias tradicionais, aí incluídos os parques

⁴⁹ Carta de Veneza (1964), Normas de Quito (1967), Convenção do Patrimônio Mundial (1972), Declaração de Amsterdã (1975), Carta de Turismo Cultural (1976), Carta de Nairóbi (1976), Carta de Machu Piccho (1977), Carta de Burra (1980), Declaração do México (1982) e a Carta de Washington (1986).

e jardins históricos. A proteção desses conjuntos arquitetônicos só pode ser concebida dentro de uma perspectiva global, tendo em conta todos os edifícios com valor cultural, dos mais importantes aos mais modestos [...] (DECLARAÇÃO de Amsterdã, 1975)

Nessa transição para os anos 1990, outro ponto marcante na política preservacionista brasileira foi justamente a incorporação definitiva de valores econômicos e mercadológicos aos bens patrimoniais, sejam estes “consagrados” e tombados ou não. Os agentes do capital, ligados aos segmentos turísticos e imobiliários, perceberam o grande potencial acumulativo da exploração de bens culturais, como os conjuntos arquitetônicos coloniais, os sítios arqueológicos, as construções monumentais, as igrejas e centros religiosos como um todo, e, sobretudo, os Centros Históricos urbanos. Estava aberto o caminho para os discursos de “revitalização” da Ribeira.

Os bens patrimoniais passaram a ser a “meninas dos olhos” do capital, sendo “resgatados”, através de políticas de requalificações e revitalizações, não para servir apenas ao seu papel histórico e talvez pedagógico, mas também, para atender às especulações imobiliárias e às indústrias do turismo e do entretenimento, sendo esta a marca da exploração cultural na chamada pós-modernidade globalizante e da sociedade de consumo.

Essa discussão será desenvolvida no próximo capítulo. Este analisará, justamente, todas as concepções políticas, econômicas e ideológicas presentes nos programas de “revitalização” de Centros Históricos na Europa, Estados Unidos, América Latina e Brasil. A Rua Chile, a partir da segunda metade dos anos 1990, relacionando-a com a chamada pós-modernidade e com as políticas de *gentrification*.

CAPÍTULO 2 – O PROCESSO DE REFUNCIONALIZAÇÃO DA RUA CHILE (ANOS 1990): *gentrification* e neohaussmanização?

"E a cidade se apresenta centro das ambições, para mendigos ou ricos e outras armações.

Coletivos, automóveis, motos e metrô, trabalhadores, patrões, policiais, camelôs.

A cidade não para, a cidade só cresce. O de cima sobe e o de baixo desce".

(Chico Science & Nação Zumbi)

Esse capítulo nos permitiu traçar um paralelo entre as reformas modernizantes executadas no início do século XX na Ribeira, com o programa de refuncionalização da Rua Chile, em meados dos anos 1990. Apesar das particularidades⁵⁰ socioeconômicas e culturais, os dois processos de intervenções na Ribeira guardam algumas similaridades principalmente no que se refere aos resultados sociais obtidos, caracterizados pela construção de espaços de sociabilidades voltados para uma classe economicamente mais elevada.

Devido, dentre outras coisas, ao grande crescimento urbano após os anos 1950 e aos problemas socioeconômicos decorrentes dessa evolução, bem como, ao acirramento das disputas pelos espaços urbanos centrais⁵¹, percebemos que os olhares dos poderes públicos atrelados aos interesses do capital imobiliário e

⁵⁰ No início do século XX, as intervenções urbanísticas públicas e privadas na Ribeira sustentavam-se mais em um discurso higienista e modernizante. Utilizando-se da metáfora de um corpo humano, defendiam a construção de espaços saudáveis na Ribeira e que demonstrassem todo progresso que a república podia promover. Em fins do século XX, mais precisamente no início dos anos 1990, por sua vez, os novos olhares sobre a Ribeira e Rua Chile seguiram na esteira dos discursos de retomada dos Centros Históricos, enquanto patrimônios locais, muito fortes na Europa e nos Estados Unidos desde o fim dos anos 1960.

⁵¹ Os Centros Urbanos geralmente apresentam uma infraestrutura melhor que o restante dos bairros, como redes de saneamento, linhas de transportes urbanos partem para todos os recantos da cidade, agência bancárias, prédios de órgão públicos, etc.

turístico voltaram-se com força para os denominados Centros Históricos. Essas mudanças surgem a partir da segunda metade dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990.

No final dos anos 1980, as propostas de intervenções na Ribeira passaram a ser discutidas, tendo como marco o lançamento da Lei n. 3.942 de 09 de julho de 1990 (Diário Oficial do Estado, 17 jul. 1990), que instituiu a Zona Especial de Preservação Histórica em Natal (ZEPH), que incluía a Ribeira e a Cidade Alta, seguidas da Lei Complementar n. 07, de 05 de agosto de 1994 (Diário Oficial do Estado, 7 set. 1994), que dispôs sobre o Plano Diretor de Natal e abordou, dentre outras coisas, questões ligadas à reutilização econômica⁵² do Centro Histórico de Natal; a Lei n. 4.932 (Diário Oficial do Estado, 31 dez. 1997), de 30 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a Operação Urbana Ribeira da qual fazia parte o “Projeto Fachadas da Rua Chile”. Esse projeto operacionalizou a reforma e pintura de quase todos os casarões da Rua Chile e a troca de parte do seu calçamento, criando condições propícias para o desenvolvimento da cena musical que movimentou e ressignificou esse logradouro. Possibilitando um novo olhar sobre a Ribeira como um todo.

Porém, o que se discutia nesses programas de retorno à Ribeira/Rua Chile, no final dos anos 1990, não era mais a demolição de casas e construção de avenidas largas, de fácil circulação, livre dos miasmas e consequentemente “sadias”, marcas da “terra arrasada” hausmanizante do início do século XX, mas, sim, a preservação de um conjunto de bens históricos da cidade de Natal e um aproveitamento desses bens a partir de uma lógica de mercado, voltado à construção de um espaço enobrecido, economicamente viável e possível de ser explorado por uma parcela da população com poder aquisitivo elevado e, até mesmo, servir de atração turística.

Seja a partir de um discurso de modernização mostrando a necessidade de mais “saúde” para a cidade, ou pela busca de uma exploração econômica dos bens históricos, dentro da lógica da *city marketing*, esses dois conjuntos de ações voltadas para a Ribeira/Rua Chile mantiveram um caráter essencialmente elitizado.

⁵²A possibilidade de aproveitamento econômico de bens históricos, marcas da pós-modernidade e da sociedade de consumo globalizada, foi discutida com mais profundidade, no item 2.1 desse presente capítulo. Essa nova postura do poder público e de parte do empresariado local frente às possibilidades de reocupação e exploração econômica dos Centros Históricos urbanos, dentro da lógica da *city marketing*, foi adotada por governos de diversas cidades na Europa, Estados Unidos, América Latina e Brasil.

Ambas, contribuíram para a construção de espaços de sociabilidades fragmentados e praticados primordialmente por grupos socioeconômicos mais elevados. Assim, a *haussmanização*, no início do século XX, e *gentrification*, no fim do mesmo século, podem ser analisadas como similares em suas posturas espacializantes e socialmente excludentes.

Esse “retorno” aos Centros Históricos foi motivado também pela percepção, por parte da gestão pública e do empresariado local, do enorme “desperdício” econômico e imobiliário que o “abandono” dessas áreas centrais e históricas acabava gerando. Num dado momento esses gestores e empresários perceberam naquelas áreas outro filão, não apenas cultural, mas, também, um grande potencial econômico. Cultura e economia juntas no inadiável projeto de construção de uma imagem positiva da cidade, contribuindo de forma decisiva no universo da disputa, entre várias *urbes* mundo a fora, para captar investimentos e turistas.

Precisamos esclarecer uma coisa sobre o suposto “abandono” dos Centros Históricos, o fato deste partir de uma perspectiva apenas das classes média e alta das cidades ocidentais, numa ótica de mercado. Rogério P. Leite, em sua obra “Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea” (2007), tomando o bairro de “Recife Antigo” como exemplo, discute e mostra que os Centros Históricos nunca foram totalmente abandonados. Segundo ele, mesmo com a mudança do centro socioeconômico e político para outras áreas da *urbe*, e a degradação física e econômica decorrente, os espaços históricos e tradicionais continuaram sendo habitados e vivenciados por uma parcela mais pobre e, muitas vezes, marginalizada da sociedade. Porém, a análise dessa vivência marginalizada nos Centros Históricos não é o foco do presente trabalho, apesar de ser um tema instigante e talvez motivador de pesquisas futuras e de outros pesquisadores.

Os Centros Históricos, no “mundo ocidental”, desde o fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, começaram a ser revisitados e retomados, inicialmente por uma classe média *yuppie*, na Inglaterra e nos Estados Unidos, e por iniciativas oficiais, enfaticamente na América Latina. No Brasil, o lançamento do Programa de Cidades Históricas (PCH), em 1973, pode ser visto como um precursor nesse movimento de tentativa de preservação e revitalização dos Centros Históricos urbanos, a partir de uma perspectiva de conservação integrada. Essa nova

concepção preservacionista fica bem explicitada no texto “Programa de Cidades Históricas”, da revista P&D, publicado em 1979:

A partir de uma visão mais abrangente de patrimônio cultural – que procura inseri-lo num contexto de planejamento urbano global – a atual orientação dos organismos que cuidam da preservação do acervo artístico brasileiro baseia-se no conceito de que a intervenção nos núcleos históricos só poderá obter resultados positivos a partir de uma política dirigida para o núcleo como um todo, compreendendo plano urbano, legislação e regulamentação de uso do solo, promoção de fontes de trabalho e serviços para a população. (VIEIRA, 2007, p. 93)

Além da ampliação das noções patrimoniais e de uma maior democratização na participação dos processos preservacionistas, as décadas de 1970 e 1980 articularam também uma mudança significativa nessa relação com os bens histórico-artísticos, que foi justamente a noção de conservação integrada. O que estava em jogo agora, não era mais tão somente a preservação da materialização arquitetônica do bem patrimonial, mas também todo um universo social e econômico contido em seu entorno. Assim é que os Centros Históricos urbanos passaram a ganhar mais importância nessas políticas e projetos urbanísticos que, ao invés de simplesmente abandonar ou demolir características de uma política de “terra arrasada *haussmaniana*”, passaram a pensar em políticas de “revitalização”, ressignificação e revalorização econômica dessas áreas históricas.

Essa nova concepção somou forças e se consolidou, ao longo dos anos 1990. Em seu trabalho de doutoramento, Sant’Anna (2004) classifica essa década como a fase da *cidade-atração*⁵³, ou seja, quando ocorre uma exploração imagética desses Centros Históricos, apresentando-os como um diferencial de consumo para turistas e moradores de outras áreas da cidade, por parcerias entre o público e o privado, regidas por leis de mercado.

No entanto, para entendermos essa nova realidade posta, precisamos antes levantar uma série de discussões sobre as próprias noções do que vem a ser a “pós-modernidade” e a sua “sociedade de consumo”, pois foram essas novas

⁵³ Sant’anna busca tanto na sua dissertação quanto na sua tese, discutir a relação entre bens histórico-artísticos e os espaços urbanos. Além do conceito de *cidade-atração*, referindo-se aos anos 1990, ela também desenvolveu os conceitos de *cidade-monumento* e *cidade-documento*.

características do capitalismo que passaram a reger as políticas e práticas preservacionistas no Brasil e em grande parte do mundo ocidental.

2.1 – Pós-modernidade, sociedade de consumo e a espetacularização dos bens patrimoniais e Centros Históricos urbanos: anos 1990.

Discutir pós-modernidade ainda hoje é uma tarefa árdua; é trilhar um caminho que além de enfrentar algumas resistências teóricas, muitas vezes, carece de definições mais claras. Numa tentativa de maior esclarecimento sobre pós-modernidade ou pós-modernismo, e seus traços marcantes, seguiremos autores, como Jameson (1985), Lyotard (1986), Harvey (2009), Baudrillard (1991) e (1995) e Featherstone (1995) a partir de discussões substanciais e abalizadas num processo contínuo de conceituação.

A visão norteadora dessa discussão não está consolidada ainda, com uma definição consensual para os termos pós-moderno, pós-modernidade, *postmodernité*, pós-modernismo e tantos outros derivados. Assim, não nos limitaremos a considerar o pós-moderno apenas em sua manifestação em forma de movimento cultural, gestado nos anos 1960. Vamos encará-lo, também, partindo das leituras dos autores citados anteriormente, enquanto manifestação de mudanças que se processaram nas vivências cotidianas, nas relações entre sociedade, cultura, tempo, espaço e, até mesmo, na economia,

O pós-modernismo, segundo Harvey (2009), se volta diretamente ao combate das “*metanarrativas*” modernistas, cuja função terrorista secreta era fundamentar e legitimar a ilusão de uma história humana ‘universal’”. Para Jameson (1985, p. 17), geralmente as manifestações pós-modernas ocorrem em oposição aos discursos “canônicos” da modernidade, em grandes espaços de saber e cultura como as universidades e os museus, ou seja, “serão tantas as formas de pós-modernismo quantas foram às formas modernas”.

É preciso, porém, não encarar o pós-modernismo como uma periodização histórica, mas sim, dentre outros aspectos, como um estado de espírito (Lyotard, 1986), uma lógica cultural da nova fase do capitalismo pós-industrial. Assim, podemos falar em uma transição para uma nova ordem social, uma nova época,

onde Baudrillard (1991) chamou de “mundo *simulacional*”. Nesse “admirável mundo novo”, a cultura da representação transforma a prática social produtiva em reprodutiva, quando as simulações e simulacros⁵⁴ insistem em apagar a diferenciação entre realidade e aparência.

Essa transformação da sólida e intransponível barreira entre realidade e aparência, marca do racionalismo moderno-iluminista, em uma camada fluídica tênue e facilmente transponível, é justamente uma das concepções basilares dessa nova fase do capitalismo no pós-guerra, mais intensamente a partir dos anos 1960. Segundo Jean Baudrillard (1995), devemos caracterizar o estágio do capitalismo atual não mais como um mero sistema produtor de bens para o mercado, mais sim como uma fase de produção e consumo de signos. Assim, esse consumo ultrapassa a fronteira do aspecto unicamente econômico, transformando-se “na qualidade de novo mito tribal, transformou-se na moral do mundo contemporâneo”. (BAUDRILLARD, 1995, p. 12).

Os elementos dessa pós-modernidade espalhou seus tentáculos por vários campos de saberes e da vida socioeconômica e, principalmente, na área da cultura. No aspecto cultural, podemos elencar alguns traços marcantes da pós-modernidade, como por exemplo: uma crescente indefinição da fronteira entre a vida cotidiana e a arte; uma desintegração da hierarquização entre cultura erudita e cultura popular; uma valorização da heterogeneidade estilística e a promiscuidade entre códigos e signos apresentados por uma obra de arte ou movimento cultural. Segundo versa Featherstone (1995, p. 63),

Na verdade, uma das características da arte pós-moderna da década de 60 foi o ataque à arte institucionalizada: contra os museus e galerias, as hierarquias críticas acadêmicas de gosto e a consagração das obras de arte como objetos de exposição claramente demarcados.

Podemos mesmo falar em uma, para usar as expressões de Harvey (2009, p. 62), “degeneração da autoridade intelectual sobre o gosto cultural”, na ascensão do

⁵⁴ Para um maior aprofundamento acerca da relação entre simulações e simulacros e a sociedade de consumo pós-moderna, ver BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

novo paradigma pós-moderno, notadamente pós-1960. A “ditadura” intelectual-acadêmica e a arte de museus acabaram sendo solapadas pela cultura pop e de massa. A classe média operária, após o crescente aumento do seu poder de compra no pós-guerra, começou a participar mais ativamente da cultura de consumo capitalista,

[...] usando ativamente a moda para construir um sentido de sua própria identidade pública, e até definindo suas próprias formas de pop arte, diante de uma indústria da moda que buscava impor o gosto através da pressão da publicidade e da mídia. (HARVEY, 2009, p. 63)

Retomamos aqui, o que dissemos no início desse tópico acerca da dificuldade de uma conceituação fechada e definitiva sobre a pós-modernidade. Sendo até mais incisivo nesse aspecto, reproduzimos um pertinente questionamento de Jameson (1985, p. 25): “Precisaríamos realmente de um conceito de pós-modernidade?” Assim, de forma generalizante, vamos considerar a “condição pós-moderna” como sendo um estágio do capitalismo tardio pós-guerra, no qual, acabou por transformar a realidade em imagens e signos, dando suporte à consolidação de uma sociedade de consumo, em detrimento de uma sociedade de produção. Nessa sociedade de consumo, essencialmente cultural:

A superprodução de signos e a reprodução de imagens e simulações resultam numa perda do significado estável e numa estetização da realidade, na qual as massas ficam fascinadas pelo fluxo infinito de justaposições bizarras, que levam o espectador para além do sentido estável. (FEATHERSTONE, 1995, p. 34)

As cidades pós-modernas, gradativamente a partir dos anos 70, passaram a se configurar como centros de consumo, espaços fragmentados ricos em signos e imagens e voltados para o entretenimento não só local, mas global, após a consolidação de uma prática turística internacional. Uma manifestação concreta desse processo é justamente a proliferação de espaços e redutos urbanos, que transformaram o lazer e o consumo em destacadas “experiências” individuais e

coletivas distintivas, como: shopping centers, parques temáticos, galerias de arte, ruas revitalizadas, voltadas para uma concepção cultural mais pop, grandes complexos culturais, bem como a revitalização de Centros Históricos, voltados agora para a realização de eventos culturais e turísticos.

A sociedade de consumo vive a era dos objetos, de acordo com o seu ritmo, permanências e mudanças (BAUDRILLARD, 1995, p. 15). Partindo dessa concepção de Baudrillard, compreendemos a pós-modernidade impondo uma nova relação entre pessoas, objetos de consumo e sociedade. Não nos referimos mais a utilidade inicial e conceitual de um determinado objeto consumível, mas sim, a um corpo de elementos significantes arrastando o consumidor por uma carga motivacional consumista muito complexa. Esses recursos muitas vezes são potencializados pelos meios de comunicação em massa, cuja televisão, na maioria das vezes não apresenta o real, mas apenas “vertigem da realidade”.

Em suma, na pós-modernidade não se consome os objetos e espaços, principalmente os urbanos, a partir de seus valores estritamente de usos, nos seus sentidos utilitários originais. Esses alvos e objetos de desejo do consumo acabam sendo saturados de signos que servem de elementos distintivos do indivíduo inserido em seu espaço social. Mesmo com um aumento do poder de compra e consumo da população como um todo, gerando um sentimento de democratização e igualitarismo econômico, ainda assim, a essência ideológica do consumo é mantida. As “mercadorias” consumidas apresentam-se também como meios de organizar novos vínculos e estabelecer distinções sociais. Nesse jogo de poder e ordenação social, a mídia e a publicidade adquirem um papel fundamental, como nos mostra Featherstone:

[...] Assim, as mercadorias ficam livres para adquirir uma ampla variedade de associações e ilusões culturais. A publicidade é especialmente capaz de explorar essas possibilidades, fixando imagens de romance, exotismo, desejo, beleza, realização, comunalidade, progresso científico e a vida boa nos bens de consumo mundanos, tais como sabões, máquinas de lavar, automóveis e bebidas alcoólicas. (1995, p. 33)

Sharon Zukin (1996) destaca a importância dos estudos sobre os espaços urbanos, como uma boa oportunidade de aplicação da ideia de pós-modernização e

criação de paisagens urbanas estetizadas, quando, por exemplo, algumas áreas históricas são transformadas em uma obra de arte pronta para ser consumida. Ele discute como essa concepção pós-moderna e de sociedade de consumo – saturada de signos, mensagens e imagens – ajuda no entendimento do processo de reestruturação e reordenação das relações sócio espaciais urbanas, pelos novos padrões de investimentos e produção de imagens e signos agregados à *urbe*, bem como as maneiras pelas quais a apropriação cultural tornou-se uma estratégia de fortalecimento do valor econômico atrelado a esses espaços históricos e patrimoniais.

Na obra “A condição Pós-Moderna”, David Harvey (2009) discute como o forte movimento de compressão das noções de tempo e espaço, nas últimas décadas do século XX, tem abalado desde as formas produtivas, relações de poder, até a própria vida social e cultural. Para ele, o aperfeiçoamento nos campos de comunicação, deslocamento e de fluxo de informações e de capital, possibilitaram uma ampliação devastadora da capacidade de consumo.

Nesse cenário de novas possibilidades de consumo, num ritmo frenético, para Harvey (2009, p. 259) surge à necessidade da “manipulação do gosto e da opinião”, o que leva a busca pela construção constante de novos signos e imagens, proporcionando o desejo de se consumir algo, é a chamada “indústria da produção de imagens”. Essa indústria está associada não só às agências de publicidades convencionais, como podemos desavisadamente pensar, mas também a todo um corpo de empresários dos ramos imobiliários, turísticos e de entretenimento tendenciosos a promover uma grande “acumulação de espetáculos”.

“[...] o espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: O mundo que se vê é o seu mundo”. (DEBORD, 1997, p. 30)

Este parece ser um dos paradoxos⁵⁵ da pós-modernidade, ao mesmo tempo em que o mundo global marcado pela compressão do tempo, do espaço e pela livre

⁵⁵ Marc Augé (2010) destaca, na verdade cinco grandes paradoxos no mundo contemporâneo. No caso desse capítulo, vou destacar o terceiro paradoxo, que afirma que “nunca os enclausuramentos foram tão numerosos como nesse mundo em que tudo circula e uniformiza-se” (2010, p. 8).

circulação de capital, trinca as paredes dos sistemas territoriais estáveis atrelados a uma área geográfica delimitada, acaba por motivar, em contrapartida, um novo olhar em busca do local⁵⁶ supostamente estável.

Marc Augé, discutindo a questão dos deslocamentos humanos (2010, p. 9-10), sejam eles habitacionais, *business*, entretenimento ou turismo, percebeu duas escalas de observação. A primeira, o “mundo-cidade” marcado pela “circulação ininterrupta dos homens”; a segunda, é a que ele chama de “cidade-mundo”, onde as diversidades socioeconômica e cultural vêm à tona e se expõe visivelmente, numa espécie de criação de espaço especializados (condomínios e shopping centers fechados, bairros ou ruas especializadas em determinadas atividades culturais para determinados públicos⁵⁷, etc.).

Assim, tanto no “mundo-cidade”, quanto na “cidade-mundo”, os próprios percursos tendem a ser selecionados e selecionadores, como por exemplo, aqueles criados pelo turismo que na tentativa de criar simulacros para o consumo evitam lugares com muita violência ou pobreza, pois quem paga pra viajar, não o faz para ver problemas sociais e econômicos, mas sim pelas belas “paisagens”, criadas para causar prazeres e sensações dos mais diversos.

O capital não só se volta para o local e para os espaços diferenciados, mas também, na busca de segurança e rentabilidade, movimentos sociais, supostamente identitários, e se fortalecem ante a aldeia global, pois procuram “comportamentos seguros num mundo cambiante”, desejam conhecer o “seu lugar” no “mutante mundo-colagem”. Para Harvey (2009, p. 273), “a afirmação de qualquer identidade dependente de lugar tem de apoiar-se em algum ponto no poder motivacional da tradição”. Mas como manter uma tradição, uma continuidade histórica, num mundo pós-moderno marcado pelo fluxo, simulacros e pela efemeridade? Nessa mesma linha de raciocínio Guattari (1996, p. 293), com uma visão demasiadamente pessimista, questiona e já responde: “Irão os seres humanos renovar seus vínculos com sua terra natal: É evidente que isso é impossível. A terra natal está perdida”.

⁵⁶ Para um bom aprofundamento sobre essa relação entre mobilidade e localidade, entre o local e o global na chamada pós-modernidade, ver BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

⁵⁷ Nesse caso podemos inserir a Rua Chile, Ribeira-Natal, que, a partir de 1996, passou a ser um espaço voltado pra determinadas atividades culturais e para um público específico, que de alguma forma compartilhava com a imagem que estavam tentando construir acerca daquele espaço urbano histórico.

A tentativa de resposta para esses questionamentos nos transportou diretamente para um dos objetivos deste capítulo, quando percebemos que o retorno para os centros históricos, através de políticas de “revitalização”, refuncionalização e valorização desses espaços urbanos fragmentados, é justamente uma tentativa de enfeitar, empacotar e comercializar o patrimônio e esses centros urbanos antigos; bem como, supervalorizar os aspectos econômicos/comerciais. Constrói-se uma imagem, um simulacro, e montam-se estratégias para a sua exploração econômica. Assim, segundo Choay

[...] os monumentos e o patrimônio históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. (2006, p. 211)

Não estamos, no entanto, falando em uma neutralização total do valor cultural, agregado a determinado bem histórico-artístico, em detrimento de seu valor econômico. O que ocorre é justamente o contrário. Os elementos simbólicos, históricos e identitários passam a ser cada vez mais resgatados, porém, com novos objetivos, motivações e simbologias. A partir dos anos 70 e, especialmente, nos anos 90, o histórico, o cultural e o antigo, adquiriram uma capacidade de agregar valor econômico, e passaram, também, a ser cada vez mais valorizados como algo *cult*, como afirma Huysssem:

[...] chamada restauração historicizante de velhos centros urbanos, cidades, museus e paisagens inteiras, empreendimentos patrimoniais e heranças nacionais, a onda da nova arquitetura de museus [...], o *boom* das modas *retrô* e dos utensílios *retrô*, a comercialização em massa da nostalgia, a obsessiva automusealização através da câmara de vídeo, a literatura memorialística e confessional, o crescimento dos romances autobiográficos e históricos pós-modernos [...] (VARGAS; CASTILHO, 2009, p. 16)

Assim, a pós-modernidade até certo ponto pôs fim ao conflito direto e declarado entre Valor Cultural *versus* Valor Econômico atrelado às ações preservacionistas, transformada numa relação supostamente complementar e de cooperação. Em uma entrevista, a estadunidense Ada Louise Huxtable, citada por

Vargas e Castilho (2009, p. 16-17), utiliza uma metáfora de um casamento entre a “Senhora História” com o “Senhor Lucro”, para se referir ao novo momento da relação valor cultural-valor econômico, atrelados aos bens patrimoniais. Porém, segundo Huxtable, os filhos desse casamento nasceram problemáticos, pois os genes ligados às questões culturais, “com sentimento de lugar e com amor pela história”, acabaram sendo recessivos, enquanto os genes ligados ao lucro financeiro e a visão empresarial do patrimônio acabaram sendo dominantes.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que a paisagem urbana histórica, na lógica da exploração imobiliário-turística, precisa manter esse caráter histórico-identitários, acaba, também, agregando valor econômico. Dessa maneira, sofre uma espécie de “reprogramação” em relação aos laços sociais estabelecidos e aos construtores de sentido. Essa força renovadora e requalificante do capital procura estimular o desenvolvimento de múltiplas perspectivas de exploração e vivências no espaço urbano histórico, paradoxalmente, estabelece palimpsestos desarticuladores do caráter idiossincrático dos Centros Históricos urbanos e rompem seus laços sociais tradicionais.

Choay (2006) discute uma série de operações destinadas ao processo de valorização, espetacularização e conseqüente consumo capitalista do patrimônio histórico. Essas operações, normalmente, passam da *mise-en-scène* à animação cultural. Ambas as ações visam o mesmo fim: o embelezamento, a valorização imobiliária, a criação de uma imagem atrativa para o consumo desses Centros Históricos, através de eventos culturais, abertura de redes de bares e restaurantes, voltados na maioria das vezes para a classe média e alta e, principalmente, para o turismo.

Em qualquer um dos casos citados acima, quase sempre ocorre uma exclusão (ou pelo menos uma tentativa) da população mais pobre desses espaços revitalizados. Esse problema de exclusão e desligamento do patrimônio em relação a sua comunidade de origem, já havia sido previsto e condenado por entidades e congressos internacionais, como fica evidenciado num trecho da Declaração de Amsterdã, documento síntese do Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, em outubro de 1975:

[...] Uma política de conservação implica também a **integração do patrimônio na vida social** (grifo nosso).

Para evitar que as leis de mercado sejam aplicadas com todo o rigor nos bairros restaurados o que teria por consequência a evasão dos habitantes (grifo nosso), incapazes de pagar aluguéis majorados, é necessária uma intervenção dos poderes públicos no sentido de moderar os mecanismos econômicos, como sempre é feito quando se trata de estabelecimentos sociais. (DECLARAÇÃO de Amsterdã, 1975)

Vários dos elementos discutidos ao longo deste capítulo, como a maior facilidade de deslocamento e circulação de pessoas e capital no mundo pós-moderno, a expansão da concepção do elemento patrimonial a ser reconhecido e valorizado e o processo de valorização (ou seria curiosidade ante o “exótico”?) de diferentes culturas, favoreceram o grande desenvolvimento da indústria do turismo nas duas últimas décadas do século XX.

Essa indústria, notadamente o ramo conhecido como turismo cultural, consumidora de espaços por excelência, acaba por mercantilizar as culturas locais e, assim, as transformam em objetos deslocados de consumo, muitas vezes completamente distanciados de seus valores culturais e identitários originais e de suas vivências afetivas – uma cultura estandardizada e espetacularizada.

Ainda sobre essa problemática discutida acima, Meneses (1996, p. 96) relatando o conteúdo em um *cartum*, publicado numa revista francesa, narra uma cena inusitada de uma velhinha no interior de uma catedral gótica, interpelada por um guia turístico, reclamando porque ela estava parada no altar-mor fazendo uma longa e concentrada oração. Na concepção do guia, a religiosa estava atrapalhando a visita e os *flashs* de uma “horda de turistas japoneses”. Esse caso ilustra bem a inversão de valores que o turismo pode causar em relação aos bens culturais e patrimoniais, e deixa bem claro o caráter desterritorializado da relação entre o turista e o bem cultural visitado. A fruição do turista quase nunca ultrapassa a mera contemplação ou repetição frenética e compulsiva do ato de fotografar. Isso se aproxima das palavras de Meneses (1996, p. 97) nomeando de *voyeurismo cultural*.

Com o crescimento das atividades turísticas, notadamente a partir dos anos 1990, várias cidades começam a concorrer entre si pela preferência dos grupos e agências de viagens. Ganha a batalha aquela cidade que apresentar mais atrativos passíveis de consumo. O patrimônio ou qualquer bem artístico-histórico passam a

ser considerados como atrativos turísticos em potencial, e muitas vezes leva a necessidade de resgatar esses bens, revitalizar os centros históricos, ou seja, as cidades passam por profundas transformações urbanísticas, com o objetivo de atrair o interesse dos turistas e de investidores.

As metrópoles pós-modernas, portanto, assumiram uma gama de associações imagéticas, simbólicas e culturais minimalistas ou, em alguns casos, neutralizaram as atividades iniciais desses espaços, transformando-os em mercadorias-signos voltadas para um consumo descentralizado, desterritorializado e flutuante. Nesse caso, segundo Barreto (2000, p. 98), “o patrimônio deixa de ser valioso por sua significação na história ou na identidade local e passa a ser valioso porque pode ser ‘vendido’ como atrativo turístico”.

Essa análise faz emergir, de forma sombria e ameaçadora, um questionamento acerca do futuro dos bens histórico-patrimoniais. Sendo mantido esse enlace do patrimônio cultural com os diversos valores e interesses econômicos (exploram para preservar, ou seria, preservam para explorar?), como ficará a situação daqueles bens culturais, que não apresentam num dado momento uma boa capacidade de gerar lucros? Serão abandonados? Ou mesmo, como a transformação de um espaço público histórico em um reduto de consumo específico e excludente lida com a questão do direito democrático de acesso aos bens históricos e artísticos de uma dada comunidade urbana e com o direito coletivo à memória?

Uma das perorações que podemos alcançar com este capítulo é, portanto, a relação entre os valores culturais e os valores econômicos aplicado às políticas preservacionistas no Brasil, assim como no plano internacional, seguiu, no século XX, um vetor crescente, em favor do segundo aspecto valorativo. Isto é, enquanto na “Fase Heróica” das políticas de preservação no Brasil a noção de valor cultural (assim como o seu caráter pedagógico e identitários), figurava como o motor das ações do SPHAN de Rodrigo de Andrade⁵⁸, nos anos 1970 e 1980, os valores econômicos, bem como as possibilidades de sua exploração passaram a ser cada

⁵⁸ A chamada “Fase Heróica” do SPHAN é o período em que esse órgão foi dirigido por Rodrigo de Andrade e que se caracterizou, dentre outras coisas, por uma visão muito seletiva e excludente acerca do que deveria ou não ser considerado patrimônio do Brasil e por uma valorização da arte barroca, vista como primeira manifestação artística brasileira. Nesse período, buscou-se a construção de uma identidade nacional, através das manifestações artísticas que, dessa forma assumia um papel pedagógico-identitário. Era uma busca pela identidade nacional, através de seu patrimônio. Assim, o que estava em jogo era o valor cultural-patrimonial e não a exploração econômica desses bens.

vez mais evidenciada, até mesmo como forma de solucionar conflitos entre os proprietários dos bens e os órgãos oficiais, cogitando-se que a exploração econômica dos bens deveria, até mesmo, contribuir para o “desenvolvimento econômico do país”. (NORMAS de Quito, 1967)

Foi somente nos anos 1990, com a consolidação da chamada pós-modernidade e com a sociedade de cultura do consumo, que as perspectivas econômicas de lucros atreladas à exploração do patrimônio como espetáculo imagético ou pelo turismo, apresentaram-se como uma realidade concreta a ser enfrentada. Isso não significou, no entanto, uma neutralização total dos valores culturais ante a força do capital, mas certamente, a sua condição passou a ser, muitas vezes, de agregador de valores simbólicos aos bens explorados. Isso porque, segundo Choay (2006, p. 228), ainda permanece certo “*status* social e a distinção associadas ao consumo de bens patrimoniais”, promovendo uma maior valorização econômica do mesmo, bem como se abre novas possibilidades de lucro.

2.2 – *Gentrification*: uma nova realidade urbana pós-moderna.

O “regresso” das classes médias e altas aos Centros Históricos ocorreu num contexto cujas autoridades gestoras e partes dos investidores locais perceberam que as áreas históricas urbanas centrais não possuíam apenas uma importância cultural, mas também um grande potencial econômico. Nesse momento, valores culturais e valores econômicos entrelaçaram-se comprometidos com projeto de construção de uma imagem positiva da cidade, contribuindo de forma decisiva no universo de disputas entre várias *urbes* mundo a fora e tentando captar investimentos de turistas, como afirma Harvey (2009, p. 265):

O aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem muito mais atenção às vantagens localizacionais relativas, precisamente porque a diminuição das barreiras espaciais dá aos capitalistas o poder de explorar, com bom proveito, minúsculas diferenciações espaciais.

O valor econômico assumiu uma grande importância e primazia, porém, travestido de valor cultural histórico mantenedor de supostos laços identitários de uma região e de um dado grupo. Podemos, entretanto, assinalar uma pertinente crítica feita por Choay (2006), acerca dessa relação, pois as políticas de revitalização e revalorização do patrimônio com ênfase nos Centros Históricos urbanos, muitas vezes não estão a “disposição de todos”, mas sim, são pensados para o consumo das classes média e alta. Sobre essa questão, afirma Zukin:

[...] o processo social de construção de uma paisagem pós-moderna depende de uma fragmentação econômica das antigas solidariedades urbanas e de uma reintegração que está fortemente alterada pelos novos modos de apropriação cultural. A genialidade dos investidores imobiliários, nesse contexto, consiste em converter a narrativa da cidade moderna em um nexos fictício, uma imagem que é um grande embrulho daquilo que a população pode comprar, um sonho de consumo visual. (1996, p. 205)

O termo *gentrification* foi usado inicialmente para se referir ao processo de repovoamento de bairros antigos e desvalorizados de Londres, a partir dos anos 1960, principalmente por jovens famílias de classe média e com alto capital intelectual. Processo semelhante foi verificado em Nova Iorque, no mesmo período, com a reocupação de bairros como *Greenwich Village* e *Soho*. Esse “retorno” aos “centros” teve na política habitacional sua primeira e principal justificativa. Em cidades como Nova Iorque, Barcelona, Lyon, Bruxelas, dentre outras. Os financiamentos públicos possibilitaram que essas famílias adquirissem suas unidades habitacionais nos bairros em processo de “revitalização”. Esse processo contrariava a tendência urbanística da época, voltada para a construção de condomínios de luxo nas áreas periféricas das *urbes*. (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p. 15).

Para influenciar a transferência das famílias de classe média para os bairros históricos era necessário que esses espaços públicos apresentassem determinadas características, tais como: o melhoramento das estruturas físicas, iluminação, segurança, e certo controle sobre as atividades desenvolvidas pelas pessoas residentes nesses locais, onde, muitas vezes, estavam fora dos novos projetos pensados pelos agentes “*gentrificadores*”. Visavam sempre uma possível

valorização imobiliária desses bairros, embora, num passado recente, fossem centros de criminalidade e pobreza. Porém, *gentrification* não se refere apenas a uma reestruturação física dos bairros antigos, ela se concentra também em uma alteração funcional e simbólica desses bairros.

Entre os anos 1940 e 1950, ocorreu uma forte expansão periurbana em várias cidades europeias e norte-americanas. As camadas mais ricas passaram a se transferir para as periferias, em busca de mais segurança e qualidade de vida, no interior de fortificados condomínios. Na América Latina e no Brasil, esse processo de abandono do “centro” ocorreu mais nos anos 1960 e 1970. Essa tendência de ocupação elitizada das periferias levou, na maioria das vezes, a uma degradação dos Centros Históricos. Por fim, a deterioração de seus prédios antigos e a ocupação por uma população mais pobre e suas atividades cotidianas contribuíram para uma desvalorização desses espaços urbanos.

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, algumas grandes cidades europeias e norte-americanas começam a vivenciar uma nova perspectiva urbanística. Nesse processo podemos destacar como pioneira, a cidade de Londres, cujo processo de “retorno ao centro” foi assim descrito por Glass:

Um após o outro, numerosos bairros operários londrinos foram invadidos pelas classes médias altas e baixas. Locais degradados ou com casinhas modestas, com dois aposentos no térreo e dois em cima, foram retomadas quando os contratos de aluguel expiraram, e se tornaram elegantes residências de alto preço. Residências vitorianas maiores, que tinham mudado de função – ou seja, haviam passado a ser utilizadas como pensões familiares ou sublocadas – recuperaram novamente um bom nível de status. Esse processo de gentrificação, uma vez começado em um bairro, se estendeu rapidamente até que quase todas as camadas populares que aí moravam originalmente tivessem deixado o lugar e que todas as características sociais tivessem mudado. (SMITH, 2006, p. 60)

Nesse primeiro momento do processo de *gentrification*, ocorrido em Londres e em cidades com Nova Iorque, os principais agentes “enobrecedores” foram os membros da classe média, pois “não tinham receio de encostar nas massas populares” (SMITH, 2006, p. 61). Porém, a partir dos anos 1980 e, principalmente, nos anos 1990, essas ações passaram a ser coordenadas pelo Estado e por

empresas de diferentes segmentos, como o imobiliário, turístico, de entretenimentos e cultural.

É preciso deixar claro que as experiências de *gentrification* apresentam grandes particularidades, dependendo muito do contexto socioeconômico e cultural da população de cada recanto da cidade e de como essas estruturas conectam-se com os fluxos socioeconômicos nacionais e globais. Todavia, de forma geral, *gentrification* representa um retorno das elites de uma cidade para os centros e, conseqüentemente, uma expulsão – ou pelo menos uma tentativa – das classes populares desses espaços que passaram a ser cada vez mais enobrecidos e valorizados.

Um ponto bastante significativo a se discutir acerca dessas novas políticas urbanas pós-modernas é a utilização de expressões como regeneração ou revitalização urbana. Mais uma vez as metáforas do corpo humano ou de processos biológicos são empregadas às questões urbanas. Essas expressões, cunhadas no campo da biologia, pode nos dizer muito acerca da essência dos discursos e práticas dos poderes públicos e dos empresários envolvidos nessas campanhas de “reconquista” dos Centros Históricos urbanos.

No final do século XIX e início do século XX, a comparação entre artérias e veias desobstruídas como condição para um corpo saudável, e as ruas das cidades, motivaram várias intervenções urbanísticas objetivando a construção de espaços abertos, amplos e avenidas largas, onde as pessoas análogas aos componentes do sangue podiam circular livremente, significando mais saúde ao corpo, assim como, às cidades. No final do século XX, porém, as “intervenções cirúrgicas” no corpo das cidades visavam muito mais um embelezamento e a construção de uma estrutura capaz de abrigar e de ser consumida por uma elite. Os pobres, nesse caso, são vistos como elementos a serem controlados e expulsos desses novos espaços, pois eles “apodrecem” o tecido urbano.

Seguindo posturas semelhantes às reformas urbanísticas haussmanizantes do final do século XIX e início do século XX, as práticas de revitalização de Centros Históricos urbanos, concentraram-se em embelezar o espaço histórico, disciplinando as suas práticas e formas de consumo. Na maior parte dos casos, atrelados ao turismo cultural e ao entretenimento. Esse tipo de intervenção urbana, marca da pós-modernidade, da sociedade de consumo e dos espaços “simulacionais”, pode ser classificada como *gentrification* cultural.

2.3 – Reformar, Pintar e Iluminar: a refuncionalização da Rua Chile.

A Rua Chile e a Ribeira já ocuparam o posto de centro do poder da cidade de Natal, como vimos no capítulo 1. Seus casarões e prédios públicos monumentais, bancos, hotéis, praças, suas novas ruas e avenidas largas e pavimentadas e, principalmente, sua atmosfera glamorosa e moderna fazia das vivências na Rua Chile-Ribeira uma experiência social distintiva e excludente. Glamorosa e boêmia, duas imagens fortes construídas acerca desse espaço urbano ao longo do século XX.

Com a expansão urbana de Natal entre os anos 1960 e 1980, novas centralidades foram sendo articuladas na cidade e a Ribeira passou a amargar um processo de negligenciamento por parte dos poderes públicos, do empresariado e de grande parte da população da cidade, levando a uma degradação dos prédios históricos e a uma subutilização dos valores culturais e simbólicos que estão associados aos seus bens artísticos e patrimoniais. Entretanto, essa situação não significou uma morte social do bairro e, especificamente, da Rua Chile, pois mesmo antes do programa de restauração dos casarões dessa rua, uma incipiente movimentação cultural já se processava. Eventos e pequenos shows de bandas ainda amadoras já ocorriam em estabelecimentos mais modestos, rodas de chorinho ou tão somente pontos para beber e conversar. Na verdade, a Rua Chile nunca morreu.

2.3.1 – A pré-refuncionalização: transição dos anos 1980 para os anos 1990.

A Rua Chile encontrava-se, predominantemente, entregue a atividades econômicas que não se identificavam e nem comungavam do seu caráter histórico, assim, como também, não agregava valor econômico e social àquele espaço. Essa situação da Rua Chile e do “Largo”, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, fica evidenciada nas palavras de Valdécio Costa, proprietário do “Yolle Bar” e frequentador da Rua Chile, desde a década de 1960:

[...] onde tem o largo, existia um tremendo lixão, e o frigorífico do porto, que na época funcionava em pleno vapor, transportando frutas, verduras, carnes, isso nos anos 70 até os anos 80 [...] No final dos anos 80 isso já estava sendo desativado o frigorífico e o curtume [...]

[...] tinha aqui uma refinaria de açúcar, onde hoje é o “Armazém Hall”, um depósito de açúcar né, [...]; os vagões de trem ficavam aqui em frente dos clubes, fazendo o descarrego do açúcar que vinham naqueles sacos grandes e eram guardados nos depósitos. Mais aqui na frente tinha também, onde hoje é o “Blackout”, uma refinaria de sal [...] Vizinho aqui, onde é hoje o “Galpão 29”, tinha uma madeireira; desembarcavam do porto grandes toras de madeira e aqui era processado e transformado em tábuas, pra o comércio. (Entrevista concedida ao autor em 31 jul. 2012)

Como verificamos nas palavras de “Decinho”⁵⁹, a proximidade do Largo da Rua Chile com o porto da cidade acabou por estimular uma especialização em termos de exploração econômica ligada ao comércio de atacado e a serviços prestados aos navios e seus tripulantes. A mesma situação nos foi descrita por Francisco das C. Dantas, que trabalhou como soldador na casa de nº 107 (Figura 19), construída em 1914, na própria Rua Chile, que em fins dos anos 1970 funcionava uma oficina mecânica.

[...] na época eu trabalhava de soldador com seu Erasmo. Nesse prédio que você tá vendo ai azul nós fazíamos muitos trabalhos marítimos nos navios, né? E fazia serviços na base naval também serviços de barco, né? E nessa época era muito movimentado tinha a respeito fábrica de gelo, barcos de pesca, feiras de peixes [...] (Entrevista concedida ao autor em 05 jun. 2013)

O caso da casa 107 (Figura 19) é emblemático nesse contexto de reutilização dos bens histórico-patrimoniais para fins de exploração econômica de um valor cultural agregado a esses imóveis. Essa bela casa, típica representante de uma arquitetura neoclássica da *Belle Époque* natalense, do início do século XX, era ocupada e utilizada, nos anos 1970 e início dos anos 1980, a partir de novos interesses e práticas que não tinham nenhuma ligação com o seu valor histórico e arquitetônico, enquanto representante de um momento glorioso e glamoroso da Rua

⁵⁹ O próprio Valdécio Costa se apresenta pelo apelido de “Decinho”.

Chile e da cidade de Natal, no caso, uma oficina mecânica que prestava serviços ao porto da cidade.



Figura 19: Antiga oficina mecânica na Rua Chile.
Foto: Carlos Henrique
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Mesmo com toda a condição de deterioração e degradação física da Rua Chile, essa ligação com o porto permitiu a permanência de certa movimentação social nessa rua. Com o crescimento da cidade, o fluxo de comércio no porto também aumentou, com um número cada vez maior de navio chegando e partindo. Esse comércio constante contribuiu também para o estabelecimento de laços de sociabilidades os quais tinham na Rua Chile o seu epicentro. Marinheiros, estivadores, comerciantes, prestadores de serviços ao porto, trabalhadores das lojas de pescados, funcionários públicos⁶⁰, ambulantes, prostitutas e “amantes” da Ribeira, continuavam a manter viva a Rua Chile.

“Decinho” nos conta que aproveitando essa movimentação do porto decidiu abrir uma cigarreira na lateral do prédio do Centro Náutico Potengi, voltada para o

⁶⁰ Muitos antigos prédios da Ribeira passaram a abrigar as sedes de muitos órgãos públicos, como a Receita Federal, o Ministério da Fazenda e da Agricultura, a Justiça do Estado, o Banco do Brasil, dentre outros.

Largo da Rua Chile, chamada “*Cat-Fish*”, em meados dos anos 1980. Segundo ele, mesmo sendo casado e tendo vários filhos, o negócio com a “*Cat-Fish*” prosperou ao ponto dele pedir demissão de um cargo que ocupava no Estado. Esse caso específico nos dá um forte indício de que a decadência dos simbolismos do passado atrelado a Rua Chile, enquanto antigo centro do poder e da boemia natalense, não representou um total abandono socioeconômico dessa rua. Esta, nunca foi totalmente abandonada e, quanto mais nos aproximamos do Largo, mais percebemos a existência de intensas sociabilidades, apesar destas não serem enquadradas no rol dos espaços nobres da cidade.

Muitas pessoas que trabalhavam nas mediações da Rua Chile, dirigiam-se para lá ao término do expediente de trabalho. Essa situação nos foi descrita por Eunice Evangelista, trabalhadora de uma empresa de pescado próxima à Rua Chile e que constantemente fazia um *happy hour* em pequenos bares dessa rua.

Mesmo quando eu trabalhava na pesca, na empresa de pesca Frutos do Mar, a gente largava mais tarde, 10h, 10h30 da noite, aí a gente sempre parava por aqui. Então o movimento só tinha mais, por aqui, quando tinha navio no porto. Não tendo navio no porto, não tinha nada. (Entrevista concedida ao autor em 08 ago. 2012)

Nesse momento, final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a movimentação na Rua Chile já era bastante intensa. Alguns pequenos e precários estabelecimentos foram abertos, voltados para esse segmento de bar no intuito de atender um público, predominantemente, de baixa renda e trabalhadores da Rua Chile ou em suas mediações e, também, aqueles que estavam em navios de carga de passagem pela cidade.

Nesse contexto, podemos destacar o funcionamento de um bar chamado “Bar das Bandeiras”, pertencente a “Dona” Graça. Esse bar localizava-se na extremidade do Largo da Rua Chile, quase na esquina com a Av. Silva Jardim. Segundo “Decinho”, o bar recebeu esse nome porque sua proprietária sempre pedia bandeiras dos navios que chegavam ao porto e as fixava na parede do bar. Para ele, a abertura do “Bar das Bandeiras” foi um marco na história recente da Rua Chile, pois passou a promover alguns eventos culturais, como o “Clube do Chorinho” e

trouxe um novo público para essa rua, como antigos boêmios da cidade, profissionais liberais e professores universitários, todos atraídos pela imagem de espaço cultural que a Rua Chile ainda inspirava.

Aos sábados à tarde tinha o Clube do Chorinho e dava muita gente, assim **um povo mais selecionado** (grifo nosso), de outros locais da cidade. E outros eventos que ela vazia também, em frente ao bar dela, antes de haver esses shows que passaram a ocorrer aqui no Largo. (Valdécio Costa – “Decinho”. Entrevista concedida ao autor em 31 jul. 2012)

Constatamos, assim, que mesmo antes do programa de refuncionalização da Rua Chile, já existia uma intensa movimentação socioeconômica e cultural nesse espaço urbano. Porém, os eventos ocorridos era fruto de iniciativas individuais dos donos de bares, como a “Dona” Graça e do próprio “Decinho”, por exemplo, alguns torneios de pesca no porto que terminavam altas horas da noite com festas no Largo da Rua Chile, organizados por Decinho. No entanto, toda essa movimentação na Rua Chile ainda não era capaz de causar um forte interesse em grande parte dos moradores da cidade e de empresários fora das cercanias da Ribeira. Esse bairro ainda era visto e descrito como um espaço perigoso e marginal, fortemente ligado à prostituição e às drogas.

Essas vivências socioculturais meio *underground* na Rua Chile, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, foram decisivas para a escolha dessa rua como alvo das ações públicas de restauração materializadas com o programa “Fachadas da Rua Chile”. Várias outras ruas e avenidas do bairro da Ribeira também apresentavam uma grande importância histórico-patrimonial para a cidade, mas a Rua Chile era aquela que demonstrava uma incipiente movimentação cultural e uma estrutura física mais apropriada devido à existência do “Largo”, isso facilitava a realização de eventos e a disponibilidade de estacionamentos. Assim, a questão não era necessariamente a preservação e restauração de bens históricos da cidade, mas, sim, a restauração daqueles bens que pudessem de forma mais eficiente ser embelezados, empacotados e vendidos como mais um atrativo da cidade.

2.3.2 – O processo de refuncionalização da Rua Chile.

A partir do lançamento do Plano Diretor de Natal de 1984⁶¹, uma nova configuração da cidade passou a ser pensada com a divisão da mesma em zonas especiais, dentre elas a ZEPH (Zona Especial de Proteção Histórica), formada por áreas da Cidade Alta e da Ribeira. Esse pode ser considerado o primeiro passo em direção a uma política de preservação e “revitalização” do Centro Histórico de Natal.

O movimento de “retorno” aos Centros Históricos no mundo ocidental vem ocorrendo gradativamente desde meados dos anos 1960. Inicialmente em Londres e logo depois em algumas cidades dos Estados Unidos, uma classe média *yuppie* começou a residir em antigas áreas desvalorizadas nos “centros”, contrariando a tendência da época de busca por áreas residenciais elitizadas mais nos subúrbios, longe da violência, barulho, trânsito e poluição das áreas centrais.

Em muitas cidades ocidentais, principalmente europeias e estadunidenses⁶², os Centros Urbanos históricos passaram a atrair cada vez mais uma classe média com um elevado capital cultural⁶³ que, com suas práticas cotidianas e preferências culturais diferentes daquelas predominantes entre os antigos moradores desses centros urbanos socialmente decadentes, acabaram motivando também mudanças no próprio perfil de estabelecimentos comerciais que predominavam nesses espaços degradados e abandonados pelos poderes públicos. Essas mudanças também atraíram os olhares do empresariado, principalmente dos ramos imobiliário, turístico e entretenimento, pois passaram a enxergar o grande potencial econômico a ser explorados nos valores simbólicos dos Centros Históricos.

A preocupação em preservar os Centros Históricos urbanos no Brasil ganhou força a partir dos anos 1970, após o lançamento do Programa de Cidades Históricas (PCH), em 1973. Esse programa, em parceria com o IPHAN, proporcionou relevantes intervenções restauradoras em bens patrimoniais de cidades do Nordeste como algumas obras restauradoras no Largo do Pelourinho (Salvador); outras em Olinda; a restauração do Forte dos Reis Magos (Natal); o início dos trabalhos em

⁶¹ LEI nº 3.175/84. **Diário Oficial do Estado**, 26 jan. 1984.

⁶² Esse processo só iniciou na América Latina em fins dos 1980 e notadamente na década de 1990.

⁶³ Para saber mais sobre *capital cultural* e o seu papel na constituição do *espaço social*, ver BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 11 ed. Campinas: Papirus, 2011.

alguns sobrados de São Luís; a restauração do Teatro José de Alencar (Fortaleza) e do Teatro 4 de Setembro (Teresina).

O PCH, influenciado pela forte tendência preservacionista apregoada por documentos como a Carta de Veneza (1964), as Normas de Quito (1967), os Compromissos de Brasília (1970) e Salvador (1971), concentrou-se em ações pioneiras de exploração econômica de bens culturais restaurados, como a transformação dos antigos presídios de Recife, Natal e Fortaleza em centros de turismo e artesanatos. Essas ações prenunciaram a crescente inserção dos valores econômicos e interesses do capital nos processos de preservação e restauração de bens históricos, que ainda estava por vir no final dos anos 1980.

Podemos considerar a preocupação em preservar e “revitalizar” o Centro Histórico em Natal, relativamente tardio, se tomarmos como exemplo processos semelhantes ocorridos em outras capitais do Nordeste, como: São Luís/MA, Recife-PE e Salvador/BA⁶⁴. Até 1990, a cidade nem mesmo tinha oficialmente definido o que seria o seu Centro Histórico, apesar de áreas da Cidade Alta e, principalmente, a Ribeira serem facilmente reconhecidos pela população como tal.

Em termos de ações oficiais, somente a partir de 1984, com o lançamento do novo Plano Diretor de Natal, através da Lei nº 3.175/84 é que a Ribeira passou a ser especificamente integrada num plano urbanístico da cidade. Esse Plano Diretor, aprovado na Câmara em 29 de fevereiro de 1984, procurou realizar um microzoneamento de uso e ocupação do solo em Natal, e para isso, dividiu a cidade em algumas Zonas Especiais, porém algumas delas só foram sancionadas em 1990. Essa preocupação se explica, dentre outras coisas, pelo fato de que, no final dos anos 1970 e início da década de 1980, Natal estava vivendo uma grande expansão de conjuntos habitacionais, financiados pelo governo federal.

Mesmo com o novo Plano Diretor da cidade, nenhuma ação mais efetiva foi direcionada para solucionar o problema da decadência socioeconômica e material de grande parte da Ribeira e da Rua Chile. Esses espaços viviam um processo de degradação cada vez maior, principalmente à noite, quando a maioria das lojas fechava e a escuridão tomava conta das ruas sujas e com casarões antigos deteriorados e abandonados. Esse ambiente sombrio afastava as pessoas que por

⁶⁴ Desde 1977 que o Centro Histórico de São Luís/MA é tema de discussões voltadas para a sua revitalização; em 1986, foi criado o Escritório Técnico de Revitalização do Bairro do Recife, voltado para o programa de revitalização do “Recife Antigo”; em Salvador, o programa de revitalização do “Pelourinho” teve início em 1991.

ventura desejassem visitar a Ribeira após as 17h, bem como favorecia a criminalidade e o baixo meretrício.

A publicação da Lei nº 3.942 (Diário Oficial do Estado, 17 jul. 1990), em 1990, na gestão da Prefeita Wilma Maria de Faria Maia, pode ser considerado o primeiro ato oficial realmente voltado para um plano de refuncionalização do Centro Histórico de Natal. Esta lei instituiu a Zona Especial de Preservação Histórica – ZEPH (MAPA 2), que incluía a Cidade Alta e a Ribeira.

Art. 1º - Para atender aos objetivos e diretrizes gerais de que trata o art. 3º, da Lei nº 3.175/84, fica instituída a Zona Especial de Preservação Histórica – ZEPH, visando à preservação de prédios e sítios notáveis pelos valores históricos, arquitetônicos, culturais e paisagísticos.

Art. 5º - Na Zona Especial de Preservação Histórica – ZEPH, não será permitida demolição ou parcelamento do solo por qualquer das formas definidas no parágrafo único do art. 118, da lei nº 3.175/84, sem prévia autorização do órgão de preservação histórica do município.

Apesar de poder ser considerado um grande avanço em direção a uma política concreta de preservação e refuncionalização da Rua Chile-Ribeira, a Lei 3.942/90 não apresentava nenhuma solução para a questão dos custos envolvidos na preservação dos bens históricos existentes nos limites da ZEPH. Essa lei, portanto acabava por reproduzir uma concepção preservacionista que lembrava o modelo da “Política da Pedra e Cal” dos tempos do SPHAN de Rodrigo de Andrade, já ultrapassada no Brasil, desde os anos 1970, onde não havia uma definição clara acerca de quem iria arcar com o ônus da preservação de algum bem histórico.

Assim, a Rua Chile-Ribeira avançou na década final do século XX, vivendo um *mix* de tristeza pelos longos anos de deterioração, mas movidos pela esperança de novos tempos vindouros. A criação da ZEPH já tinha sido um grande passo, no entanto, de pouca praticidade e operacionalidade, particularmente em relação à omissão da origem dos recursos à preservação do Centro Histórico, além de não determinar nenhuma ação restauradora ou preservacionista mais efetiva.

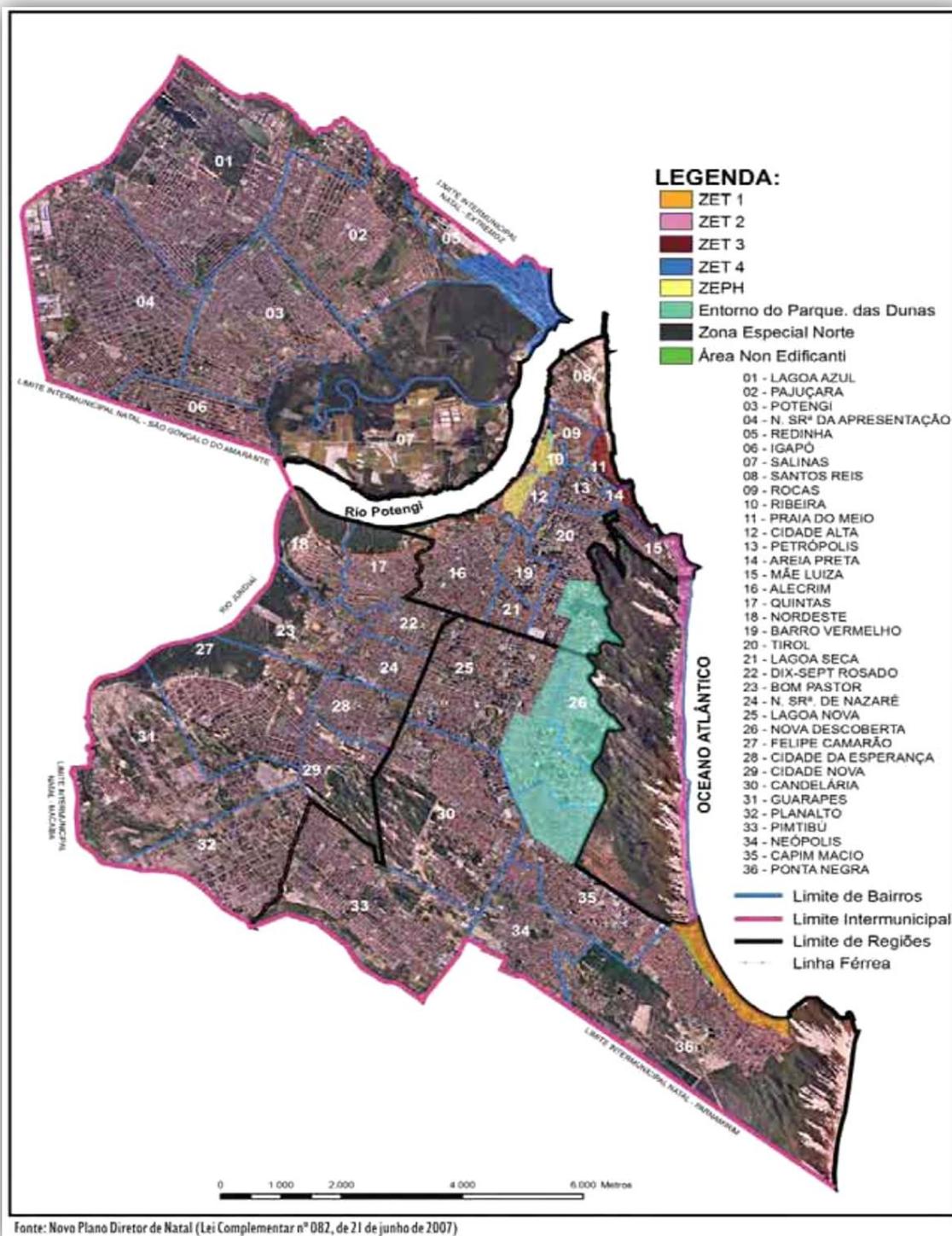
No início dos anos 1990, muito já se discutia acerca de programas de “revitalização” de Centros Históricos, principalmente entre capitais nordestinas, que

passaram a enxergar esses programas como formas de construir novas atrações turísticas, uma arma a mais na luta pelo incremento na visita dos turistas. O caso mais emblemático desse processo aconteceu no programa de refuncionalização do Pelourinho em Salvador-BA, o Centro Histórico foi transformado em um pólo cultural da capital baiana e um dos roteiros turísticos mais movimentados do Brasil.

A repercussão positiva nos programas de refuncionalização do Pelourinho e do bairro de Recife Antigo, no início dos anos 1990, motivou uma série de discussões em Natal, visando ações mais efetivas no sentido de recuperar o Centro Histórico natalense, a Ribeira dos velhos tempos glamorosos e boêmios, dos antigos cabarés da Rua Chile (Arpege e o Wonder Bar) e dos debates políticos e fofocas intermináveis na esquina da Rua Dr. Barata com a Av. Tavares de Lyra. A Ribeira era um verdadeiro espaço de memória e de saudade para uma parte da população natalense.

Nesse sentido, em 1993, a Prefeitura Municipal de Natal na tentativa de reverter o quadro de subutilização da Ribeira promoveu alguns encontros e debates para tratar da questão da sua possível revitalização, como por exemplo, o “Seminário Ribeira Velha de Guerra”, que discutiu diversas propostas para o bairro e acabou também contribuindo para a composição de parte do novo Plano Diretor de Natal, lançado em 1994, bem como para a elaboração do Projeto “Viva a Ribeira”.

Outra significativa ação do Prefeito Aldo Tinoco (1993-1997), concernente à preservação e “revitalização” da Ribeira, foi a organização da “Semana do Patrimônio Cultural”, esse encontro contou com a participação de vários segmentos da sociedade natalense: historiadores, artistas, arquitetos, empresários e profissionais que de alguma forma se identificasse com esse tema. Seu principal objetivo era fomentar o interesse histórico preservacionista, mas também apontar viabilidades de exploração econômica dessas áreas do Centro Histórico de Natal - Cidade Alta e Ribeira.



MAPA 2: Identificação da ZEPH.
Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB)

É preciso notar que os ciclos de debates, os seminários e projetos eram elaborados e discutidos a partir das visões e interesses de alguns determinados segmentos mais ligados à classe política, a classe empresarial e as classes técnicas

e intelectuais. Porém, nos questionamos onde estavam, nesse momento, os moradores da Ribeira e os trabalhadores da Rua Chile? E as pessoas anônimas não tinham muito a contribuir na construção dessas propostas de “revitalização”? Apesar das discussões e publicações documentadas e oficializadas das entidades ligadas às questões de patrimônio, desde os anos 1960, partindo da famosa Carta de Veneza (favorável ao envolvimento das comunidades locais nos esforços preservacionistas), ainda, predominou uma prática de exclusão dos membros dessas comunidades.

Toda essa mobilização a favor da “revitalização” do Centro Histórico, principalmente a Ribeira, acabou resultando na incorporação da necessidade preservacionista em alguns trechos do novo Plano Diretor de Natal, em 1994, criado através da Lei Complementar nº 7 de 1994 (Diário Oficial do Estado, 7 set. 1994). Referente ao Uso e Ocupação do Solo (TÍTULO II), esse Plano Diretor realizou além de um macrozoneamento (Cap. I)⁶⁵ da cidade e outra divisão em Áreas Especiais⁶⁶ (Cap. II). No caso do nosso trabalho, nos interessa a análise da Área Especial II, ou seja, a Área de Operação Urbana, na qual está inserida a Rua Chile. Segundo o texto do próprio Plano Diretor,

Área de operação urbana é aquela que, embora passível de adensamento, apresenta valores histórico-culturais significativos para o patrimônio da cidade e que carecem de formas de recuperação e revitalização”. (Art. 24, Cap. II, Título II, Lei Complementar nº 7 de 1994.)

Segundo esse novo Plano Diretor, a Área de Operação Urbana será constituída pelos bairros da Cidade Alta e Ribeira. Essa lei entende Operação Urbana pelo “conjunto integrado de intervenções e medidas a ser coordenado pelo poder público através de plano específico, com a participação da iniciativa privada e comunidade local”. (§ 2º, art. 24, cap. II, título II). Essa nova lei urbanística, reconhecendo a importância urgente de recuperar e revitalizar os bens históricos da Ribeira adotou uma postura de parceria com a iniciativa privada, em prol do mesmo

⁶⁵ I – zona de adensamento básica; II – zona adensável; III – zona de proteção ambiental.

⁶⁶ I – área de controle de gabarito; II – área de operação urbana; III – área especial de interesse social.

objetivo. Apesar de não ser muito específico, o Plano Diretor previu também incentivos fiscais para os proprietários de imóveis que resolvessem aderir ao programa de preservação.

Outra iniciativa do poder público municipal, voltada para a revitalização da Ribeira, foi à promulgação da Lei nº 4.932 (Diário Oficial do Estado, 31 dez. 1997) de dezembro de 1997, que instituiu a Operação Urbana Ribeira (OUR) definida como:

Art. 1º - [...] um conjunto integrado de intervenções coordenadas pela Prefeitura, através do Instituto de Planejamento Urbano de Natal - IPLANAT, com a participação do Poder Público, nos níveis, federal, estadual e municipal, dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, visando à recuperação e revitalização da área do bairro da Ribeira, bem como determinadas transformações urbanísticas, com participação dos recursos públicos.

Art. 2º - A Operação Urbana Ribeira tem como Objetivos a promoção do desenvolvimento urbano, a melhoria da qualidade de vida dos seus moradores e usuários, o incentivo ao uso residencial, às atividades turísticas, culturais e artísticas, a valorização do patrimônio histórico, artístico, cultural, arquitetônico e urbanístico, mediante a melhoria da infraestrutura local e da qualidade ambiental da área.

Com a Operação Urbana Ribeira, o processo de refuncionalização do bairro tornou-se uma realidade, mesmo que ainda de forma tímida e incerta. Nesse mesmo período foi posto em andamento a primeira intervenção atuando diretamente sobre os casarios históricos da Rua Chile, chamada de “Projeto Fachadas da Rua Chile”, parte integrante Plano de Reabilitação Urbana da Ribeira, de 1995. Sob a coordenação do arquiteto Haroldo Maranhão, esse projeto restaurou e pintou quarenta e cinco fachadas de casarões da Rua Chile, trocou grande parte do calçamento e iluminou todo o trecho entre a Av. Tavares de Lira e a Rua Silva Jardim.



FIGURA 20: Casas reformadas no Largo da Rua Chile – fins dos anos 1990.

Foto: Esdras Rebouças Nobre

Fonte: Disponível em <http://fotosdenatal.com.br/?p=529>.



FIGURA 21: Largo da Rua Chile (a) – fins dos anos 1990.

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB).

Nas Figuras 20 e 21 percebemos parte do resultado material do projeto “Fachadas da Rua Chile”, que acabou transformando esta rua, mais especificamente o seu “Largo”, num cenário privilegiado da cidade para o desenvolvimento de eventos culturais. Sua inauguração ocorreu no dia 20 de dezembro de 1996 e custou aos cofres públicos, segundo o Portal da Transparência do Governo Federal⁶⁷, a quantia de R\$ 343.200,00. A obra mais cara realizada pela Prefeitura de Natal nos anos 1996 e 1997.

Podemos observar nessas duas figuras anteriores, um cenário bem diferente daquele apresentado pela Rua Chile anterior ao “Programa Fachadas da Rua Chile”. O calçamento trocado e alinhado, a nova iluminação e as fachadas das casas pintadas com cores vivas e alegres transformaram esse espaço em um palco atrativo e enobrecido da cidade, totalmente integrado à lógica da *city marketing*. O “Largo”, que até início dos anos 1990 era ocupado por madeireiras, oficinas mecânicas chegando a abrigar um curtume, no final dos anos 1970, apresentava-se agora com uma nova imagem, o antigo e o moderno alinhados e empenhados no desenvolvimento de novas atividades e vivências desse espaço urbano.

Essa nova “cara” da Rua Chile, multicolorida, foi pensada como uma estratégia no intuito de atrair investidores aptos a preservar e explorar economicamente o potencial Centro Histórico natalense e, também, como uma forma de tentar apagar a imagem decadente desse espaço. As obras de restauração dos casarões não se limitaram àquelas localizadas no “Largo”, apesar dessa área ter sido a mais valorizada, pois grande parte dos imóveis dessa rua também foi restaurada, como podemos ver nas figuras 22 e 23. Um traço em comum nessas obras foi sempre uma grande preocupação com as fachadas, em detrimento do interior dos prédios, e a utilização de cores fortes, chamativas e porque não dizer atrativas.

⁶⁷ Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/convenios/ConveniosLista.asp?UF=RN&Estado=RIO%20GRANDE%20DO%20NORTE&CodMunicipio=&Municipio=&CodOrgao=42000&Orgao=MINISTERIO%20DA%20CULTURA&TipoConsulta=1&Periodo=&Ordem=1>>, Acesso em 09 abr. 2013.



FIGURA 22: Antigo Armazém na Rua Chile (a) – fins dos anos 1990.
Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB).



FIGURA 23: Antigo Armazém na Rua Chile (b) – fins dos anos 1990.
Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB).

As obras de restauração na Rua Chile atuaram, também, sobre prédios de grande importância histórica para a cidade (Figuras 24 e 25). Na Figura 24, vemos o resultado das obras de restauração do grande sobrado da Rua Chile. Ele se encontrava, por volta dos anos 1980, numa situação de profundo abandono (Figuras 17 e 18). Esse grande prédio de três pavimentos, construído com a fachada em estilo neoclássico, foi doado pela empresa Pesca Alto Mar S.A. ao governo do Rio Grande do Norte e tombado pelo Estado em agosto de 1989. O grande sobrado foi reaberto ao público em 1998, e em 22 de agosto do mesmo ano, passou a sediar o Museu da Cultura Popular, além da Escola de Dança do Teatro Alberto Maranhão.

Na figura 25, temos o sobrado da Rua Chile de número 63, ali existia uma casa simples de taipa, onde nasceu o grande poeta potiguar, Manoel Virgílio Ferreira Itajubá, no dia 21 de agosto de 1877. Na fachada do prédio, encontra-se uma placa de mármore com a data de nascimento e morte do poeta. Destacamos na figura a riqueza dos detalhes da fachada restaurada e da cor forte (laranja) sobressaltando a arquitetura do monumento. A beleza, imponência e tonalidade fortes desse prédio atuaram, também, como uma forma de contrabalancear a grande visibilidade dada as construções localizadas no “Largo”, uma vez que, esses prédios localizavam-se num trecho onde a rua fica mais estreita e menos iluminada e, conseqüentemente, menos frequentada.



FIGURA 24: O grande sobrado da Rua Chile pós-restauração.

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB).



FIGURA 25: Antiga residência do poeta Ferreira Itajubá – Rua Chile pós-restauração.

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB).

Apesar dos esforços positivos de restauração dos prédios históricos, podemos, no entanto, apontar algumas limitações quanto a esse programa de refuncionalização da Rua Chile, em fins dos anos 1990. Resgatando trechos da Lei Complementar nº 7, do Plano Diretor de Natal de 1994 (Diário Oficial do Estado, 7 set. 1994), que se referia a Área de Operação Urbana (§ 2º, art. 24, cap. II, título II), da qual fazia parte o bairro da Ribeira, percebemos um discurso enfatizando a necessidade de ações coordenadas pelo poder público, mas com as participações, imprescindíveis, das iniciativas privada e local. Em entrevista à Valdécio Costa, antigo frequentador da Rua Chile e proprietário de um estabelecimento comercial na mesma rua anterior às obras de restauração percebemos que o ponto da lei referente à participação das comunidades nos processos de “revitalização”, não foi muito respeitada. Os projetos e obras do programa de refuncionalização foram levados à diante sem a participação e cooperação da comunidade local. Segundo Valdécio Costa:

Olha, quando começou as obras, foi uma coisa assim que **nos pegou de surpresa** (grifo nosso), eu tinha aqui uma cigarreira e fiquei na época um pouco prejudicado. Mas o Aldo Tinoco (Prefeito de Natal na época) estava sempre aqui e dizia que ninguém ia ser prejudicado, Haroldo Maranhão, Marcelo Tinoco, Petrônio Tinoco, esse povo estava praticamente todo dia aqui, inclusive, reuniões foram feitas aqui dentro do Centro Náutico Potengi com a equipe técnica de engenharia, e eu fazia parte, por tá aqui no clube, mas como eu não tinha nenhum conhecimento técnico da engenharia e arquitetura, eu participava só por participar, mas pedir sugestão e perguntar, se eu tinha alguma ideia né, pelo fato de eu estar aqui há muito tempo, isso não.

[...] Tinha alguns eventos aqui na Ribeira, quando Aldo Tinoco fez a reforma, mas quando a gente ia saber do evento que á ocorrer aqui no espaço, já estava chegando já, se armando as coisas [...] (Entrevista concedida ao autor em 31 jul. 2012)

Assim, percebemos nesse programa uma marcante exclusão da comunidade local quanto a opinarem sobre os recursos a serem aplicados ao espaço recém-revitalizado, ou seja, a peça chave do quebra-cabeça sequer foi ouvida. Os trabalhadores daquela rua, principalmente no “Largo”, não foram ouvidos em alguns elementos básicos constituintes do processo democrático de direito. Suprimiram suas necessidades, seus anseios e suas valiosas sugestões, ao contrário, foram ameaçadas de serem removidas do local. Valdécio Costa (entrevista concedida ao autor em 31 jul. 2012) nos relatou quando recebeu dos fiscais da Prefeitura uma intimação para retirar a sua cigarreira do “Largo”, sob a alegação de que o tipo de seu estabelecimento não tinha permissão para vender bebidas alcoólicas. Para o governo municipal e para os novos investidores, aqueles estabelecimentos mais precários não combinavam com a nova Rua Chile: refuncionalizada e embelezada.

As pessoas que já estavam de alguma forma investindo e tirando seu sustento das atividades realizadas na Rua Chile se depararam com uma postura de não parceria adotada pelas autoridades municipais. Tal comportamento ia de encontro com toda uma gama de propostas e sugestões de entidades nacionais e internacionais, voltadas para essa política de preservação patrimonial, como por exemplo, o documento síntese do Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, realizado em outubro de 1975, intitulado Declaração de Amsterdã. Nesse documento, sugeriu-se uma política preservacionista interagindo o patrimônio à vida social local, o que de fato constava, também, no texto do Plano Diretor de Natal de 1994 e citado anteriormente, mas não foi posto na prática. Em entrevista a Eunice

Evangelista, proprietária de um estabelecimento no limite do “Largo” com a Rua Silva Jardim, chamado “Trailer da Nêga”, nos deparamos com mais um exemplo do descaso dos idealizadores e executores do programa de refuncionalização da Rua Chile, quando não apresentavam na verdade nenhum projeto definido quanto ao futuro daqueles estabelecimentos que não se adequavam com a nova imagem que se pretendiam vender daquele espaço revitalizado. Segundo Eunice Evangelista,

[...] quando disseram que iam revitalizar, quando terminassem, iam tirar os trailers daqui. Então eu fui conversar com ele e ele disse que não, que não ia tirar. Estavam tentando fazer aí nesse pátio, no Largo, ele queria fazer como se fosse uns vagões de trem dividindo, ajeitando direitinho. Sendo que ele saiu da Prefeitura e isso nunca saiu do que ele disse pra gente. (Entrevista concedida ao autor em 08 ago. 2012)

Além desse afastamento dos frequentadores e empresários da Rua Chile pré-refuncionalização, outra crítica que podemos estabelecer em relação a esse programa está ligado ao seu distanciamento em relação aos documentos legitimadores. No texto da Lei nº 4.932 (Diário Oficial do Estado, 31 dez. 1997), instituíam-se a Operação Urbana Ribeira (OUR), especificamente no seu Art. 2º, definiu-se essas operações urbanas como sendo uma busca pela;

[...] a melhoria da qualidade de vida dos seus moradores e usuários, o incentivo ao uso residencial, às atividades turísticas, culturais e artísticas, a valorização do patrimônio histórico, artístico, cultural, arquitetônico e urbanístico, mediante a melhoria da infra-estrutura local e da qualidade ambiental da área.

Referente às questões culturais e artísticas, bem como a valorização econômica do patrimônio material, podemos detectar um relativo êxito no programa. Logo após a inauguração das obras de restauração das fachadas e do calçamento da Rua Chile, desenvolveu-se nessa rua, tendo o “Largo” como epicentro, uma agitada cena musical e a abertura de vários bares e boates mais estilizados, mas tinha em comum o público alvo – formada pela classe média e alta da cidade. A

parte mais significativa localizava-se fora das mediações da Ribeira, o que acarretou uma valorização imobiliária na área e uma maior visibilidade para o bairro. Porém, o incentivo ao uso residencial ficou totalmente negligenciado em detrimento do aproveitamento do patrimônio pela indústria do entretenimento noturno.

Analisando os dados populacionais apresentados pelo Anuário de Natal – 2010 (Tabelas 1 e 2), referente ao crescimento demográfico dos bairros da cidade - especificamente a Ribeira, constatamos que mesmo com a explosão de uma agitada cena musical, a abertura de vários estabelecimentos comerciais e a maior visibilidade dada ao bairro da Ribeira como um todo, não houve um aumento significativo no número de habitantes no bairro.

TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE NA RIBEIRA			
1991	1996	2000	2007
1.826	1.839	2.110	1.966

TABELA 1: População residente na Ribeira.
Fonte: Anuário de Natal – 2010 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB).

TABELA 2 - TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)			
1991 – 1996	1996 – 2000	2000 – 2007	2000 - 2009
0,10	3,5	-1,00	-1,11

TABELA 2: Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%).
Fonte: Anuário de Natal – 2010 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB).

Percebemos que um significativo crescimento ocorreu apenas no intervalo entre 1996 e 2000, mas não conseguiu manter a média nem mesmo aproximada. Considerando que o programa “Fachadas da Rua Chile” foi concluído em dezembro de 1996 e o primeiro bar-boate de destaque a ser inaugurado nessa rua foi o “*Blackout*” (março de 1997), dava-se início, efetivamente, a uma nova fase de

vivência e sociabilidade na Rua Chile e, por consequência, no bairro da Ribeira. Somente durante três anos verificou-se algum crescimento populacional, e mesmo assim estamos considerando a Ribeira como um todo, porque na Rua Chile nenhuma das casas restauradas passou a ser utilizada como residência.

Concluimos a partir dessas análises, que o grande interesse motivador do programa de refuncionalização da Rua Chile não foi à busca por uma alternativa de preservação do patrimônio, a partir de uma valorização da população local ou pela via habitacional. Isso efetivamente não ocorreu. O que predominou nesse programa urbanístico foi à tentativa de abertura de mais uma fronteira de exploração econômica, aproveitando o “*status* social e as distinções associadas ao consumo de bens patrimoniais” (CHOAY, 2006, p. 228). A Rua Chile pós-moderna, refuncionalizada passou a ser consumida, não por seu valor histórico-patrimonial, mas por ter sido transformada pelas ações dos poderes públicos e pelas práticas sociais desenvolvidas, ou seja, um alvo do desejo consumista noturno saturado de signos que serviram de elementos distintivos dos seus frequentadores.

Predominou no programa de refuncionalização da Rua Chile uma concepção baseada no “fachadismo”. Assim, foi desconsiderada quase em sua completude as estruturas físicas históricas, o interior dos prédios, pisos, revestimentos internos, sistemas de iluminação e ventilação, em detrimento do embelezamento das fachadas com suas cores vivas. A consequência disso foi uma forte transformação da importante paisagem urbana histórica de Natal, convertida a partir de então num centro de entretenimento com bares e boates “antigos” por fora e moderníssimos por dentro. Verdadeiras versões pós-modernas de patrimônio espetacularizado, empacotado e pronto para ser consumido por aqueles que pudessem pagar o preço desse consumo diferenciado e, de certa forma, compartilhassem das novas imagens e simbologias atreladas aos espaços antigos revitalizados.

Assim, podemos afirmar que não era o real valor histórico-arquitetônico ou mesmo sociocultural que norteou tais ações preservacionistas, mas, sim, a tentativa de criar ambientes dominados por uma visão empresarial na qual preservaria o bem patrimonial, geraria lucros e construiria uma imagem positiva da cidade e de sua administração. Estabeleceu-se uma parceria público-privada, onde a Prefeitura de Natal entrou com a parte da infraestrutura e a iniciativa privada com a reocupação daquele espaço e com a abertura de estabelecimentos, promovendo uma

reocupação do espaço a partir de práticas que possibilitassem uma valorização econômica do bem revitalizado.

Nesse sentido, após a inauguração da “nova” Rua Chile, refuncionalizada e embelezada, vários bares e boates passaram a abrir suas portas para a forte movimentação de jovens roqueiros que se consolidavam nessa rua e nas imediações, como nos bares “Bimbos” e “Casarão”, situados na Rua Dr. Barata e Av. Tavares de Lira. O destaque nesse processo foi à abertura do bar “*Blackout*”, em 19 de março de 1997, na casa de nº 25, da Rua Chile, quando o empresário e economista Paulo Ubarana largou a profissão e decidiu se dedicar a um novo negócio: explorar a promissora noite da Ribeira. As recentes obras na Rua Chile faziam dessa rua o lugar perfeito para o seu novo empreendimento e a escolha do nome “*Blackout*” fazia referência aos famosos “apagões” presentes no cotidiano da população natalense durante a Segunda Guerra Mundial. Essa retomada de temas ligados aos anos 1940 estava presente também na decoração interna do “*Blackout*” e até mesmo em seu cardápio, por exemplo, o coquetel chamado “Maria Boa”, em alusão à proprietária do famoso cabaré natalense, nos idos dos anos 1940.

Rapidamente, o “*Blackout*” consolidou-se como um importante *point* de grupos apreciadores do *Blues* e do *Rock n’ roll*. A Rua Chile foi envolvida por uma atmosfera *Underground-Cult* e bastante emblemática, passando a atrair um número cada vez maior de pessoas oriundas de outros bairros da cidade, fora das imediações da Ribeira e com um nível financeiro mais elevado do que aqueles que já frequentavam, por exemplo, o “Bar das Bandeiras”, de D. Graça, a cigarreira “*Cat-Fish*” de Decinho e o “Trailer da Nêga” de Eunice Evangelista. Com o sucesso do “*Blackout*”, outros empresários também decidiram investir na Rua Chile e abriram vários outros estabelecimentos, como o “Armazém do Cais”, inaugurado mais ou menos à mesma época do “*Blackout*”; o “A Lata”, o “*Bronks*”, e a “*Downtown*”.

Além do “*Blackout*”, outro estabelecimento que gerou uma grande movimentação no “Largo” da Rua Chile, foi à boate “*Downtown*”, inaugurada no ano 2000, tendo à frente o empresário e produtor cultural pernambucano José Luiz Samico. Ele nos contou que apesar de ser natural de Recife, visitava Natal várias vezes, principalmente as suas atrações noturnas como o bar “Chaplin” e a boate “Hooters”, entre outros locais. Certo dia, após o convite de amigos foi assistir uma apresentação da banda de *blues* natalense *Mad Dogs*, no “*Blackout*”. Terminada aquela noite decidiu investir na Ribeira. Segundo ele:

[...] não conhecia a Ribeira quando cheguei fiquei “super encantado” pela Rua Chile e de lá mesmo liguei para os meus sócios, onze horas da noite: “Meu amigo, tem um lugar aqui que é um bar massa”! A gente tinha um bar em Recife Antigo chamado “*Downtown*” e aí peguei o telefone liguei pra ele e eles gostaram da ideia e eu ia pra Recife no outro dia, adiei a minha viagem e já avistei um prédio pra locar, fui atrás do dono do prédio e aí fizemos um contato. Voltei pra Recife e alugamos o prédio e começamos a história do “*Downtown*” aqui em Natal, direto de Recife [...] (Entrevista concedida ao autor em 02 maio 2013)

O início das atividades da boate “*Downtown*”, que se diferenciava musicalmente um pouco da boate homônima de Recife, contribuiu ainda mais para levar à Rua Chile um público de classe média alta. Essa boate mantinha um padrão de serviços e produtos mais elevados que os demais estabelecimentos da Rua Chile e, conseqüentemente, o seu público também possuía um poder aquisitivo maior. Dessa forma, a Rua Chile passou a ser frequentada por um público cada vez mais diversificado e, em alguns casos, mais elitizado. Nesse momento, falamos da Fase Pop na Rua Chile, um período onde freqüentá-la conferia certo *status*, *mix de cult* meio alternativo, porém socialmente valorizado..

Foi justamente nessa nova fase pós-moderna (embelezada e movimentada) da Rua Chile – a Fase Pop – onde mais percebemos a influência da privatização nos espaços público urbano. Sabemos que a fronteira entre o público e o privado caracteriza-se, dentre outras coisas, por algumas oscilações nos movimentos de avanços e recuos para ambos os lados. Assim enxergamos a trajetória dessa fronteira ao longo do século XX na Rua Chile, principalmente no “Largo”, quando esta área tradicionalmente voltada para atividades ligadas ao porto da cidade, se configurou como uma terra de ninguém com a chegada e partida de marinheiros, comerciantes, prostitutas e cafetões, num movimento que seguia o curso da maré que a banhava, predominando assim, o caráter público das práticas desse espaço urbano.

Com o programa de refuncionalização pós-1996, muita coisa mudou nesse sentido, pois em vários momentos os empresários, principalmente do “*Blackout*” e do “*Downtown*”, acabaram por utilizar o “Largo” de forma privada, fechando algumas áreas e posicionando barricadas que limitavam o acesso de todos àquele espaço, liberado somente para os que podiam pagar o preço dos ingressos que, muitas

vezes eram considerados caros. Fronteiras eram erguidas e demarcavam até onde determinados grupos podiam ir; uma verdadeira privatização do espaço público, marca da nova preservação-exploração do patrimônio na pós-modernidade. Essas fronteiras serviam também para tentar de disciplinar e afastar daquela cena musical os atores e práticas espacializantes não pensadas pelos idealizadores da refuncionalização da Rua Chile e pelos empresários que lá investiam, como por exemplo, os vendedores ambulantes que foram transformados em uma espécie de inimigo número um dos donos de bares-boates como o “*Blackout*” e a “*Downtown*”.

Aos olhos desses empresários os ambulantes, que na visão de Leite (2007) realizavam os contra usos daquele espaço, era como um corpo estranho, incompatível, feio e economicamente prejudicial à cena cultural desenvolvida na Rua Chile. A proprietária do “Trailer da Nêga”, localizado na entrada do “Largo” e aberto antes da refuncionalização de 1996, Eunice Evangelista se referiu a essa relação empresários *versus* ambulantes da seguinte forma:

Era uma confusão só. O pessoal trazia de tudo né. Trazia uísque, trazia de tudo, botava num carro de lanche, aí o pessoal começava a beber e quando era a hora de entrar na boate, estava tudo bêbado, com muito menos dinheiro, e os donos da boate ficava no prejuízo porque ele arcava com banda, ele arcava com garçon, com tudo, né. Ele é que passava por baixo, nessa confusão aí. Aí começava a confusão, teve até uma história aí que foram pra Prefeitura, num sei pra onde, pra num botarem mais os carros de lanche, era uma zoada só no final de semana por causa disso, bota carro de lanche, não bota, bota, tira... E aí foi indo, foi indo... A maioria era o pessoal que trabalhava aqui, eu conheço bastante gente que trabalhava como ambulante, e aí foi indo, foi indo [...] (Entrevista concedida ao autor em 08 ago. 2012)

O fato é que havia uma verdadeira batalha pelo uso da “nova” Rua Chile. De um lado os ambulantes, muito deles moradores das áreas próximas, exigiam o direito de explorar a área em discussão, pois se baseavam no caráter público da rua e defendiam que com suas atividades “ganhavam a vida”. Do outro lado, os empresários argumentavam que sem eles não haveria evento nenhum na Rua Chile, que arcavam com todo o ônus de organização e operacionalização das festas e que se sentiam prejudicados financeiramente com a atuação dos ambulantes, por isso tentavam de todas as formas impedir a ação dos vendedores informais.

Muitos dos frequentadores das boates aproveitavam a presença dos ambulantes vendendo bebidas alcoólicas por um preço mais baixo do que o cobrado no interior das boates e consumiam uma relativa quantidade de bebidas, até mesmo, comidas mais baratas, tais como: cachorro-quente e espetinhos. Quando resolviam entrar nas boates, muitos desses jovens já estavam embriagados ou semiembriagados. Dessa forma, consumiam menos e, conseqüentemente, davam menos lucros aos empresários. Essa era a base do conflito, apesar de alguns empresários alegarem outros motivos como no exemplo colocado por José Samico em entrevista concedida ao autor do presente trabalho, em 02 maio 2013. O sócio da “*Downtown*” condenava os ambulantes porque os mesmos praticavam ações de vandalismo: roubo de lâmpadas das fachadas das boates e uma grande acúmulo de lixo nas ruas ações que afetavam, sobretudo, a imagem da Rua Chile..

Valdécio Costa, proprietário da antiga cigarreira “*Cat-Fish*”, também travou de alguma forma uma batalha nesse cenário de formação de uma nova vivência na Rua Chile, quando um novo empresariado se firmava com cada vez mais força, em detrimento muitas vezes dos interesses de antigos freqüentadores e microempresários da rua. Ele nos contou que chegou a receber de fiscais da Prefeitura uma intimação para fechar sua cigarreira, que na visão de alguns donos de boates causava o mesmo problema que os ambulantes. O resultado dessa questão é que ele fechou o seu pequeno estabelecimento e abriu um bar na parede lateral do prédio do Centro Náutico Potengi, voltado para o “Largo”, chamado de “*Yolle Bar*”, ou tão somente “Bar do Reggae”, com alguns preferiam. Por ironia do destino, o “*Yolle Bar*” é um dos poucos que ainda existe e insiste em funcionar nas noites da Rua Chile. O mesmo Valdécio Costa também criticou a postura de alguns estabelecimentos que realizavam eventos privados no “Largo” e ocupavam parte do espaço, muitas vezes com a autorização da Prefeitura.

É... Vou dar só um pequeno exemplo, na época do *Blackout*, quando eles iam fazer o “Aniversário do *Blackout*”, era um mega evento, com apoio até do próprio governo e de empresas privadas, mas ele tomava um espaço todinho, onde só ele aparecia, e na época eu dizia: por que não fazer um grande evento, onde ele era o aniversariante, mas todo mundo pode fazer parte, todos se envolverem, afinal, todos estão no mesmo espaço, um espaço muito bom, onde todo mundo podia ser um pouco privilegiado, dentro do seu limite [...] Eles utilizavam uma parte, aí quando ia ter a da *Downtown* ou da *Music*, era o mesmo procedimento. Eles tiravam ou

não a liberação do evento do espaço e tomavam uma parte da frente, quer dizer, só pensavam neles. (Entrevista concedida ao autor em 31jul. 2012)

Ainda acerca dos usos dessa “nova” Rua Chile, Eduardo Passaia recorda o dia em que a Banda Officina, da qual ele fazia parte como guitarrista estava organizando um evento no “Largo”, em parceria com o “*Blackout*” e que, mesmo tendo a autorização da Prefeitura para fechar o espaço, ainda teve que enfrentar uma dura reação do mesmo Valdécio Costa. Segundo Passaia,

[...] Pra não criar confusão, a gente perguntou e o Paulo (Ubarana) liberou por uma questão de boa vizinhança que a gente fechasse com o “*Yolle*” dentro e ele pudesse vender com a cerveja dele e tal... E ele sempre foi muito ranhenta, né cara!? É um ranhenta legal, hoje eu passo lá e a gente conversa pra caramba. Eu lembro que na primeira vez ele falou que não e bábábá, e a gente tentando convencê-lo explicando: Olha... vai passar e por aqui e preferia que você estivesse dentro e tal e eu não sei por cargas d’água e ele disse que não. E eu lembro que no dia quando tavam quase fechando o negócio e tal, esse cara veio e queria bater nos caras que tavam montando... ele devia tá um pouquinho “mamado” e ele queria bater nos caras que estavam fechando, queria bater na gente, disse que ia pegar uma arma e ia passar fogo em todo mundo, eu sei que foi uma correria, foi uma confusão, ai Paulo teve que ir lá conversar com ele e tal num sei o que... resultado no final todo mundo ficou amigo mas foi uma historia engraçada esse dia. (Entrevista concedida ao autor em 10 set. 2013)

Nos trechos das duas entrevistas, com Valdécio Costa e Eduardo Passaia, detectamos uma relação conturbada entre o antigo empresário da Rua Chile pré-refuncionalização e os novos empresários e artistas pós-refuncionalização, ou seja, não era um “mar de rosas”. Por várias vezes, Valdécio Costa deixou transparecer um significativo incômodo por se sentir ignorado, isolado e por vezes boicotado pelos “grandes”, como ele mesmo se referia aos novos empresários da Rua Chile.

De qualquer forma, estamos falando de duas gerações de empresários e de perfis socioeconômicos bem distintos; coexistindo e disputando o mesmo espaço e o público diversificado da Rua Chile. Enquanto o “*Yolle Bar*”, mesmo sendo relativamente novo, mantinha uma estética e práticas que lembravam uma fase mais *underground* e precária da Rua Chile, com suas mesas expostas na rua e sua

pequena churrasqueira sempre acesa, boates como o “*Blackout*” e a “*Downtown*” apresentavam-se como o novo, o moderno, aquilo que os idealizadores do programa de refuncionalização tinham pensado enquanto espaços enobrecidos e economicamente eficientes. Assim, na visão de alguns dos novos empresários, tanto os ambulantes quanto pequenos empresários como Valdécio Costa, por não se enquadrarem na nova imagem da Rua Chile, precisavam ser retirados de circulação, sob o risco de mancharem a bela aquarela que foi pintada pelo projeto “Fachadas da Rua Chile”.

Nesse momento nos questionamos: qual o sentido do programa de refuncionalização da Rua Chile que foi posto em prática a partir de 1996? Para quê e para quem ele foi pensado? Esses questionamentos nos levaram a uma conclusão que já vinha sendo discutida desde os itens 2.1 e 2.2 dessa dissertação, ou seja, os modernos programas de refuncionalização de Centros Históricos urbanos nos moldes de *Docklands* em Londres, *Harlem* em Nova Iorque, *Ciutat Vella* em Barcelona, *Caminito* e *Puerto Madero* em Buenos Aires, Lapa no Rio de Janeiro, Pelourinho em Salvador, Recife Antigo ou na Rua Chile em Natal, a lógica é a mesma⁶⁸: a exploração econômica elitizada do patrimônio histórico da cidade. Uma espécie de *gentrification*, um retorno das elites dessas *urbes* para os centros e regiões históricas e, conseqüentemente, a expulsão ou pelo menos uma tentativa das classes populares dos espaços que passaram a ser cada vez mais enobrecidos e valorizados, após as obras públicas de restauração dos prédios e a melhoria na infraestrutura.

Moderna, bonita, limpa, valorizada... Adjetivos que poderíamos usar tanto para nos referir aos anseios dos reformadores voltados para a Ribeira no início do século XX, quanto aos dos “revitalizadores” voltados para a Rua Chile no final do mesmo século. Durante e após as obras de modernização do bairro da Ribeira, até os anos 1920, como os pobres foram inseridos neste processo? Quais os papéis exercidos nesse processo? Vimos no item 1.1 do programa modernizante dos republicanos recém-empossados previa a criação de espaços urbanos que não apresentassem sinais de elementos e simbolizasse o atraso e a sujeira, nesse caso, para alcançar tais objetivos e conseguir construir efetivamente uma imagem de

⁶⁸ Apesar da semelhança citada, cada um desses programas mantém certas particularidades, ligadas à própria formação histórica, econômica e urbanística das cidades citadas.

cidade moderna, higiênica e saudável era preciso afastar os pobres daqueles espaços.

A alta sociedade natalense passou a desfilar na Praça Augusto Severo, na glamorosa Rua Dr. Barata e a frequentar o Teatro Carlos Gomes e o cinema Polytheama, usavam esses momentos como uma prática socialmente exclusiva, era nesses passeios que podiam ostentar sua riqueza e glamour. A população mais pobre aos pouco foi sendo “empurrada” para áreas mais afastadas dos *points* centrais da Ribeira moderna e enobrecida, num processo nomeado de haussmanização.

Na Rua Chile do final do século XX, após o programa de refuncionalização de 1996, evidenciou uma tentativa de empresários e do poder público de construir uma nova imagem acerca daquele espaço urbano. A ideia era preservar o patrimônio a partir de uma exploração econômica elitizada, o que ocorreu através de bares e boates voltadas para um público de classe média e alta da cidade muitas das vezes nem residiam na Ribeira. E como os moradores da Ribeira foram inseridos? Quais os papéis exercidos nesse processo? Mesmas perguntas e respostas semelhantes.

Na verdade a Rua Chile refuncionalizada não estava plenamente e pacificamente disponível aos pobres que desejavam usufruir socialmente e economicamente dos bens históricos da cidade. Os projetos “revitalizadores” e “proto-gentrificadores” levaram a uma tentativa de exclusão de determinados segmentos e sujeitos que não se enquadravam na nova imagem, conforme fora construída em torno daquela rua. Essa tentativa de disciplinar os usos e práticas do espaço culminaram na formação de relações conflituosas entre os praticantes da cena apresentada.

Haussmanização e *gentrification*, são dois conceitos afastados em suas aplicabilidades cronológicas, mas no caso do bairro da Ribeira mais especificamente a Rua Chile, muito próximos das suas propostas e consequências sociais, ou seja, a tentativa de exclusão das classes financeiramente mais baixas dos espaços reformados e enobrecidos e, também, de se criar imagens positivas e agregar certas simbologias aos espaços.

Porém, a nosso ver, em se tratando de reformas urbanísticas, os projetistas têm o controle apenas daquilo que será desenvolvido nos bens físicos, como uma mudança de trajeto, a reforma de uma fachada, a adoção de determinadas cores, entretanto, quando a questão são as práticas cotidianas que serão desenvolvidas

nesses espaços urbanos, essa capacidade de disciplina e controle perde a sua totalidade e eficiência. Nesse caso, estamos considerando que os usos e “contra usos” desses espaços refuncionalizados seguindo o curso das relações sociais neles desenvolvidos não são frutos exclusivos das ações normativas do Estado e da força do capital.

No segundo capítulo, analisamos o projeto de “revitalização” e o processo de refuncionalização da Rua Chile, final dos anos 1990, tendo como principal parâmetro de análise os programas oficiais, leis, decretos, concepções urbanísticas e sociais que nortearam esses processos, bem como alguns de seus desdobramentos imediatos e as relações desses novos empresários que chegaram com o propósito de investir na Rua Chile. No capítulo 3, a proposta foi justamente a análise do programa de refuncionalização a partir das práticas cotidianas e, muitas vezes, não ordinárias desse espaço urbano, como os novos grupos sociais ocuparam as noites da Rua Chile, as formas dessa ocupação e as imagens simbólicas agregadas à própria rua. Enfim, esse capítulo seguinte buscou analisar como a cena musical, e toda a sua complexidade social, desenvolvida entre 1996 e 2004, ajudou a ressignificar a Rua Chile, passando de “marginal” a *underground*, posteriormente transformada num espaço pop da cidade.

CAPÍTULO 3 – O *UNDERGROUND* VIROU POP: Cena musical, novas identidades e a ressignificação da Rua Chile (1990 – 2004).

“[...] Nesse momento, ‘Cagada’ (essa era a alcunha do rapaz) tomou a iniciativa”. Levantou-se e foi até o velho três-em-um da mãe do Doc, com uma fita cassete, e mudou a trilha sonora. *Kraftwerk* sumiu e, no lugar, um estranho e desconjuntado *riff* de guitarra começou a chamar a todos para a sala de estar. Rapidamente, em ondas, uma bateria poderosa invadiu a casa, anunciando o apocalipse. Antes que qualquer um pudesse dizer qualquer coisa, pensar qualquer coisa, objetar qualquer coisa ou olhar para o lado e suspirar, aqueles blocos ritmados de barulho explodiram, como se um caleidoscópio de fúria e sentimento primitivo e sincero estivesse invadindo o ambiente.

Em poucos segundo, mais de trinta pessoas saltavam na sala de estar da casa do Doc, fazendo um barulho infernal e pintando com cores soturnas aquele fim de ano de 1992. Isso era o *Nirvana!*

Isso era *Smell like teen spirit!*

[...] Meia hora depois (ou alguns anos, não lembro bem), Rudá estava na Ribeira, perto do rio, em uma daquelas ruas cheias de casas do século XVIII transformadas em bares, boates e casas de *shows*, preparadas para abrigar as bandas de rock do século passado em seus estranhos festivais sazonais.

Foi aí que o negócio realmente bateu.

Rudá nunca havia sentido aquilo. Primeiro veio à energia circulando como se alguma coisa alienígena estivesse caminhando pelos seus dutos sanguíneos. Depois, vieram os arrepios na lateral da cabeça e um formigamento na testa. Então, o brilho desabrochou e, mesmo na noite mais escura daquela lua nova, a luz da velha Rua Chile, cortada pelo fluxo incessante de pessoas atrás de música, sexo e de inquietantes santidades da mente invadiu o sistema nervoso central de Rudá como se ele vivesse em uma época antiga, não marcada pelos sinais tecnológicos de um milênio moribundo.

Rudá não conseguia parar de rir, porque era como se ele pudesse perceber uma estranha conexão entre todas aquelas pessoas. O barulho sem fim da rua foi decupado e analisado em uma linha auditiva clara, que proporcionou a Rudá uma estranha habilidade de saber, exatamente, o que cada uma daquelas pessoas estava pensando [...]

Rudá estava chapado.

Completamente chapado.

E o mundo que o cercava havia se chapado com ele.

[...]” (CAPISTRANO, 2011, p. 62-68)

Essa crônica, escrita pelo filósofo-roqueiro natalense Pablo Capistrano, que por coincidência (ou não) foi membro da primeira leva de jovens roqueiros que invadiram a Rua Chile, em fins do século XX, nos transportou sem escalas para um momento de transição entre a fase mais *underground* das vivências na Rua Chile e a transformação desse logradouro num dos *points* mais visitados, mais *pop* e, provavelmente, mais heterogêneo das noites quentes da “Cidade do Sol”. Nesse texto, o personagem principal, o jovem Rudá, juntamente com sua turma de amigos reúnem-se na casa de Doc e se divertem entre danças frenéticas na sala da casa e rodinhas de “baseado”, regadas a um dos grandes sucessos musicais dos anos 1990, a banda Nirvana do enlouquecido Kurt Cobain, porta-voz de toda uma geração roqueira ligada ao movimento “*grunge*”⁶⁹.

Ao ler toda a crônica de Capistrano, algumas questões rapidamente emergiram em relação a essa discussão acerca da Rua Chile e da movimentação cultural que lá se desenvolveu nos anos 1990: a escolha da Rua Chile como destino final daquele encontro alucinante de jovens roqueiros e “maconheiros” natalenses foi uma coincidência ou obra do acaso? Por que a Rua Chile? Outros destinos noturnos da cidade permitiriam a mesma experiência sonoro-sensorial-social e transcendental que o jovem Rudá viveu naquele fim de noite de *fin-de-siècle* na Rua Chile? Todas as outras pessoas que Rudá acreditava saber o que estavam pensando, realmente compartilhavam as mesmas sensações e vivenciavam aquele espaço da mesma forma?

Ao tentarmos esclarecer essas questões relacionadas à citada crônica, chegamos aos problemas que nortearam os rumos analíticos desse capítulo, ou seja, quais os elementos simbólicos que estavam atrelados à cena musical desenvolvida na Rua Chile, no final dos anos 1990 até 2004? Que imagens essa cena construiu em torno da própria Rua Chile, enquanto palco de intensas sociabilidades predominantemente juvenis? De que maneira os jovens natalenses vivenciaram essa cena? Como se viam e se relacionavam entre si? De qual forma eles enxergavam a Rua Chile? Todos os recantos dessa rua eram praticados e vivenciados da mesma forma e pelos mesmos grupos?

Todas essas questões nos remetem sempre a nossa compreensão acerca da noção de espaço urbano, como unidades diferenciadas política, social e cultural,

⁶⁹ Essa banda era constantemente ouvida nos bares e boates da Rua Chile“ nos tempos do *Blackout*”.

justamente, a partir da ação de seus grupos sociais praticantes, sejam eles eventuais ou regulares. Assim, para percebermos como as pessoas se viam, se tocavam, se relacionavam ou se diferenciavam em determinados grupos ou em grandes populações urbanas, precisamos compreender suas relações nos espaços de atuação. Os afazeres cotidianos das multidões anônimas constroem o tecido urbano a partir de suas concepções de mundo e vivências interpessoais.

Essas relações no espaço urbano como um todo ou em recantos específicos, muitas vezes escapam por entre os dedos da “ordem” urbana, dos poderes normatizadores da cidade, e acabam construindo novas territorialidades sociais, algumas com grande teor emancipatório⁷⁰. Seguindo nessa perspectiva, percebemos que modernas formas de sociabilidades e práticas urbanas (cenas musicais, tribos urbanas, movimentos ecológicos ou de “minorias”, etc) possibilitam novas articulações entre os indivíduos e, conseqüentemente, criações e (re)invenções de espaços públicos nas grandes metrópoles.

Esses processos espacializantes representam, na verdade, uma manifestação de relações de poder que possuem fortes condições hierarquizantes inclusivas e exclusivas ao mesmo tempo. Essas forças movimentam as *urbes* e buscam, muitas vezes, normatizar os comportamentos instituindo padrões a serem aceitos e consumidos por pessoas construtoras de determinados espaços. Dessa forma, intencionam construir e consolidar elementos simbólicos e imagéticos que supostamente servem como uma energia aglutinadora de determinados grupos sociais, servindo também como uma espécie de fronteira excludente àqueles outros indivíduos que não compartilham dos mesmos signos socioculturais.

No caso dos Centros Históricos urbanos que passaram por processos de refuncionalização mais recentemente, percebemos uma gama maior de elementos atuantes na conformação desses tecidos urbanos. Esses espaços carregam uma carga simbólica e, por que não dizer, um forte apelo comunitário que cada vez mais vão motivando uma valorização econômica desses bens históricos, dentro de uma lógica de *city marketing*. Nessa perspectiva, a preservação do patrimônio está atrelada a sua exploração a partir de atividades turísticas ou de entretenimentos como, por exemplo, a formação de conjuntos de bares, boates, centros culturais, galerias etc.

⁷⁰ Sobre essa noção de territorialidades emancipatórias, será considerado aqui o conceito trabalhado pelo geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 161-189).

Partindo dessas discussões, constatamos que os processos de refuncionalização dos Centros Históricos, a partir principalmente dos anos 1990, foram levados adiante por forças e motivações que ultrapassavam as concepções puramente patrimoniais, como afirma Fonseca (2009, p. 43)

O que quero dizer é que a proteção da integridade física dos bens patrimoniais não é por si só suficiente para sustentar uma política pública de preservação. Isso porque a leitura de bens enquanto bens patrimoniais pressupõem as condições de acesso a significações e valores que justifiquem sua preservação. Depende, portanto, de outros fatores além da mera presença, num espaço público, de bens a que agentes estatais atribuíram valor histórico, artístico, etc., devidamente protegidos em sua feição material.

Assim, mesmo havendo uma intervenção dos agentes públicos estatais sobre um Centro Histórico, com motivação refuncionalista, esta por si só não possui força para recuperar, ocupar e preservar esses bens históricos. Nesse sentido, é que esses processos têm se consolidado como uma forte parceria entre os agentes do Estado e os da iniciativa privada que juntos buscam criar condições para uma reocupação e uma refuncionalização desses centros históricos. A partir de atividades geradoras de lucros e promovendo uma valorização socioeconômica dos novos espaços enobrecidos, o quê, de certa forma, implica também em uma exclusão (ou tentativa) de determinados grupos sociais que não fazem parte dos consumidores pensados pelos idealizadores desses projetos.

Dessa forma, a presença marcante de investimentos do capital privado nos programas de refuncionalização de Centros Históricos urbanos é oficialmente justificada pela incapacidade do Estado de preservar esses bens históricos. Portanto, segundo essa lógica, somente com o desenvolvimento de atividades econômicas lucrativas e privadas é que esses espaços históricos públicos podem ser realmente preservados e reinseridos na trama da cidade. Ou seja, através de um fluxo cada vez maior de pessoas de outras áreas, da realização de eventos, de uma maior visibilidade na mídia, da abertura de estabelecimento que promovam (ou pelo menos tentem) uma valorização social de seus frequentadores e, acima de tudo, evitando a excluindo as pessoas de baixa renda que muitas vezes já viviam ou trabalhavam nesses espaços.

O caso do programa de refuncionalização da Rua Chile, final dos anos 1990, abordado nesse trabalho, retrata bem o cenário de “retorno” ao centro a partir de novas atividades e públicos com aporte financeiro e cultural mais elevado do que os antigos frequentadores. Com a abertura de novos bares e boates, principalmente no seu “Largo”, a Rua Chile passou a ser vista, visitada e vivenciada a partir de novas perspectivas. Os novos frequentadores, em suas maiorias jovens de classe média, acabaram por consolidar essa concepção de refuncionalização urbana enobrecedora e excludente.

O segundo capítulo da dissertação abordou os aspectos mais ligados ao programa de refuncionalização da Rua Chile, a partir da análise de leis, decretos e normas que embasaram esse programa, as concepções urbanísticas e socioculturais que norteou a relação entre esses novos empresários pós-1996, bem como, aqueles que de alguma forma já investiam na rua citada. Com essa análise, visualizamos bem as relações de poder e o caráter enobrecedor e excludente do programa urbanístico executado pelo Prefeito Aldo Tinoco. Todavia, a necessidade do terceiro capítulo reside, justamente, na percepção de como o espaço reformado foi vivenciado, ou seja, como antigos e novos frequentadores se relacionavam entre si e com o próprio espaço? Quais as imagens construídas em relação à Rua Chile? Como a cena musical desenvolvida a partir do final dos anos 1990 ressignificou esse espaço urbano?

Nessa caminhada analítica, utilizamos a noção de cena musical, desenvolvida principalmente pelo canadense Will Straw⁷¹, para entendermos melhor o movimento sociocultural predominantemente juvenil que se desenvolveu na Rua Chile no final dos anos 1990. Straw e o seu artigo *Systems of articulation, logics of change: communities and scenes in popular music*, de 1991, foi responsável pela sistematização inicial da noção de cena no meio acadêmico, como uma ferramenta teórica mais adequada para o entendimento das relações entre consumo e produção de música e cultura juvenil com os espaços urbanos. Segundo Straw (2004, p. 412), podemos classificar as cenas a partir da modalidade cultural que lhe confere sentido, como por exemplo, uma cena musical, teatral, literária, etc. ou a partir de sua localização, como a cena *funk* carioca, a cena *grunge* de Seattle, a cena reggae de São Luís/MA, dentre outras.

⁷¹ Will Straw é professor de Comunicações do Departamento de História da Arte e Estudos de Comunicação da Universidade McGill, no Canadá.

O conceito de cena passou a ser discutido no meio acadêmico anglo-americano-canadense nos anos 1990, em meio a um movimento de duras críticas aos estudos do CCCS – *Centre for Contemporary Cultural Studies* (o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de *Birmingham*, Inglaterra). A relativa inflexibilidade do conceito de subcultura como uma ferramenta analítica, proposta pelo CCCS, levou à proposição de várias outras bases conceituais alternativas para a compreensão de significado cotidiano da música nos últimos anos. Assim, “é no contexto das tentativas de repensar teórica e empiricamente a relação entre música e vida cotidiana que ‘cena’, como um conceito acadêmico, precisa ser localizado”.⁷² (BENNETT, 2004, p. 225)

3.1 – Das noções de subculturas juvenis (CCCS) ao conceito de cena: música, identidades e espaço urbano.

Em 1964, foi fundado por Richard Hoggart, o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de *Birmingham*. A Escola de *Birmingham* dos Estudos Culturais, ou somente CCCS, utilizou largamente o conceito de subcultura como uma forma de tentar analisar grupos juvenis surgidos na Inglaterra do pós-guerra como os *mods*, *punks*, *rockers*, *rastafáris* entre outros. Essa noção de subcultura, desenvolvida em oposição ao conceito mercadológico de “cultura juvenil”, apontava para uma conexão entre alguns movimentos musicais e seus estilos juvenis, com a formação de um sentido de resistência de classe (no caso, os jovens da classe operária britânica), desenvolvidos no pós-guerra.

Uma das obras basilares do centro de estudos culturais foi *Resistance Through Rituals*, escrita por Stuart Hall e Tony Jefferson em 1976. O CCCS se debruçou notadamente sobre os estilos mais recentes, as subculturas, apresentadas como bolsões de resistência por parte dos jovens da classe trabalhadora britânica às dificuldades socioeconômicas diárias impostas pelo capitalismo, deixando outras

⁷² Tradução nossa. Do original: “It is within the context of such attempts to rethink, both theoretically and empirically, the relationship between music and everyday life that ‘scene’, as an academic concept, must be located”.

análises, como a do papel da música na configuração de laços identitários nesses grupos, em um segundo plano.

Os estudos do *Centre for Contemporary Cultural Studies* seguiram uma tendência de analisar como determinadas manifestações culturais serviam ou para legitimar uma condição sócio-política e econômica existente ou para contestá-la. Essas subculturas britânicas do pós-guerra, especificamente, passaram a ser encaradas como meios de encorajar movimentos de resistência não só à exploração capitalista sobre a classe operária, mas também aos próprios padrões socioculturais burgueses conservadores da Inglaterra. Segundo Freire Filho e Fernandes (2005, p. 2):

Não se tratava meramente, pois, de produzir inventários de padrões de consumo e estilos de vida subculturais; era impreterível avaliar que função o uso (criativo, insólito, espetacular) de artefatos da cultura de consumo, do tempo e de espaços territoriais assumia perante as instituições dominantes hegemônicas da sociedade.

Foi a partir dos anos 1990 que as concepções subculturalistas britânicas passaram a sofrer críticas mais consistentes, principalmente pelo fato de terem perdido o suposto caráter de resistência após a sua absorção pela mídia e pela moda, além de não conseguir fazer frente à liquidez e pulverização cultural da pós-modernidade. Freire Filho e Fernandes (2005, p. 3) discutem vários elementos, marcadamente interligados, que supostamente conferiam fragilidade aos estudos *subculturalistas* britânicos dos anos 1970, como por exemplo, a excessiva importância dada à análise das manifestações visuais e estéticas dos grupos jovens, em relação ao papel da produção e consumo musical, ao processo de desenvolvimento, consolidação e manutenção dessas subculturas juvenis. Outra crítica aos estudos do CCCS residia no fato destes apontarem para as condições de resistências da classe, o papel primordial na formação das subculturas juvenis, muitas vezes, negando outros elementos como o poder construtor de identidades desempenhado pela moda e pelo consumo musical.

O contexto de críticas aos estudos subculturais britânico, no meio acadêmico anglo-americano, levou a formulação de uma nova concepção teórica batizada de estudos pós-subculturais que segundo Freire Filho e Fernandes (2005, p. 4) tinham

como principais marcos teóricos: “a sociologia do gosto de Bourdieu (1979, 1997), a teoria da performatividade de Butler (1990, 1993, 1997), o conceito de tribalismo de Maffesoli (1988) e as noções cognatas de sociedade do espetáculo e de consumo revisitadas por Baudrillard (1970, 1985, 2000) e Jameson (1984, 1993, 1997)”.

Esses estudos pós-subculturalistas procuraram compreender as relações entre música, identidade e relações dos jovens no espaço urbano não mais numa ótica de resistência socioeconômica e política ao capitalismo, mas a partir de elementos culturais fluídos, globalizados e localizantes ao mesmo tempo. É nesse cenário de discussões teóricas que conceitos como “neotribo”, “estilo de vida”, “cena”, dentre outros, foram elaborados em oposição à subcultura do CCCS.

O conceito de cena musical se mostrou mais eficiente a uma compreensão das relações culturais e econômicas no espaço urbano, bem como a formação e consolidação de supostas identidades culturais juvenis em diversos recantos da *urbe* pós-moderna, marcados pela fluidez e heterogeneidade. Esses agrupamentos não estão presos a elementos constitutivos fixos como classe, gênero ou etnia, como discutiam os subculturalistas, mas podem sim, transitar e dialogar com todos esses elementos ao mesmo tempo. Segundo Bennett (2004, p. 225-226), as cenas “referem-se, em grande parte, a sensibilidade do consumo de música e as possibilidades para a construção de identidade que emergem desta”⁷³. Enquanto os subculturalistas trabalhavam com a perspectiva de que as ações do membro de um determinado grupo eram gerenciadas por normas subculturais rígidas, a noção de cena parte de uma ideia de alianças cambiantes e mistas dentro do contexto de consumo cultural de um determinado espaço urbano. Assim, “cena designa grupos particulares de atividade social e cultural, sem especificar a natureza dos limites que os circunscreveram”⁷⁴. (STRAW, 2004, p. 412).

Segundo Straw (2004, p. 413), as cenas que mais são identificadas e trabalhadas, são as identificadas com o elemento musical, pois na sua visão a música em suas esferas de produção e consumo se adéqua mais a uma realidade cultural urbana móvel e oscilante, do que outras manifestações culturais. Para ele (2004, p. 414)

⁷³ Tradução nossa. Do original: “[...] which refer largely to sensibilities of music consumption and the possibilities for the construction of identity that emerge from this”.

⁷⁴ Tradução nossa. Do original: “Scene designates particular clusters of social and cultural activity without specifying the nature of the boundaries which circumscribe them”.

“Entretanto, a música e outras formas culturais não são simplesmente álibis para a interação social que acontece dentro das cenas. Sua importância dentro das cenas garante que o investimento comercial que produz novos lugares ou rituais para socialização venha interligado com a uma história de formas culturais, e com os arcos do bom gosto e da popularidade que dão à história cultural sua dinâmica particular.”⁷⁵.

A melhor aplicabilidade do conceito de cena é justamente no caso de unidades e espaços culturais cujos limites e fronteiras caracterizam-se por certa elasticidade (STRAW, 2006, p.6) e nos casos de alianças afetivas que não sejam tão espetaculares e supostamente homogêneos, como aqueles analisados pelos subculturalistas britânicos de *Birmingham* (FREIRE FILHO, FERNANDES, 2005, p. 5). As cenas musicais podem ser vistas como um espaço cultural marcado pela coexistência de diversas materializações musicais que interagem em processos de aliança ou de conflitos, contribuindo para construir fronteiras musicais em determinados espaços urbanos.

Podemos considerar a Rua Chile, final dos anos 1990, como o primeiro espaço da *urbe* natalense que possibilitou o desenvolvimento de uma cena musical roqueira verdadeiramente consistente, com um quadro de investidores permanentes, abertura na mídia, um espaço delimitado e reconhecido como palco de uma cena musical anunciada alternativa, *underground* ou *indie*. Consideramos as três concepções como sendo uma vertente cultural que margeia o *mainstream*⁷⁶ e consegue, ou pelo menos tenta manter uma independência seja num estilo musical ou qualquer outra manifestação sociocultural.

Essa busca do alternativo por uma suposta liberdade perpassa principalmente o quadro de produção e consumo de seus artefatos culturais, marcadamente

⁷⁵ Tradução nossa. Do original: “*Music and other cultural forms are not simply alibis for the social interaction that goes on within scenes, however. Their importance within scenes ensures that the commercial investment which produces new places or rituals for socializing comes to be intertwined with a history of cultural forms, and with the arcs of fashionability and popularity which give cultural history its particular dynamic*”.

⁷⁶ Segundo Cardoso Filho e Janotti Júnior (2006, p. 8), “o denominado *mainstream* (que pode ser traduzido como “fluxo principal”) abriga escolhas de confecção do produto reconhecidamente eficientes, dialogando com elementos de obras consagradas e com sucesso relativamente garantido. Ele também implica uma circulação associada a outros meios de comunicação de massa, como a TV (através de videoclipes), o cinema (as trilhas sonoras) ou mesmo a Internet (recursos de imagem, *plugins* e *wallpapers*). Consequentemente, o repertório necessário para o consumo de produtos *mainstream* está disponível de maneira ampla aos ouvintes e a dimensão plástica da canção apresenta uma variedade definida, em boa medida, pelas indústrias do entretenimento e desse repertório. As condições de produção e reconhecimento desses produtos são bem diferenciadas, fator que explica o processo de circulação em dimensão ampla e não segmentada”.

limitados em volume e posicionados quase sempre como uma oposição à cultura, movimentos ou espaços identificados com o *mainstream*. Para Cardoso Filho e Janotti Júnior (2006, p. 8),

Trata-se de um posicionamento valorativo oposicional no qual o positivo corresponde a uma partilha segmentada, que se contrapõe ao amplo consumo. Um produto *underground* é quase sempre definido como “obra autêntica”, “longe do esquemão”, “produto não-comercial”. Sua circulação está associada a pequenos fanzines, divulgação alternativa, gravadoras independentes etc. e o agenciamento plástico das canções seguem princípios diferentes dos padrões do *mainstream*.

Devemos considerar, no entanto, que a fronteira entre o alternativo e o *mainstream* é tênue e bastante passível de avanços e recuos. Em determinadas situações uma banda, um grupo de artistas ou um espaço cultural, que antes se identificavam com uma postura mais *underground* podem ser cooptados pelo *mainstream*, pela capacidade de lucro possibilitado pelo meio, ou essa mudança pode ocorrer por questões e/ou opções artísticas e ideológicas dos envolvidos, conjuntamente, pela absorção dessa postura alternativa pela moda pop e a consequente perda da atitude “*do it yourself*”, marca dos movimentos *underground*, enfim, uma mudança gradativa dos frequentadores de um determinado espaço urbano, igualmente, pode promover essa alteração fronteiriça entre o *underground* e o *mainstream*, o *pop*.

Essas possibilidades de constantes mutabilidades entre as imagens alternativas e suas transformações em um elemento pop, cooptado pelo *mainstream*, características de determinados espaços urbanos, ficam bem evidentes após a análise das vivências, imagens construídas, discursos e interesses econômicos envoltos na Rua Chile, ao término do século XX. Um espaço “marginal”, transformado em *point* de grupos que assumiam uma postura e um discurso alternativo, muito ligado a uma musicalidade *rock n’ roll*, e, que, no alvorecer do século XXI foi alçado à condição de espaço *pop*, socialmente heterogêneo e um dos principais destinos noturnos da cidade de Natal.

3.2 – Dos “assustados” ao *Rock on the Moon* – o rock natalense dos anos 1960-1990.

Apesar da primeira cena musical roqueira alternativa, bem estruturada, ter sido na Rua Chile em fins dos anos 1990, Natal já apresentava desde os fins dos anos 1960 e início dos anos 1970 uma efervescência de iniciativas *rock n' roll*. Movidos pelo estrondoso sucesso dos Beatles, Rolling Stones, da estética e temática *Hippie* e da Jovem Guarda, diversos jovens natalenses, principalmente, os oriundos das classes média e alta começaram a se reunir em festinhas e a formar bandas que tocavam predominante o *rock n' roll*. Formada por Carlos Mineirinho, Gileno Azevedo⁷⁷, Prêntice Bulhões e Marcelo Dias, a banda “*The Shouters*” pode ser considerada a primeira banda de rock da cidade de Natal (PINHEIRO, 2009, p. 408). Posteriormente, essa banda mudou a formação e o nome para “Gênios” e depois “Impacto Cinco”, que até os anos 1980 ainda se situava como uma das maiores bandas natalenses chegando a gravar vários discos autorais. Na esteira do *The Shouters*, seguiram tantas outras bandas como “Os Vândalos”, “Os Terríveis”, “*The Jatsons*”, “The Funtos”, “Os Infernais” e “As Luluzinhas”.

Esse movimento roqueiro, em Natal, foi ainda favorecido pelo início das transmissões de dois programas de rádio dedicados a esse estilo de música: “Jovem Guarda”, na Rádio Poti, que era transmitido às 13h pelo locutor Liênio Trigueiro e “Bar da Noite”, na Rádio Cabugi. Posteriormente, já no início dos anos 1970, a Rádio Rural lançou o programa *Sui Gêneris*, mais politizado e engajado que os seus concorrentes, e que privilegiava o repertório musical do movimento tropicalista em detrimento das músicas dos “reis” da Jovem Guarda. Esses programas de rádio ajudaram a alavancar as vendas das duas principais lojas de discos de Natal, a “Helison” e a “Musi-Som”.

Regados a muita *cuba libre*, vários abastados jovens natalenses podiam ouvir e compartilhar seus LP's da Jovem Guarda e *Rock n' Roll* nas festas chamadas de “Assustados” realizadas sempre em residências de algum membro da turma. Segundo Pinheiro (2009, p. 379), os melhores “assustados” ocorriam na Rua Jaguarari, pois era “a região com maior densidade de garotas por metro quadrado

⁷⁷ Pouco tempo depois Gileno Azevedo formou uma dupla musical com Lilian e fez muito sucesso na Jovem Guarda nacional, com o nome “Leno e Lilian”.

de Natal”. Os corredores do SCBEU (Sociedade Cultural Brasil-Estados Unidos)⁷⁸ também foram transformados num ambiente favorável para um intercâmbio de LP's de rock, tradução de músicas das bandas inglesas e estadunidenses e troca de informações sobre o rock nacional e internacional.

A explosão da “beatlemania” e da Jovem Guarda afastou muitos jovens natalenses dos espaços tradicionais como a boêmia Ribeira e promoveu a ascensão de novos espaços juvenis em Natal, como as boates: *Hippie Drive-in* e *PsIU*, bem como, a “Ponta do Morcego” posteriormente chamada “Praia dos Artistas”. Outros espaços abertos a rock em Natal, final da década 1960, foram os festivais de músicas em escolas como o Marista, *Atheneu*, *Winston Churchill* e o mais famoso, realizado no ginásio “Palácio dos Esportes”, além de matinês de domingo na sede do ABC F.C., que localizava-se no bairro de Petrópolis, atualmente, o Centro Comercial Aluizio Bezerra: CCAB-Norte.

Momento marcante do incipiente movimento roqueiro em Natal foi a apresentação da banda local “Os Vândalos”, no “Festival do Sol”, realizado no Estádio Juvenal Lamartine, no alvorecer da década de 1970, quando os músicos natalenses abriram o show da banda “Novos Baianos” e foram bastante elogiados, numa atmosfera musical e comportamental pós-*Woodstock*. Ainda nos anos 1970, mais precisamente na segunda metade dessa década, passou a ser organizado também em Natal um festival de música, com forte influência do rock, chamado “Festival do Forte” realizado no interior do Forte dos Reis Magos. Segundo Manoel de O. C. Neto,

"O festival acontecia na terceira lua de cada mês e era um momento de muita música, muita poesia e muita loucura, depois disso, nunca houve nada em Natal tão contundente para nossa cultura como o Festival do Forte [...] Os moleques ficavam pulando naquela casa de armar no meio do Forte. Era incrível, sendo criança, ver de perto artistas como Raul Seixas, Gil, Jorge Mautner, Jards Macalé... São tempos que não voltam mais." (Disponível em <[http://nataldeontem.blogspot.com.br/search?updated-min=2010-01-01T00:00:00 03:00&updated-max=2011-01-01T00:00:00-03:00&max-results=33](http://nataldeontem.blogspot.com.br/search?updated-min=2010-01-01T00:00:00%2003:00&updated-max=2011-01-01T00:00:00-03:00&max-results=33)>, acesso em 10 ago. 2013).

⁷⁸ Esta foi uma das primeiras escolas formais de inglês de Natal, fundada em 1957.

Nos anos 1980, o rock natalense continuou atuante e de forma bastante fértil. Várias bandas novas surgiram e passaram a tocar em diversos *points* da cidade como, por exemplo: “Fluidos”, “Alfândega”, “Cantocalismo”, “*Velvet Blues*”, “Florabela Espanca”, “Alcatéia Maldita”, “Carbono 14”, “*Modus Vivendi*”, “Os Quatro”, “Cabeças Errantes”, “*Movement*”, “Conflito Ideológico”, “*General Junkie*”, “Coco e Overdose”, dentre outras. Apesar de um número considerável de significativas bandas autorais, muitas apresentavam um grande domínio técnico-musical, propostas sonoras e estéticas bem originais, ainda assim, Natal não apresentava um espaço identificado puramente com o rock, de forma mais centralizada, mais definida e com certa longevidade.

Havia uma pulverização dos diversos estabelecimentos que, casualmente, abriam as portas às apresentações de bandas desse estilo, mas não compunham uma cena musical roqueira estabelecida, apenas eventos sazonais possibilitando a exibição de algumas bandas. Ocorriam muitas apresentações em festas nas casas de praia de amigos, além de shows como o do “Festival de Artes” no Forte dos Reis Magos, em 1984, outros na Praia dos Artistas, durante alguns campeonatos de *surf*, shows esporádicos no pátio do Centro de Turismo, no salão da sede social do clube “América”, além do Festival de Música da UFRN, vencido em 1985 pela banda “Fluidos” com a música “Nuclear”, numa apresentação memorável onde o já desencarnado “Manoca” deixou a guitarra de lado e tocou um violoncelo e o vocalista irreverente “Carito” cantou vestido de caveira e com alguns cartazes de protesto.

Um grande momento de destaque em meados dos anos 1980 em Natal foi à realização do “Festival da Mocidade”, nos dias 04 e 05 de outubro de 1985. O evento ocorreu no parque conhecido como “Cidade da Criança” e tentou seguir o formato do *Rock in Rio* - 1ª edição - que tinha ocorrido entre 11 e 20 de janeiro do mesmo ano. Como a “Cidade da Criança” era um espaço amplo, os organizadores montaram além do palco principal, lojas de artigos diversos, locais onde podiam fazer tatuagens, centrais médicas, pequenas lanchonetes, etc. Tocaram no “Festival da Mocidade” as bandas de rock natalenses “Impacto Cinco”, “Cantocalismo”, “Alcatéia Maldita”, “Cabeças Errantes”, “Coco e Overdose” e “Fluidos”, além de nomes da MPB local como Babal e, do mesmo modo, atrações de outras cidades como Recife, Fortaleza e Rio de Janeiro.

Mesmo com um público considerado grande, o rock natalense nos anos 1980 carecia de um espaço razoavelmente permanente e com estrutura para fazer o papel de centro aglutinador de eventos de rock, onde o público pudesse compartilhar os elementos identitários que os ligavam àquele estilo. Havia uma loja chamada “Whiplash Discos”, na Av. Sen. Salgado Filho, início dos anos 1990, pertencente ao já desencarnado Luziano Rock Stanely, “pai” do movimento metaleiro em Natal. Esse local tornou-se o principal ponto de encontro contínuo de jovens *headbangers*⁷⁹ da cidade. No entanto, a extrema especialização desse estabelecimento no comércio de artigos de *Heavy Metal* e o radicalismo de seus frequentadores, acabavam impedindo que jovens roqueiros, fãs de estilos menos “obscuros”, se aproximassem do local.

Alguns espaços acabaram tentando explorar o novo mercado roqueiro da cidade, mas nenhum deles conseguiu estruturar uma cena duradoura e mais consistente, a maior parte fechava num prazo máximo de dois anos. O bar “Chernobyl”, localizado na “Ponta do Morcego”, promoveu no final dos anos 1980, vários eventos bastante movimentados, voltado para um *rock n’ roll* embalado pelas bandas natalenses. Porém, a elitização cada vez maior daquela área tenha, talvez, contribuído para o encerramento das atividades roqueiras do bar referenciado. Essas mesmas bandas tocavam, conjuntamente, nos acontecimentos do pátio central do Centro de Turismo, mas de forma bastante sazonal e em eventos bem precários, sobretudo, quando nos referimos a estrutura e divulgação.

A Figura 26 exibe uma cena do show “Na Trilha do Sol”, da banda “Fluidos”, em 1984. Já a Figura 27 retrata a noite em que a banda “Modus Vivendi” fez seu show de estreia, o ano era 1986, liderada pelo carismático vocalista “Carito”, ex-membro da banda “Fluidos”. Esses dois eventos ocorreram no mesmo lugar: pátio central do Centro de Turismo, isto é, o antigo presídio da cidade. Os eventos de rock nesse espaço eram marcados pela estrutura tanto física, quanto sonora precária, mas compensadas pelas apresentações de bandas autorais de alta qualidade e pela presença de um público razoavelmente grande e formado em sua maioria por jovens universitários. Tudo isso, acabou contribuindo para a construção de uma imagem *underground* de banda e público em torno desses eventos.

⁷⁹ Esse termo é usado para identificar as pessoas que se identificam com a sonoridade e estética do estilo *Heavy Metal*.



FIGURA 26: Banda “Fluidos” no Centro de Turismo – 1984.

Fonte: <www.carito.art.br/?page_id=509>, acesso em 25 out. 2013.



FIGURA 27: Banda “Modus Vivendi” no Centro de Turismo – 1986.

Foto: Flávio Américo Novaes.

Fonte: <www.carito.art.br/?page_id=509>, acesso em 25 out. 2013.

Bem no início dos anos 1990, no mesmo prédio onde posteriormente funcionou a boate “Seven”, Praça das Flores, abriu um estabelecimento chamado “El Chaco”, um bar que não era especializado em apresentações de bandas ao vivo,

mas foi transformado num ponto de intercâmbio de informações entre jovens roqueiros da cidade. Além de beber e ouvir muito *rock n' roll*, os frequentadores tinham a oportunidade de trocar LP's, fitas cassetes, informações e conhecer novas bandas nacionais e internacionais que despontavam no cenário musical da época. Apesar da relativa movimentação e importância esse bar, também, não teve uma vida longa e por volta de 1991 já tinha fechado as portas.

A partir do início dos anos 1990, a praia e o bairro de Ponta Negra assumiram a condição de principal destino dos aficionados pelo rock em Natal, principalmente os jovens. Bem na sua orla, abriu um bar chamado "Bali Bar" e funcionou até aproximadamente 1993, o estabelecimento procurava manter uma imagem surf-rock mais alternativo. O Bali Bar caracterizava-se pela heterogeneidade de seus participantes e pelos eventos promovidos, podendo haver noites de pop rock, rock mais alternativo, *heavy metal* e bastante *reggae*. Era muito comum um grande número de jovens dirigirem-se às imediações do "Bali Bar" e ficar rondando pelo calçadão da praia, reunidos em "rodinhas" ou bebendo nas cadeiras das barracas da praia que fechavam à noite, e, também, curtindo as bandas que tocavam no bar. Assim, não só no interior do bar, mas em toda aquela área da praia havia intensos momentos de sociabilidade desses jovens que curtiam um ambiente cultural mais alternativo. Nas noites de sexta-feira e sábado aquele trecho da orla de Ponta Negra ficava bastante movimentado com a presença dos frequentadores.

Nas areias de Ponta Negra, pertinho do "Bali Bar", passou a ocorrer por volta de 1992 e 1993, toda noite de lua cheia, um evento chamado "*Rock on the Moon*", com a apresentação de várias bandas de rock da cidade, fazendo da orla dessa praia um ponto de encontro dos amantes do Rock. Ocorriam, igualmente, apresentações de rock em outros bares do bairro de Ponta Negra, como o lendário "Bar do Buraco", na "Vila"⁸⁰, que chegou a realizar o primeiro show da banda "Raimundos" em Natal. Porém eram eventos geograficamente dispersos e de vida bastante efêmera.

É importante notar que os eventos citados eram embalados por uma geração de bandas muito influenciada pelo cenário musical roqueiro do final da década 1970 e início dos anos 1980. Era uma avalanche de estilos e influências que passavam

⁸⁰ Uma comunidade, inicialmente de pescadores, que se formou próximo ao "Morro do Careca", em Ponta Negra. No início dos anos 1990, a "Vila" já apresentava um grande número de residentes e uma crescente movimentação social e cultural.

pelo rock progressivo, *hard rock*, *punk*, pós-*punk*, *new wave*, influências marcantes de bandas como “*Joy Division*”, “*The Smiths*”, “*The Cure*”, “*Rush*”, “*Led Zeppelin*”, “*Pink Floyd*”, “*Yes*”, dentre outras. A maior parte dessas bandas apresentava um repertório autoral, e isso diferenciavam-nas da nova geração de bandas de rock da cidade, surgidas no contexto da cena da Rua Chile que, apesar de terem gravado discos autorais ficaram mais conhecidas como bandas *covers*.

Mesmo com toda a fragmentação relacionada aos espaços de exibição e sociabilidade do rock alternativo em Natal, a noite de Ponta Negra adentrou aos anos 1990 como o principal destino *rock n’ roll* da cidade, em oposição à Praia do Meio/Artistas, que era mais frequentada à noite por membros das classes média e alta da cidade, com estilos mais *pop’s*, devido, principalmente, a presença de bares e boates considerados elitizados como o “Chaplin”, “*Hooters*”, “*Royal Salute*” e “*Pool Music Hall*”⁸¹. A construção imagética de Ponta Negra como “praia roqueira” começou a mudar em meados da década de 1990, pois houve um crescimento vertiginoso do turismo sexual. Ponta Negra passou de *point* do rock para *point* da prostituição, tal situação é descrita pelo promotor cultural Anderson “Foca”, assíduo frequentador das antigas noites roqueiras de Ponta Negra, da seguinte forma:

[...] com a chegada da gringalhada em Ponta Negra, a cidade foi meio saindo dali. O “baixo” Ponta Negra, que era aquela região da praia, era ocupada pelos natalense, mas com a vinda de gringo, puta, drogas, coisa errada, a molecada começou a ter um pouco de medo daquilo ali [...] (Entrevista concedida ao autor em 17 out. 2012)

Assim, com a proliferação da prostituição e a especulação imobiliária naquele local, os shows de rock ficaram raros deixando os jovens roqueiros da cidade sem ter um destino fixo, com uma programação constante de eventos, para que pudessem frequentar. Ainda ocorreram algumas experiências de bares voltados para esse público, como o bar “Contra-Baixo”, no bairro de Candelária e o “*The Wall*”, no bairro do Alecrim, mas nos mesmos moldes dos outros estabelecimentos de rock, tiveram uma curta duração. É justamente nesse cenário de desterritorialização do rock em Natal, que a Rua Chile, no bairro da Ribeira, foi

⁸¹ A *Pool Music Hall* funcionava no porão do Centro de Turismo de Natal, antigo presídio da cidade.

sendo “descoberta” por jovens roqueiros natalenses e, em pouco tempo, alçada à condição de “Meca” dos grupos que se autoproclamavam alternativos na cidade.

3.3 – Como nos tempos do *Blackout*: novas práticas socioculturais, imagens e simbolismos atrelados à Rua Chile.

O bar “*Blackout*”, de propriedade de Paulo Ubarana, foi sem dúvida o estabelecimento mais marcante na vida noturna na Rua Chile entre anos de 1997 e 2004, recorte temporal dessa pesquisa, símbolo da tão propalada “revitalização”, e que também ajudou a construir uma imagem de espaço alternativo àquele logradouro. Contudo, ele está longe de ter sido o primeiro estabelecimento noturno cultural a funcionar na Rua Chile e nas suas imediações, marcado pela presença de indivíduos que se identificavam mais com um estilo *cult*-alternativo.

Desde o início dos anos 1990, um número crescente de pessoas, que não eram moradoras da Ribeira, passou a frequentar os pequenos e precários bares da Rua Chile. Por conseguinte, essa rua viveu um período de transição nas vivências de imagens construídas a seu respeito, passando da “Fase Marginal” à alternativa-*underground* até ser transformada num dos destinos noturnos mais badalados e frequentados por diversos grupos jovens natalenses, a chamada “Fase Pop”. Isso a partir do início dos anos 1990.

Um desses estabelecimentos pré-refuncionalização foi o “*Yolle Bar*” cujo proprietário era Valdécio Costa, conhecido popularmente pela alcunha de “Decinho”. Na verdade, antes de abrir esse bar, ele já tinha inaugurado uma cigarreira na Rua Chile, chamada “*Cat-Fish*”, ainda nos anos 1980. Ele nos contou (entrevista concedida ao autor em 31 dez. 2012) que sua cigarreira, mesmo sendo pequena, possibilitava uma considerável movimentação e durante anos seguidos ela era um dos pontos de encontro e de apoio para frequentadores da Rua Chile, como por exemplo, os envolvidos no “Torneio Ricardo da Cruz de Pesca”, realizado sob a coordenação de Newton Cruz, presidente do Clube de Pesca. Esse torneio de pesca começava por volta das 18h e durava até aproximadamente 22h, atraía muitas pessoas à Rua Chile e, após a pescaria, começava ou continuava a bebedeira... Segundo “Decinho”, “antes de qualquer reforma na Rua Chile, eu já fazia aquele

evento, durante oito anos, sem o apoio de ninguém, só com a iluminação. E depois da pesca, tinha um som e comes e bebes até de manhã”. (Entrevista concedida ao autor em 31 dez. 2012).

A “*Cat-Fish*” avançou pelos anos 1990 e durou até a chegada das boates pós-refuncionalização (1996). Seu proprietário, seguidas vezes, fez alusão ao novo cenário cultural da Rua Chile como sendo de extremo individualismo por parte dos empresários, e até mesmo, uma forte pressão contra os “menores” - como ele se referia ao seu negócio. Essa situação levou, inclusive, ao fechamento de sua cigarreira e a abertura do “*Yolle Bar*”, muito *conhecido* como “Bar do Reggae” devido à constância com que esse estilo de música era tocado nesse estabelecimento. Esse episódio é assim descrito pelo próprio “Decinho”:

[...] depois que a minha cigarreira começou a fazer um movimento um pouco significativo, o Paulo⁸² cresceu os olhos e, segundo as bocas dizem, ele me denunciou, eu não sei se foi, mas se foi não me atingiu. Apenas recebi um comunicado da Prefeitura que, segundo ele, cigarreira não é pra vender bebida alcoólica. Mas ele mesmo vinha beber na minha cigarreira, mas aí veio a Prefeitura e me deu um prazo de 72h pra que eu retirasse né, e eu só tive que cumprir ordens né. [...] quando eles pediram para que eu retirasse a cigarreira, o que é que eu fiz, eu corri atrás muito rápido, trabalhei até o sábado, tirei a cigarreira e no fim de semana seguinte e já abri o meu bar, com o nome de “*Yolle Bar*”. (Entrevista concedida ao autor em 31 dez. 2012).

Porém, mais destaque do que a cigarreira “*Cat-Fish*” no contexto pré-refuncionalização da rua Chile obteve um bar, oficialmente chamado de “Bar e Restaurante Coisa Nossa”, mas que ficou popularmente conhecido como “Bar das Bandeiras”, de Dona Graça. Esse bar funcionava quase na esquina do “Largo” da Rua Chile, próximo a Rua Silva Jardim. Inicialmente, ele era frequentado pelos “marítimos”, ou seja, os homens que trabalhavam embarcados e que quando desembarcavam no porto de Natal se dirigiam ao estabelecimento em busca de bebidas, petiscos bem caseiros preparados pela própria Dona Graça, e também, das garotas freqüentadoras do bar, muitas das quais faziam “programa”. O destaque do Bar das Bandeiras no cenário da Rua Chile, em meados dos anos 1990, era tão

⁸² Paulo Ubarana, proprietário do bar-boate “*Blackout*”.

marcante que acabou sediando a cerimônia de inauguração do “Projeto Fachadas da Rua Chile”, dezembro de 1996, com direito até mesmo à presença nas suas cadeiras do Ministro da Cultura, o Sr. Weffort e a fixação de uma placa comemorativa da solenidade na sua parede externa.

Fundado em dezembro de 1984, onde funcionava um depósito de sal, o “Bar das Bandeiras” passou a ser frequentado, além dos “marítimos”, por funcionários da Receita Federal, Codern e do Banco do Brasil, órgãos públicos localizados próximos à Rua Chile. Porém, segundo a própria Dona Graça⁸³, era um grupo de jornalistas da “Tribuna do Norte”⁸⁴ que mais movimentava o bar, com conversas animadas sobre política, cultura ou coisas cotidianas, principalmente, nas tardes de sábado. Um ponto marcante dos encontros nesse bar era a heterogeneidade social, cultural e financeira de seus frequentadores, pois em uma mesma mesa ou em mesas vizinhas, era possível compartilhar do espaço jornalistas, marítimos, prostitutas, professores da UFRN, funcionários públicos de algum órgão da Ribeira e boêmios em geral.

Por volta de 1994, passou a ocorrer no “Bar das Bandeiras” um evento conhecido como o “Clube do Chorinho”, também nas tardes de sábado. Segundo Decinho “na época ela (Dona Graça) fez o Clube do Chorinho, com Rochinha. “Aos sábados à tarde tinha o Clube do Chorinho e dava muita gente, assim **um povo mais selecionado** (grifo nosso), de outros locais da cidade” (Entrevista concedida ao autor em 31 dez. 2012). Devemos considerar como uma informação importante em nossa análise a expressão usada por “Decinho” “um povo mais selecionado”, pois reflete a presença cada vez mais marcante, na Rua Chile, de um público diferente daquele que tradicionalmente circulava por ali, como trabalhadores do porto, das lojas de pescados, marinheiros, prostitutas, drogados, bêbados...

Essa opinião de “Decinho” acerca da mudança dos frequentadores da Rua Chile é compartilhada também por Eunice Evangelista proprietária de um trailer localizado à Rua Silva Jardim, quase na esquina com o “Largo” da Rua Chile, quando esta afirma que “tinha assim, **gente de um nível mais alto**, vinha muita gente, entendeu, muita gente assim, de melhor condição. Vinha bastante mesmo” (Entrevista concedida ao autor em 08 ago. 2012). Ainda sobre a mudança do público

⁸³ Em entrevista concedida ao jornalista Sandro Fortunato. Disponível em <<http://www.sandrofortunato.com.br/salgo/2008/01/21/o-bar-das-bandeiras/>>, publicado em 21 jan 2008.> Acesso em 25 set. 2013.

⁸⁴ A sede desse jornal localiza-se na Av. Duque de Caxias, bem próximo à Rua Chile.

que frequentava a Rua Chile, na transição da Fase nomeada de Marginal, para a Fase *Underground* ou Alternativa, nos fala o filósofo, professor e amante do rock, Pablo Capistrano:

A primeira vez que eu fui à Rua Chile, pra um evento noturno foi em 1993, no “Bar das Bandeiras”, para o lançamento do jornal “A Franga”, que era publicado por Miranda Sá, né. “A Franga” era um jornal cultural que existia na cidade e que criticava o jornal “O Galo”, que era o jornal oficial da Fundação José Augusto. [...] Então houve o lançamento da “Franga” na Rua Chile, no “Bar das Bandeiras”, e eu fui e alguns colegas também foram, jovens também da ETFERN⁸⁵. O pessoal foi por que a gente freqüentava os espaços culturais da cidade. Quando eu fui lá, não havia estrutura nenhuma de, assim, revitalização, era só o “Bar das Bandeiras” e a rua realmente bastante deteriorada, do ponto de vista da sujeira, do lixo, da escuridão, é... **O que eu percebi é que tinha um grupo de intelectuais, né, que se encontrava ali no “Bar das Bandeiras”, né, e que de certa forma eles faziam ali um *point* de encontro para esse grupo alternativo de intelectuais** [...] (grifo nosso) (Entrevista concedida ao autor em 04 dez. 2012)

Percebemos então que, por volta do início dos anos 1990, a Rua Chile já era um destino constante de jornalistas, intelectuais, boêmios e jovens roqueiros de outras paragens da cidade de Natal. Ali encontraram um ambiente “atrativo” ao desenvolvimento de seus elementos culturais identitários “alternativos”, assim, essa expressão “um povo mais selecionado”, usado pelo proprietário do “*Yolle Bar*”, a nosso ver refere-se à presença nas noites da Rua Chile de um público com um capital cultural e financeiro mais elevado daqueles que, tradicionalmente, frequentavam-na desde os anos 1970 e 1980. A presença desse público mais elitizado e intelectualizado ajudou a consolidar um discurso acerca da Rua Chile, como um espaço cultural, histórico-patrimonial e *cult*-alternativo, que necessitava de uma atenção maior das autoridades e de ações efetivas de recuperação das estruturas físicas, iluminação e segurança.

A “nova boemia” da Rua Chile não queria mais os “espaços de antigamente”, marcados pela penumbra, intensificada pela precária iluminação das ruas, como as “festas” da “velha boemia”, que eram protegidas e o sigilo de seus freqüentadores mantido graças às barreiras de cortinas de panos coloridos das janelas e portas

⁸⁵ Antiga Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte e que atualmente é o IFRN-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

entreabertas das “pensões alegres” da Ribeira dos anos 1940-1970. O novo público da Rua Chile levou a uma espetacularização do espaço, pois eram pessoas que queriam ver e serem vistas, compartilhavam fortes laços identitários e enxergavam na Rua Chile um espaço com histórias e simbolismos que favoreciam a troca e intercâmbio cultural e supostamente identitário.

Esses novos atores sociais não se limitaram a vivenciar e consumir aquele espaço urbano da forma que foi encontrada, ou seja, com as mesmas imagens e simbolismos de outrora. Dessa forma, consideramos que a Rua Chile foi transformada em um “palco” onde esses novos frequentadores puderam imprimir suas marcas e “encenar” todo um corpo identitário assumidamente alternativo. Com a chegada desse novo público, na segunda metade dos anos 1990, a Rua Chile começou a ser transfigurada e a antiga imagem insalubre, de drogas, baixa prostituição e movimentações comerciais pesadas ligadas ao porto, pouco a pouco passou a mudar. A Rua Chile “marginal” cedeu o lugar à construção de um novo espaço *underground* que, ano depois, seria transformada em uma “nova” Rua Chile, colorida, iluminada e *pop*.

A partir de todas essas discussões, desconsideramos plenamente a validade do uso do termo revitalização ao programa urbanístico desenvolvido pelo Prefeito Aldo Tinoco, em meados dos anos 1990, voltado para a Rua Chile. Consideramos um equívoco no uso do termo citado acima, pelo simples fato de “revitalização” emitir uma ideia de retorno à vida, porém não se devolve a vida àquilo que ainda não morreu. A Ribeira e, especificamente a Rua Chile, nunca havia sido efetivamente abandonada, ou seja, nunca “morreu” de verdade. Ocorreu, de fato, um processo de ressignificação dessa parte da cidade. Um espaço glamoroso e boêmio até meados do século XX que, gradativamente, passou a ser visto e dito como um espaço “marginal”. Porém, na “marginalidade” existe vida, e isso ficou evidenciado no desenvolvimento da pesquisa quando constatamos que a Rua Chile atravessou os anos 1970 e 1980, frequentada por indivíduos que a partir de suas práticas construíram e efetivaram determinadas imagens e discursos a respeito desse espaço.

Como vimos no 2º capítulo dessa dissertação, as discussões em torno da “necessidade” e viabilidade de reforma e preservação da Ribeira já vinha sendo desenvolvidas em Natal, tendo como marco a publicação da Lei nº 3.942 (Diário Oficial do Estado, 17 jul. 1990), que instituiu a Zona Especial de Preservação

Histórica – ZEPH, na gestão da Prefeita Wilma Maria de Faria Maia, além da realização de alguns encontros e debates como o “Seminário Ribeira Velha de Guerra” e a “Semana do Patrimônio Cultural”, em 1993, o projeto “Viva a Ribeira” de 1994 e o “Projeto Fachadas da Rua Chile” concluído em dezembro de 1996. A partir de uma visão construída com a leitura dos parágrafos anteriores, constatamos que os encontros, seminários, projetos e leis, portanto, caminharam a *pari passu* com a chegada de um novo público à Ribeira com mais ênfase a Rua Chile, trazendo uma atmosfera mais *rock n’ roll* àquele espaço urbano.

Mencionamos anteriormente que as iniciativas pioneiras de pré-refuncionalização, levadas à frente por estabelecimentos como o “Bar das Bandeiras” e a cigarreira “*Cat-Fish*”, futuro “*Yolle Bar*”, foram responsáveis pelo início de uma ressignificação da Rua Chile, trazendo grupos de intelectuais, artistas e os novos boêmios da cidade para essa rua, assim como suas práticas sociais e simbolismos. Entretanto, em seguida a “chegada” desses agentes proto-refuncionalizantes, um número cada vez maior de jovens roqueiros natalenses, desterritorializados, começaram a ser atraídos pela atmosfera alternativa-*cult* construída em torno da Rua Chile e em suas mediações e, pouco a pouco, mas de forma constante começaram a transformar esse recanto da *urbe* natalense na última fronteira *rock n’ roll* da cidade, por volta de 1995 e 1996.

Essa imagem de espaço alternativo a qual estava sendo construída em torno da Rua Chile, atraía cada vez mais jovens roqueiros para lá, ao mesmo tempo que esses jovens fortaleciam o processo de construção imagética a partir de suas práticas e discursos, era um processo retroalimentado. Esse discurso e as imagens do espaço alternativo tornaram-se grandes atrativos à Rua Chile, percebido nas palavras do jornalista Sérgio Vilar, quando este afirma: “eu frequentei pela primeira vez a Ribeira já aos 16 anos. E porque a Ribeira? Era... eu acho que era o canto o local em Natal que oferecia essa opção alternativa, né? De cultura”. (Entrevista concedida ao autor em 18 nov. 2012). O músico e produtor cultural Anderson “Foca” compartilha desse discurso defendido por Vilar quando se refere a esse suposto ambiente alternativo da Rua Chile-Ribeira, ao afirmar:

Em quase todos os lugares do Brasil tem o seu “baixo”, assim, né, que é o espaço onde a cultura e a boemia pedem passagem; e a Ribeira era o lugar onde a boemia tava pedindo passagem. Ela

dividia o circuito boêmio com “a parte de cima”, ali como o “Beco da Lama”, aquilo lá. **E a gente também tava atrás de uma programação alternativa na cidade** (grifo nosso). Hoje, você tem programação alternativa espalhada pela cidade inteira, mas **nessa época, praticamente toda a programação alternativa da cidade se concentrava pela Ribeira, pela Rua Chile** (grifo nosso), pelos espaços que tinham lá. (Entrevista concedida ao autor em 17 out. 2012).

Apesar de a Rua Chile ter sido o alvo das obras de reformas dos seus casebres, da troca do calçamento e da instalação de um novo sistema de iluminação⁸⁶, com o Programa Fachadas da Rua Chile concluído em dezembro de 1996, não foi lá que ocorreram os primeiros eventos de rock já voltados para o eixo Ribeira. A chegada efetiva do rock e dos roqueiros ao bairro, nos anos 1990, ocorreu em dois lendários bares chamados “Casarão” e “Bimbos”, localizados à Av. Tavares de Lira e na Rua Dr. Barata, respectivamente. Predominavam nos dois estabelecimentos eventos de rock bastante pesado, seguindo influências dos estilos *Grunges* e *Nu Metal* norte-americano⁸⁷. Mesmo com essa vertente de rock mais pesado, nem o “Bimbos” nem o “Casarão” tornaram-se *points* de *Heavy Metal* em Natal, pois esse grupo específico continuava tendo como “centro de peregrinação” a loja de discos “*Whiplash*”, além de frequentar bares como o “Napalm Bar” e a loja “*Skull*”, localizados próximos ao colégio Marista, no “centro” da cidade, e shows em lugares como a antiga ASSEM, na Av. Prudente de Moraes.

Uma marca desses dois estabelecimentos, na Rua Dr. Barata e na Av. Tavares de Lira, foi o fato de possuírem uma estrutura física e serviços extremamente precários, como podemos perceber na Figura 28. Nessa imagem, que retrata um trecho do show da banda “Raimundos” no “Casarão”, visualizamos um pouco da atmosfera *underground* que envolvia os shows nesse local, onde quase todos os elementos da imagem nos remetem a uma ideia de precariedade. Com um teto relativamente baixo, local para banda pequeno e apertado, um ambiente aparentemente bem quente, paredes pichadas, o “Casarão” era de longe um lugar apropriado para *shows*, além disso, foi justamente essa precariedade que contribuiu

⁸⁶ Comenta-se informalmente que essas obras foram realizadas com materiais de qualidade bastante questionáveis.

⁸⁷ Podemos destacar como grandes nomes desses dois novos estilos de rock, na primeira metade dos anos 1990, as bandas “*Nirvana*”, “*Alice in Chains*”, “*Pearl Jam*”, “*Faith no More*”, “*Rage Against the Machine*”, “*Korn*”, dentre tantas outras.

para a construção da fama desses dois bares, como espaço de rock. Retratando as condições de funcionamento desses estabelecimentos, o músico Eduardo Passaia, que na época ainda iniciava o seu envolvimento como membro de bandas de rock, comenta:

Na realidade o “Casarão” era bem precário, não sei como deixavam aquilo funcionar. Tanto ele quando o “Bimbos” porque não tinha segurança nenhuma. Rapaz, eu lembro dele uma vez que eu fui pra um show no “Casarão”, acho que foi “Mundo Livre”, no “Casarão” e pra entrar no lugar você passava por umas pedras, naquela época você nem se toca, mas lembrar de um negócio desse agora você não passava nunca numa inspeção dos bombeiros cara, não sei como funcionava. Mas isso era a graça do negocio na época, né? E você moleque tudo você curtia. (Entrevista concedida ao autor em 10 set. 2013).



FIGURA 28: Show dos “Raimundos” no “Casarão”.
Foto: Israel Sharon Cavalcanti.
Fonte: Arquivo pessoal de Israel Sharon Cavalcanti.

O jornalista Sérgio Vilar, que passou a frequentar as noites da Rua Chile aos 16 anos de idade, compartilha das mesmas lembranças de Eduardo Passaia, sobre

o “Casarão” e de seu público, quando nos relata os primeiros momentos como freqüentador da Ribeira e a Rua Chile:

[...] Era uma galera aquela cheia de brincos, tatuagens, vestidos de preto, aquela versão *rock n’ roll*, mas uma coisa bem da paz, mas bem *grunge*. O “Casarão” ali na Tavares de Lira era o “antro” meu amigo, ali era o *grunge* do *grunge*, a galera mais mundona mesmo assim ia pra lá. Eu lembro que era de graça e eu entrei, olhei só pela janela, o janelão que tinha assim... Meu Deus do céu! Quando eu olhei assim... Nem eu que gostava tinha coragem de entrar ali [...] (Entrevista concedida ao autor em 18 nov. 2012)

Apesar da precariedade descrita acima e uma boa dose de amadorismo que mais lembravam a atitude “*do it yourself*” dos *punks*, esses dois estabelecimentos podem ser considerados os pioneiros na Ribeira voltados totalmente ao rock, os “*Pilgrim Fathers*”, e responsáveis pela “visita” ao bairro de jovens natalenses de classe média que nunca imaginavam antes passar uma noite de diversão naquele bairro escuro e hostil. Toda essa nascente movimentação sócio-cultural acabou estabelecendo uma ligação entre esses dois bares na Av. Tavares de Lira e na Rua Dr. Barata, com o “Largo” da Rua Chile, que já vinha apresentando uma considerável movimentação noturna, como abordamos anteriormente, criando uma espécie de “corredor do rock”.

Tanto o “Casarão” quanto o “Bimbos” iniciaram suas atividades antes do “*Blackout*” e chegaram a realizar shows de rock memoráveis, trazendo bandas que ainda estavam iniciando o sucesso a nível nacional como “Raimundos” e “*Planet Hemp*”. Apesar dos eventos pagos, predominavam as festas com entrada gratuita, principalmente a partir de apresentações de pequenas bandas de rock locais como, por exemplo, a recém-nascida banda “Ravengar”, de Anderson “Foca”, hoje proprietário do selo cultural “DoSol”, que se destacou pelo estilo musical mais pesado, muito influenciado por bandas como “*Korn*” e “*Limp Bizkit*”, representantes de um estilo conhecido como *Nu Metal*.

Foi nesse contexto de explosão do rock no eixo Dr. Barata/Tavares de Lira, com os bares “Bimbos” e “Casarão”, que foi inaugurado no “Largo” da Rua Chile, no dia 19 de março de 1997, na casa de nº 25, o bar “*Blackout*”. Mesmo com toda a movimentação cultural que já vinha ocorrendo na Rua Chile e mediações a abertura

do “*Blackout*” foi uma iniciativa audaciosa do seu proprietário, o já desencarnado Paulo Ubarana, pois essa rua e toda a Ribeira ainda mantinham uma imagem negativa para grande parte da população da cidade. O músico Eduardo Passaia lembra que quando comentou com um amigo que iria pela primeira vez a um evento no *Blackout* acabou travando o seguinte diálogo:

[...] pô bicho, no “*Blackout*”? Pô bicho, eu vou, quero nem saber. Mas você vai se embrenhar lá cara. **Só tem drogado, só tem puta** (grifo nosso). Porra nenhuma cara... Aí acabei indo. E aí eu descobri... Aí toda segunda feira eu tava lá. Porque o lugar era muito legal, o ambiente era muito massa. Musica boa, coisa que não era todo lugar que tinha em Natal. [...] Muita gente falava que o lugar era GLS. Não tinha nada de GLS, isso era uma coisa que não tinha nada a ver. (Entrevista concedida ao autor em 10 set. 2013).

Na verdade, a Ribeira e a Rua Chile ainda se mantinham como espaços bastante *underground* e, aos olhos de muitos natalenses, meio marginal como podemos perceber nas palavras de Passaia. Porém, esse caráter alternativo, que talvez afugentasse muita gente das noites quentes da Ribeira, foi justamente o elemento simbólico que atraiu tantos outros jovens, como nos relata o jornalista Sérgio Vilar:

Foi essa coisa alternativa que não existia na cidade. Eu queria fugir dessas coisas... Eu detestava vaquejada, essas festinhas de forró e tal... Mas eu ia porque não tinha companhia pra ir pra onde eu queria, entendeu? Eu ia, mas como tinha Rua Chile eu ficava sonhando em ir pra Rua Chile, até que um amigo meu resolveu me chamar e agente passou a ir que era o local para quem gostava de ir pra uma coisa mais alternativa. (Entrevista concedida ao autor em 18 nov. 2012).

Quase ao mesmo tempo do “*Blackout*” vários outros estabelecimentos foram abertos na Rua Chile, como o “Armazém do Cais”, o “A Lata” e o “*Bronks*”, transformando aquela rua num ponto cada vez mais movimentado nas noites natalenses. O “*Bronks*” localizava-se na Rua Chile, porém bem mais afastado do “Largo”, quase já na Av. Tavares de Lira e tinha um público muito mais voltado para um rock pesado e com uma faixa etária mais jovem, o que o aproximava mais das

tendências do “Bimbos” e do “Casarão”. A boate “A Lata” flertava mais com o *reggae*, mas chegou a realizar grandes eventos de rock, como por exemplo, um show da já consagrada localmente banda “*Modus Vivendi*”, em 1998. O “Armazém do Cais” e o “*Blackout*” eram dois bares que se voltaram inicialmente para um estilo mais *blues* e um *rock n’ roll* mais tradicional e que pouco tempo depois abriram mais a programação para um pop-rock. Além desses novos bares, os “antigos” como o “Bar das Bandeiras” e a cigarreira “*Cat-Fish*” continuavam atuantes e com públicos cada vez maiores, aproveitando a “explosão” que se anunciava em relação às movimentações da Rua Chile.



FIGURA 29: Largo da Rua Chile (b).
Fonte: Projeto ReHabitatar em Natal. SEMURB, 2008. p.36.

Na Figura 29, podemos ver o belo cenário que foi montado pelo “Projeto Fachadas da Rua Chile”. Essa imagem provavelmente foi feita num período bem próximo a conclusão das obras, pois ainda mostra as cores originais das fachadas inauguradas em dezembro de 1996. O novo e o antigo juntos num mesmo cenário, com as cores vivas das fachadas, o novo calçamento compartilhando simbolismo

com o passado da Rua Chile representado pelos trilhos dos vagões que transportavam produtos comercializados no porto e pelas estruturas das fachadas, mantidas com suas formas originais, muitas do século XIX, o antigo frigorífico da cidade (prédio com fachada verde, à direita).

Outro elemento importante acerca das vivências na Rua Chile refuncionalizada, apontada pela Figura 29, é justamente o fato de haver uma fronteira clara entre os turnos diários. Durante a manhã e a tarde a Rua Chile permanecia semideserta, movimentada apenas quando alguns poucos carros de funcionários do porto passavam ou estacionavam na sombra da frondosa “Castanhola” (árvore no lado direito da imagem), quando algum fornecedor de bebida estacionava em frente às boates para abastecê-las, ou quando algum estudante ou interessado pela Ribeira passava fotografando as casas restauradas. Mais parecia um espaço cinematográfico pronto, esperando o início da cena, que ocorria a partir do pôr-do-sol.

Apesar de não estar presente nos projetos e documentos voltados às obras de recuperação física da Rua Chile, a especialização desse espaço para eventos noturno foi exatamente o que ocorreu. Quando avançava o crepúsculo no Rio Potengi, proporcionando um festival de cores inigualável no céu e nas águas do rio, as primeiras mesas e cadeiras do “Bar das Bandeiras” e do “*Yolle Bar*” começavam a ocupar parte do “Largo”, já recebendo pessoas interessadas em momentos de *happy hour*. Porém, a movimentação mais intensa começava por volta das 21h e 22h, quando um número cada vez maior de jovens chegava à Rua Chile e algumas boates começavam a abrir suas portas.

Podemos identificar ainda na Figura 29 parte do primeiro grupo de bares e boates que passaram a funcionar na Rua Chile, pós-1996. Na primeira casa, de cor azul, inicialmente não funcionou nenhum bar, posteriormente, foram inaugurados alguns como o “Portos Bar”, seguido de outros. A segunda casa, de cor amarela, era o lendário “Bar das Bandeiras” de Dona Graça que apesar de sua estrutura física discreta e simples foi o bar que mais tempo durou funcionando na Rua Chile, e podemos ver nessa imagem a placa de inauguração das obras de reformas da rua fixada no centro da sua fachada. No prédio ao lado, de fachada vermelha, passou a funcionar inicialmente o bar “A Lata”. Na visão frontal superior dessa figura observamos a parede lateral do “Centro Náutico Potengi” de cor branca, e na porta que está aberta funcionava o “*Yolle Bar*”. Com essa imagem não conseguimos

visualizar bem o “*Blackout*”, que no caso é a sétima casa, junto com seu anexo, o “*B-52*”, também de propriedade de Paulo Ubarana. O “Armazém do Cais” e o “*Bronks*” não são visíveis nessa imagem, pois se localizavam no lado mais estreito, mais escuro e menos movimentado da Rua Chile.

A Figura 30 nos apresenta as fachadas do “*Blackout*” (fachada mais clara com portas vermelhas) e do seu anexo, o “*B-52*” (fachada vermelha com portas azuis). Esses estabelecimentos, seus eventos e vivências de seus frequentadores foram os grandes responsáveis pela consolidação de uma nova imagem da Rua Chile. Dessa forma, criou-se um fluxo cada vez maior de pessoas de todas as regiões da cidade, com nível financeiro e intelectual mais alto do que a maioria dos tradicionais frequentadores dessa rua.



Assim, aquela que chamamos de Fase Alternativa ou *Underground* das imagens e vivências na Rua Chile iniciada em meados dos anos 1990, com as atividades principalmente do “Bar das Bandeiras”, consolidou-se com as atividades do “*Blackout*” e com as práticas e imagens estabelecidas por seus frequentadores. A imagem de marginalidade foi abandonada ou ressignificada e a Rua Chile dos tempos do “*Blackout*” passou a ser vista como um ponto de encontro de pessoas “descoladas” e alternativas de Natal. Um lugar de histórias e memórias reinventadas e um espaço ressignificado de uma “marginalidade organizada” (LA BARRE, 2010, p.151-152), intitulada de alternativa.

O “*Blackout*” aproveitou as memórias dos “tempos da guerra”, quando a Ribeira foi transformada num dos principais pontos de sociabilidade entre militares estadunidenses e natalenses a começar pelo seu nome, que faz referências aos apagões de energia elétrica do período; realizados como modelo de defesa contra supostos ataques aéreos dos alemães. A própria decoração interna do bar seguia uma tendência mais “retrô” (anos 1940-50), assim como seu cardápio que trazia *drink’s* com nomes de acontecimentos e personagens da vida natalense nos “tempos da guerra”, exemplo, o famoso coquetel “Maria Boa” em alusão ao famoso e elitizado cabaré da cidade.

Na verdade, o “*Blackout*” era um estabelecimento com estrutura acanhada, um estreito vão que possuía um pequeno bar logo após a entrada, lado direito; seguia com jogos de mesas à esquerda; à direita tinha uma escada que dava acesso a um mezanino, um ambiente mais escuro com mesas e com mais espaço, onde se podia conversar e dançar mais tranquilamente e outras coisas; na extremidade final localizava-se um apertado *dance* e um pequeníssimo palco. Provavelmente, esse espaço reduzido contribuiu para uma maior aproximação dos frequentadores do “*Blackout*” que constantemente se referem a esse bar como uma “segunda casa”, uma “casa de amigos”...

Inicialmente, o “*Blackout*” tentou construir uma autoimagem alternativa-*cult*, voltando-se principalmente a um público de classe média e alta, como um maior envolvimento intelectual e cultural, a partir dos 30 anos de idade e com o predomínio de estilos musicais como MPB, *rock n’ roll* mais tradicional, jazz e *blues*. Enquanto um grande número de jovens natalenses, final dos anos 1990, freqüentava vaquejadas nas cidades do interior ou eventos como o “Forró Classe A”, na sede social do clube América; o “Forró *Chic*” no salão de festas do Hotel Residence; shows no “Circo da Folia”⁸⁸; festas de forró e *axé music* no salão *Monjardin* localizado no bairro de Capim Macio, ou as tradicionais boates da Praia do Meio, por exemplo, o “*Blackout*” apostava em shows de nomes consagrados nacionalmente como Ed Motta, Edson Cordeiro, Luís Melodia e Paulinho Moska⁸⁹, além de artistas

⁸⁸ Nesse período o “Circo da Folia” ainda não funcionava na Praia de Pirangi. Ele localizava-se na Av. Amintas Barros, onde hoje funciona o restaurante regional “Mangai”. O “Circo da Folia” foi um dos principais responsáveis pela popularização do estilo baiano *axé-music* entre os jovens natalenses.

⁸⁹ Apesar desses artistas da MPB já serem consagrados nacionalmente, eles procuravam manter seus nomes fora da grande mídia, o que contribuía para consolidar suas imagens de artistas mais *cult*.

e bandas locais como Cida Lobo, Sangue Blues e *Mad Dogs*, como seu consagrado refrão *blues* “alguém no bar, alguém pra me pagar um cerveja...”.

Com o rápido aumento do número de jovens roqueiros na Rua Chile, o “*Blackout*” começou a realizar mais eventos e shows regados a muito pop-rock, aproveitando a explosão que esse estilo vivia nos cenários internacional, nacional e mesmo local. Rapidamente, bandas de rock natalenses como “*Officina*”, “*Inácio Toca Trumpete*”, “*Boca de Sino*”, a tradicional “*Mad Dogs*”, dentre tantas outras, começaram a ser convidadas para tocar no pequeno e disputado palco do “*Blackout*”, transformando as festas desse bar em eventos musicalmente mais heterogêneos e mais atrativos para um público mais amplo e mais jovem.



FIGURA 31: Banda “Boca de Sino” no “*Blackout*” - 2001.
Fonte: Acervo pessoal de Sérgio Vilar.

Na figura 31, veremos um trecho de uma apresentação acústica da banda “Boca de Sino” uma das mais famosas da cena musical da Rua Chile no final dos anos 1990. Nessa imagem, podemos compartilhar um pouco da atmosfera que envolvia o ato de tocar no “*Blackout*”. Um espaço reduzido, meio escuro e sem grande sofisticação, mas que possibilitava uma grande aproximação com o público e, depois de algum tempo, tornou-se uma espécie de “pré-credenciamento” para que algumas bandas locais passassem a ser conhecidas e convidadas a tocar em outros locais.

Eduardo Passaia, atual guitarrista da banda “*Uskaravelho*”, e que no final dos anos 1990, tocava na banda “*Officina*”, assim se refere a essa experiência de tocar no “*Blackout*”:

Eu sempre vou dizer que aqui em Natal nunca apareceu até hoje um palco como o palco do “*Blackout*”. Que lá você com 200 pessoas, que não é uma noite cheia, que lá cabia umas 700, 800, sei lá, dentro do “*Blackout*”, com 200, você já conseguia fazer um estrago numa noite. Já podia fazer um show maravilhoso porque o público ia pra frente mesmo, se divertia, o palco era muito legal, a altura do palco, o nível que fica o som, era o lugar... Sempre foi o melhor lugar pra se fazer show aqui em Natal. (Entrevista concedida ao autor em 19 set. 2013).

Na casa ao lado do “*Blackout*”, também de propriedade de Paulo Ubarana, foi inaugurado o “*B-52*”⁹⁰, que tinha uma ligação interna direta com o “*Blackout*” através de uma porta de madeira. Esse anexo tinha um palco maior do que o do “*Blackout*”, mas era pouco usado para eventos. Eduardo Passaia nos relatou o momento de preparação meio caótica de um show do “*Officina*” que iria ocorrer no “*Blackout*”, mas acabou sendo realizado no “*B-52*” e, ao seu ver, foi responsável pelo início efetivo da realização de eventos nesse anexo.

[...] e o “*Officina*” resolveu fazer numa quarta-feira, a gente resolveu fazer um acústico que seria no “blackoutzinho”. [...] a gente começou a divulgar, não tinha divulgação em rádio, não tinha nada, foi só no boca-a-boca [...] E a gente começou a receber uma quantidade de ligação perguntando sobre o evento muito grande um dia antes. No dia do evento a gente tava montando o lugar, montando o show e tal. Eu acho que era umas 2 e meia pra 3 horas e tal a banda tava toda dentro do “*Blackout*” arrumando as coisas e Paulo (Ubarana) doido, “rapaz, vai dar muita gente aqui e não vai dar conta e tal, num sei o que... como é que a gente vai fazer?” e nisso tava o Max, que era o empresário da gente, e ele abriu a porta do “*B-52*” e chamou o Paulo... “Paulo e se a gente fizesse aqui?” Ele olhou assim... “Não tem nada pronto aí”. “Véi, péra aí”, ligamos pra “*Helhinho*”... “Quanto fica o som assim, assim assado? [...] e ele fez um preço bacana e gente ainda conseguiu umas tochas, loucura cara, conseguimos umas tochas dentro do “*B-52*”. Colocamos essas tochas e tal, montamos umas mesas. “Aí vamos fazer aqui mesmo em vez de

⁹⁰ Referência ao *B-52 Stratofortress*, avião bombardeiro de longo raio de ação. Foi utilizado inicialmente pela Força Aérea dos Estados Unidos em 1955, e atuou em praticamente todos os conflitos armados que o país se envolveu desde então.

fazer no ‘*Blackout*’”. Encaramos e tal. Resultado depois desse show, a gente lotou o “B-52”, deu quase 600 pessoas, numa quarta-feira à noite, uma loucura, a gente nem entendeu até hoje como conseguiu aquilo, mas foi muito bacana e depois disso o Paulo começou a usar o “B-52” com shows de bandas locais, né? (Entrevista concedida ao autor em 19 set. 2013).

Esse trecho da entrevista de Passaia retrata um acontecimento que pode ser cronologicamente inserido no momento de transição das práticas e vivências na Rua Chile, a passagem da Fase Alternativa-*Underground* para a Fase Pop. Notemos nesse depoimento que algumas práticas mais precárias como o processo de montagem do show, as indefinições e incertezas e um bom toque de amadorismo, ainda imperavam, mas o resultado final, a grande lotação, demonstrou que já havia em Natal um público razoavelmente grande disposto a frequentar ou já frequentando assiduamente a Rua Chile. Isso é uma evidência clara de que aquele recanto da *urbe* não era mais apresentado e visto como um espaço de alguns poucos roqueiros, intelectuais alternativos, “putas” e “maconheiros”. A Rua Chile, suas imagens e simbolismos estavam sendo transformados em elementos atrativos para um público cada vez maior e menos seletivo, que passava a ver aquela rua não apenas como uma “fronteira rock”, mas como um destino noturno badalado da cidade.

Essa transformação da Rua Chile em um destino noturno mais *pop*, mais profissional e mais movimentado ao mesmo tempo em que foi festejado por muitos, principalmente artistas e donos de bares e boates, foi apresentado por outros como um argumento forte para não mais frequentar aquele espaço. Num tom de críticas a esse processo de modernização, espetacularização e popularização da Rua Chile, nos comenta Pablo Capistrano:

O “*Blackout*” com o passar do tempo foi se sofisticando [...] eles foram ganhando um ar, um ambiente mais preparado de bar, com cadeiras lá dentro e entrava tinha vários ambientes, uma iluminação diferente, meio como se com o passar do tempo aquilo ali foi se tornando em algo meio *fake*. **E aí é curioso, esse ambiente meio fake afastou algumas pessoas, mas trouxe uma multidão para lá...** (grifo nosso). Aí quer dizer, isso foi trazendo outro público que não era a gente que começou, a gente que eu digo assim, os jovens dos anos 90 que começaram naquela fase desbravando ali, aquele cenário... Aí é uma hora que a gente começa a se afastar da rua (Rua Chile) no final dos anos 90, começo dos 2000, que é quando o

MADA entra, e quando o MADA entra a coisa já fica enorme, daí a gente não tem mais aquele cenário dito alternativo, todo mundo virou alternativo, aí **quando todo mundo vira alternativo, não tem mais alternativo, né?** (grifo nosso) [...] Pô bicho, você entrava nos bares e tinha jogo de luz projetado por arquitetos, você tinha cenários que os arquitetos planejavam no bar. Aí quer dizer, nessa hora **aquela Rua Chile do comecinho, que era uma revitalização alternativa, a gente começa a ver que tava virando pop** [...] **No primeiro momento é o cara que vai aonde ninguém vai, no segundo momento é o cara que vai pra onde todo mundo tá indo** (grifo nosso) [...] (Entrevista concedida ao autor em 04 dez. 2012)

Devemos considerar alguns elementos importantes nesse depoimento de Capistrano, principalmente naquilo que ele deixa transparecer como sendo a sua concepção acerca do que é “ser alternativo”. Em sua visão, o alternativo é algo estruturalmente precário, sem grandes preocupações estéticas e que não está ao alcance, ou que não agrada a um grande público. Assim, o fato de terem ocorrido melhorias nas estruturas físicas do “*Blackout*”, e a chegada de um público cada vez maior e menos “fiel” a uma cultura *rock n’ roll*, foram sinais de uma espetacularização descaracterizante da Rua Chile.

É preciso destacar que Capistrano, assim como vários jovens roqueiros de sua faixa etária, vivenciou muito mais intensamente a movimentação musical roqueira de Natal, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, embalada por bandas como “*Modus Vivendi*”, “*Cabeças Errantes*”, “*Movement*”, “*Alcatéia Maldita*”, “*Ferrovias do Ácido*”, dentre outras. Isto é, apresentavam propostas sonoras e estéticas bem diferentes do cenário pop-rock, predominantemente *cover* e mais “comercial”, que estava sendo desenvolvido na Rua Chile.

Assim, a presença de pessoas que visivelmente estavam na Rua Chile, apenas por ser este agora um destino noturno badalado da cidade, tornou-se o motivo desse grupo roqueiro mais antigo se afastar desses eventos que, na sua visão, tinha perdido o seu caráter alternativo, o que fica evidente na afirmação de Capistrano: “quando todo mundo vira alternativo, não tem mais alternativo, né?” Ainda no trecho, “no primeiro momento é o cara que vai aonde ninguém vai, no segundo momento é o cara que vai pra onde todo mundo tá indo”, essa transformação no público e nas imagens acerca da cena musical da Rua Chile fica bem exposta. A Rua Chile que, por volta de 1994-95, era um destino de um grupo restrito de jovens roqueiros e intelectuais, cinco anos depois já tinha sido

transformada num dos principais destinos de lazer noturno da cidade, visitada pelas mesmas pessoas que eventualmente também frequentavam shows de forró, axé *music* ou boates como o “*Hooters*”.

A visão negativa de Capistrano em relação a essa transformação sociocultural e imagética da Rua Chile, no entanto, não é uma unanimidade, até mesmo entre pessoas ligadas ao *rock*. Empresários como Paulo Ubarana, Dona Graça e “Decinho”, por exemplos, provavelmente comemoravam o aumento do público e conseqüentemente dos lucros de seus estabelecimentos. Até mesmo membros de bandas de rock, gestadas nessa cena musical, referiam-se a essa explosão de popularidade e de movimentações na Rua Chile como um fenômeno positivo, como fica visível nas palavras de Eduardo Passaia:

A gente (Banda Oficina) chegou a fazer alguns eventos na Rua Chile de 3.500 pessoas, no “Largo” da Rua Chile. Por exemplo, teve dois lançamentos de CD do “Oficina” e um lançamento do CD do “Inácio” (Banda Inácio Toca Trumpete), todos eles com mais 2.500 pessoas, entendeu? O MADA foi feito lá durante alguns anos, entendeu? **Então você tinha o porquê de ir à Rua Chile, porque lá era o endereço que todo mundo conhecia e ia, entendeu?** (grifo nosso) Isso era interessante. (Entrevista concedida ao autor em 19 set. 2013).

Em meados de 1999, quando os eventos da Rua Chile alcançavam uma grande popularidade, já existia o festival MADA, e um número cada vez maior de freqüentadores dirigiam-se àquela rua em busca de satisfações noturnas das mais diversas em termos de interesses e meios de alcançá-las. O pernambucano José Samico, referindo-se à impressão inicial que teve da Rua Chile, assim se expressou:

Era um lugar mais alternativo (grifo nosso), era uma coisa que me encantava também, entendeu? Bastante diferente dos lugares que eu já tinha frequentado em Natal, um pessoal diferente, mais eclético, mais bacana. (Entrevista concedida ao autor em 02 maio 2013).

Devemos perceber nas palavras de Samico que a Rua Chile, mesmo com toda a espetacularização e popularização de suas festas e imagens, ainda permanecia para muitas pessoas como sendo um espaço alternativo. Assim,

constatamos essa distinção entre o que é alternativo e o que é *pop* pode sofrer constantes atualizações. Não podemos dar uma definição consensual acerca do que é alternativo e o que é *pop*, pois acreditamos que essa fronteira pode variar de acordo com as bases socioculturais de cada analista. Além do mais, um dado espaço urbano dificilmente será vivenciado e apresentado com elementos totalmente alternativos ou plenamente *pop's*, pois essas distinções estão intrinsicamente atreladas às vivências e discursos de seus praticantes e, dificilmente, serão plenamente controlados por alguma ordem normatizadora e disciplinadora.



FIGURA 32: Banda “Uskaravelho” no “B-52” – 2001.
Fonte: Acervo pessoal de Sérgio Vilar.

Concluimos assim, que essa fronteira simbólica e discursiva entre o ser alternativo e o ser *pop*, caracteriza-se pelas possibilidades de avanços, recuos e readaptações. Na Figura 32, perceberemos o exemplo de um espaço e de práticas cotidianas mesclando elementos das duas categorias classificatórias. Tendo como pano de fundo a imagem de um show da banda de rock “Uskaravelho”, em 2001, no “B-52”, visualizaremos um palco extremamente simples, para não dizer precário, um sistema de iluminação igualmente simples, um ambiente não-climatizado, necessitando do funcionamento de grandes ventiladores, um figurino simples dos músicos, denotando uma falta de preocupação com a questão do visual, ou seja,

elementos que facilmente são atribuídos a eventos ditos alternativos. Porém, esse show ocorreu num momento (2001) em que os eventos da Rua Chile já eram plenamente divulgados nos jornais da cidade e frequentados por um público cada vez mais heterogêneo em suas preferências musicais e estilos de vida, símbolos da Fase Pop dessa cena musical.

Diante dessa dificuldade de conceituar e diferenciar aquilo que é alternativo daquilo que é *pop*, adotamos três critérios distintivos para o caso das mudanças das imagens acerca da Rua Chile (*Underground*-Alternativo → Pop), que são justamente a “chegada” à cena musical dessa rua de um público bastante heterogêneo e que não se identificava necessariamente com a sonoridade e a estética rock, a maior abertura desses eventos na mídia natalense, especificamente alguns jornais, que passam a divulgar constantemente os eventos que lá ocorriam, e o predomínio das bandas de pop-rock, alicerçadas em repertórios *covers*.

No caso do presente trabalho, estamos considerando como a Fase Alternativa-*Underground* da Rua Chile, aquela onde predominava um estilo musical essencialmente ligado ao *rock*, *blues* e *reggae*, onde a Rua Chile e seus eventos ainda não apareciam nos meios de comunicação, como jornais, apresentados como alternativas de lazer noturno, e onde o seu público ainda mantinha laços identitários mais fortes, como afirma Sérgio Vilar: “[...] aquilo ali na Rua Chile era mais ou menos isso aí, você se encontrava numa irmandade grande [...]” (Entrevista concedida ao autor em 18 nov. 2012). Não chegamos a concordar plenamente com Vilar acerca da suposta irmandade roqueira na Rua Chile, mas compartilhamos da opinião que até aproximadamente o ano 1999, ainda predominava um público mais identificado especificamente com o rock.

O principal marco nessa transição *Underground*-Alternativo → Pop, das imagens e discursos acerca da Rua Chile, foi sem dúvida alguma, a inauguração da boate “*Downtown*”, no ano 2000. José Luiz Samico, um de seus sócios, nos relatou que em uma de suas vindas a Natal, foi convidado para assistir uma apresentação da banda “*Mad Dogs*” no “*Blackout*” e que ficou encantado com o ambiente cultural da Rua Chile, além de considerar também “Natal um mercado muito promissor”. Ele relata que poucos dias depois daquela noite, já tinha conseguido fechar um contrato de aluguel com o proprietário de um imóvel na Rua Chile, vizinho ao “Bar das Bandeiras”. Segundo Samico,

[...] lá existia um bar antes, não me recordo o nome, e a gente alugou e fiz contato com ele, ele se interessou e a gente fez um pré-acordo, foi quando voltei à Recife, acertei com os meninos, aí fui buscar arquiteto, trouxe arquiteto pra cá, quando a gente teve o primeiro contato, o arquiteto veio pra cá, surgiu o prédio ao lado e eu descobri que estava num leilão público e aí fui ao leilão, comprei o prédio, e aí mudamos o projeto e em vez de ser uma casa só, viraram duas casas, e o prédio era uma ruína, na verdade, era uma oficina e a gente refez todo o prédio. (Entrevista concedida ao autor em 02 maio 2013).

Nesse processo de abertura da boate “*Downtown*” em Natal, relatada por Samico, percebemos alguns elementos importantes para as nossas análises, como por exemplo, o fato da cena musical da Rua Chile já ter transformado essa rua em um negócio promissor para empresários de uma capital regional como Recife. Isso demonstra um potencial econômico-cultural bastante ascendente da Rua Chile que definitivamente deixava de ser vista como um espaço marginal para um número muito maior de natalenses, pessoas de outras cidades e até mesmo turistas.



FIGURA 33: Largo da Rua Chile – Vista da boate “*Downtown-Music*”.
Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB).

Outro elemento a destacar é o fato de que em meados dos anos 1999 e 2000, já tinha ocorrido o fechamento de uma das primeiras casas abertas pós-reforma das fachadas, o bar “A Lata”, um dos representantes da fase mais *underground*-alternativa da cena da Rua Chile. Foi justamente no lugar desse bar que foi aberta a boate “*Downtown*” (terceiro prédio na Figura 33, com fachada branca e detalhes pretos). Algum tempo depois eles abriram também a boate “*Music*” (prédio preto, vizinho a “*Downtown*”). Portanto, essa mudança de estabelecimentos no mesmo prédio – “A Lata” → “*Downtown*” – representa também uma sobreposição de imagens e práticas, ou seja, o *pop* substituindo o alternativo.

Já existia na cidade de Recife, no seu Centro Histórico, uma boate com esse nome, e um de seus sócios, José Luiz Samico, assíduo frequentador das boates natalenses do circuito praia do meio, assim se referiu a esse estabelecimento: “o ‘*Downtonw*’ em Recife era assim como uma casa do rock, era uma cara realmente da galera que gostava de rock, só tocava 100% *rock n’ roll*, entendeu?” (Entrevista concedida ao autor em 02 maio 2013). Essa boate foi uma das primeiras casas voltadas totalmente para o *rock n’ roll*, no Recife Antigo. Samico, também possuía outro estabelecimento em Recife chamado “*Alcatraz*”, porém voltado totalmente para o segmento de músicas eletrônicas. A partir dessas duas experiências em Recife foi pensado para o “*Downtown*” da Rua Chile uma espécie de fusão de estilos. Segundo Samico:

A gente apostou muito na mistura do rock com a música eletrônica que estava surgindo, e para jovens de 20 a 35 anos. **Não pensamos em nada alternativo não** (grifo nosso), entendeu? Acharmos que o local tinha um **mix da galera que circulava nos lugares em Natal** (grifo nosso), que tivesse interessado na noite e gostasse desse ritmo musical [...] (Entrevista concedida ao autor em 02 maio 2013).

Assim, o “*Downtown*” levou uma nova proposta para as noites da Rua Chile. Ao invés de seguir com um estilo *rock-blues* do “*Blackout*” e “*Armazém do Cais*”, ou o rock mais pesado do “*Bronk’s*”, o “*Downtown*” optou pela construção de imagens e práticas mais *pop’s*, mais elitizadas em relação a seu público e aparentemente mais rentáveis em termos financeiros. Sua estrutura física e de serviços passou a se diferenciar das outras casas da Rua Chile apresentando um padrão mais elevado, o que fez a casa tornar-se uma forte concorrente dos tradicionais bares/boates natalenses, tai como: “*Chaplin*” e “*Hooters*”, do circuito da Praia do Meio, inclusive

disputando o mesmo público. Comparando sua boate com os demais estabelecimentos da Rua Chile, principalmente o “*Blackout*”, comenta José Samico:

[...] Talvez a gente fosse um pouco mais cara. O “*Downtown*” fosse um pouco mais caro porque também era um custo operacional bem maior. O “*Downtown*” era climatizado, o “*Blackout*” não era; uma certa mão de obra um pouco mais cara, mais qualificada, tinha uma bela discoteca, então tinha um custo maior por isso era um pouco mais caro.

No trecho “não pensamos em nada alternativo não”, Samico deixou claro esse caráter transformador do “*Downtown*”, em relação ao que vinha sendo praticado na Rua Chile. Enquanto outros estabelecimentos como notadamente o “*Blackout*”, insistiam em tentar manter uma imagem mais *rock n’ roll underground* para a Rua Chile, o “*Downtown*” levou uma maior profissionalização àquela cena e elevou o padrão de qualidade dos serviços oferecidos. Essas transformações contribuíram para que os eventos da Rua Chile passassem a ser conhecidos e frequentados por pessoas de todas as partes de Natal e, mesmo de outras cidades, além de ter uma razoável abertura na mídia local principalmente nos cadernos especializados em cultura e eventos. Esse novo público que passou a frequentar a Rua Chile pós-“*Downtown*” era musicalmente bastante eclético e não necessariamente se identificava com a tendência rock, frequentavam a Rua Chile, assim como frequentava qualquer outro espaço de festas da cidade.

Outro ponto de análise a ser considerado nesse processo de transformação e construção imagética da Rua Chile, em meados dos anos 2000, é justamente o fato de que após os anos 2000 e 2001, o “Largo” e seus eventos passaram a fazer parte cada vez mais constante de reportagens em importantes jornais da cidade. Essa exposição da cena musical da Rua Chile na mídia contribuiu para consolidar ainda mais a imagem de espaço *pop* que já vinha sendo delineada.

Trabalhando no segmento de festas em bares, boates e festivais de verão, a banda de rock “*Officina*” faz hoje a festa de comemoração ao seu primeiro ano de existência, no bar “*Blackout*”, Ribeira. O objetivo da celebração é arrecadar fundos para gravar o primeiro CD da banda. [...] O som da banda é pop rock com pitadas de reggae, ska e funk, misturados com um pouco de música eletrônica. O

repertório varia entre composições próprias e *covers*. A banda quer afirmar um trabalho próprio e, ao mesmo tempo agradar ao público com hits que fazem sucesso. [...] **Um fator importante é que as bandas de hoje tem uma visão profissional da música** (grifo nosso). A “Officina”, por exemplo, cobra cachês e tem patrocinadores. Mas isso não é tudo. Em um ano a banda, já fez 80 shows e abriu para os “Raimundos”, “Jota Quest”, “Charlie Brown Jr.”, “Los Hermanos”, “Pato Fu” e “Titãs”. [...] (TRIBUNA DO NORTE - Caderno Viver, 18 fev. 2000.)

Muito pop rock e diversão é o que promete a festa de lançamento do primeiro CD da banda potiguar, “Officina”, “Estamos na Área”. O agito programado pelo grupo irá levar também para o “*Blackout/B-52*”, na Ribeira, diversos estilos musicais na noite deste sábado. [...] *blues*, rock nacional e música *tecno* irão animar a noite através de bandas convidadas. Para comportar a festa organizada para 3 mil pessoas, uma super estrutura será montada. Em frente ao “*Blackout*”, um circo será armado e toda a área será cercada, disponibilizando mais espaço e conforto aos presentes. (DIÁRIO DE NATAL – Caderno Muito, 04 ago. 2000.)

A banda “Officina” lança hoje na Ribeira o seu primeiro CD “Estamos na Área”. Uma verdadeira festa está sendo preparada, com direito a circo armado no largo da Rua Chile e outras atrações convidadas. O CD marca também o lançamento do selo “Megafone”. A festa começa a partir das 23h, no “*Blackout*”/“*B-52*”. A banda “*Mad Dogs*” abre a noite com muito *blues* no “*B-52*”. [...] O “Officina” então sobe ao palco sob o circo com as canções de “Estamos na Área” e finalmente, o “Boca de Sino” embala a balada pela madrugada. [...] Esqueça aqui conceitos mais “cabeça” para enquadrar os garotos do “Officina”. O que está em jogo é a diversão. “É pra cantar, dançar e se divertir... é festa”, como dizem na letra da faixa título. (TRIBUNA DO NORTE - Caderno Viver, 05 ago. 2000.)

Tudo pronto para a terceira edição do festival revelador de talentos da música potiguar. Começa amanhã à noite o festival cultural MADA (Música Alimento da Alma). Nos palcos montados no Largo da Rua Chile, na Ribeira, 24 bandas de várias regiões do país se apresentarão sonhando com o sucesso e o reconhecimento de seu trabalho. O festival, que se especializou em dar espaço a grupos em início de carreira - diferentemente de outros festivais no país, que atraem o público por trazer nomes “de peso” - já é destaque no cenário musical brasileiro, despertando a atenção de grandes produtores e gravadoras ávidas por novos candidatos ao estrelato musical. Este ano, são 3 bandas do Rio de Janeiro, 4 do vizinho estado da Paraíba, uma de Alagoas, duas de Brasília e 13 bandas locais, que estão com cada vez mais prestígio junto ao público natalense. (TRIBUNA DO NORTE, 16 maio 2001).

O “*Blackout/B-52*”, localizado no Largo da Rua Chile, funcionará integrado ao festival MADA, que acontece de hoje até sábado no local. Segundo Paulo Ubarana, proprietário do bar, somente o “*Blackout*” abrirá ao público, cobrando taxa de consumação mínima de R\$ 5,00. O “*B-52*” foi reservado para a produção do festival, que

utilizará o espaço para camarins e para a imprensa. (TRIBUNA DO NORTE, 17 maio 2001).

NATAL - Sete bandas vão fazer show hoje na Rua Chile, em Natal. A noite marca o lançamento do primeiro disco da banda "Inácio Toca Trumpete", que convidou mais seis bandas para agitar a noite: "Mad Dogs", "Officina", "Reggalyze", "Crazy Mary", "Bourbon 33" e "Boca de Sino". Além das bandas, que estarão se apresentando distribuídas em três palcos, o público vai poder curtir o som eletrônico dos DJ's Rob e Masceno Mass. (CABUGI.COM/O GLOBO, 24 nov. 2001. Disponível em <<http://www2.glb.com.br/manchetes/noticias.asp?112835>>, Acesso em 23 out. 2012.).

A crescente exposição nos jornais dos eventos que ocorriam nas noites da Rua Chile contribuiu decisivamente para o processo de transformação das imagens acerca desse logradouro, ou seja, de espaço de roqueiros alternativos e de intelectuais passou a ser visto e tido como um espaço *pop*, festivo e atrativo. Várias dessas reportagens demonstram claramente uma preocupação em divulgar a Rua Chile como um espaço que promovia grandes eventos, musicalmente ecléticos de alta qualidade com boa estrutura física e voltados a um público diversificado.

Na reportagem, de 18 de fevereiro do ano 2000, o "Caderno Viver", do jornal "Tribuna do Norte", destaca a festa de aniversário de um ano da banda "Officina" realizada no "Blackout". Essa divulgação do evento e da própria banda intenciona estabelecer definitivamente uma imagem atrativa em torno da cena musical da Rua Chile. O autor da matéria mostra a tentativa de um trabalho autoral da banda, mas também se preocupa na mesma intensidade em mostrar que serão tocadas músicas *covers*, ou seja, "a banda quer afirmar um trabalho próprio e ao mesmo tempo satisfazer o público com hits de sucesso". A ideia de "agradar ao público" aponta uma noção clara de que o público esperado não eram grupos essencialmente roqueiros, mas principalmente aqueles que transitavam por vários espaços de lazer noturnos da cidade e que, caso fosse à Rua Chile, esperavam ouvir músicas famosas tocadas nas rádios e que, provavelmente seriam as únicas cantaroladas.

O "Caderno Muito", na edição do jornal "Diário de Natal", de 04 de agosto do ano 2000, fala em uma "superestrutura" montada na Rua Chile para a festa de lançamento do primeiro CD da banda "Officina", ("Estamos na Área") que esperava receber três mil pessoas. Esse público era algo muito acima do que eventos de rock na cidade estavam acostumados a reunir, principalmente por se tratar do

lançamento do CD autoral de uma banda local. O evento utilizou tanto a área interna do “*Blackout*” quanto uma parte do “Largo” que foi fechada refletindo o que já discutimos acerca da privatização do espaço público. A festa teve como carro-chefe o pop-rock da banda “Boca de Sino” e, claro, do “Officina”, mas também ocorreu uma apresentação de *blues* com o “*Mad Dogs*”, no “B-52”, além de discotecagem com DJ’s.

Ainda, referindo-se a festa de lançamento do CD da banda “Officina”, o “Caderno Viver”, do jornal “Tribuna do Norte” (05 ago. 2000), expõe a seguinte ideia em relação ao evento e à própria banda: “Esqueça aqui **conceitos mais cabeça** (grifo nosso) para enquadrar os garotos do ‘Officina’. O que está em jogo é a diversão. É pra cantar, dançar e se divertir... é festa”. O que o jornalista quis dizer com “conceitos mais cabeças”? Em nossa análise existe nesse trecho claramente uma visão estereotipada do roqueiro tradicional ser um indivíduo mais “cabeça”, ou seja, mais ligado em temas complexos, mais sérios, e, conseqüentemente, menos *pop*, refletindo, também, na configuração dos espaços frequentados por eles. Quando o jornalista pede ao leitor e possível público do evento para esquecer essa imagem, em relação à banda “Officina” e a festa que iria ocorrer na Rua Chile, ele está visivelmente tentando convencer outro público a frequentar o evento em questão. Não era ao “roqueiro que a reportagem falava, e sim aos jovens que podiam e frequentavam diversos espaços noturnos em Natal e que, para se convencerem a ir à Rua Chile, não podia vê-la como um espaço *underground*-alternativo, e sim como algo *pop*, alegre e festivo”.

Assim como alguns jornais, algumas rádios também abriram espaço em suas programações para tocar músicas de bandas natalenses, surgidas na cena musical da Rua Chile. Dessa forma, além das músicas do “É o Tcham”, “Charlie Brown Jr.”, “Ásia de Águia”, “O Rappa”, “Zezé di Camargo e Luciano”, “Skank”, “Sandy & Júnior”, “Detonautas”, “Daniela Mercury”, “Jota Quest”, etc, o natalense que tivesse o hábito de ouvir as rádios locais teria a oportunidade de ouvir também músicas de bandas potiguares como, por exemplo, “Estamos na Área” e “Desabafo”, da “Officina”, a voz poderosa de CBI, o vocalista do “*Mad Dogs*”, cantando “alguém no bar, alguém pra me pagar uma cerveja”, ou algumas canções do CD “Pirasolombra”, da banda “Peixe Coco”.

A divulgação dos eventos, músicas e bandas de rock fortemente identificadas com a Rua Chile⁹¹ tanto nos jornais como nas rádios, deu maior visibilidade àquele espaço, levando um número cada vez maior de jovens da cidade a frequentarem os eventos dessa rua. Isso tudo faz parte justamente do processo de transformação e ressignificação da Rua Chile, que passou a ser vista, comprada e consumida-vivenciada como algo *pop*.

Seja na Fase Alternativa-*Underground*, seja na Fase *Pop* da Rua Chile, podemos considerar a música como o principal elemento que fortaleceu os laços entre os frequentadores noturnos dessa *urbe*. A música, especificamente o rock, esteve sempre presente e responsável por fortes demarcações simbólicas e identitárias daquele espaço urbano. Esse estilo musical foi talvez o único elemento que conferiu efetivamente algum tipo de homogeneidade à cena musical da Rua Chile. Outros estilos musicais também podiam constantemente ser ouvidos em bares, boates e carros estacionados no “Largo”, como o *reggae*, *heavy metal*, eventualmente MPB, mas sem dúvida o rock foi aquele que mais se destacou e que encontrou nessa rua o seu centro de desenvolvimento e irradiação na cidade.

Como vimos anteriormente (item 3.2), desde o encerramento do festival “*Rock on the Moon*” e da crise do movimento roqueiro na praia de Ponta Negra, em meados dos anos 1990, que os jovens natalenses ligados e identificados com esse estilo musical estavam desterritorializados. Assim, inicialmente com os bares “Bimbos” e “Casarão”, e posteriormente com o “Largo” da Rua Chile, esses jovens roqueiros da cidade encontraram um ponto que foi transformado em “espaço do rock” em Natal, um recanto onde podiam compartilhar seus elementos identitários, reforçar seus laços, verem e serem vistos.

O *reggae* foi um estilo que ainda apresentou uma proximidade com o rock, em termos de importância na construção de imagens acerca da Rua Chile. Consideramos impossível falar no *reggae* em Natal, nos anos 1990, sem falar da banda “*Alphorria*”. Formada entre 1992-1993, por Rildo Lima, Francisco Bethoven, Jolian Joumes, Silvio Boy, Eduardo Taufic e Carlos Suassuna, a banda foi responsável pela popularização do “som de *Jah*” em Natal e chegou a gravar um disco autoral que tinha como título o próprio nome da banda. Esse disco emplacou

⁹¹ É preciso destacar que algumas dessas bandas, apesar de serem identificadas com a cena musical da Rua Chile, não se limitavam a tocar nas festas dessa rua. Vários outros espaços e eventos contratavam, principalmente, as bandas “*Mad Dogs*”, “*Officina*”, “*Inácio Toca Trumpete*” e “*Boca de Sino*”

vários sucessos como “Sonho Rasta”, “Banana Reggae”, “Pé”, “Minuto” e ajudou a consolidar a carreira de um dos grandes nomes do *reggae* nacional, Edson Gomes, em Natal, com o *cover* da música “Malandrinha”. O “*Alphorria*” chegou a abrir *shows* para artistas como Lulu Santos, Cidade Negra, Edson Gomes, Tribo de Jah, dentre outros, além de ter um de seus *clips* exibidos no canal de televisão MTV.

A banda “*Alphorria*” se desfez no final dos anos 1990, mas chegou a se apresentar no palco do “*Blackout*” e no “Largo” da Rua Chile. O grande sucesso dessa banda de *reggae* local abriu espaço para que nomes consagrados nacionalmente nesse estilo fossem chamados para tocar várias vezes no “Largo”, como a maranhense “Tribo de Jah” e o baiano Edson Gomes.

Quando não tinha nenhuma apresentação de bandas de *reggae* na Rua Chile, era possível ouvir essas músicas nas caixas de som do “*Yolle Bar*”, que ficou popularmente conhecido como “Bar do *Reggae*”. As manifestações desse estilo musical predominavam mais no “Largo”, onde roqueiros e regueiros compartilhavam aquele espaço de forma bastante pacífica e, muitas vezes, nem era possível identificar essa distinção identitária, pois, muitos jovens que gostavam de *reggae* também se identificavam com o rock, pois ambos os estilos carregavam uma simbologia alternativa, o que na maioria das vezes refletia no uso de roupas, penteados, gestos e gírias bem parecidas.

Como já mencionamos, mesmo o *reggae* tendo sido um estilo muito promissor em Natal e que encontrou na Rua Chile um bom espaço de apresentação, foi o rock o responsável pela resignificação da Rua Chile, a partir de meados dos anos 1990. Apesar da cena musical roqueira da Rua Chile ter sido identificada como uma cena de bandas exclusivamente *covers*, o que aparentemente a colocava num patamar de inferioridade musical diante das bandas da década anterior, predominantemente autorais e apresentadas como sendo de grande criatividade e domínio técnico-musical, essa imagem não se sustenta quando analisamos a trajetória de algumas bandas de rock formadas já “nos tempos do *Blackout*”.

O período entre 1998 e 2004 foi extremamente fértil, no que se refere à formação de bandas de rock em Natal. Quase todas foram idealizadas, gestadas e criadas durante os embalos das noites na Ribeira e, especificamente, na Rua Chile. Grandes bandas surgiram nesse período como a “Boca de Sino”, que estreou nos palcos em julho de 1997, num show embalado por muito *rock n’ roll* dos anos 1970, realizado no bar “*Boulevard*”, em Ponta Negra. Após essa estreia, a banda liderada

por “Paulão” Vianna, que já teve diversas formações, passou a tocar cada vez mais na Rua Chile e no “*Blackout*”, ajudando a reformar o repertório musical desse barboate, que na época era predominantemente MPB e *blues*, inserindo definitivamente o pop-rock dos anos 1970-80-90. A banda “Boca de Sino”, que se especializou em apresentações *covers*, teve uma grande influência sobre várias bandas de pop-rock da cidade.

Outro nome que marcou a cena musical roqueira da Rua Chile foi o “Inácio Toca Trumpete”. Liderada pelo baterista Castilho Sávio, a banda formada no final de 1998, contava ainda com Eugênio Bezerra, Karol Posadzki e Fátima Paiva nos vocais, Maykel Câmara no contrabaixo, Jormar Oliveira e Jorge Medeiros nas guitarras e Bruno Maciel nos teclados. Depois de algum tempo Fátima Paiva e Eugênio Bezerra saíram da banda e ficou apenas Karol Posadzki nos vocais, que acabou imprimindo um estilo e uma imagem para a banda. O carisma de Karol Posadzki era tanto que mesmo a banda vivendo momentos de grande aceitação no cenário musical não só da Rua Chile, mas de toda a cidade e até mesmo fora do estado, ela arriscou e se lançou em uma carreira solo bastante prestigiada.

Do grupo e das bandas que mais fizeram sucesso na cena musical da Rua Chile, o “Inácio Toca Trumpete” foi provavelmente o maior expoente do pop-rock, um dos símbolos da Fase Pop desse recanto do Centro Histórico natalense. A banda pode ser lembrada por grandes interpretações de “Kid Abelha”, “Skank”, “Guns n’ Roses”, “Sheryl Crow”, “No Doubt”, “Alanis Morissette”, “The Cranberries” e a memorável “*What if god was one of us*” de “Joan Osborne”, dentre tantas outras. O sucesso do “Inácio” era tanto que eles chegaram a abrir shows em Natal para bandas como Charlie Brown Jr., Skank, Titãs, Jota Quest e RPM.

Embalados pelo grande sucesso, o “Inácio Toca Trumpete” também se arriscou no segmento autoral lançando um disco em 2001. O evento de lançamento desse primeiro disco da banda ocorreu no “Largo” da Rua Chile, no dia 24 de novembro de 2001, e contou com a presença de sete outras bandas locais, mais dois DJ’s. Apesar da qualidade musical, de gravação e mixagem, o resultado do disco não correspondeu às expectativas do público que acabou atrelando a imagem do “Inácio Toca Trumpete” às apresentações *covers* mesmo.

Além da “Boca de Sino” e do “Inácio Toca Trumpete”, outra banda símbolo da cena musica da Rua Chile, “nos tempos do *Blackout*”, e talvez a que fez mais

sucesso, foi a “Officina”⁹². Fundada em fevereiro de 1999, a banda tinha inicialmente Ana Morena e Anderson “Foca” nos vocais, os irmãos Eduardo e Henrique Passaia nas guitarras, Alexandre Lamas no contrabaixo e Roosevelt Figueiredo na bateria. Assim como suas contemporâneas, a “Officina” se consagrou como sendo uma banda *cover*, apesar de ter lançado três discos autorais⁹³, e tinha em seu repertório de *shows*, sucessos de bandas como “Legião Urbana”, “Charlie Brown Jr.”, “Raimundos”, “Green Day”, “Cake”, “Sublime”, “Red Hot Chilli Peppers”, etc.

A banda “Officina”, assim com a grande maioria das bandas que surgiram e se desenvolveram em torno da cena musical da Rua Chile, apresentaram um nível de profissionalismo que não era comum no cenário roqueiro potiguar. Muitas dessas bandas procuravam montar cuidadosamente seus repertórios de acordo com a preferência do público, criavam seus logotipos bem comerciais e assumiam uma postura profissional que se distanciavam cada vez mais da atitude “*do it yourself*” do rock *underground* que se fazia em Natal desde os anos 1980, até os tempos do “Bimbos” e de “Casarão” na Ribeira. Anderson “Foca” que antes de fundar a “Officina”, tocava em uma banda chamada “Ravengar” nos relatou essa sua busca de maior profissionalismo dentro do rock natalense:

Na verdade eu fiquei um pouco abusado do público que ia ao show do “Ravengar”, porque a galera não queria pagar. **A gente se esforçava pra fazer um show e a turma queria entrar sem pagar.** É aquele velho conceito do “quanto pior melhor”, e eu não concordava com esse conceito, eu acho que o rock e as músicas que têm a ver com um som alternativo podem sim, ter uma condição melhor. **Então eu resolvi ficar um pouco de fora desse mercado alternativo, e tentar um outro caminho, porque eu queria viver de música,** eu não queria dar a chance de ter que viver de outra coisa. Então, o “Officina” foi a maneira que eu encontrei de fazer coisas legais com músicas e seguir meus objetivos, que eram ter um selo, continuar fazendo shows... O “Officina” foi um capitalizador disso aí. A gente juntou uma grana fazendo shows, abriu um estúdio, enfim, aí veio o “DoSol” (Centro Cultural DoSol), que é uma história muito longa. (entrevista concedida ao autor em 17 out. 2012)

⁹² A “Officina” obteve a consagração definitiva em 2001 durante o “Prêmio Hangar”, considerado o maior evento de música do Rio Grande do Norte. A banda foi premiada nos quesitos Melhor Vocalista Local Revelação (Ana Morena); Melhor Banda Pop-Rock; Melhor Show de Banda Pop-Rock; Melhor CD de Banda ou Artista Solo (“Estamos na Área” - 2000); Melhor Música de banda ou Artista Solo (“Horas Nuas”).

⁹³ 1º CD - 2000: “Estamos na Área”; 2º CD-2002: “Som da Rua, Som da Praia”; 3º CD-2004: “Agora e Sempre”.

As palavras de Anderson “Foca” refletem, na verdade, uma busca de várias bandas de rock que passaram a tocar na cena da Rua Chile, ou seja, uma maior profissionalização e ganhos financeiros com suas apresentações ao vivo. Essa busca ajuda a explicar o predomínio de bandas totalmente *cover* ou cujas apresentações eram predominantemente nesse segmento. Como uma grande parte do público que passou a frequentar os eventos da Rua Chile a partir de 1999 e 2000, era de uma faixa etária mais baixa e não possuía, necessariamente, uma ligação mais próxima com o rock mais tradicional, os empresários donos de bares e boates daquela cena optaram por bandas que apresentassem repertórios mais conhecidos por todos e que levasse o público jovem a pagar ingressos para entrar nas boates. Portanto, mesmo muitas dessas bandas possuindo trabalhos autorais, alguns de boa qualidade, eram mesmo os *covers* que o grande público da Rua Chile *Pop* queria ouvir. Assim, a cena musical da Rua Chile nos tempos do “*Blackout*” ficou mesmo conhecida como uma cena de bandas *covers*.

Esse movimento de mudança do rock natalense entre 1997 e 2004, de uma tendência autoral para uma tendência *cover*, também pode ser vista como fruto de um movimento maior que vinha ocorrendo no mercado fonográfico nacional. De 1982 até aproximadamente 1990, as grandes gravadoras de discos obtiveram volumosos lucros com as várias bandas de rock brasileiras⁹⁴, tendo como marco desse sucesso de vendas o disco “Rádio Pirata Ao Vivo” da banda “RPM”, em 1986. Esse disco vendeu aproximadamente 3,5 milhões de cópias, um recorde de vendas de artistas brasileiros. Enquanto os anos 1980 representaram essa fase de ouro para o rock brasileiro, a década seguinte assistiu a ascensão muito forte de novos estilos bem mais comerciais como a lambada⁹⁵, o *axé music*⁹⁶ e o sertanejo⁹⁷.

⁹⁴ “*Blitz*”, “Gang 90 & As Absurdettes”, “Rádio Táxi”, “Lulu Santos”, “Ritchie”, “Kid Abelha & Os Abóboras Selvagens”, “Paralamas do Sucesso”, “Camisa de Vênus”, “Léo Jaime”, “Herva Doce”, “Tókyo”, “Ultraje a Rigor”, “Marina Lima”, “Cazuza & Barão Vermelho”, “Sempre Livre”, “Dr. Silvana & Cia”, “Metrô”, “Magazine”, “Lobão & Os Ronaldos”, “Biquini Cavado”, “Ira!”, “João Penca e Seus Miquinhos Amestrados”, “Legião Urbana”, “Plebe Rude”, “Capital Inicial”, “Titãs”, “Heróis da Resistência”, “Engenheiros do Hawaii”, “Hanói Hanói”, “RPM”, “Nenhum de Nós”, “Egotrip”, “Uns e Outros”.

⁹⁵ Esse estilo teve como principais nomes o cantor “Beto Barbosa” e a banda “Kaoma”. Até mesmo artistas já consagrados nacionalmente, como “Sidney Magal”, se aventuraram nesse estilo.

⁹⁶ Os desbravadores do mercado nacional para esse estilo musical baiano foram artistas e bandas como “Luis Caldas”, “Sarajane”, “Banda Reflexus”, “Banda Mel”, “Banda Cheiro de Amor” e “Chiclete com Banana”.

⁹⁷ Estilo musical regional já possuía grandes nomes que faziam sucesso principalmente pelo interior das regiões sudeste e centro-oeste, desde os anos 1950. Nos anos 1990, novos nomes do sertanejo se tornaram nacionalmente conhecidos, tendo como pioneiros dessa nova leva de “sertanejos” a

A partir dos anos 1990, além da explosão de outros estilos mais *pop's* e comerciais do que o rock no mercado nacional, o Brasil viveu uma grande crise econômica marcada pela hiperinflação e pela extrema desvalorização do “Cruzeiro”, moeda brasileira no início dessa década, o que refletiu diretamente nos rumos do mercado fonográfico nacional e no cenário do “rock brazuca”. As grandes bandas de rock brasileiras, que já faziam parte do *mainstream*, passaram a amargar vendas cada vez menores de seus discos, fazendo com que as grandes gravadoras assumissem uma postura de resistência a contratar novas bandas de rock, preferindo, como já dissemos estilos mais facilmente comercializáveis.

A solução encontrada por muitas bandas foi adentrar o circuito de gravadoras e selos independentes e, principalmente, buscar reconhecimento muito mais através das apresentações *ao vivo* do que pela gravação e divulgação de discos autorais. Nesse contexto é que começou a se proliferar no Brasil a realização de festivais de música, voltadas mais para um segmento de bandas pequenas e alternativas, fora do *mainstream*, como por exemplo, o “Abril Pro Rock”, que passou a acontecer em Recife a partir de 1993, e o MADA, iniciado em 1998, no “Largo” da Rua Chile.

O MADA (Música Alimento da Alma) foi idealizado como um festival que objetivava alavancar a carreira de bandas de rock de Natal. A primeira edição teve caráter beneficente e com entrada gratuita e foi realizado com um pequeno circo armado no “Largo” da Rua Chile, encostado no antigo frigorífico e com a frente voltada para o “*Blackout*”. Esse festival contribuiu decisivamente para a crescente visibilidade que a cena musical da Rua Chile vinha alcançando na cidade, levando ano após ano um número grande de jovens natalenses para o “Largo”, muitos dos quais que iam apenas para assistir as grandes bandas do *mainstream* que geralmente era o ponto máximo do evento. Porém, antes e depois das bandas principais, aconteciam *shows* de várias bandas locais que aproveitavam o grande público para divulgar seus trabalhos. Ao lado da abertura da boate “*Downtown*”, e da abertura na mídia da cidade para os eventos da Rua Chile, a realização do MADA pode ser considerada como um marco divisório entre a Fase *Underground-Alternativa* e a Fase *Pop* das práticas e imagens acerca da Rua Chile.

Além do “trio pop-rock” (“Boca de Sino” – “Officina” – “Inácio Toca Trumpete”), diversas outras bandas surgiram e se desenvolveram na cena musical da Rua Chile.

dupla “Chitãozinho & Xororó”, seguidos de outras tantas duplas como, por exemplo, “Leandro & Leonardo”, “Zezé di Camargo e Luciano”, “João Paulo e Daniel”, etc.

Dentre essas bandas, podemos citar o “Sangue Blues” e uma das maiores bandas que tocaram pelos palcos da Rua Chile, o “*Mad Dogs*”, que realizava uma fusão do *blues* e do *rock n’ roll* e foi uma das primeiras a tocar no “*Blackout*”. Ela acumulou diversos troféus “Hangar” (prêmio da música norte-rio-grandense), participou do projeto “*Oi Blues by Night*” ao lado de grandes nomes internacionais, representou o Brasil em quatro edições do “*Internacional Beatle Week*” em Liverpool-UK, chegando a ser escolhida pelo público como uma das três melhores do evento. O “*Mad Dogs*” também lançou dois CD’s autorais, intitulados “*Mad Dogs*” e “*Bar Doce Lar*”. Pegando carona na popularidade que essas bandas citadas estavam alcançando, várias outras se desenvolveram, algumas delas inclusive com discos autorais também, como “Jane Fonda”, “Base Livre”, “Embola Funk”, “Brebôte”, “Bourbon 33”, “Peixe Coco”, “Uskaravelho”, dentre tantas outras.

Vivenciar a Rua Chile “nos tempos do *Blackout*”, não era apenas frequentar o “Largo” ou o interior das boates, na verdade, podemos dividir toda essa rua em vários subespaços que, apesar de manterem certas semelhanças, como o predomínio de uma sonoridade ligada ao rock, apresentavam também grandes particularidades quanto as suas práticas e imagens. Assim, podemos considerar que existia o “Espaço Elitizado”, formado pelas boates, o “Espaço Democrático”, que era o “Largo” e os “Espaços Marginais”, representados pelo antigo frigorífico, o Beco da Quarentena e a extensão estreita da Rua Chile, em direção à Av. Tavares de Lira.

O “Espaço Elitizado” era formado pelo “*Blackout*” e, principalmente, pelo “*Downtown*”. Apesar dessas boates já terem realizado eventos externos, no “Largo”, as suas essências consistiam em festas e *shows* fechados, onde se cobravam ingressos que, dependendo do evento, podiam ser considerados caros para muitos jovens que frequentavam a Rua Chile. Dessa forma, pagar para entrar nessas boates acabava se tornando também uma prática socialmente distintiva para as pessoas que circulavam pelo “Largo” – os que podia pagar e aqueles que não podiam. Nessas boates já ocorreram *shows* de artistas consagrados como “Ed Motta”, “Paulinho Moska”, “Edson Cordeiro”, “Biquini Cavado”, “Lobão”, “Ira!”, além das bandas e artistas locais que constantemente eram contratadas para tocar como o “*Mad Dogs*” e o “trio pop-rock” da cidade. O público que frequentava as festas no “*Blackout-Downtown*” era predominantemente de classe média e alta, pois eram os únicos que podiam, além de pagar para entrar, pagar para consumir bebidas e petisco dentro dessas boates.

O “Largo” da Rua Chile, oficialmente chamado de “Largo Boêmio Dr. José Alexandre Odilon Garcia”, que nós classificamos como o “Espaço Democrático” da cena musical da Rua Chile, se tornou um dos pontos de encontro noturnos de jovens, mais movimentados das noites natalenses entre 1997 e 2004. Esse grande pátio a céu aberto era utilizado como estacionamento, ponto de *shows* e, principalmente como espaço de sociabilidade para seus frequentadores. O produtor cultural Anderson “Foca” assim se referiu a esse espaço:

Cara, o “Largo” era o posto de gasolina de hoje né. Posto de gasolina, porque ali tinha cigarro, tinha bebida, relativamente barato... Então a Ribeira, além de ser um pólo de música alternativa, também passou a ser um ponto de encontro. As pessoas naturalmente iam lá pra se encontrar, às vezes não tinha interesse na programação e acabava ficando pela rua, porque tinha bebidas, tinha pessoas andando, circulando... (Entrevista concedida ao autor em 17 out. 2012).

Essa metáfora do posto de gasolina, usada por Anderson “Foca” representa bem o que era parte das vivências no “largo”. Apesar de um grande número de pessoas frequentarem as boates, ficar “circulando” pelo “Largo” era parte integrante do programa, pois possibilitava uma intensa troca de elementos identitários, através de muitas conversas, paqueras, “viagens” e muita bebedeira. Era onde os contatos se estabeleciam. Havia também a possibilidade dos jovens que pretendiam entrar nas boates, mas que portavam um pouco menos de dinheiro, consumir uma grande quantidade de bebidas alcoólicas e pequenos lanches por preços muito abaixo daqueles praticados dentro das boates. Assim, mesmo para aqueles que entravam nas boates ou para os que apenas permaneciam no “largo”, comprar bebidas aos ambulantes ou sentar nas cadeiras do “*Yolle Bar*” para ouvir *reggae* e rock e também beber, era quase que obrigatório.

Porém, vivenciar o “Largo” da Rua Chile não era apenas ficar perambulando de um lado para o outro, ocorreram também grandes *shows* de rock e *reggae* em palcos montado nesse espaço. Alguns desses *shows* eram promovidos pelos próprios donos das boates, por outros promotores culturais da cidade, como a Agenda Propaganda, e até mesmo por membros de algumas bandas. Mas também ocorreram eventos abertos, sem bilheteria. Seja como for, os *shows* no “Largo”, principalmente na Fase *Pop*, na maior parte das vezes foram grandes eventos, com

grandes públicos. Além dos já citados *shows* de lançamento de CD's das bandas locais "Officina"⁹⁸ e "Inácio Toca Trumpete", ambos grandes eventos e da realização dos festivais MADA, que ano após ano atraiu públicos cada vez maiores, e "Rio Grande do Rock", o "Largo" da Rua Chile também foi palco para a apresentação de nomes como "Pato Fu", "O Rappa", "Barão Vermelho", "Engenheiros do Hawaii", "Los Hermanos", "Tribo de Jah", "Edson Gomes", "Detonautas", dentre outros.

Classificamos o "Largo" como o "Espaço Democrático" da cena da Rua Chile porque, via de regra, era onde antigos boêmios da Ribeira, roqueiros da velha e da nova geração, regueiros, *headbangers*, *punks*, ou nenhum desses, pré-adolescentes, adolescentes, adultos e idosos, ricos, classe médias e pobres, podiam se encontrar e, de alguma forma, travar algum tipo de contato, mesmo que apenas visual. No "Largo", diversos interesses econômicos, sociais e culturais se misturavam e muitas vezes se digladiavam. Ao mesmo tempo em que estabelecimentos como o "Yolle Bar" e o "Bar das Bandeiras" lutavam para se manterem "vivos" e preservarem seus "direitos" de mais antigos, o "Blackout" e o "Downtown" se impunham como principais forças do local. Muitos moradores pobres da Ribeira e de suas cercanias também usufruíam economicamente da Rua Chile refuncionalizada, em forma de atividades como ambulantes⁹⁹, "pastoradores" de carros e, eventualmente, como público nos shows no "Largo".

Além dessa heterogeneidade econômica convivendo e disputando o "Largo", havia também uma grande diversidade sociocultural entre os praticantes desse espaço, apesar de, como já falamos, o rock ser uma espécie de elo, hora mais forte, hora bem tênue, entre os jovens que se dirigiam às noites da Rua Chile. Mesmo sendo o ato de identificar quem era roqueiro, *headbangers*, regueiro, bem fácil, "nos tempos do "Blackout" havia também na Rua Chile um grande número de jovens que não apresentava nenhum elemento estético-visual que o ligasse a algum desses grupos juvenis". Muitas vezes eram jovens que apreciavam um pop-rock, da mesma forma que gostava de forró ou *axé music*, mas que não encontrava no "Largo" e em seus eventos nenhum "ambiente hostil" em relação aos outros grupos que lá também estavam. Sobre essas relações socioculturais, nos conta Eduardo Passaia:

⁹⁸ Esse *show* teve um público de aproximadamente 3.500 pessoas.

⁹⁹ Os proprietários dos bares e boates tentaram em vão por várias vezes conseguir a retirada dos ambulantes do "Largo" da Rua Chile.

Eu acho que depois que a Rua Chile se abriu pra Natal, eu acho que na realidade o público meio que migrou das boates, a não ser quando tinha um evento muito interessante numa das boates que tinha na época, se não, a galera ia pra Rua Chile mesmo, era o mesmo público. Só que **era o mesmo público misturado** (grifo nosso)... Porque a galera que iniciou na Rua Chile desde 97, 98, não deixou de frequentar, porque era o lugar que tocava os estilos que eles gostavam... Tocava rock, tocava *blues*, um pouco de *jazz*, então você tinha essas possibilidades, então é isso que foi legal. [...]
 [...] Uma coisa que raramente acontecia e era isso que diferenciava demais dos outros lugares. Você tá numa boate, *puff*, você sabia que uma briga acontecia na boate. Show de circo da folia, vila folia, briga toda hora. [...] **E cara se eu for lembrar aqui de brigas, brigas e brigas, em todos esses lugares, eu me lembro de brigas homéricas, mas na Ribeira eu não me lembro de uma** (grifo nosso). [...] (Entrevista concedida ao autor em 10 set. 2013)

Em seu depoimento, Eduardo Passaia expõe essa característica que ficou marcante nos eventos do “Largo”, a quase total ausência de brigas e grandes confusões entre os frequentadores. Obviamente podem ter ocorrido algumas brigas por lá, mas nada que pudesse se registrado como uma marca daquele espaço, principalmente se considerarmos a presença numa área relativamente reduzida de pessoas como traços socioeconômicos e gostos musicais tão diferentes. Demonstrando uma visão parecida com a de Passaia, nos relata o jornalista Sérgio Vilar:

Aquilo ali na Rua Chile era mais ou menos isso aí, você se encontrava numa irmandade grande. Que tinha pessoas de mesmo pensamento, de mesma ideologia, de mesmo, mesmas roupas, mesmos costumes, mesmos comportamentos, mesma maconha, mesma músicas, e se encontrava ali. Por isso é que eu nunca vi briga ali, como era muito freqüente na época. Era aquela explosão de *jiu jitsu*, de academias rivais, que toda esquina de Natal era uma briga feia, e ali não existia isso, era um clima muito pacífico apesar de muita droga e apesar de um público aparentemente estranho, né? E sem segurança. Sem segurança nenhuma. (Entrevista concedida ao autor em 18 nov. 2012)

Essa relação pacífica entre seus participantes, descrita por Passaia e por Vilar, mesmo com toda a heterogeneidade socioeconômica e musical e as diversas formas de vivências simultâneas do mesmo espaço, ajudaram a consolidar a imagem do “Largo” enquanto um espaço democrático “nos tempos do *Blackout*”.

Além do “Espaço Elitizado” e do “Espaço Democrático”, a cena musical da Rua Chile também era formada por alguns “Espaços Marginais”, como o antigo frigorífico da cidade, o prolongamento da Rua Chile e o Beco da Quarentena. Classificamos de “Espaços Marginais”, alguns recantos bem próximos ao “Largo” e às boates, que foram fisicamente reformados, mas que não passaram pelo mesmo processo de ressignificação em fins dos anos 1990. Dessa forma, permaneceram com imagens bem *underground*, atreladas a escuridão, drogas, criminalidade e, conseqüentemente, eram pouco frequentados pelos jovens que se dirigiam à Rua Chile.



FIGURA 34: Antigo Frigorífico de Natal.

Fonte: Disponível em <www.riograndedonorte.net> acesso em 15 mar. 2013.

O primeiro desses espaços que destacamos foi o antigo frigorífico da cidade (Figura 34). Apesar de ser localizado no próprio “Largo”¹⁰⁰, o frigorífico e a sua estreita passarela elevada era pouco utilizada pelos frequentadores da Rua Chile. Talvez, devido a sua falta de iluminação essa passarela era utilizada principalmente por alguns casais mais empolgados que procuravam “privacidade” ou por outros jovens que eventualmente se dirigiam pra lá em busca também de “privacidade” e “segurança” para eventualmente consumirem drogas, ou apenas descansarem. As paredes do frigorífico também se tornaram um enorme painel onde grafiteiros e

¹⁰⁰ O frigorífico fecha toda a extensão do “Largo”, voltada para o Rio Potengi.

pichadores desenvolviam suas “artes”. Os momentos em que mais utilizavam a passarela do antigo frigorífico eram justamente quando havia algum show no “Largo”, pois ela acabava se tornando uma espécie de camarote, onde permitia uma melhor visão da banda e do público como um todo, dependendo claro da posição do palco.

O prolongamento da Rua Chile (Figura 35) também foi classificado neste trabalho como “Espaço Marginal”, pois não apresentou uma movimentação de pessoas, nem a realização de eventos, semelhante ao “Largo”, nem muito menos apareceu na mídia natalense, permanecendo num quase total ostracismo. Esse trecho era utilizado predominantemente como estacionamento para os carros dos frequentadores das boates e do “Largo”, e praticamente não ocorriam à noite nenhum evento em sua extensão. A ausência de eventos e a iluminação “amarelada” e fraca conferiam a esse espaço uma atmosfera sombria e aparentemente perigosa, o que contrastava com a movimentação e iluminação forte do “Largo”.



FIGURA 35: Prolongamento da Rua Chile à noite.
Foto: Sandro Fortunato.
Fonte: Disponível em <www.sandrofortunato.com.br> Acesso em 15 mar. 2013.

Mesmo com essas condições “sombrias”, alguns jovens ainda vivenciavam de alguma forma o prolongamento da Rua Chile, principalmente aqueles que se

identificavam com estilos mais “obscuros” como alguns *headbangers*, que apesar de se dirigirem à Rua Chile, não mantinha muitos contatos com os demais frequentadores, preferindo perambular em grupos por esse trecho, ou mesmo casais de namorados que buscavam momentos a dois entre os carros estacionados, assim como alguns usuários de drogas que se aventuravam na penumbra daquele corredor de prédios antigos, testemunhas de um passado glorioso do bairro.

Dos “Espaços Malditos” integrantes da teia de vivências que formava a cena da Rua Chile “nos tempos do *Blackout*”, aquele mais merecedor desse adjetivo foi o lendário e mitológico Beco da Quarentena ou, oficialmente, Travessa Quarentena. Um estreito e escuro corredor que ligava a Rua Chile à Rua Frei Miguelinho (Figuras 36 e 37). O espaço nunca apresentou momentos de glória, mesmo no tempo da “Ribeira Velha de Guerra”. Devido à proximidade com o porto, era no “beco” que muitos marinheiros ficavam de quarentena ao desembarcarem com suspeitas de doenças contagiosas e foi lá, também, que muitas pessoas morreram ou de varíola ou de agravamento de alguma doença sexualmente transmissível, já que aquela travessa acabou sendo transformada em um ponto de baixo meretrício e violência. Assim, pouco a pouco foi sendo construída uma imagem extremamente negativa acerca do Beco da Quarentena, um espaço transformado em realmente maldito, a partir das doenças, prostituição e morte.



FIGURA 36: Beco da Quarentena – 1999.
Foto: Sandro Fortunato.
Fonte: Disponível em <<http://www.sandrofortunato.com.br/salgo/2008/01/22/o-beco-da-quarentena/>> Acesso em 18 ago. 2013.



FIGURA 37: Beco da Quarentena – 2005.
Foto: Sandro Fortunato.
Fonte: Disponível em <<http://www.sandrofortunato.com.br/salgo/2008/01/22/o-beco-da-quarentena/>> Acesso em 18 ago. 2013.

Mesmo após o programa de restauração das fachadas da Rua Chile acarretando numa maior movimentação e valorização daquela área, assim como o fato do Beco da Quarentena estar localizado bem próximo ao “Largo” da Rua Chile, área que sofreu o forte processo de ressignificação e valorização, a imagem de marginalidade e hostilidade continuou impregnada ao “beco”. Poucos eram os jovens frequentadores da Rua Chile que se aventuravam pela escuridão assustadora dominante naquela travessa.

Atravessar o “beco” à noite muitas vezes era uma verdadeira prova de coragem. Era como se as vivências sombrias e sofrimentos do passado, que marcaram a vida naquela travessa insistissem em se manter sempre vivos. O jornalista Sandro Fortunato relata a sua experiência de *fin de siècle* ao atravessar o Beco da Quarentena às altas horas da noite:

[...] Um ou dois dias depois, estava com Clodoaldo Damasceno – jornalista, publicitário e acima de tudo um grande farrista – no “*Blackout*”. Muitas histórias, piadas e muitas, muitas cervejas depois, lá pelas duas e meia da manhã, resolvi fazer a proposta: “E aí? Vamos atravessar o Beco da Quarentena?”. Como diz o povo, Clodoaldo “não contou conversa”, saímos do bar e nos dirigimos ao Beco. Antes pegamos mais uma garrafa de cerveja e levamos conosco, afinal o local precisava ser abençoado. Aos gritos de “viva as almas que morreram e as putas que aqui gozaram”, atravessamos o Beco bebendo a cerveja e derramando uma parte dela nas antigas pedras do calçamento. Chegamos ao outro lado com aquela sensação de aventura cumprida, aquele sentimento que só os bêbados, boêmios e aventureiros têm ao constatar que estão vivos após terem cometido alguma tipo de loucura. Demos uma olhada na rua. Completamente vazia. Parece que os vivos assustam mais que os mortos. Então calmamente nos viramos para o Beco. Só então percebemos que a única coisa visível era a luz no outro lado, lá na Rua Chile. O resto era um breu só. Qualquer pessoa poderia se esconder facilmente ali sem que ninguém percebesse. “*Que loucura!*”, pensamos. De repente bateu aquela sobriedade de sobrevivente e fizemos outra vez a travessia. Sentamos à beira do rio, no cais do Náutico, e ficamos curtindo aquela história. Na noite seguinte, alguém seria esfaqueado no Beco. (Disponível em <<http://www.sandrofortunato.com.br/salgo/2008/01/22/o-beco-da-quarentena/>> Acesso em 18 ago. 2013)

Dessa forma, o ato de visitar a Rua Chile no final do século XX, à noite, representava um turbilhão de possibilidades, variando em relação aos interesses pessoais, interações sociais, formações intelectuais e/ou culturais, idade, opções

sexuais, condições financeiras etc. Mesmo no ápice, denominada de Fase *Pop* da Rua Chile era possível vivenciar, por exemplo: espaços ditos “malditos”, ou seja, margear e penetrar o belo com o feio, transitar no *underground* e “maldito” ao lado do *pop* e embelezado.

Apesar do processo de refuncionalização da Rua Chile ter sido festejado por muitos, como uma materialização de um sonho antigo de “retomada” da vida cultural e social no bairro da Ribeira, precisamos também questionar justamente para quem e por quem a Rua Chile foi refuncionalizada? Os jovens moradores da Ribeira e antigos trabalhadores da Rua Chile foram plenamente integrados nesse processo? Puderam também usufruir do processo de revalorização da tradicional Rua Chile? Devemos lembrar que questionamentos muito semelhantes foram feitos na conclusão do item 1.1 da presente pesquisa, tratando do processo de modernização da Ribeira no início do século XX. Mesmo com um intervalo de, praticamente, um século as respostas são bem semelhantes.

O que norteou a modernização e *aformoseamento* da Ribeira e da Rua Chile na *Belle Époque* foi à tentativa de construir um espaço que materializasse os discursos e imagens de prosperidade e civilidade da “nova” elite republicana, que se apresentava no final do século XIX. De forma semelhante, o processo de refuncionalização da mesma rua, no alvorecer do século XXI, também objetivava a construção de imagens “positivas” acerca desse espaço e de seus frequentadores, nesse caso, visando principalmente meios de preservar os bens patrimoniais a partir de uma lógica de mercado, ou seja, por meio da exploração de um valor cultural a partir de valores econômicos.

Dessa forma, a cena musical desenvolvida na Rua Chile, a partir da segunda metade dos anos 1990, foi à materialização de toda uma lógica de exploração econômica de um espaço que carrega alguma carga simbólica histórica e patrimonial, no caso, a Rua Chile. As vivências nessa rua, “nos tempos do Blackout”, seguiram totalmente essa lógica, ou seja, o usufruto da cena musical da Rua Chile, notadamente em sua fase *pop*, foi direcionado e vivido primordialmente pela classe média de Natal e não pelos moradores da Ribeira que, em sua maioria, se encontravam em condições financeiras mais baixas.

Quando analisamos as imagens construídas acerca da cena musical da Rua Chile “nos tempos do *Blackout*”, entre 1997 e 2004, percebemos que, mesmo sendo a Fase *Pop* (2000 a 2004) o período de maior movimentação e visibilidade, onde a

boate “Downtown” ganhou maior destaque, foi a Fase *Underground-Alternativa*, notadamente após a inauguração do “Blackout”, que deixou suas marcas mais fortemente impressas na história das vivências nessa rua. A força da marca “Blackout” foi tão forte que motivou a abertura de um bar na orla da Praia de Ponta Negra, no dia 05 de fevereiro de 2003, no *shopping* Santa Fé Mall, chamado “Blackout Beer”¹⁰¹, que tinha como carro-chefe o seu Chope de Vinho.

A influência do “Blackout” no processo de ressignificação da Rua Chile, no final dos anos 1990, pode ser percebida também no fato de que apenas cinco anos após o seu fechamento já começaram a ocorrer festas na Rua Chile fazendo referências aos “tempos de ouro”, “os tempos do *Blackout*”.

As Figuras 38 e 39 são cartazes promocionais de duas edições do mesmo evento, que ocorreram nos dias 27 de novembro de 2009 e 20 de março de 2010, respectivamente – a festa “Como nos tempos do Blackout”. Todas as bandas que tocaram nos dois eventos também fizeram parte da cena musical da Rua Chile, final dos anos 1990, o que supostamente facilitaria a retomada do “espírito” daquela cena musical. A própria escolha da boate “Galpão 29” para a realização das festas também segue nessa busca simbólica de retomada do “passado glorioso” da Rua Chile, pois ele funcionava no mesmo prédio do “Blackout”, assim, a festa deveria ser como um “renascimento” temporário do “Blackout”.



FIGURA 38: Cartaz: “Como nos tempos do Blackout” – 1ª edição.
Fonte: Disponível em <http://www.fotolog.com.br/_uskaravelho/25383980/>, acesso em 18 ago. 2013.



FIGURA 39: Cartaz: “Como nos tempos do Blackout” – 2ª edição.
Fonte: Disponível em <http://www.fotolog.com.br/_uskaravelho/25433185/>, acesso em 18 ago. 2013.

¹⁰¹ O “Blackout Beer” era uma sociedade entre os empresários e sócios, Enrico Corrêa, Sérgio Porpino e George Rodrigues, além de Paulo Ubarana, dono da marca e do “Blackout”.

As análises dos conteúdos desses cartazes publicitários revelam claramente a construção de uma imagem, quase um mito, em torno “dos tempos do *Blackout*”, ou seja, o recorte temporal dessa pesquisa. Os realizadores dos eventos, citados acima, tentaram criar uma imagem de uma suposta “Idade de Ouro” da Rua Chile, representada pelas festas e vivências no “*Blackout*”, que fechou suas portas após o assassinato de seu proprietário, Paulo Ubarana, em setembro de 2004.

Possivelmente, a morte prematura de Paulo Ubarana também contribuiu para essa construção imagética em torno do “*Blackout*”, enquanto um bar-boate que representava tudo aquilo que supostamente foi à cena musical da Rua Chile, entre 1997 e 2004. Os chamados “tempos do *Blackout*”, foi justamente o período em que uma parte considerável da juventude natalense “descobriu” a Ribeira e as possibilidades de lazer e prazer vivenciadas nas ruas antigas desse bairro podiam proporcionar, o que fica muito visível no subtítulo da festa citada nas Figuras 38-39: “Os bons tempos da Ribeira estão de volta”.

As diversas manifestações da cena musical da Rua Chile, entre 1997 e 2004, representaram as marcas das vivências de indivíduos e de determinados grupos que, ao percorrerem e praticarem esse espaço fisicamente e mentalmente, acabaram criando suportes práticos e simbólicos para a formação de uma nova espacialidade – um território roqueiro de fronteiras imprecisas, gestado e vivido nas entranhas de parte do Centro Histórico de Natal. Assim, a Rua Chile foi ressignificada a partir das práticas microbianas e discursivas de seus próprios praticantes. Os shows, os encontros e desencontros, as “viagens” dos caminhantes apressados ou não, que vagavam por aquela rua hora escura, hora iluminada, foram os principais agentes transformadores daquela paisagem, que é cultura antes de ser natureza, que é vida pulsante e camadas de lembranças antes de ser apenas um amontoado de pedras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

"Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico".

(Guy Debord)

O bairro da Ribeira e, especificamente, a Rua Chile, apesar de só terem sido oficialmente transformadas em Centros Históricos de Natal em 1990 (Lei nº 3.942. Diário Oficial do Estado, 17 jul. 1990), já ocupavam um lugar de destaque na trajetória da cidade. Ao longo de todo o século XX, as práticas cotidianas, relações politicoeconômicas e socioculturais estabelecidas por seus praticantes foram sendo transformadas, afetando diretamente as imagens e discursos construídos e os simbolismos que impregnaram esse recanto urbano. Assim, podemos considerar a Rua Chile e o seu entorno como um palimpsesto, um pergaminho onde diversas gerações escreveram suas concepções de vida e vivências diárias. Partindo da análise dessas camadas simbólicas atuantes, dividimos a história da Rua Chile-Ribeira em cinco períodos distintos: Fase Glamorosa, Fase Boêmia, Fase Marginal, Fase Alternativa-*Underground* e Fase Pop.

Analisando a história da Rua Chile-Ribeira desde o início do século XX até o ano de 2004, constatamos a ocorrência de duas grandes intervenções urbanísticas encabeçadas pelos poderes públicos. A primeira delas ocorreu no final do século XIX e seguiu pelas primeiras décadas do século XX; já a segunda, é justamente o alvo das análises principais dessa pesquisa, o programa de refuncionalização a Rua Chile em fins dos anos 1990.

As ações modernizadoras haussmanizantes do início do século XX promoveram alterações profundas nas condições físicas da Ribeira e da Rua Chile, visando um *aformoseamento* da paisagem urbana e a criação de espaços de sociabilidades essencialmente elitizados, voltados para os membros das famílias mais abastadas da cidade. A elite republicana, buscando envolver a cidade com os ares de modernidade que a república supostamente trazia, realizou uma série de obras como a drenagem parcial do pântano da campina, a construção da Praça Augusto Severo, a pavimentação e alargamento de ruas e avenidas, a edificação de imponentes prédios, como o do Teatro Carlos Gomes, o melhoramento do porto da cidade e dos sistemas de fornecimento de água e energia. Essa fase foi designada como Glamorosa.

O que guiou esse remodelamento e *aformoseamento* da Ribeira e da Rua Chile, entretanto, não foi uma concepção social de bem-estar geral da população. Podemos concluir que as mesmas atuavam como uma função simbólica de representação, pois a recém-empossada elite republicana procurou construir um espaço que materializasse os seus discursos e imagens de prosperidade, limpeza e civilidade, mesmo que para isso precisassem realizar uma forte exclusão e “limpeza” social. Os “novos” e modernos espaços não estavam disponíveis para todos; os pobres da cidade passaram a ser cada vez mais empurrados para áreas periféricas, que margeavam a Ribeira enobrecida.

A atmosfera de *glamour* que marcou as vivências na Ribeira e na Rua Chile no primeiro terço do século XX foi sendo alterada gradativamente, principalmente após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a chegada de milhares de soldados norte-americanos em Parnamirim e em Natal. O período da guerra em Natal (1942-45) foi marcado por um grande crescimento econômico e sociocultural. Além das lojas de artigos diversos como chapéus, botas, algodão, açúcar, sal, ferragens, peixarias e artigos de luxo trazidos da Europa, um segmento que ganhou um grande impulso foi o ramo dos bares, cafés e cabarés. Pontos de encontros de políticos locais, empresários, intelectuais, prostitutas, cafetões, viajantes e militares, estabelecimentos como “*Expresso 56*”, “*Café Globo*”, “*Café Cova da Onça*”, “*Café Expresso Natal*”, “*Carneirinho de Ouro*”, “*Bar Eldorado*”, “*Arpege*”, “*Wonder Bar*”, alguns botecos de jogatinas e bebedeiras na Travessa Venezuela, dentre outros, contribuíram para construir uma imagem de espaço boêmio ao redor da Ribeira/Rua Chile. Assim, aos poucos, as famílias mais ricas e distintas da cidade passaram a

transferir suas residências para bairros como Tirol e Petrópolis, áreas menos movimentadas do que a já boêmia Ribeira.

Alguns anos após o fim da guerra, a Ribeira e a Rua Chile iniciou um período de ostracismo, em relação às atenções dos poderes públicos, o que acarretou uma degradação física de seus prédios e ruas. As vivências e práticas desses espaços foram sendo alteradas, assim como suas imagens e o seu significado para grande parte da população natalense. Essa fase é a que chamamos de Marginal da Rua Chile-Ribeira, que passaram por um forte processo de decadência e desvalorização econômica e cultural perante a população natalense fora das suas cercanias. Essa situação se tornou mais intensa nos anos 1970 e 1980, quando as ruas escuras e sujas da “Ribeira Velha de Guerra” passaram a ser vistas e ditas como espaços de criminalidade e prostituição.

Entretanto, não podemos falar em um abandono sociocultural do bairro da Ribeira e da Rua Chile, em especial, na chamada Fase Marginal. Partimos da premissa de que na marginalidade também há vida, ou seja, não houve uma “morte”, um abandono da Rua Chile, e sim, uma reconfiguração de suas práticas socioculturais e econômicas. A vida continuava pulsante na Rua Chile-Ribeira, porém a partir de ações, imagens e discursos não valorizados pela elite da cidade.

Essa situação de abandono pelos poderes públicos e vivências marginais na Rua Chile perdurou até meados dos anos 1990, quando a administração municipal realizou uma série de eventos, seminários e debates abordando o tema da retomada e suposta “revitalização” da Ribeira, que culminaram com algumas ações concretas. Contudo, verificamos que esses discursos “revitalizadores” voltados para o Centro Histórico de Natal não foi um elemento isolado. A partir dos anos 1960 e 1970 na Europa e Estados Unidos e meados dos anos 1980 na América Latina, teve início um processo de “retorno”, principalmente das classes médias, aos Centros Urbanos históricos.

Inicialmente em Londres e logo depois em algumas cidades dos Estados Unidos, elementos da classe média, com um elevado capital cultural, começaram a residir em antigas áreas desvalorizadas nos “centros”. Esses novos moradores das áreas centrais, com suas práticas cotidianas e preferências culturais diferentes daquelas predominantes entre os antigos moradores desses centros urbanos socialmente decadentes, acabaram motivando também mudanças no próprio perfil

de estabelecimentos comerciais e possibilidades de lazer que predominavam nesses espaços degradados e abandonados pelos poderes públicos.

Esse processo de transformação sociocultural que se processou nessas áreas centrais passou a atrair também os olhares do empresariado, principalmente dos ramos imobiliário, turístico e entretenimento, pois enxergaram o grande potencial econômico a ser explorados nos valores simbólicos agregados aos Centros Históricos como, por exemplo, as concepções patrimoniais. Essa nova realidade foi fortalecida pelo aumento do fluxo de turistas pelo mundo, o que motivou uma luta entre as cidades para oferecerem o máximo de atrações e, quem sabe, atrair esses viajantes. Os bens históricos e patrimoniais passaram então a ser valorizados como um produto a ser vendido, portanto, deviam ser restaurados e embelezados.

As práticas de recuperação de Centros Históricos urbanos, notadamente nos anos 1990, concentraram-se em embelezar esses espaços históricos, disciplinando as suas práticas e formas de consumo. Na maior parte dos casos, atrelados ao turismo cultural e ao entretenimento. Esse tipo de intervenção urbana, marca da pós-modernidade, da sociedade de consumo e dos espaços “simulacionais”, pode ser classificada como *gentrification* cultural. Assim, a questão não era necessariamente a preservação e restauração de bens históricos da cidade, mas, sim, a restauração daqueles bens que pudessem de forma mais eficiente ser embelezados, empacotados e vendidos como mais um atrativo da cidade. Esse processo ocorreu em dezenas de cidades espalhadas pela Europa, Estados Unidos e América Latina como um todo. No Brasil, podemos destacar ações intensivas dessa natureza em centros históricos como a Lapa, no Rio de Janeiro, o Pelourinho, em Salvador, o Recife Antigo, o Centro Histórico de São Luís do Maranhão, dentre tantos outros.

Concluimos, portanto, que os modernos programas de refuncionalização de Centros Históricos urbanos, em fins do século XX, partiram de uma lógica semelhante: a exploração econômica elitizada do patrimônio histórico da cidade. Uma espécie de *gentrification*, um retorno das elites dessas *urbes* para os centros e regiões históricas e, conseqüentemente, a expulsão (ou pelo menos uma tentativa) das classes populares dos espaços que passaram a ser cada vez mais enobrecidos e valorizados, após as obras públicas de restauração dos prédios e a melhoria na

infraestrutura, bem como a abertura de estabelecimentos comerciais e de entretenimento com um padrão de qualidade mais elevado.

Em Natal, podemos afirmar que essa preocupação com as condições do Centro Histórico teve início com o lançamento do Plano Diretor da cidade de 1984 (LEI nº 3.175/84), uma nova configuração da cidade passou a ser pensada com a divisão da mesma em zonas especiais, dentre elas a ZEPH (Zona Especial de Proteção Histórica), formada por áreas da Cidade Alta e da Ribeira. A ZEPH, porém, só foi regulamentada através da Lei nº 3.942 (Diário Oficial do Estado, 17 jul. 1990), em 1990, na gestão da Prefeita Wilma Maria de Faria Maia. As gestões municipais de Natal passaram a organizar encontro, seminários e debates para tratar da questão da possível restauração do Centro Histórico, como por exemplo, o “Seminário Ribeira Velha de Guerra”, o projeto “Viva a Ribeira”, a “Semana do Patrimônio Cultural”, a instituição da Área de Operação Urbana, constituída pelos bairros da Cidade Alta e Ribeira, a Operação Urbana Ribeira e “Projeto Fachadas da Rua Chile”, parte integrante Plano de Reabilitação Urbana da Ribeira, de 1995.

Esses ciclos de debates, seminários, projetos e leis eram elaborados e discutidos a partir das visões e interesses de alguns determinados segmentos mais ligados à classe política, a classe empresarial e as classes técnicas e intelectuais. Porém, onde estavam os moradores da Ribeira e os trabalhadores da Rua Chile? Por que essas pessoas não foram chamadas para discutirem essas propostas? Da mesma forma que as reformas urbanísticas na Ribeira do início do século XX, esses projetos “revitalizadores” também mantinham uma postura excessivamente excludente e elitista. Os pobres que viviam, trabalhavam ou apenas transitavam nas áreas históricas centrais, passaram a ser pressionados direta e indiretamente a se afastar dessas ruas que estavam sendo retomadas pelas classes média e alta da cidade.

Mesmo naquela que classificamos como Fase Marginal, bem antes do programa de refuncionalização da Rua Chile, constatamos que já existia uma intensa movimentação socioeconômica e cultural nessa rua e imediações, principalmente fruto das iniciativas individuais de pequenos empresários donos de bares como a “Dona” Graça (Bar das Bandeiras) e Valdécio Costa (cigarreira *Cat-Fish* futuro Yolle Bar). Além desses estabelecimentos da Rua Chile, que funcionavam desde o fim dos anos 1980, outros bares como os lendários “Casarão” e “Bimbos”, localizados à Av. Tavares de Lira e na Rua Dr. Barata, respectivamente,

já promoviam uma movimentação roqueira na Ribeira, atraindo um número cada vez maior de jovens de outras áreas da cidade. Contudo, essa movimentação na Rua Chile e mediações ainda não era capaz de causar um forte interesse em grande parte dos moradores da cidade e de empresários fora das cercanias da Ribeira. Assim, o bairro ainda era visto e descrito como um espaço perigoso e marginal, fortemente ligado à prostituição e às drogas.

Questionamos o fato de que várias outras ruas e avenidas do bairro da Ribeira também apresentaram uma grande importância históricopatrimonial para a cidade, mas ter sido a Rua Chile a escolhida para ser alvo das obras de restauração. Concluímos que essa escolha foi motivada em primeiro lugar pelo fato da Rua Chile já apresentar uma intensa movimentação cultural; segundo, por que a sua estrutura física facilitava a realização de eventos devido a existência do “Largo”, que servia tanto como estacionamento, quanto para espaços de shows. Dessa forma, fica evidente que a questão não era necessariamente a preservação e restauração de bens históricos da cidade, mas, sim, a restauração daqueles bens que pudessem de forma mais eficiente ser embelezados, empacotados e vendidos como mais um atrativo da cidade.

Na verdade a Rua Chile dos “tempos do *Blackout*” não estava plenamente e pacificamente disponível as pessoas pobres que desejavam usufruir socialmente e economicamente dos bens históricos da cidade. Os projetos “revitalizadores” e “proto-gentrificadores” levaram a uma tentativa de exclusão de determinados segmentos e sujeitos (vendedores ambulantes principalmente) que não se enquadravam na nova imagem, conforme fora construída em torno daquela rua. Essa tentativa de disciplinar os usos e práticas do espaço culminaram na formação de relações conflituosas entre os praticantes da cena apresentada.

Entendemos, porém, que o processo de refuncionalização da Rua Chile só foi plenamente consolidado quando esta passou a ser freqüentada, consumida, vivenciada e ressignificada por grupos de jovens natalenses. Esses jovens que passaram a frequentar as noites quentes da Rua Chile, em fins dos anos 1990, não estavam em busca especificamente de uma contemplação histórico-artístico, nem tampouco porque aquela rua, com as fachadas de seus casarões recém-pintados, era um patrimônio “revitalizado” da cidade. Concluímos que o elemento impulsionador do processo de refuncionalização da Rua Chile foi porque lá se desenvolviam novas possibilidades de lazer e entretenimento noturnos, de

sociabilidades e de consolidação de uma identidade juvenil auto proclamada “alternativa”. Os novos freqüentadores da Rua Chile utilizaram a estrutura recém-reformada da rua, atribuindo um novo sentido e impregnando aquele espaço urbano histórico de novos signos dos mais diversos.

A inauguração do Bar *Blackout*, no início do ano de 1997, marcou a consolidação daquela que chamamos de Fase Alternativa-*Underground* das vivências na Rua Chile. Esse bar inicialmente se especializou em apresentações de MPB e *Blues*, abrindo espaço um ano depois para o pop-rock. De qualquer forma, seus eventos e público ajudaram a consolidar uma imagem de espaço alternativo para a Rua Chile. Pouco tempo depois já detectamos um processo de transformação novamente das imagens acerca da Rua Chile, que deixava de vista como um espaço alternativo e passava a ser “vendido” e visto como um dos destinos mais pop’s das noites natalenses.

A passagem da Fase Alternativa-*Underground* para a Fase Pop, pós-anos 2000, se deu a partir da influencia de três fatores principais: a abertura da boate “*Downtown*”, que levou uma nova proposta para as noites da Rua Chile, oferecendo uma estrutura mais elaborada e serviços mais caros o que acabou por atrair para a Rua Chile um público cada vez mais elitizado e pop; outro fator importante nesse processo de transformação imagética foi a abertura que a mídia natalense deu à cena musical da Rua Chile, o que contribuiu para desarticular a imagem de marginalidade ou de espaço apenas para pessoas “alternativas” que existia em torno dessa rua; por fim, a realização do festival de música MADA também contribuiu nesse processo pois levou para a Ribeira e para o “Largo” da Rua Chile um número muito grande de jovens natalenses que não freqüentavam antes esse bairro.

Mesmo considerando esses três processos como decisivos na transformação e ressignificação das imagens acerca da Rua Chile, de Alternativo-*Underground* para Pop, concluímos que esses novos frequentadores não se limitaram a vivenciar e consumir aquele espaço urbano da forma que foi encontrada, ou seja, com as mesmas imagens e simbolismos de outrora. A Rua Chile foi transformada em um “palco” onde esses novos frequentadores puderam imprimir suas marcas e “encenar” todo um corpo identitário. Com a chegada desse novo público, no início dos anos 2000, a Rua Chile começou a ser transfigurada e a antiga imagem roqueira *underground* pouco a pouco passou a mudar. O antigo centro de cultura alternativa da cidade foi transformado em uma “nova” Rua Chile, colorida, iluminada e *pop*.

Concluimos, portanto, que a Rua Chile foi ressignificada a partir das práticas, vivências e discursos dos membros da cena musical que lá se desenvolveu. A música e estética *rock n' roll*, os vários *shows* e eventos, os passos apressados, os encontros e desencontros, os saltos frenéticos que simulavam danças, as gritarias que simulavam cânticos, as bebedeiras e “viagens” dos jovens que se deslocavam para aquele agrupamento de prédios antigos, coloridos e empacotados, foram os responsáveis principais pela transformação dessa paisagem urbana natalense, paisagem que é cultura antes de ser natureza, que é vida pulsante e camadas de lembranças antes de ser apenas um amontoado de pedras antigas. Esses jovens, como bandeirantes incansáveis e aventureiros, desbravaram um território que pra eles era hostil e desconhecido – a longínqua Rua Chile/Ribeira – transformando-a na última fronteira *rock n' roll* da “Cidade do Sol”, no *fin-de-siècle*, hora alternativa, hora *pop*, mas sempre roqueira.

Enfim, a Rua Chile Glamorosa, boêmia, marginal, alternativa e *pop*, quantas imagens, quantas vidas...

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

LEI nº 378, jan. 1937, Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12238&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>> Acesso em 14 fev. 2013.

LEI nº 3.942, de 1990, **Diário Oficial do Estado**, 17 jul. 1990.

LEI nº 4.069, de 1992, **Diário Oficial do Estado**, 23 maio 1992.

LEI Complementar nº 7, 1994, **Diário Oficial do Estado**, 7 set. 1994.

LEI nº 4.932, de 1997, **Diário Oficial do Estado**, 31 dez. 1997.

DIÁRIO DE NATAL, Natal, 20 mar. 1949; 27 mar. 1949; 03 abr. 1949; Caderno Muito, 04 ago. 2000

A ORDEM, Natal, 15 ago. 1967; 23 jan. 1965; 12 ago. 1967.

A REPÚBLICA, Natal, 24 dez. 1889; 21 jan.1891; 13 fev. 1892; 07 jan. 1902; 03 jan.1903; 02 fev. 1903; 03 mar 1904; 13 e 14 jan.1905; 02 out. 1911; 16 jan. 1912; 03 jun. 1925; 04 jan.1927; 24 fev.1929; 20 fev. 1936.

TRIBUNA DO NORTE - Caderno Viver, Natal, 18 fev. 2000; Caderno Viver, 05 ago. 2000; Caderno Viver, 16 maio 2001; Caderno Viver, 17 maio 2001.

PLANO Diretor de Natal, 1984 – LEI nº 3.175/84. **Diário Oficial do Estado**, 26 jan. 1984.

PLANO Diretor de Natal, 1994 – Lei complementar, nº 7, 05 ago. 1994, Disponível em <<http://projedata.grupoprojetar.ufrn.br/dspace/bitstream/123456789/519/5/Plano%20Diretor%20de%20Natal.pdf>> Acesso em 13 set. 2012.

CARTA de Atenas, nov. 1933, Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>> Acesso em 05 fev. 2013.

CARTA de Veneza, maio 1964, Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>> Acesso em 14 dez. 2012.

NORMAS de Quito, nov./dez. 1967, Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>> Acesso em 14 fev. 2013.

COMPROMISSO de Brasília, abr. 1970, Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>> Acesso em 14 fev. 2013.

COMPROMISSO de Salvador, out. 1971, Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>> Acesso em 14 fev. 2013.

CONVENÇÃO do Patrimônio Mundial, nov. 1972, Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>> Acesso em 14 fev. 2013.

DECLARAÇÃO de Amsterdã, out. 1975, Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>> Acesso em 14 fev. 2013.

CARTA de Turismo Cultural, nov. 1976, Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>> Acesso em 14 fev. 2013.

CARTA de Nairóbi, nov. 1976, Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>>, Acesso em 14 fev. 2013.

CARTA de Machu Piccho, dez. 1977, Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>> Acesso em 14 fev. 2013.

CARTA de Burra, 1980, Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>> Acesso em 14 fev. 2013.

DECLARAÇÃO do México, 1982, Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>> Acesso em 14 fev. 2013.

CARTA de Washington, 1986, Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>> Acesso em 14 fev. 2013.

CARTA de Lisboa, out. 1995, Disponível em <www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartadelisboa1995.pdf> Acesso em 11 Jun. 2013.

Fontes orais

Anderson “Foca” C. R. de Freitas

Eduardo Passaia

Eunice Evangelista

Francisco das Chagas Gomes

José Fabrício Neto

José Luiz Samico

Luiz Antônio Torres Porpino

Sérgio Vilar

Pablo Capistrano

Valdécio Costa

Bibliografia

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla B. (Org.) **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-202.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O teatro da história: os espaços entre cenas e cenários. In: _____. **Nos destinos de fronteiras: história, espaços e identidade regional**. Recife: Edições Bagaço, 2008.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade**. Lisboa: 90 Graus Editora, 2009.

_____. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: EDUFAL: UNESP, 2010.

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. São Paulo: Papirus, 2000.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

_____. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs.). **O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente**: da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BENNETT, Andy; PETERSON, Richard A. **Music Scenes**: local, translocal and virtual. Nashville: Vanderbilt University Press, 2004.

BENNETT, Andy. Consolidating the music scenes perspective. **Poetics**, n. 32, 2004.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CAPISTRANO, Pablo. **É preciso ter sorte quando se está em guerra**. Natal: Jovens Escribas, 2011.

CARLOS, Ana F. A.. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana F. A.; CRUZ, Rita de C. A. da C. **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARDOSO FILHO, Jorge; JANOTTI JÚNIOR, Jeder. A música popular massiva, o *mainstream* e o *underground*: trajetórias e caminhos da música na cultura midiática. In: XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 2006. **Anais...** Brasília: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 06-09 set. 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. 3. ed. Natal: IHGRN, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano I**: artes de fazer. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2006.

COSTA, Gilmar de Siqueira. **Reutilização de imóveis de interesse patrimonial, voltados para a habitação**: um estudo de caso na ribeira – Natal/RN. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – UFRN, Natal, 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: contraponto, 1997.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERNANDES, Anchieta. **Écran natalense**: capítulos da história do cinema em Natal. Natal: Sebo Vermelho, 1992.

FONSECA, Maria Cecília L. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. IPHAN, n. 24, p. 153-163, 1996.

_____. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

FONSECA, Rafael Sânzio Nunes. **A Cena Musical Indie em Belo Horizonte**: novos padrões de carreira no interior de uma cena local. – Belo Horizonte/MG. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFMG, 2011.

FREIRE FILHO, João; FERNANDES, Fernanda Marques. Jovens, espaço urbano e identidade: reflexões sobre o conceito de cena musical. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 2005. **Anais...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2005. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1261-1.pdf>. Acesso em 15 jun. 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

_____. **Microfísica do poder**. 29. ed. São Paulo: Graal, 2011.

GUATTARI, Felix. A restauração da paisagem urbana. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JAMESON, Fredric. Pós-modernidade e sociedade de consumo. **Novos Estudos**. São Paulo, n. 12, jun. 1985.

JANOTTI JR., Jeder; PIRES, Victor de A. Nobre. Entre os afetos e os mercados culturais: as cenas musicais como formas de mediatização dos consumos musicais. In: JANOTTI JR., Jeder; LIMA, Tatiana Rodrigues; PIRES, Victor de A. Nobre (org.). **Dez anos a mil**: mídia e música popular massiva em tempos de internet. Porto Alegre: Simplíssimo, 2011.

KRUSE, Holly. Local Identity and Independent Music Scenes, Online and Off. **Popular Music and Society**. v. 33, n. 5, 2010.

LA BARRE, Jorge de. Música, cidade, etnicidade: explorando cenas musicais em Lisboa. In: CÔRTE-REAL, Maria de São José (org.). **Revista Migrações - Música e Migração**. Lisboa: ACIDI, n. 7, p. 147-166, out. 2010.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na *manguetown*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 17, n. 49, p. 115-172, jun. 2002.

_____. **Contra-Usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2. ed. Campinas/Aracajú: Ed. da UNICAMP: EDUFS, 2007.

LYOTARD, J. F. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MACHADO, Jurema. A Unesco e o Brasil: trajetória de convergências na proteção do patrimônio cultural. In: FUNARI, Pedro P. A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson (Org.). **Patrimônio cultural e ambiental**: questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume/Fapesp; Campinas: Nepam, 2009, p. 131-144.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

MARANHÃO, Djalma. **Esquina da Tavares de Lira com a Dr. Barata, centro convergente e irradiador da vida natalense**: reportagens de Djalma Maranhão publicadas no Diário de Natal, no período de 20 de março a 19 de junho de 1949. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

_____. Os “usos culturais” da cultura: contribuição para a abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana F. A.; CRUZ, Rita de C. A. da C.. **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

MEIHY, José Carlos S. B. **Manual de história oral**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

MEIHY, José Carlos S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo, 2011.

MEIHY, José Carlos S. B.; RIBEIRO, Suzana L. S. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2000.

NATAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB). **Anuário de Natal - 2003**. Natal, 2003.

_____. **Anuário de Natal - 2010**. Natal, 2010.

_____. **Conheça melhor seu bairro:** Ribeira. Natal, 2007.

_____. **Natal em dados.** Natal, 2008a.

_____. **ReHabitat em Natal.** Natal, 2008b.

_____. **Natal – História, cultura e turismo,** 2008c.

NESI, Jeanne F. L. **Caminhos de Natal.** Natal: Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, 2002.

OLIVEIRA, Giovana P. de. **De cidade a cidade:** o processo de modernização do Natal 1889/1913. Natal: EDUFRN, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Patrimônio como política cultural. In: _____. **Cultura é patrimônio:** um guia. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. p. 113-138.

PAES-LUCHIARI, Maria T. D. A reinvenção do patrimônio arquitetônico. **GEOUSP – Espaço e Tempo.** São Paulo, n.17, p. 95-105, 2005.

PAES-LUCHIARI, Maria T. D. Centros históricos - Mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. **GEOgraphia**, América do Norte, 7, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/165/160>> Acesso em 08 out. 2013.

PEDREIRA, Flávia de Sá. **Chiclete eu misturo com banana:** carnaval e cotidiano de guerra em Natal 1920-1945. Natal: EDUFRN, 2005.

PINHEIRO, Carlos S. R.; PINHEIRO, Fred S. R. **Dos bondes ao hippie drive-in:** fragmentos do cotidiano da cidade do Natal. Natal: EDUFRN, 2009.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História.** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo: EDUC, n. 14, p. 7-39, fev. 1997.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História.** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo: EDUC, n. 15, p. 13-33, abr. 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECENÃ, Ana Esther. **Los desafios de lãs emancipaciones em um contexto militarizado.** Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 151-197.

ROLNIK, Raquel. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade.** São Paulo: Paz e Terra. 1994.

SAMPAIO, Suzanna. Usos legais do patrimônio: as cartas internacionais e as legislações nacionais. In: FUNARI, Pedro P. A.; PELEGRINI, Sandra C. A.;

RAMBELLI, Gilson (Org.). **Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais**. São Paulo: Annablume/Fapesp, Campinas: Nepam, 2009. p. 119-130.

SANDBERG, Mark B. Efigie e narrativa: examinando o museu do folclore do século XIX. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (Org.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade-atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90**. 2004. Tese (Doutoramento em Arquitetura e Urbanismo) – UFBA, 2004.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHORSKE, Carl. **Viena fin-de-siècle: política e cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. 5. ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2008.

SILVA, Armando. **Imaginários urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

SILVA, Wesley G. Ribeiro. **Cartografia dos tempos urbanos: representações, cultura e poder na cidade do Natal (década de 1960)**. Natal: EDUFRN, 2011.

SMITH JÚNIOR, Clyde. **Trampolim para a vitória**. Natal: Foco, 2003. v. 2.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOUC-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-87.

SOBRINHA, Maria D. P. B.; TINOCO, Marcelo B. de M.; TRIGUEIRO, Edja B. F. (org.). **Ribeira: plano de reabilitação de áreas urbanas centrais – PRAC/Ribeira**. Natal: EDUFRN, 2008.

SOUZA, Itamar de. **Nova História de Natal**. 2. ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2008.

STRAW, Will. Systems of articulation logics of change: communities and scenes in popular music. **Cultural Studies**. v. 3, n. 5, p. 368–388, 1991.

_____. Scene and sensibilities. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, ago. 2006.

THOMSON, Alistair. Aos cinqüenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: FERREIRA, Marieta; FERNANDES, Tânia; ALBERTI, Verena (Org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa Oswaldo Cruz/CPDOC, 2000. p. 47-65.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. História oral e contemporaneidade. **Revista História Oral**. Rio de Janeiro, n. 5, p. 10-28, jun. 2002.

TINÔCO, Lair. **Tempo de saudade**. Natal: Fundação José Augusto, 1992.

VARGAS, Heliana C.; CASTILHO, Ana Luisa H. de. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 2. ed. Barueri: Manole, 2009.

VASCONCELLOS, Lélia M. de; MELLO, Maria Cristina F. de. Re: atrás de, depois de.... In: VARGAS, Heliana C.; CASTILHO, Ana Luisa H. de. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 2. ed. Barueri: Manole, 2009.

VIEIRA, Natália Miranda. **Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.24, 1996.